



Carolina de Campos Borges

**PERMANÊNCIAS E MUDANÇAS:
Individualismo, trajetórias de vida e família**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia Clínica.

Orientadora: Andrea Seixas Magalhães

Rio de Janeiro
Fevereiro de 2011



Carolina de Campos Borges

**Permanências e mudanças:
individualismo, trajetórias de vida e família**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Andrea Seixas Magalhães

Orientadora
Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Prof. Bernardo Jablonski

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Terezinha Féres-Carneiro

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

Profa. Myriam Lins de Barros

Escola de Serviço Social - UFRJ

Profa. Maria Lúcia Rocha-Coutinho

Instituto de Psicologia - UFRJ

Profa. Denise Berruezo Portinari

Coordenador Setorial de Pós-Graduação
e Pesquisa do Centro de Teologia
e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Carolina de Campos Borges

Graduou-se em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás (Goiânia-GO). Especialização em Terapia Familiar pelo Instituto de Psiquiatria da UFRJ (RJ). Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ (RJ). Bolsista durante 1 ano na Université Paris 5-Descartes (Paris-FR).

Ficha Catalográfica

<p>BORGES, Carolina de Campos</p> <p>Permanências e mudanças: individualismo, trajetórias de vida e família / Carolina de Campos Borges; orientadora: Andrea Seixas Magalhães. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia, 2011.</p> <p>236f.: il.; 30 cm</p> <p>Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1. Psicologia – Teses. 2. Individualismo. 3. Trajetória de vida. 4. Concepção de família. 5. Mudança social. 6. Análise de discurso. 7. Geração. I. Magalhães, Andrea Seixas. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. III. Permanências e mudanças: individualismo, trajetórias de vida e família.</p>

CDD: 150

Agradecimentos

À professora doutora Andrea Seixas Magalhães, orientadora da pesquisa, pela acolhida neste Programa de Pós-Graduação, pelo incentivo, pela gentileza com que se disponibilizou a orientar esta tese de doutorado, pela parceria.

Às professoras co-orientadoras da pesquisa:

À professora doutora Myriam Lins de Barros (Professora Titular da Escola de Serviço Social/Universidade Federal do Rio de Janeiro), pelo incentivo e generosidade com que me acompanhou no processo do doutorado, com orientações imprescindíveis para a realização desta pesquisa;

À doutora Elsa Ramos (*Maître de Conférence à l'Université Paris-Descartes*), pela gentileza de ter me recebido no *Centre de Recherche sur les Liens Sociaux (CERLIS/Paris-Descartes/CNRS)* durante o período em que realizei o estágio de doutorado no exterior e pela seriedade com que conduziu a co-orientação, o que rendeu enormes avanços para este estudo.

À PUC-Rio e aos funcionários do Departamento de Psicologia, pela colaboração fundamental.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento da pesquisa, através dos programas de bolsa PDS (Programa de Demanda Social) e PDEE (Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior).

À amistosa e imprescindível contribuição daqueles que me auxiliaram no recrutamento dos sujeitos da pesquisa: aos amigos Catarina Gonçalves, Daniela Santos, Fernando Derenusson, Hugo Portocarrero e Mariana Matos e à irmã Elisa de Campos Borges.

A todos os participantes da pesquisa, com muito respeito, pela disponibilidade e confiança com que me receberam em suas casas e compartilharam comigo um pouco de suas experiências de vida, visões de mundo e sonhos futuros. E duplamente, àqueles que, além de serem entrevistados, gentilmente colocaram-me em contato com outras pessoas de sua rede de convívio para que viessem a participar deste estudo.

À minha família, mãe e irmãos, e aos meus amigos, pelo incentivo, apoio e compreensão.

Resumo

Borges, Carolina de Campos; Magalhães, Andrea Seixas (Orientadora). **Permanências e mudanças: individualismo, trajetórias de vida e família.** Rio de Janeiro, 2011. 236p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa buscou analisar a transformação dos projetos de vida dos indivíduos nas últimas décadas, atentando especialmente para o lugar que constituir uma família ocupa em seus planos, tomando como referência os discursos de pessoas de duas gerações. As intensas mudanças sócio-culturais da contemporaneidade levaram ao aprofundamento do individualismo nas relações e, conseqüentemente, à alteração nas formas de engajamento dos indivíduos na construção de suas trajetórias de vida. Diante disso, o objetivo desta investigação foi o de compreender articuladamente as mudanças ocorridas na família e as mudanças nos padrões de trajetória de vida dos indivíduos. Para tanto, foi feita uma pesquisa em que foram entrevistadas vinte pessoas, sendo 10 com idades entre 63 e 69 anos e 10 com idades entre 27 e 34 anos, metade homens, metade mulheres. Os textos resultantes das entrevistas foram submetidos a uma análise de discurso. Os resultados indicaram estar ocorrendo, na contemporaneidade, um movimento de desinstitucionalização de um modelo de trajetória de vida rigidamente padronizado. A individualização e despadronização das trajetórias de vida geraram, por um lado, a diminuição das assimetrias de gênero e, por outro, a desestruturação de um modelo de família baseado na estabilidade do casamento. Em conseqüência disso, observa-se a constituição de uma nova concepção de família que inclui a idéia de instabilidade das relações amorosas. Diante disso, filhos passam a ter uma importância cada vez maior na estruturação da idéia de família, como um vínculo eterno.

Palavras-chave

Individualismo; trajetória de vida; concepção de família; mudança social; análise de discurso; geração.

Résumé

Borges, Carolina de Campos ; Magalhães, Andrea Seixas (Directeur de recherche). **Permanences et changements: individualisme, trajectoires de vie et famille.** Rio de Janeiro, 2011. 236p. Thèse de Doctorat – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Cette recherche analyse la transformation des projets de vie des individus dans les dernières décennies en portant attention à la place qu'occupe la constitution d'une famille dans ses plans, à partir des discours des personnes de deux générations. Les intenses changements socio-culturels de la contemporanéité ont conduit à l'approfondissement de l'individualisme dans les relations. Ainsi, les engagements des individus dans leurs trajectoires de vie sont en train de se modifier. Le but de cette recherche est de comprendre l'articulation entre les changements de la famille et les changements des modèles de trajectoires de vie des individus. Pour réussir l'objectif proposé, la recherche a été réalisée auprès de vingt personnes - dix personnes ayant entre 63 et 69 ans et dix personnes ayant entre 27 et 34 ans, avec autant d'hommes que de femmes. Les discours obtenus à partir de ces entretiens ont été soumis à une analyse du discours. Les résultats mettent en évidence la tendance à la désinstitutionnalisation d'un modèle de trajectoire de vie fortement standardisé. L'individualisation et « déstandardisation » des trajectoires de vie ont provoqué, d'un côté, la diminution des différences de genres et, de l'autre côté, la déstructuration d'un modèle de famille fondé sur l'idée de stabilité du mariage. Par conséquent, on observe la constitution d'une nouvelle conception de famille qui inclut l'idée d'instabilité des relations amoureuses. Dans ce nouveau contexte, les enfants sont de plus en plus importants dans la structuration de l'idée de famille, comme un lien éternel.

Mots-clefs

Individualisme; trajectoire de vie; conception de famille; changement social; analyse du discours; génération.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Relações familiares, laço social e individualismo	19
2.1. História do individualismo e suas marcas para a modernidade	20
2.1.1. Individualismo da igualdade – 1ª modernidade	22
2.1.2. Individualismo da singularidade – 2ª modernidade	25
2.1.3. Individualismo e modernidade no Brasil	29
2.2. Laços sociais numa sociedade individualista	33
2.2.1. Solidariedade orgânica e pluralidade de vínculos	34
2.2.2. A balança Eu-Nós	36
2.2.3. Reflexividade das relações	38
2.2.4. O outro significativo	40
2.2.5. Metamorfose como lógica das relações na contemporaneidade	42
2.3. E a família, como fica?	46
3. Trajetórias de vida sem padrões rígidos	51
3.1. Desinstitucionalização da identidade e despadronização da trajetória de vida	52
3.1.1. “Identidade do eu” e “curso da vida”	52
3.1.2. Modelo de trajetória de vida individualizada	59
3.2. Padrões de trajetórias de vida no contexto brasileiro	63
3.2.1. Anos 1960 e 1970: “contestando os padrões”	73
3.2.2. Anos 1990 e 2000: “reinventando padrões”	81
4. Instabilidades e desarticulação do modelo de família conjugal	91
4.1. A família no contexto pré-moderno	91
4.2. A família na modernidade	98
4.2.1. Particularidades da família brasileira moderna	105

4.3. A família na contemporaneidade: instabilidade do casal e desestabilização do modelo	107
4.3.1. Dilemas do casal contemporâneo	108
4.3.2. Novas formas de viver e ver família	115
5. Metodologia da Pesquisa	121
5.1. Tipo de estudo: considerações a respeito da metodologia de pesquisa	121
5.1.1. Concepção de conhecimento em ciências humanas	121
5.1.2. “Análise de discurso” na pesquisa social	125
5.2. Procedimentos metodológicos	128
5.2.1. O recorte da pesquisa	128
5.2.2. Os sujeitos da pesquisa	133
5.2.3. O trabalho de campo	135
5.3. Processo de análise das entrevistas	135
5.3.1. Influências da “sociologia compreensiva” na análise das entrevistas	135
5.3.2. Transformação da questão inicial como parte do trabalho de análise dos discursos	137
6. Análise do discurso de duas gerações	139
6.1. Duas concepções de família: a ênfase no casal e a ênfase nos filhos	140
6.2. Um modelo de trajetória de vida centrada na família sustentando uma concepção de família centrada no casal	143
6.2.1. Trabalho para os homens, família para as mulheres	144
6.2.2. Casamento é para todos, para sempre e com filhos	151
6.3. Abalando os padrões	161
6.3.1. Questionamento dos padrões	162
6.3.2. Divórcio	163
6.3.3. Escolhas	167
6.4. Um modelo de trajetória de vida centrada no indivíduo e a descentralização do casal nas novas concepções de família	172

6.4.1. Diminuição das assimetrias de gênero e apelo à autonomia individual	173
6.4.2. Expectativa de ruptura das relações amorosas	187
6.4.3. Demanda de liberdade nos relacionamentos	191
6.4.4. Ter filhos não está necessariamente vinculado ao casamento; pode ser um projeto individual	195
6.5. Família continua sendo importante	205
6.5.1. Origem pessoal	205
6.5.2. Referências e valores	207
6.5.3. Rede de apoio	209
6.5.4. “Um lugar”	212
7. Considerações Finais	217
8. Referências Bibliográficas	225
Anexos	

1.

Introdução

Em um século caracterizado por transformações intensas num fluxo constante, sejam elas relacionadas às tecnologias, à economia, aos valores sociais ou aos costumes, surge a necessidade de se refletir sobre o processo de mudança que elas desencadeiam na família, nos relacionamentos amorosos, nos padrões de consumo, etc, bem como sobre a continuidade de padrões e valores sociais.

O presente estudo teve justamente o objetivo de refletir sobre mudanças e permanências de padrões sociais no contexto da contemporaneidade, tendo como foco de investigação as mudanças nos projetos de vida dos indivíduos de duas gerações. A escolha por trabalhar com pessoas de duas gerações, contrapondo seus discursos, advém exatamente do intuito de confrontar duas realidades distintas e melhor compreender a contemporaneidade. Como afirma Mannheim (1982), há um imbricamento entre processo de mudança social e renovação geracional, o que torna a avaliação das experiências de duas gerações muito propícia para se apreender as transformações sociais.

Muitas das mudanças vividas no universo da família nas últimas décadas já são anunciadas pelos dados estatísticos. De acordo com pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), nascimento, casamento e óbitos, acontecimentos estreitamente ligados à vida familiar, têm ocorrido diferentemente na vida das pessoas, considerando as últimas décadas. Os dados indicam um declínio significativo nas taxas de natalidade, um aumento na esperança de vida, o aumento das idades em que homens e mulheres se casam, bem como um aumento no número de casamentos, sendo este aumento atribuído também ao reconhecimento legal de uniões informais, ou seja, co-habitação dos cônjuges sem o registro civil da união, um aumento no número de divórcios e ainda um aumento no número de famílias chefiadas por mulheres.

Trata-se de mudanças relacionadas ao mesmo tempo com a família e com a trajetória de vida das pessoas. Como afirma Goldani (1990), é possível compreender as mudanças da família pelo viés das mudanças nas trajetórias de

vida dos indivíduos, justamente porque elas acontecem dentro de um contexto mais amplo de mudanças. É este o enfoque que se buscou dar ao problema das transformações da família neste estudo. A relação entre subjetividade, relações familiares e contexto sócio-histórico-cultural é inviolável e, portanto, torna-se necessário compreender os fenômenos da vida privada sem negligenciar o fato de que o que se vivencia nessa esfera tem uma matriz social, é uma realidade socialmente construída, como apontam Berger & Kellner (2007).

Neste estudo, buscou-se compreender articuladamente as mudanças ocorridas na família e na trajetória de vida dos indivíduos. A questão que nos guiou foi a de compreender que lugar a família ocupa (no caso das pessoas entrevistadas da geração mais jovem) ou ocupava (no caso das pessoas entrevistadas da geração mais velha) nos projetos de vida dos indivíduos, ou seja, de saber de que maneira, imbuídos de que expectativas, constituir uma família faz/fazia parte de seus projetos de vida pensados no contexto mais amplo de suas trajetórias de vida.

Esta questão se apóia no fato de as mudanças da contemporaneidade apontarem para uma transformação nos sentidos atribuídos pelos indivíduos às relações. Como apontam Giddens (2003), Hall (2001) e Bauman (2008), vem ocorrendo um reposicionamento dos indivíduos diante das tradições, em decorrência da individualização da sociedade. As referências tradicionais não deixaram de existir no mundo contemporâneo. Ocorre que, em primeiro lugar, as tradições são reinventadas, esvaziadas de seu conteúdo “tradicional” e associadas a outros significados produzidos no contexto atual; e, em segundo lugar, que as tradições convivem com outras referências postas à disposição dos indivíduos. Ficam abertas aos indivíduos possibilidades de escolha em suas vidas – ainda que esta escolha se dê dentro de um campo de possibilidades, como ressalta Velho (1999) – o que influencia diretamente a própria base de uma identidade.

A possibilidade de fazer escolhas, ou melhor, a imposição de que se façam escolhas, produz um deslizamento na dimensão das identidades individuais, de modo que é a própria configuração do “eu” que se encontra maleável. Nesse sentido, a emancipação do indivíduo faz com que a identidade passe de uma “coisa dada” a uma “tarefa” (Bauman, 2008). Há, portanto, a necessidade de que o

indivíduo se transforme no que ele é, o que não se dá de modo independente das escolhas que são feitas em sua vida.

Portanto, as indagações sobre o lugar da família nos projetos de vida dos indivíduos hoje buscam os novos significados que as relações familiares passam a ter em um mundo marcado pela maior margem de manobra dos indivíduos sobre suas vidas e suas identidades.

Como discutem Singly (2005; 2007) e Kaufmann (2004; 2007), nesse contexto, ocorreram importantes transformações na natureza das relações estabelecidas dentro da família. O maior valor atribuído à afetividade, à intimidade e ao reconhecimento pessoal gerou mudanças nas razões pelas quais estar em família – bem como constituir uma família - pode ser importante para os indivíduos.

Assim, propomo-nos a investigar os projetos de vida de pessoas de duas gerações, privilegiando compreender o lugar da família nesses projetos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com vinte pessoas, sendo dez da geração mais velha (com idades entre 63 e 69 anos) e dez da geração mais jovem (com idades entre 27 a 34 anos), metade homens, metade mulheres, todos das classes médias do Rio de Janeiro, moradores de bairros da zona sul.¹

O roteiro de entrevista foi elaborado de forma a permitir que informações não previstas emergissem, o que de fato aconteceu. Através das entrevistas, observou-se que a idéia de “projetos de vida” não funciona da mesma forma para as pessoas das diferentes gerações. Para os entrevistados da geração mais velha foi corriqueiro obter respostas diretas sobre os projetos de vida que tinham quando eram jovens. Já para a geração mais jovem, a resposta frequentemente dada era a de que “não tinham projetos”, pelos menos não “projetos a longo prazo”. Esta foi uma constatação muito significativa para o andamento da pesquisa. Além de já ser um dado muito significativo no que se refere à forma de engajamento dos indivíduos na vida, tal observação levou a uma reflexão sobre a questão que mobilizou a pesquisa.

¹ Uma descrição mais detalhada sobre a metodologia de pesquisa utilizada encontra-se no Capítulo 5 da tese.

A atitude de fazer ou não fazer projetos de vida foi compreendido por nós como reflexo dos diferentes modos de inserção social próprios de contextos modernos e pós-modernos e, mais precisamente, das distintas formas com que se concebe a relação entre o passado e o futuro nesses dois contextos (Bauman, 1998; 2008).

Como afirma Tourraine (1994), a ideologia modernista resulta de transformações ocorridas desde a Renascença até a Revolução Francesa e Revolução Industrial Inglesa que levaram à substituição da arbitrariedade da moral religiosa pelo conhecimento das leis da natureza. Para o pensamento modernista, os seres humanos pertencem a um mundo governado por leis naturais que a razão pode descobrir desenvolvendo métodos de experimentação apropriados e às quais ela própria está sujeita. A ênfase dada à racionalidade alimenta a afirmação do potencial de controle e transformação do homem sobre o mundo e sobre si mesmo, levando à valorização de planejamento, disciplina e ordem como estratégias para este fim.

Nesse contexto, de acordo com Bauman (2008), verifica-se uma espécie de confiança no presente traduzida como crença no progresso. Há a sensação de que “somos nós que fazemos as coisas acontecerem” (p.143), e que a história é uma marcha em direção à felicidade. Em tal conjuntura, justifica-se que se façam projetos de vida.

Mas, fazer projeções do futuro é como transformar o presente em referência para um futuro projetado. Para planejar o futuro, é necessário dominar o presente, perceber o mundo como sendo estável, com referências duráveis e sólidas. Como afirma o autor, “Para escalar as montanhas, deve-se ter os próprios pés firmes no solo” (Bauman, 2008, p.71). Então, é controlando o presente que se pode projetar um futuro.

Justamente, o que se observa no cenário atual, também chamado de pós-modernidade, é que a estabilidade das referências existente na modernidade vem se perdendo. Hoje, a flexibilização penetra em todos os aspectos da vida, fazendo de todos os parâmetros individuais âncoras soltas, mutáveis, como afirma Bauman (1998; 1999; 2001; 2008). Deste modo, nas palavras do autor: “em uma vida

governada pelo preceito da flexibilidade, as estratégias, os planos e desejos de vida só podem ser de curto prazo” (Bauman, 2008, p.147).

Na contemporaneidade, conforme Bauman (1998; 2008), está em jogo a inexistência de regras permanentes. Surge como alternativa viver só o presente, um dia de cada vez, sem pensar no passado nem no futuro. Dentro deste contexto, os projetos de vida são fluidos, refletindo a liquidez com que as referências externas se expressam e a necessidade de que os indivíduos reavaliem constantemente seus planos. Nesse contexto, ter projetos a longo prazo é inadequado.

Essas reflexões tornam compreensível o porque das respostas dos entrevistados da geração mais jovem sobre seus projetos futuros. A indiferença com relação a projetos de vida a longo prazo hoje, como se viu nos discursos dos entrevistados mais jovens, é uma consequência da precariedade de controle do presente, o que faz do futuro algo imprevisível, difícil de ser imaginado.

Surgiu, então, como questionamento saber se o fato de as pessoas da geração mais jovem não fazerem projetos a longo prazo influenciava seus desejos de constituir família. Afinal, constituir família, se casar, ter filhos, são planos que exigem o comprometimento dos indivíduos por muitos anos, senão pela vida toda. Mas, considerando que no contexto da contemporaneidade, esta qualidade de vínculos se mostra, muitas vezes, indesejável, pela imposição da restrição da mobilidade individual necessária para sua manutenção, como os planos de constituir família podem ser possíveis?

Tudo isso proporcionou uma nova escuta para nossa pergunta sobre os planos de constituir família nas trajetórias de vida dos indivíduos. Que importância poderia existir em ter uma família, seja um companheiro, sejam filhos - se é que isso se afirmava como algo importante - num contexto em que as trajetórias de vida são marcadas pela não existência de projetos de vida claramente definidos?

Este estudo teve como objetivo, não apenas o de buscar respostas para tal questão, mas também o de situar os discursos das pessoas entrevistadas da geração mais jovem no processo mais amplo de transformação social, tomando como contra-ponto os discursos das pessoas de uma geração mais velha. Tendo

como pano de fundo um contexto marcado pelo aprofundamento das relações individualistas, a problemática contemporânea de constituir família se inscreve na problemática contemporânea de compatibilizar laços de pertencimento e demanda de autonomia individual (Giddens, 2002) ou de unir as necessidades de liberdade e segurança (Bauman, 2008).

A análise dos discursos apontou duas definições diferentes de família: uma, constituída a partir da existência do casal, e outra que se define menos pela existência de um casal estável e mais pela existência de filhos. Ela indicou ainda haver uma relação entre as mudanças na concepção de família e as mudanças no modelo social de trajetória de vida individual. Observou-se que querer se casar, ter filhos, formar uma família, é algo que está intimamente articulado ao que se apresenta como modelo de trajetórias de vida para os indivíduos em cada contexto social. Deste modo, as reflexões desenvolvidas nesta tese, a partir da pesquisa de campo, buscaram explicar como vêm se transformando a concepção de família e o modelo de trajetória de vida individual, dialeticamente.

Na discussão dos resultados desta pesquisa, trabalhamos com as seguintes suposições: a idéia de constituir uma família se apresenta diferentemente para as pessoas de cada geração. Para uma, há uma concepção de família baseada na existência de um casal estável em seu centro; para a outra, a concepção de família se baseia menos na existência do casal e mais na dos filhos. Não que a família anteriormente não tivesse nos filhos um elemento também fundamental. O que muda é a relação entre “ter filhos” e “casamento”.

Cada uma dessas concepções de família está relacionada a um modelo de trajetória de vida. A descentralização do casal dentro da concepção de família está ligada ao alto grau de individualização e despadronização das trajetórias de vida que caracterizam a contemporaneidade. O aumento dos casos de divórcio nas últimas décadas revela justamente um desajuste de uma concepção de família que tinha o casal estável como núcleo e um reposicionamento do indivíduo nas relações provocado pela individualização da sociedade. Deste modo, o confronto das duas concepções de família põe em evidência os limites do modelo de família conjugal em face da crescente individualização da sociedade.

As reflexões tecidas nesta tese visam a contribuir para o debate sobre os horizontes da família em contextos de individualismo. Que família é possível

existir em um contexto de individualização das trajetórias de vida? Como a maior flexibilidade das trajetórias de vida, com o aumento da margem de inventividade aberta aos indivíduos sobre as fases da vida, interfere na configuração familiar? Como o cenário geral de instabilidade dos relacionamentos se liga à transformação de um padrão familiar?

Apesar de todas as mudanças discutidas, há de se considerar que, se existe algo que não mudou para as pessoas das duas gerações estudadas, é o fato de a família continuar sendo apontada como algo muito importante para os indivíduos. As relações familiares são uma importante rede de apoio, de reconhecimento pessoal, de troca afetiva e de troca de referências para os indivíduos das duas gerações. A persistência da importância dos vínculos familiares é algo intrigante, como Giddens (2003) já havia apontado. Mas, tratando-se aqui da família no contexto brasileiro, pode-se dizer que o fato de as relações familiares continuarem sendo importantes para as pessoas era um resultado esperado, considerando-se a histórica influência da rede familiar na estrutura social.

As discussões aqui apresentadas foram construídas dentro de um enfoque interdisciplinar. Foram contempladas referências bibliográficas dos campos da psicologia, da sociologia e da antropologia, produzidas no Brasil e em outros países, principalmente a França, todas elas concebidas como sendo apropriadas e enriquecedoras para a abordagem deste tema.

A tese está disposta em outros cinco capítulos. Neste primeiro capítulo, foram apresentados aspectos gerais e introdutórios do estudo empreendido.

No segundo capítulo, foi discutida a instituição do individualismo como marca das sociedades modernas a fim de caracterizar as relações familiares e os laços sociais na contemporaneidade. Para tanto, foi feita uma breve revisão da história do individualismo nas sociedades ocidentais baseada nas contribuições de Dumont (1983), Simmel (1989) e Singly (2007). Em seguida, foram discutidas as especificidades da configuração individualista no Brasil, trazendo contribuições de DaMatta (2007), Figueiredo (1995) e Schwarz (1981). Posteriormente, discorreu-se sobre as conseqüências do individualismo para os laços sociais, a partir de obras de autores como Elias (1994), Giddens (1993; 2002), Maffesoli (1987), Paugam (2009), Singly (2005) e Velho (1986; 1999). E por fim, foram feitas indagações sobre as repercussões dessas mudanças no laço social para o universo das relações familiares.

No terceiro capítulo, foram tratadas as repercussões do aprofundamento do individualismo para a padronização das trajetórias de vida dos indivíduos. Refletiu-se, num primeiro momento, sobre a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada, tendo como base autores como Cavalli (2003), Kaufmann (2004), Lalive D'Épinay et al (2005), Singly (2005), Widmer, Levy & Gauthier (2006), dentre outros. Em um segundo momento, foi feita uma revisão dos padrões de trajetória de vida produzidos no Brasil, de modo a caracterizar os momentos vividos pelas pessoas das duas gerações focadas nesta investigação, possibilitando ao leitor a contextualização de suas falas. Isso foi feito a partir de uma bibliografia brasileira, dentro da qual destacam-se Costa (1989), Rocha-Coutinho (1994), Schwarcz (2010), Sevcenko (2008).

O quarto capítulo versou sobre a centralidade do valor do individualismo na configuração da família moderna. Explorou tanto os aspectos da formação daquilo que apropriadamente se reconhece como “família moderna”, quanto as tensões e as instabilidades que recaem sobre este modelo de família, em resposta ao individualismo exacerbado da contemporaneidade. Uma atenção especial foi dada ao tópico das mudanças nas relações conjugais contemporâneas, por ser esta uma repercussão central para se compreender as transformações vividas na família nas últimas décadas, dentre as quais se destaca a desestabilização do modelo da família conjugal moderna. Para tanto, foi utilizada uma vasta bibliografia, dentro da qual destacam-se Ariès (2006), Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), Jablonski (1998), Segalen (2008), Singly (2007).

O quinto capítulo destinou-se à apresentação das bases metodológicas sobre as quais foi apoiada a realização desta pesquisa. Neste capítulo estão especificados o tipo de estudo realizado e as contribuições que uma “análise de discurso” pode trazer para uma pesquisa social. Além disso, neste capítulo foram apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na investigação - o recorte da pesquisa, a apresentação dos sujeitos da pesquisa e outras especificações do trabalho de campo e da análise dos dados realizados.

Por fim, no sexto capítulo, está a discussão dos resultados desta pesquisa, obtidos através da análise dos discursos produzidos nas entrevistas.

2.

Relações Familiares, Laço Social e Individualismo

Falar sobre o mundo contemporâneo é falar de transformações que se desencadeiam de forma contínua e acelerada. O cenário da contemporaneidade é marcado por uma instabilidade geral, decorrente de um fluxo intenso de mudanças em diversos domínios da sociedade: tecnologias, tradições, instituições, saberes, valores sociais, relacionamentos, etc. Aprender o processo de mudança social e compreender o sentido de todas essas mudanças tem se tornado uma necessidade e um grande desafio, na medida em que, diante do novo que se apresenta, se é levado a reconsiderar certezas e saberes anteriormente estabelecidos.

No que se refere às relações interpessoais, as mudanças da contemporaneidade têm muitas implicações. Conforme Pichon-Rivière (1998), as relações interpessoais dependem dos resultados de um jogo que o indivíduo estabelece com ele mesmo e com o mundo, através do qual são definidos o “quem sou eu” e o “quem é o outro”. Todas as relações interpessoais em um grupo social, como, por exemplo, uma família, são regidas por um permanente interjogo de papéis assumidos e adjudicados. Isto é, precisamente, o que cria a coerência entre o grupo e ocasiona a formação de vínculos dentro de tal grupo. Entre a assunção de um determinado papel e a adjudicação de um papel a outra pessoa existe sempre um interjogo dialético em forma permanente. Na medida em que alguém adjudica e o outro recebe, estabelece-se entre ambos uma relação que se denomina vínculo. Este tende a se desenvolver dialeticamente, chegando a uma síntese dos dois papéis, que é o que dará as características do comportamento tanto do indivíduo quanto do grupo considerado.

No mundo contemporâneo, a forma através do qual o “eu” e os “outros” se posicionam no mundo social assume características específicas. A exacerbação do individualismo e o declínio do valor da tradição (Hall, 2001), aliado à inspiração igualitária, que conduz à negação da hierarquia como elemento estruturante social (Dumont, 1983), acaba por tornar legítima a constituição de uma vida social fortemente marcada pela “escolha”. O valor da “liberdade” nas sociedades abre

espaço para que a vida social se constitua tendo como centro o “indivíduo” (Elias, 1994).

Tudo isso pode culminar, numa visão extrema, como Maffesoli (1987) apontou, num mundo social constituído por sociabilidades estruturadas a partir da lógica das tribos metropolitanas, dentro das quais os laços sociais estão calcados numa sensibilidade coletiva resultante da experiência convivial e nada mais. Ou então, pode apontar outra consequência, que consideramos mais próxima da realidade que investigamos aqui: o fato de que os indivíduos hoje, sobretudo nas metrópoles, têm uma grande margem de manobra de suas trajetórias pessoais devido às inúmeras possibilidades de escolhas que têm em suas vidas (Velho, 1981; 1999).

A “possibilidade de escolha” aberta aos indivíduos acaba por gerar uma modalidade de relações onde tende-se a rejeitar qualquer imposição de ordem social ou tradicional. Nessas relações, os vínculos formam-se pelo constante exercício de questionamento do próprio sujeito a respeito do sentido das identificações que faz. Recai sobre ele a responsabilidade por construir sua trajetória de vida, tornando-se ele mesmo o ponto de sustentação de si, o que, em outros contextos sociais, dava-se por processos exteriores ao eu, como, por exemplo, a imposição da tradição (Giddens, 1993; 2002; Bauman, 2008).

Por trás das mudanças da contemporaneidade, encontra-se uma configuração de valores individualista. É somente considerando a centralidade do indivíduo no mundo contemporâneo que se pode alcançar o sentido da vida social que se constitui, bem como o de todas as mudanças que se apresentam hoje, dentre elas as relacionadas ao mundo da família.

Por ser a temática do individualismo central em nossa investigação, trataremos, neste capítulo, primeiramente de esclarecer o que significa viver num mundo individualista; em seguida, discutiremos a especificidade que isto traz para as relações e para os laços sociais que se constituem.

2.1.

História do individualismo e suas marcas para a modernidade

A história da modernidade no mundo ocidental pode ser lida à luz do processo de instituição do individualismo como valor maior na sociedade. Embora

tal processo remonte a séculos de história, pode-se encontrar no século XVIII uma referência central para seu surgimento: o advento da Revolução Francesa. Calcada em princípios individualistas universalistas, marcada pela queda da Bastilha em 14 de julho de 1789, a Revolução Francesa significou uma ruptura com a ordem social que fazia de cada pessoa alguém submisso à ordem de seu “pai”, seja ele Deus, o Rei ou o pai de família. O ato de decapitação do então Rei da França, o Rei Louis XVI - alguém que se distinguia dos outros por motivo de pertencimento à linhagem familiar - simbolizou a emancipação de todos os indivíduos e a libertação da ordem social estabelecida que pressupunha obediência e pertencimentos dos quais não se tinha controle. Marco no processo de individualização política, que serviu de base para a formação da idéia de cidadania, a Declaração dos Direitos dos Homens e a instituição do valor do individualismo tornam-se base das sociedades ocidentais modernas - embora não se possa negar a influência desses valores nas sociedades orientais atualmente. Justamente o ideal de “indivíduo emancipado” é que doravante sustentará o mundo moderno (Singly, 2007).

No entanto, embora embasado em princípios individualistas, as reformas indicadas no discurso revolucionário do século XVIII não encontraram ainda bases reais para se concretizar. A idéia de uma sociedade composta de indivíduos, isto é, de pessoas que tivessem poder de escolha sobre seus representantes e, em última instância, de seus pertencimentos, dependia de outros acontecimentos para se realizar (Singly, 2007).

Por meio da instauração do individualismo a modernidade se constituiu. É possível distinguir, de acordo com Singly (2007), dois períodos distintos na história do individualismo: um primeiro, denominado 1ª modernidade, situa-se da metade do século XIX até os anos 1960; um segundo, a 2ª modernidade, dos anos 1960 até hoje. A 1ª modernidade é baseada na idéia de um individualismo abstrato, racional, universal, quantitativo; a 2ª modernidade baseia-se na idéia de um individualismo concreto, emocional, único, qualitativo. Tal distinção é baseada em duas concepções de individualismo - a concepção de “igualdade” e a concepção de “singularidade”. A conciliação desses dois tipos de individualismo é o que caracteriza a concepção de indivíduo na contemporaneidade. Trata-se de uma conciliação tensa, já que a idéia de igualdade de todos não conduz

naturalmente à idéia de singularidade de cada um, mas é assentada sobre estes dois ângulos que se pode compreender a contemporaneidade.

2.1.1.

Individualismo da igualdade – 1ª modernidade

A 1ª modernidade está fundamentada na idéia de igualdade entre os indivíduos, no valor universal do ser humano, concebido como indivíduo racional e emancipado. O conceito de individualismo com o sentido de igualdade foi profundamente trabalhado por Dumont (1983), pelo estudo comparativo da cultura ocidental e da organização sociocultural na Índia. O autor faz uma distinção entre aquelas sociedades “holistas” tipicamente tradicionais, onde o valor se concentra na sociedade como um todo, e as sociedades “individualistas” características da modernidade, onde o indivíduo é o valor supremo. Segundo ele, a ênfase no valor do indivíduo promove o igualitarismo nas relações, em oposição a um modelo cuja base fundamental é a hierarquia.

Nas sociedades holistas - como, por exemplo, a Índia - a sociedade se impõe a cada um, encarnando o valor supremo que rege as relações. A esta imposição só se poderia escapar pelo ato de renúncia, como é o caso de um ermitão indiano, um renunciador, alguém que abandona a vida social e as obrigações implícias ao pertencimento social. A experiência desta pessoa de se ver à distância da vida mundana se confunde com a liberação dos entraves da vida social e é vivida como uma forma legítima de alimentar uma vida interior independente das relações sociais, tal como se vive no mundo individualista.

A imagem do ermitão indiano, como alguém que renuncia aos constrangimentos da sociedade, configura um tipo sociológico denominado por Dumont (1983) como o indivíduo-fora-do-mundo. Este consiste na única possibilidade de individualização dentro de um contexto holista. Para o autor, o pensamento do renunciador ou ermitão indiano é semelhante àquele do indivíduo moderno, contudo com uma diferença essencial: o indivíduo moderno vive dentro do mundo social, enquanto o indiano renunciador vive fora dele.

A categoria “indivíduo-fora-do-mundo” da Índia é importante para se entender o indivíduo moderno porque, segundo Dumont (1983), apesar da noção de “indivíduo” só ter começado a existir no ocidente, isso ocorreu a partir do

mesmo tipo sociológico do indivíduo-fora-do-mundo das sociedades holistas. Os primeiros cristãos viviam esperando pelo retorno do messias. Trata-se de um indivíduo-em-relação-a-Deus, em relação a um elemento extra-mundano.

No plano das instituições, a relação entre o extra-mundano e o mundano se estabelece pela Igreja. Tudo era percebido à luz da relação do indivíduo com Deus e com a Igreja. A idéia central é que Deus, como Lei da Natureza universal, espiritual e física, produz diferentes posições do indivíduo dentro da natureza e dentro da sociedade e comanda a submissão do homem à natureza e ao papel designado a cada um dentro do sistema social. Nesse contexto, o lema da igualdade cristã - “todos somos filhos de Deus” – enfatizava a submissão a uma figura extra-mundana, produzindo um campo hierárquico dentro do qual a vida era relativizada com relação à união com Deus.

Conforme Dumont (1983), a Era Moderna propriamente dita começa com a invocação do Deus cristão, que representa o esforço em reduzir a distância entre o Mundo de Deus e o Mundo Terrestre, em outras palavras, entre os elementos extra-mundano e o mundano. A idéia de “Que o reino terrestre seja o reino celeste” faz surgir uma concepção de Deus que reforça a idéia de igualdade. Este Deus, descrito por Santo Agostinho, não quer homem sobre homem. Nesse momento, verifica-se uma transformação radical na relação entre a Igreja e o Estado. O homem é entendido como uma criatura social e o Estado Moderno é um conjunto de homens unidos por acordos de valores e utilidade comum, ou seja, é feito de indivíduos.

Deste modo, uma significativa mudança é introduzida na relação entre o divino e o terrestre. A Igreja se torna mais mundana; inversamente, o domínio político participa agora mais diretamente dos valores absolutos, universalistas; e o indivíduo “cristão” será mais implicado no mundo.

Na qualidade de cristão, todos os homens são iguais e a sua essência está localizada no interior de cada um deles. Destas idéias advém uma das forças motrizes que estiveram ativas no desenvolvimento do mundo moderno. Trata-se justamente de um protesto ou uma indignação contra as diferenças ou desigualdades sociais tidas como fixas, herdadas, prescritas, e a idéia de que essas diferenças sejam motivo de autoridade, de riqueza, privilégios e incapacidade. Isso tudo pode ser entendido como questões que dão origem à rejeição à

hierarquia, o que representa uma transição para o universo individualista (Dumont, 1983).

A reivindicação igualitária, que se estendeu da religião à política e culmina na Declaração dos Direitos Humanos², marca, em um sentido, o triunfo do indivíduo. Assim, a conciliação da igualdade com a liberdade pelos puritanos ingleses e revolucionários franceses reafirma a superioridade do indivíduo com relação ao Estado. Deste modo, ocorreu a transformação de uma concepção de indivíduo-fora-do-mundo para a de indivíduo-dentro-do-mundo, o que, segundo Dumont (1983), está na origem da concepção de indivíduo moderno.

Na sociedade moderna, o indivíduo é, sobretudo, um ser moral, autônomo e livre. A ênfase que essa configuração social dá ao indivíduo conduz à interiorização da moral, deslocando-a do mundo transcendental exterior para a consciência individual. Ele se pressupõe livre e possuidor de razão, acreditando que pode remodelar as coisas segundo sua vontade, operando assim a separação entre o homem e a natureza.

É ponto central para a definição do individualismo moderno a noção de interioridade. Na concepção de individualismo da primeira modernidade, esta é uma dimensão constituinte da idéia de indivíduo. A invenção da interioridade moderna é defendida primeiramente pelo pensamento de Santo Agostinho, que demanda uma reflexividade para se descobrir Deus. Com Descartes, a introspecção se presta não a descobrir Deus, mas a encontrar a si mesmo, sendo o “eu” confundido com a razão. Com Montaigne, ressalta-se a equivalência entre interioridade e razão. Em cada um deles está uma concepção de indivíduo, cuja verdade é interior a ele mesmo (Singly, 2007).

A idéia de um indivíduo de profundidade interior inspira os ideais igualitários da civilização moderna, fazendo com que a hierarquia seja experienciada como o englobamento do indivíduo pelo corpo social. Na medida em que o indivíduo torna-se o valor supremo de uma sociedade, esse englobamento é vivido como algo indesejável ou até violento (Dumont, 1983). Por isso, Singly (2007) afirma que a emancipação está no centro do processo de individualização. O indivíduo não obedece aos outros, mas a si mesmo.

² “Os homens nascem e morrem livres e iguais em direitos. São direitos imprescindíveis do homem a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão” (Dumont, 1983, p.121).

A configuração moderna, opondo-se à configuração nos moldes da sociedade holista, tradicional, pressupõe-se não hierárquica, posto que se pretende igualitária. No entanto, segundo Dumont (1983), ela está situada dentro da configuração tradicional, pois a hierarquia é universal e estruturante da vida social. O fato de a sociedade moderna alimentar em si valores igualitários não poderia mudar essa realidade.

Então, ainda para Dumont (1983), o acontecimento do individualismo, que distingue a cultura moderna de todas as outras, não suprime a existência de hierarquia. Existe, sim, a predominância de valores, simbolizada pela idéia de englobamento, onde há um todo e um elemento do todo; o elemento faz parte do todo, porém, ao mesmo tempo, distingue-se e se opõe a ele.

Retomando Singly (2007), a 1ª modernidade consiste na reivindicação de uma matriz de si para os indivíduos. A pretensão de se construir uma sociedade de iguais alimentou o pensamento republicano, que buscou tornar viável a emancipação de cada um, ainda que sob algum controle. Essa emancipação se processa pela valorização da identidade individual enquanto essencialmente ligada ao seu papel na sociedade – sua identidade estatutária -, propiciando o reconhecimento de seus direitos e a demanda de justiça social, calcado na representação de mundo social no seio da qual todo indivíduo merece respeito, dignidade, consideração.

“Igualdade” é, então, a palavra chave para esse primeiro individualismo. Todos os seres humanos são considerados iguais, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer forma de herança. Nesta concepção, cabe à sociedade oferecer a todos iguais condições para que todos possam ser emancipados.

2.1.2.

Individualismo da singularidade – 2ª modernidade

Conforme Singly (2007), a ideia de singularidade do indivíduo introduz-se na idéia de modernidade em um segundo momento, embora sua semente já tenha sido plantada desde a Renascença, no que se chamou de Iluminismo Renascentista. Já nesta época, a ideia de um homem como centro do universo, detentor de autonomia do espírito, liberdade da razão e da vontade, torna possível

a afirmação do indivíduo como um valor. Mas o que se chama de individualismo moderno só vem a se estabelecer mais tarde, no século XVIII e XIX, com a afirmação da igualdade entre os homens, que foi, posteriormente, conciliada com a idéia de singularidade, a qual será discutida aqui.

De acordo com Simmel (1989), já na época da Renascença criou-se o que nós chamamos individualidade, ou seja, o destacamento interior e exterior do ser em relação ao contexto social. Até a Idade Média, a vida em sociedade era configurada de forma que os contornos da pessoa fossem atenuados, mantendo frágil o desenvolvimento da liberdade pessoal, da unicidade que repousa sobre ela mesma. Então, na Renascença, a aspiração dos homens por distinção e por reconhecimento foi realçada, alimentando o surgimento de uma concepção de individualidade, onde existe uma relação de cada ser com o mundo; entretanto, este ser é um mundo por ele mesmo, centrado sobre ele mesmo, de certa forma auto-suficiente e fechado nele mesmo.

Assim, pode-se falar de um individualismo ligado à honra do homem da Renascença e à afirmação do valor de ser único. A aspiração de liberdade existia, portanto, como uma tentativa de deixar para trás as formas de vínculos que impossibilitavam o indivíduo de desenvolver suas forças, viver livremente sua vida, sentir a autonomia de sua pessoa.

Essa forma de individualismo associava liberdade e igualdade. Ela tinha como base a concepção de igualdade natural dos indivíduos, como se todos os entraves para a expressão do indivíduo em si mesmo fossem as desigualdades artificialmente criadas, isto é, as condições materiais do mundo e da vida social. Deste modo, acreditava-se que se estas desigualdades fossem postas de lado, se o homem se visse livre de sua opressão e injustiça, ele surgiria na sua forma mais perfeita; e, justamente, por ser ele perfeito, perfeito em moralidade, em beleza, em felicidade, não haveriam de existir diferenças com relação aos outros indivíduos (Simmel, 1989).

Considerando o ser humano liberado de tudo o que não é ele mesmo, ele se torna a substância própria de sua existência, o ser humano absoluto, a essência fundamental sempre idêntica, entretanto mascarada pela história empírica. O valor de cada figura individual repousa nela mesma, naquilo que lhe é comum a todos. Assim, o ponto mais profundo desta concepção de individualidade é o ponto da igualdade universal. Ora, se o ser humano é realmente ele mesmo, se os valores

morais estão nele mesmo, então, somos todos idênticos e, portanto, compatíveis, de modo que não haveria necessidade de intervenções algumas, pois a harmonia resultante da ausência de diferenças/oposições sempre reinaria.

Tal concepção de homem advém, segundo o mesmo autor, do conceito de natureza do século XVIII, que era orientado em direção ao mecanicismo e às ciências da natureza. Segundo tal ponto de vista, só existe uma lei universal, de modo que, mesmo que se trate de um fenômeno humano ou de uma nebulosa na via láctea, todos os fenômenos seriam apenas casos particulares dentro de uma mesma lei.

Simmel (1989) destaca que o ser humano universal encontra-se no centro de interesses dessa época, e não o ser humano particular e diferenciado. Este último é, por princípio, reduzido ao primeiro; em todo indivíduo particular vive este ser humano universal, como seu elemento essencial, tal como cada porção de matéria estruturada contém, em sua essência, as leis gerais da matéria.

Mas a igualdade pela qual a liberdade se justificava não existe na realidade, senão de uma maneira ainda bem imperfeita; o que ocorre é que desde o instante em que os indivíduos atingem uma liberdade sem freio, a desigualdade ressurgue em uma nova subordinação. Assim, para Simmel (1989), a contradição na conciliação da igualdade com a liberdade do século XVIII, quando negava-se que a liberdade era acompanhada pelo exato contrário da igualdade, foi revelada pelo século XIX. No lugar da igualdade exprimindo o ser mais profundo dos homens, a síntese do individualismo no século XIX apresenta a desigualdade. Se anteriormente acreditava-se que a liberdade conduzia à igualdade, à essência da existência humana, depois passou-se a ver que ela acaba revelando a desigualdade entre os indivíduos; e o principal na vida estaria justamente no que é próprio de cada um. Concebe-se, assim, cada indivíduo como singular. A partir de um material comum a todos, cada um forma uma figura completamente única. A esse individualismo pode-se chamar, de acordo com Simmel (1989), individualismo qualitativo, da singularidade, em oposição ao individualismo igualitário, numérico, do século XVIII.

Segundo o autor, foi com o romantismo que o individualismo da singularidade passou a existir na consciência do século XIX, pois o homem romântico busca no seu interior o que há de incomparável, o que é específico e singular na realidade histórica, porquanto entende que cada ser particular só

encontra um sentido para sua existência graças à sua diferença em relação aos outros, graças à unicidade pessoal de sua essência e de suas atividades.

Assim, se no século XVIII o indivíduo estava preso a vínculos poderosos do apelo à liberdade e à igualdade, no século XIX, ao lado desse ideal do liberalismo, se desenvolve o seguinte fenômeno: os indivíduos, vendo-se liberados dos vínculos históricos, podem se diferenciar, agora, uns dos outros. O que conta não é mais o ser humano universal em cada ser particular, mas o caráter único e incomparável do indivíduo, qualidades que agora são básicas do seu valor.

A 2ª modernidade, apontada por Singly (2007), consiste justamente em um momento em que fazer aflorar o “eu autêntico” de cada um torna-se o propósito. Acreditando que a valorização da condição de igualdade de natureza de todos os homens não invalida o fato de serem eles diferentes uns dos outros, toma-se a singularidade como um elemento estruturador da concepção de indivíduo.

Mas a idéia de um “eu autêntico” no interior de cada indivíduo não deve, segundo Singly (2007), se confundir com a idéia de um “eu” a-social, que não se mistura com os outros, que evita se contaminar. A autenticidade atribuída à interioridade caracteriza uma concepção de “eu” que não se confunde com “eus” estatutários, definidos por parâmetros sociais. O “eu autêntico” consiste em um “eu” livre, desprendido de normas sociais. Mas nem por isso, trata-se de um “eu” isolado de forças externas. O individualismo da 2ª modernidade é, segundo o autor, um “individualismo relacional”. Deste modo, o autor ressalta um aspecto fundamental desse momento: a importância do “outro” na legitimação do “eu autêntico”. Isso quer dizer que se os indivíduos constroem sua singularidade, eles o fazem combinando recursos sociais e culturais de forma única.

Embora a conciliação entre as duas concepções de indivíduo – o indivíduo da 1ª modernidade, tomado como “iguais uns aos outros”, e o indivíduo da 2ª modernidade, tido como “singular” – seja bastante complicada, é justamente na idéia de conciliação de igualdade e singularidade que está a chave do conceito de indivíduo da contemporaneidade, que nos possibilita compreender a natureza das relações que se estabelecem nas sociedades individualistas.

2.1.3.

Individualismo e modernidade no Brasil

No Brasil, a modernização das relações, definida pela instituição do individualismo como valor maior na sociedade, ocorreu de forma bastante singular. A sociedade brasileira também passou por um processo de individualização da cultura, sob a influência da cultura européia. Nesse contexto, o individualismo foi incorporado à vida social de uma forma muito original.

A forma como os ideais de igualdade e liberdade chegaram até nós e como a configuração de valores individualistas se instituiu pode ser explicada por meio de processos históricos. Ocorreu que, na condição de um país colonizado por Portugal, o Brasil foi, ao longo de sua história, diretamente influenciado por valores que emergiam da cultura européia, dentre eles o discurso igualitário do século XVIII. No entanto, sob tal influência, não desapareceu a disparidade entre a sociedade brasileira, que no século XIX ainda era uma sociedade escravagista, e a européia, onde desde um século antes já fervilhavam ideais calcados no individualismo. A influência européia foi assimilada, aqui, de forma absolutamente original. Diante da característica agrária e latifundiária da economia brasileira no século XIX, ainda dependente do trabalho escravo, as idéias liberais só foram parcialmente incorporadas, conciliadas com práticas tradicionais exatamente opostas ao que se reivindicava na Europa (Figueiredo, 1995).

Assim, se explica o fato de uma lógica racional e econômica - apoiada na valorização do desempenho, competência e mérito individual, seguindo normas universalistas - conviver com uma outra exatamente oposta a essa, a lógica de *favores e conchavos*, cuja prática se estabelecia por meio do apadrinhamento e do clientelismo. Esta última era uma forma socialmente legítima de negociação no quadro econômico e político brasileiro que, mesmo sob a influência das idéias de modernidade que chegavam, não deixava de ser praticada (Figueiredo, 1995).

Schwarz (1981) afirma que “o Brasil põe e repõe as idéias européias, ao longo de sua reprodução social, mas sempre em um sentido impróprio” (pág. 24). Aqui, as reivindicações de igualdade e liberdade, que deram forças à transformação da configuração social européia, colocando em seu centro um ideal

de indivíduo ao mesmo tempo “igual e singular”, foram assimiladas de uma maneira singular, conjugadas a práticas contrárias a ela.

O autor ressalta, assim, que havia um descompasso entre as idéias européias e a vida cotidiana no Brasil. As idéias que aqui chegavam assumiam um sentido diverso do sentido original europeu. Os códigos culturais estrangeiros chegavam até nós como uma forte influência na nossa cultura, mas aqui eles eram aclimatados a nossa cultura, ganhando trejeitos próprios, brasileiros, que mudavam por completo seu sentido original. Seriam, portanto, “idéias fora do lugar”.

Conforme Schwarz (1981, a compreensão a respeito da cultura brasileira exige, justamente, uma reflexão sobre isso, pois na “impropriedade” do nosso pensamento, no sentido de que as idéias estrangeiras importadas assumiram aqui sentidos diversos do sentido original europeu, é que está a nossa originalidade. Sob a influência de valores europeus, essas idéias foram aclimatadas à nossa realidade, o que acabou dando uma feição própria para a cultura brasileira e ao país um modo original de ser que segue até nossos dias.

Os modos de subjetivação que se desenvolveram aqui como resultado das especificidades do processo de modernização do Brasil, esta realizada mediante a instituição do valor do individualismo por via da influência européia, podem ser entendidos através da relação entre os mundos da “casa” e da “rua”, apresentada por DaMatta (1997). No primeiro é estabelecido um modo de subjetivação tradicional, holístico, hierárquico, familiar e clientelístico; no outro, um modo de subjetivação moderno e urbano, igualitário e impessoal. A “casa” e a “rua” correspondem a dois conjuntos de valores, normas, procedimentos e formas de vida sociologicamente complementares, embora independentes, na vida brasileira.

O uso da “casa” e da “rua” como duas categorias sociológicas, segundo o autor, significa que a cada uma delas atribuem-se significados diferentes. Elas não se reduzem a espaços geográficos, um espaço privado e um espaço público, mas a entidades morais, esferas de ação social, domínios culturais institucionalizados. A “casa” é o espaço das relações de proximidade, onde cada um se define pelas relações que estabelecem. É o lugar da “pessoa”. Lá é onde os laços afetivos se estabelecem. A “rua” é o espaço das relações formais, é o lugar do “indivíduo” por excelência, onde as regras são para todos, onde a emoção encontra-se disciplinada, onde o pessoal não é levado em consideração. O autor faz ainda

referência a um terceiro espaço, o “outro mundo”, o mundo do “sobrenatural”, pelo qual a dimensão do além, do mundo dos mortos, se faz presente nas experiências da vida social.

A dupla “casa” e “rua”, com ênfase no “e” entre casa e rua, permite, segundo DaMatta (1997), uma leitura acertada sobre a vida social brasileira. A problemática do “englobamento” do indivíduo pelos sistemas relacionais, discutido no caso das sociedades holistas e das individualistas (Dumont, 1983), está presente também na realidade brasileira e pode ser observada pela relação entre os universos simbólicos da “casa” e da “rua”. A particularidade da modernização da vida social no Brasil é justamente a afirmação positiva de tal “englobamento”, da moral da casa pela rua e da moral da rua pela casa, sendo esta uma estratégia de conciliação de duas lógicas conceitualmente opostas e de “amacramento” da individualização.

O autor afirma que aqui existem códigos específicos para cada uma dessas esferas. Socialmente, espera-se que em cada uma dessas esferas da vida social - a casa, a rua ou o outro mundo – comporte-se de uma determinada forma, com gestos, roupas, assuntos e papéis sociais. A existência de códigos diferentes possibilita que um mesmo acontecimento seja interpretado por alguém de diferentes maneiras, dependendo do código empregado. Assim, DaMatta afirma: “Somos uma pessoa em casa, outra na rua e outra na igreja, terreiro ou centro espírita” (p.106).

Essa oscilação entre códigos favorece que opere, então, na sociedade brasileira uma lógica relacional como forma de conexão entre todas os diferentes domínios sociais. Como afirma o autor: “Realmente, somos pessoas em casa ou com os amigos, quando o mundo é englobado pelos valores da casa; mas somos indivíduos na rua e no trabalho, quando o mundo social é englobado pelos valores das leis universais que, teoricamente, valem para todos” (p.150). Entretanto, um mecanismo muito brasileiro nos permite deslocar a lógica das relações pessoais para um contexto de relações formais, onde não caberiam reconhecimentos pessoais, e a lógica das relações impessoais da rua para a rede mais pessoal. Ou ainda, ver as relações mundanas pela lógica do mundo dos mortos.

Assim, compreende-se que no processo de instituição de valores individualistas no mundo social brasileiro faz-se uso de elementos relacionais que têm justamente o propósito de tornar a individualização das relações menos

radical. Para se compreender a originalidade da vida social no Brasil moderno não basta dizer que, tendo sido influenciado pelas idéias européias individualistas, instituiu-se aqui um modo de funcionamento social, no que diz respeito às relações formais, calcado no individualismo, em princípios igualitários e libertários. E, menos ainda, que aqui, apesar da influência européia, continuou operando uma lógica oposta à lógica individualista, a lógica da “casa”, das relações pessoais (DaMatta, 1997). A identidade brasileira também não será compreendida subtraindo de nosso contexto o que não é “nativo”, buscando assim a substância autêntica do país (Schwarz, 1987).

A chave para se entender a experiência social brasileira, segundo DaMatta (1997), não está em afirmar que o Brasil tem um lado tradicional e um lado moderno, mas reside na conciliação entre esses dois mundos simbólicos, no eventual e esperado englobamento de um pelo outro. É a conexão entre esses dois mundos que caracteriza o Brasil. Poder ver os elos entre essas duas lógicas é o que nos permite compreender o Brasil.

Assim, por meio desse mecanismo de conciliação das lógicas entende-se como muitas vezes as questões do “mundo da rua” são tratadas sob um prisma pessoal, familiar, doméstico, como é o caso da recusa a submeter-se a uma lei, sob uma justificativa que atribui particularidade, pessoalidade ao caso em questão. Ou, o contrário, a “casa” também pode ser englobada pela “rua”. Por exemplo: quando, da instituição de discursos e hábitos no âmbito das leis, muitas vezes feita autoritariamente, força-se situações em que as relações devem se submeter a normas que não teriam nenhum sentido se a prática social fosse levada em consideração (DaMatta, 1997).

Isso nos permite compreender quão particular é a condição moderna no Brasil. As particularidades do processo de modernização e individualização da sociedade brasileira não são em nada semelhantes à modernidade que se descreve como ocidental, geralmente baseada na realidade européia. Não é que as teorias mais gerais sobre as sociedades individualistas e modernas – ou pós-modernas - não se apliquem à realidade do Brasil, porém, elas precisam ser lidas dentro de um quadro de referências específicas desta sociedade. Nelas, os indivíduos é que são fundamentais. Todavia, aqui, as relações é que continuam sendo o mais importante.

Ainda assim, a idéia de uma individualização da igualdade conciliada à da singularidade pode nos ajudar, sim, na compreensão de como são as relações contemporâneas no Brasil, na medida em que tal concepção de indivíduo continua influenciando a forma como nossa sociedade vem se transformando. No entanto, torna-se imprescindível considerar que aqui tais formulações são adaptadas à nossa forma de viver, dentro da qual é atribuída grande importância aos vínculos relacionais. Isso muda por completo as condições de um processo de individualização, mas não impede que ele aconteça, pode-se afirmar.

2.2.

Laços sociais numa sociedade individualista

O que caracteriza uma sociedade individualista é o fato de o indivíduo ser um valor central na vida social. Não significa uma sociedade onde as pessoas sejam egoístas, indiferentes ou não-civilizadas. Ao contrário, as relações individualistas, conforme Singly (2007), dão os contornos de uma democracia e podem ser vistas como uma forma de humanismo, pois é dentro delas que cada ser humano pode se desenvolver e tornar-se ele mesmo.

Esta pesquisa, em que se questiona se constituir uma família faz parte ou não dos anseios dos indivíduos, inscreve-se em um quadro mais amplo pelo qual são interrogados também os laços sociais contemporâneos. A importância de se constituir uma família, do ponto de vista do indivíduo, está estreitamente ligado às características de cada sociedade, mais especificamente à configuração de valores dentro da qual as formas de vinculação social são definidas. O investimento subjetivo dos indivíduos nas relações, seja num casamento ou na procriação, está necessariamente ligado à função que elas têm na sociedade, em cada contexto histórico-social.

Por isso, o problema da nossa pesquisa está articulado à discussão sobre as formas de vinculação social contemporâneas, de forma atenta às especificidades do vínculo social nas sociedades individualistas.

Diferentes autores discutem os laços sociais na contemporaneidade. Partiremos das contribuições de Paugam (2009), Elias (1994), Giddens (1993; 2002), Singly (2005), Velho (1986; 1999) e Maffesoli (1987) para explorar tal temática.

2.2.1.

Solidariedade orgânica e pluralidade de vínculos

O laço social - expressão usada hoje para designar o desejo de se viver junto, a vontade de religar os indivíduos dispersos, a ambição de uma coesão profunda da sociedade no seu conjunto, conforme Paugam (2009) - é inseparável da consciência que as sociedades têm delas mesmas, das concepções que elas produzem a respeito delas mesmas.

Segundo Paugam (2009), o vínculo social pode ser entendido como algo que se constitui fundamentalmente por meio da solidariedade entre os membros da sociedade. Trata-se de uma moral compartilhada por todos, a qual possibilita a fundamentação de toda vida coletiva. O autor indica dois tipos de solidariedade constitutivos do vínculo social: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica. A solidariedade mecânica corresponde à solidariedade por similaridade e remete às sociedades tradicionais, nas quais as pessoas são pouco diferenciadas umas das outras, compartilhando os mesmos sentimentos, obedecendo às mesmas crenças e aderindo aos mesmos valores. A solidariedade orgânica é a forma oposta e caracteriza as sociedades modernas. Nestas, o que faz o laço social é a interdependência das funções, a qual confere a todos os indivíduos, mesmo sendo eles diferentes, uma posição social precisa.

A solidariedade orgânica obriga os indivíduos a uma construção identitária que passa pela busca de uma valorização pessoal constantemente submissa ao olhar do outro. O reconhecimento nasce da participação na vida social. Portanto, autonomia crescente não gera distanciamento, mas interdependências mais estreitas com os outros membros da sociedade.

O vínculo social não pode ser analisado sem referência à pluralidade de formas de ligação do indivíduo aos grupos e à sociedade em seu conjunto. Paugam (2009) propõe quatro tipos de vínculos sociais definidos a partir das dimensões de proteção e reconhecimento. São eles: vínculo de filiação, vínculo de participação eletiva, vínculo de participação orgânica e vínculo de cidadania. Esses quatro tipos de vínculos são complementares e entrecruzados nas sociedades modernas. Eles constituem o tecido social que envolve o indivíduo, podendo, então, fazer referência à sua nacionalidade, à sua profissão, aos seus grupos de pertencimento, às suas origens familiares.

Segundo o autor, em cada sociedade esses quatro tipos de vínculo constituem a trama social que preexiste aos indivíduos e a partir da qual eles são chamados a tecer seus pertencimentos ao corpo social pelo processo de socialização. Nas sociedades modernas, as relações amorosas, assim como as relações de amizade, inscrevem-se na categoria dos vínculos de participação por escolha. Elas podem se romper mais facilmente, pois cada pessoa é livre para manter ou desfazer esse tipo de relação. Uma ruptura nesses laços não é vivida sem sofrimento, pois ela se traduz na modificação da imagem “eu-nós” e repercute sobre o conjunto da rede relacional da pessoa.

A transformação global das sociedades caracteriza-se não somente por uma transformação do vínculo social, mas também por uma redefinição progressiva da relação entre os diferentes tipos de vínculo social. Assim, compreende-se que a força dos laços familiares numa sociedade tradicional se devia muito à extensa função que as relações familiares tinham. Mas, nas sociedades modernas, a família teve suas funções distribuídas para outras instituições, de modo que, hoje, se ela não deixou de ser inevitável como grupo-nós, é porque passou a ter novas funções.

O fato de hoje os vínculos sociais terem um caráter escolhido, não obrigatório, não os torna menos forte do que eram nas sociedades tradicionais. Não significa de modo algum o isolamento dos indivíduos uns em relação aos outros. Existe, de fato, laço social, mas esse laço permite maior mobilidade aos indivíduos. O que muda é que, nas sociedades modernas, os indivíduos não são obrigados a repetir o que faziam seus pais. Eles podem escolher o que fazer. Afrouxados os laços que, nas sociedades antigas, prendiam homens e mulheres a seu grupo de origem, transforma-se a forma de ancoragem do indivíduo às relações familiares. Ela se faz, hoje, numa relação que ressalta a autonomia e a singularidade de cada um.

Por tudo isso, uma reflexão sobre os laços sociais e familiares não deve prescindir da influência do avanço da individualização nas relações. Esta pesquisa se inscreve, assim, dentro da problemática da constituição do laço social na contemporaneidade, na medida em que os planos dos indivíduos de formar uma família, casar-se, ter filhos estão diretamente ligados às funções atribuídas a estes vínculos na nossa sociedade.

Assim, pensar em constituir uma família, ou não, está relacionado com o problema do vínculo social na contemporaneidade na medida em que os laços familiares consistem em uma rede social importante para o indivíduo no cenário da contemporaneidade. São as experiências dos indivíduos relacionadas à importância desses laços, inclusive aquelas experiências vividas dentro de suas próprias famílias de origem, que darão sentido aos seus projetos futuros.

Pode-se questionar: Quais as outras redes, além da família, que dão suporte ao indivíduo hoje? O que faz com que constituir uma família, casando-se e/ou tendo filhos, seja uma das escolhas das pessoas? Por que, e mediante que processos, estes planos chegam a se realizar? Afinal, que importância esses vínculos podem ter para os indivíduos hoje?

2.2.2.

A balança Eu-Nós

Uma importante contribuição para o entendimento da especificidade dos laços sociais na contemporaneidade é dada também por Elias (1994). Partindo das concepções de individualismo da igualdade e da singularidade, o autor examina as repercussões da crescente individualização na estruturação dos laços sociais modernos.

Segundo ele, as sociedades de indivíduos são sociedades em que há grandes possibilidades de individualização. Isso implica em uma maior diversidade de comportamentos e experiências pessoais. As pessoas tornam-se de fato diferentes e também mais conscientes dessa diferença. Aliás, essas diferenças até assumem um valor especial, pois, nas sociedades onde os indivíduos são mais individualizados, conforme Elias (1994), ser diferente torna-se um ideal.

À medida que a sociedade se torna mais complexa, os indivíduos têm diante deles um número crescente de opções, de escolhas, de possibilidades para seguir suas vidas. A imposição da escolha obriga os indivíduos a terem que tomar decisões por eles mesmos, forçando-os a serem cada vez mais autônomos e até, de certo modo, mais isolados em suas relações com os outros.

O tipo de laço social que se constitui numa sociedade de indivíduo é, conforme Elias (1994), uma vinculação de egos, o que pode ser compreendido pelo que o autor apresenta como “balança nós-eu”. Segundo ele, não há

identidade-EU sem identidade-NÓS. Em qualquer sociedade, os indivíduos estabelecem relação com os outros; o que varia de uma sociedade de indivíduos para outras mais tradicionais é a ponderação desses termos na balança.

A relação do “eu”, o indivíduo, com o “nós”, a sociedade ou o grupo, está diretamente ligada às possibilidades de individualização em cada contexto social. Quanto mais individualista for uma sociedade, mais a balança nós-eu pende para a identidade-EU. Nas sociedades menos individualistas, o indivíduo é mais estreitamente ligado à família ou à aldeia nativa, a qual se constitui como o núcleo de sua identidade-NÓS. Já nas sociedades mais individualistas, a relação de cada pessoa com esses grupos é bastante diferente, pois, deslocando-se o EU para o centro das relações, afrouxando os laços que os indivíduos estabelecem com os grupos sociais, eles têm a possibilidade de escolher entre diversas referências. É assim que se caracteriza uma balança nós-eu que pende mais para a identidade-EU.

Mas, mesmo nas sociedades em que a identidade-EU é mais forte, a identidade-NÓS continua existindo. O que muda numa sociedade mais ou menos individualista é o ajuste entre eles. Tal ajustamento vai se definir por meio de processos históricos. Assim, Elias (1994) afirma:

Desde a Idade Média, o equilíbrio entre a identidade-EU e a identidade-Nós passou por notável mudança, que pode ser resumidamente caracterizada da seguinte maneira: antes a balança entre as identidades-NÓS e EU pendia maciçamente para a primeira. A partir do Renascimento, passou a pender cada vez mais para a identidade-EU. Mais e mais frequentes se tornaram os casos de pessoas cuja identidade-NÓS enfraqueceu a ponto de elas se afigurarem a si mesmas como eus desprovidos de nós (p.161).

Ocorre que, nas sociedades individualistas da contemporaneidade, as diferenças entre as pessoas, suas identidades-EU, tendem a ser mais valorizadas do que aquilo que elas têm em comum, sua identidade-NÓS. Nesse contexto, onde se valoriza a liberdade e a individualidade, o indivíduo tem maior autonomia em relação aos grupos aos quais ele está ligado. Ele tem que contar muito mais consigo mesmo para conduzir sua vida e para estruturar sua identidade. Trata-se justamente de uma forma de interação onde o “eu” se sobrepõe ao “nós”, o que faz com que, de certa maneira, os laços se tornem mais frágeis, mais vulneráveis ou instáveis.

2.2.3.

Reflexividade das relações

Uma outra importante característica dos laços sociais nas sociedades individualistas pode ser compreendida através do conceito de “reflexividade” (Giddens, 2002; 2003). Uma “relação reflexiva” ilustra a nova concepção de relação que emerge num contexto de exacerbação do individualismo e de grande diversidade social, aspectos marcantes no cenário contemporâneo. Nela está implícita a noção de “relacionamento puro”, cuja lógica está no favorecimento da autonomia e do projeto reflexivo do “eu”.

O aumento das possibilidades de escolha dos indivíduos, a pluralidade de referências culturais e a não imposição da continuidade dos costumes faz com que os indivíduos tenham uma maior margem de manobra para compor sua vida e constituir sua identidade.

Segundo Giddens (2002), os indivíduos contemporâneos têm a possibilidade de escolher o “estilo de vida” que pretendem levar. Um estilo de vida constitui-se por um conjunto de práticas que o indivíduo abraça para si. Trata-se de um conjunto de hábitos e orientações sobre como agir e quem se é. Mas, para Giddens (2002), juntamente com a possibilidade de escolha do estilo de vida, o que se afirma é o imperativo de que se faça escolhas. Para ele, “Não temos escolha senão escolher” (p.79).

Então, o auto-questionamento dos indivíduos a respeito dos relacionamentos que são estabelecidos passa a ser absolutamente necessário para os indivíduos. Nesse exercício reflexivo, pergunta-se: Como eu me sinto em relação ao outro? Como o outro se sente a meu respeito? São questões que orientam o sujeito duplamente: sobre suas relações e sobre si mesmos, já que tanto os relacionamentos quanto a auto-identidade são projetados reflexivamente (Giddens, 1993).

Nesse contexto, conforme Giddens (1993), vive-se uma transição na ética da vida pessoal. As relações de intimidade, tanto as amorosas como as de parentesco, tendem a se tornar reflexivas. Isso significa que as relações vão deixando de ser tão fortemente reguladas por normas socialmente estabelecidas, passando a ser negociadas conforme os interesses individuais em jogo.

Deste modo, segundo o autor, transforma-se a natureza dos laços interpessoais, na medida em que estão sujeitos a uma negociação maior do que anteriormente estavam. Mesmo nas relações pais-filhos ou entre adultos-idosos, em que há obrigações socialmente pré-determinadas de um tipo de ligação de ambos os lados, a tendência é que o elemento “afeto mútuo”, ou seja, a “qualidade” dos relacionamentos estabelecidos, determine os contornos dos relacionamentos.

De acordo com Giddens (2002), as relações de intimidade hoje se dão mediante o ato da escolha, diferentemente do que ocorria nas sociedades tradicionais, em que o círculo de relações pessoais era determinado muito mais pela posição social do indivíduo do que por critérios individuais. Hoje, o círculo de convivência pessoal de cada um resulta de laços sociais que se constituem por escolhas e não estão, necessariamente, referidos a posicionamentos tradicionais, pois decorrem antes do estilo de vida assumido por cada um.

Nessas condições, o processo de constituição dos indivíduos e das relações sociais é tenso. Aquilo que se constrói está sempre reflexivamente aberto a mudanças. Observa-se o exercício constante de questionamento do próprio sujeito a respeito do sentido das identificações que faz. Desta forma, recai sobre ele a responsabilidade de construir sua trajetória de vida, tornando-o o ponto de sustentação de si mesmo, o que, em outros tempos, se dava por processos exteriores ao eu, como, por exemplo, a imposição da continuidade da tradição.

Falar em relações reflexivas só faz sentido porque fala-se em identidade reflexiva. O projeto reflexivo do eu funda uma nova ética para as relações, onde a moralidade se assenta no valor da autenticidade e, portanto, onde deve-se “ser sincero consigo mesmo”. “Ser sincero consigo mesmo” passa a ser importante dentro de uma perspectiva em que o eu se constitui por meio da sua trajetória, da criação da narrativa biográfica.

Diante disso, modifica-se também o tipo de relação que se busca. Nas condições da contemporaneidade funda-se uma nova concepção de relação, chamada por Giddens (2002) de “relação pura” (p.86). A relação pura não se sustenta por condições exteriores a ela, pela vida social e econômica propriamente dita. Ela “flutua livremente”, buscando o que de “satisfatório” uma relação pode oferecer para os envolvidos.

Assim, por exemplo, entende-se a tendência atual de que um casamento justifique-se pela satisfação que ele traz aos cônjuges. Não estão envolvidos aí interesses econômicos ou sociais das famílias dos cônjuges, nem tampouco a criação dos filhos. A função de uma relação conjugal passa a ser, como aponta o autor, a satisfação de desejos e necessidades individuais.

Giddens (2002) afirma que as relações puras são “reflexivamente organizadas”. Não se pode garantir por quanto tempo se sustentarão, uma vez que elas só dependem de si mesmas, tanto para começar a existir, quanto para permanecer existindo. Atreladas ao projeto reflexivo do eu, as relações puras se caracterizam qualitativamente em função das satisfações subjetivas que produzem em cada um dos indivíduos envolvidos (Giddens, 2002).

Nesse contexto, a intimidade torna-se um valor para os indivíduos e, conseqüentemente, algo a ser perseguido nos relacionamentos. Sempre atravessada pela possibilidade de escolha, a intimidade passa a ser importante para os indivíduos porque, em primeiro lugar, é ela que garante a satisfação emocional dos envolvidos. Em segundo lugar, é principalmente pela intimidade que a confiança e o compromisso se constroem e oferecem alguma sustentabilidade a estas relações, ao contrário do que ocorria anteriormente, quando elas estavam calcadas em âncoras externas (Giddens, 2002).

Os conceitos de “reflexividade das relações” e de “relações puras” podem nos ajudar, nesta pesquisa, a compreender como são os laços construídos entre as pessoas na família; como se sustenta a importância das relações familiares para os indivíduos. Poder-se-ia supor que as relações seriam menos importantes para os indivíduos, na medida em que eles estariam, cada um, centrados mais em si mesmo do que em quaisquer convenções sociais. No entanto, isto seria um erro, não somente porque os indivíduos são, por natureza, interdependentes uns dos outros, mas também porque, no contexto da contemporaneidade, as relações de intimidade têm uma importância fundamental para os indivíduos.

2.2.4.

O outro significativo

É justamente a importância do “outro significativo” no mundo hoje que ressalta Singly (2005). Segundo ele, na contemporaneidade, cada um é livre para

escolher a forma de vida que se deseja, sem ter necessidade de uma legitimidade externa ou uma conformidade social a uma instituição ou, ainda, da moral. A vida privada se estrutura antes sobre o reconhecimento mútuo de pessoas que vivem juntas, sobre o respeito que eles têm um pelo outro. Nesse contexto, a família, enquanto uma rede de relações de intimidade, tem um papel muito importante para os indivíduos.

O “eu” contemporâneo, a identidade individualizada, constrói-se principalmente em um diálogo interior, mas tal fato não suprime a interdependência interpessoal. Ao contrário, justamente, a suficiência e a afirmação extrema de si impede o indivíduo de ser completo, uma vez que é por meio das outras pessoas, pessoas significativas para ele, que o projeto de constituição de si se realiza. Assim, cada indivíduo precisa de pessoas que saibam reconhecer nele alguma coisa, que tenham um olhar pessoal capaz de ver além das aparências associadas a posições sociais. A identidade latente de si não pode ser conhecida senão porque outros a reconhecem como tal e a definem como estritamente pessoal, e não segundo lógicas de pertencimento a grupos ou a outros estatutos.

Deste modo, relações “pessoais” e afetivas são requeridas para propiciar que o “eu” infantil ou adulto se descubra. É por isso, então, que a família contemporânea, menos como instituição do que como espaço das relações afetivas, pessoais e duráveis, é muito importante para o indivíduo contemporâneo. Ela está no centro da construção da identidade individualizada, assegurando, ou tentando assegurar, essa função central de produção identitária, porque dispõe de um modo de funcionamento: o amor pressuposto (no ideal), a gratuidade e a incondicionalidade. O amor e a afeição autorizam a criação de vínculos de confiança, que significam um mecanismo mútuo de revelação de si.

É a família, justamente, que assume em grande parte esta função específica de revelação das identidades latentes. Contrariamente às aparências, a família continua a ter uma importância muito grande na sociedade. Ela continua a contribuir para a reprodução biológica e social da sociedade, mas agora essa função coexiste com uma outra, também importante, a função de revelação de si. A família é o lugar onde os adultos e os jovens, os homens e as mulheres, elaboram esta forma de interioridade que nos leva a nos conceber como seres

dotados de profundidade íntima, e que cria o sentimento de autenticidade, quer dizer, uma certa forma de ser alguém que é a minha, sem imitar a dos outros.

2.2.5.

Metamorfose como lógica das relações na contemporaneidade

Os laços sociais contemporâneos podem ser compreendidos também através da metáfora da vida nas metrópoles. A descrição feita por Velho (1986; 1999) sobre a vida social nas grandes metrópoles pode ser oportuna, pois aquilo que se apresenta como específico de uma metrópole tem uma profunda ligação com o que se intitula de “contemporâneo”. A metrópole pode ser vista como um paradigma de interação de espaços, realidades e pessoas. Ela se constitui, assim, num modelo de mundo que, atualmente, se busca construir mesmo nas pequenas cidades, através, por exemplo, da integração virtual dos espaços.

Considerando a vida complexa das grandes cidades, Velho (1999) aponta que, em meio ao processo de urbanização, ao avanço dos meios de transporte, dos meios de comunicação e da tecnologia, as metrópoles constituem uma área de grande heterogeneidade cultural. Nelas, a ampla variedade de experiências e costumes encontrada e a possibilidade dos indivíduos circularem pelos diversos espaços proporcionam a travessia por dimensões simbólicas distintas.

No entanto, transitar por diferentes mundos, segundo Velho (1999), só é possível quando as pessoas têm capacidade de se adaptar e de se transformar a partir de um contexto social. O autor examina essa capacidade a partir do conceito de “potencial de metamorfose”.

Para Velho (1999), a própria possibilidade de vida social está na interação das diferenças e, tratando-se da vida social das grandes metrópoles, é pela possibilidade de trânsito entre a diversidade de papéis e domínios que ela se constitui. No cenário urbano contemporâneo, a multiplicação das referências culturais à disposição dos indivíduos aumenta sua necessidade de se metamorfosear. É graças à sua capacidade de adaptação frente aos vários contextos simbólicos que eles podem viver os múltiplos papéis e experimentar a vida social em locais distintos.

A capacidade de adaptação dos indivíduos a diversos contextos culturais é apontada por Velho (1999) como algo fundamental para sua sobrevivência na

esfera social contemporânea, pois é justamente ela que permite que o indivíduo se desloque por diferentes domínios sem sofrer grandes danos em sua subjetividade. Lado a lado às transformações dos aspectos sócio-culturais estão certas produções específicas da subjetividade.

Segundo o autor, o “potencial de metamorfose” é algo que a cultura contemporânea suscita nos sujeitos, demonstrando ser essencial a interação entre os processos subjetivos e sociais. O “potencial de metamorfose” consiste, portanto, em uma exigência profunda da sociabilidade contemporânea que possibilita que todos possam participar dos inúmeros códigos e universos constituídos.

Apesar do “potencial de metamorfose” desenvolvido pelos indivíduos contemporâneos, transitar por diferentes mundos gera tensão. Circular em meio à grande diversidade cultural que se apresenta nas sociedades metropolitanas pode transformar-se para os indivíduos em ameaça de fragmentação, pois os indivíduos são levados a viver múltiplos papéis, muitas vezes incompatíveis sob a ótica linear. A coexistência de diferentes configurações de valores, que marca a vida na sociedade moderna, pode gerar uma ambivalência nos indivíduos com a qual eles podem lidar, ou aderindo vigorosamente a uma ordem de valores, ou circulando entre vários estilos de vida e participando deles de forma limitada.

O que ocorre com o indivíduo ao circular entre os diversos mundos das metrópoles contemporâneas pode ser entendido também a partir dos conceitos de “campo de possibilidades” e “projeto”, desenvolvidos por Velho (1981; 1999).

Para ele, o “campo de possibilidades” surge com as alternativas construídas ao longo da história e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da cultura. Os projetos se formam e se implementam a partir desse espaço de dimensão sócio-cultural que é dado pelo “campo de possibilidades”. Eles não são abstratamente racionais, mas resultam de construções calcadas nas circunstâncias, no “campo de possibilidades” em que o sujeito se encontra.

O que está na base da idéia de projeto é a idéia de que os indivíduos podem fazer escolhas. Escolher é algo possível somente quando as relações se destituem de obrigações tradicionais.

Nas sociedades heterogêneas, o “projeto” precisa ser permanentemente reelaborado, dada a grande multiplicação e fragmentação dos domínios e das variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas. Com isso, a todo

momento os indivíduos têm suas identidades colocadas em cheque, pois os projetos que constroem para si mesmos e as possibilidades de realização destes dependerão sempre do jogo que se faz a partir do fato de ter que transitar por diferentes mundos (Velho, 1981; 1999).

Recapitulando, por diversos motivos, verifica-se nas metrópoles uma maior possibilidade de troca cultural pelos indivíduos e diversificação das formas de vida social. Nesse contexto, uma escolha não é um fenômeno puramente interno, subjetivo. Está sempre submetida a um projeto que se formula dentro de um campo de possibilidades e, por isso, é circunscrita histórica e culturalmente.

Maffesoli (1987) apresenta uma leitura um pouco diferente da de Velho a respeito da vida social na contemporaneidade. Para Maffesoli (1987), a vida social da contemporaneidade abre aos indivíduos não somente a possibilidade de escolher, mas também a de combinar. Isso é uma característica forte da vida social nas grandes cidades contemporâneas.

O autor considera que existe uma “tendência a combinar-se”, que é a base de toda sociedade. Com isso, ele defende a idéia de que as pessoas procuram naturalmente as outras por terem a necessidade de estabelecer relações. Elas se ligam umas às outras pela cultura, pela comunicação, pelo lazer etc. E essa necessidade de ligação está calcada na afetividade dos indivíduos.

Desta forma, ressalta-se a importância do afeto na vida social. Para ele, o indivíduo não vive sozinho. Existe uma propensão dos indivíduos ao reagrupamento, o que indica que a vida comum é um valor em si para qualquer indivíduo, em qualquer cultura.

Maffesoli (1987) considera “caducas” as concatenações que se baseiam em formulações individualistas para se referir à vida social contemporânea, pois, para ele, a vida social hoje está revestida de outros elementos e se sustenta a partir de outra lógica. Ele afirma que é preciso lançar mão de metáforas que acentuem o aspecto confusional da sociabilidade, entendendo que essa “confusão” é parte da organização social que se institui.

Para ele, a sociabilidade dos dias atuais toma uma forma específica e se caracteriza pela fluidez, por reuniões pontuais e pela dispersão. Diante disso, o autor lança mão da metáfora das tribos para explicar como se constitui a vida social na contemporaneidade.

Segundo ele, a vitalidade das tribos metropolitanas só pode ser compreendida a partir da noção de costume. Costume, segundo o autor, remete ao banal, à vida cotidiana, ao que se tem como usual no dia-a-dia. É por meio desta noção que se pode entender o significado e a importância do “estar junto” para as relações que se constituem.

Na lógica das tribos, o que liga cada um ao outro é algo que eles compartilham e que nem sempre é verbalizado. O simples convívio em um espaço pode ser suficiente para que o laço social se constitua, uma vez que, para a vida social contemporânea, a experiência do contato – seja ele visual ou virtual - é o elemento determinante. Partilhar de mesmos emblemas pode propiciar a identificação e o reconhecimento de si e do outro.

Maffesoli (1987) ressalta também que, hoje, as relações têm como cimento a emoção. Apesar da pluralidade de elementos que constituem a vida social, existe sempre uma ambiência específica que torna as pessoas solidárias umas com as outras. Forma-se, assim, uma sensibilidade coletiva que é a base das relações de hoje em dia.

É essa sensibilidade coletiva que, conforme o autor, forma a aura específica da sociabilidade dos tempos atuais. Com ela, fundamenta-se um modo de convívio que se faz pelo “estar junto”, numa relação de amizade, desinteressada, sem projetos e pontual, onde os sujeitos estão inseridos num processo de correspondência e de participação que privilegia o todo social.

Isso porque a sociabilidade na contemporaneidade, de acordo com este olhar, segue a lógica da fusão. A partir dessa lógica, criam-se uniões “em pontilhado”. Nessas uniões, estabelecem-se relações ocas pela interação e pelo contato que acontece entre as pessoas nas diversas situações. Esse contato determina a fusão da pessoa ao grupo naquele momento. Mas essa fusão é fluida. Ela não é estável e, por isso, a dispersão do grupo pode ocorrer a qualquer momento. Isso é o que Maffesoli (1987) chama de lógica tribal.

Nesta versão da vida social da cidade contemporânea, encontram-se diversos grupos, depara-se com suas diferentes formas de explorar o mundo. Os indivíduos podem se agregar a um deles em certa ocasião, identificando-se com suas formas de agir, de vestir, de gesticular, de sentir e de pensar. Mas, a qualquer momento, podem sair e circular em outros microgrupos ou tribos.

Segundo o autor, no cenário urbano contemporâneo, é justamente por meio de relações heterogêneas que a sociabilidade se fundamenta. Diante da heterogeneidade de valores e linguagens, o estranho passa a desempenhar papel fundamental na vida social que se constitui, engendrando uma forma de viver em comum. Por isso, na vida social das grandes cidades, onde se evidenciam as heterogeneidades, o que é diferente não pode ser qualificado como “marginal”, mas como elemento que se mistura às outras formas de cultura e dá origem a novas formações. Nelas, o cimento da vida social pode ser, justamente, aquilo que divide, que marca a diferença.

Neste tópico, a idéia de metamorfose para descrever os laços sociais contemporâneos justifica colocar lado-a-lado Velho e Maffesoli, num diálogo que enfatiza a diversidade de possibilidades de inserção social do indivíduo e, por isso, a forma fluida com que os vínculos são estabelecidos. Para retomar, por fim, a nossa questão de investigação, atenta-se para as repercussões desta forma de ligação social no que se refere à forma como se concebe uma família. Afinal, são também fluidos os laços familiares?

Da mesma forma, as leituras acima apresentadas a respeito dos laços sociais na contemporaneidade são consideradas igualmente importantes para a contextualização da problemática do presente estudo. É dentro deste quadro que a nossa questão encontra legitimidade. Acreditamos que, apesar de cada uma delas enfatizar aspectos diferentes do mundo social, elas são complementares e, assim, coerentes quando postas lado a lado.

2.3.

E a família, como fica?

O engajamento das pessoas em um projeto de ter uma família, casando-se e tendo filhos, não é natural, mas socialmente constituído. É somente considerando cada contexto sócio-cultural especificamente que se pode compreender os significados atribuídos às relações familiares e os motivos pelos quais casar ou ter filhos torna-se algo desejado pelos indivíduos.

No contexto da contemporaneidade, a idéia de individualismo da igualdade e da singularidade, gera um tipo de laço social que tem no indivíduo seu centro. Assim, pode-se compreender a interdependência de vínculos, a balança eu-nós, a

reflexividade das relações e o potencial de metamorfose como formas de constituição do elo social. É neste contexto que são criadas as expectativas dos indivíduos contemporâneos sobre suas vidas de uma forma mais ampla, expectativas estas socialmente compartilhadas pelos modelos sociais de trajetórias de vida. E dentro dos modelos de trajetória de vida se inscreve o engajamento dos indivíduos em um projeto de ter uma família. Um dos objetivos deste estudo foi o de explorar a relação entre os modelos sociais de trajetórias de vida e o engajamento na constituição de uma família, considerando que os motivos para tal engajamento estão muito ligados à importância dos vínculos familiares na sociedade.

Por isso, nos perguntamos: e a família, como fica? Na contemporaneidade, a idéia de igualdade quantitativa problematiza a função hierárquica na instituição familiar, enquanto que a desigualdade conferida pela singularidade do indivíduo propicia o surgimento de um ideal de liberdade, onde cada um é reconhecido como alguém original. A família pode ser pensada como um local que agrega diferentes eus e, dentro dela, as relações que se estabelecem não devem impedir que cada um seja “um”. Às relações familiares contemporâneas importa, assim, o desenvolvimento de individualidades. Então, sendo o indivíduo, igual e singular, um valor central, pode-se ver nas famílias um tipo de articulação interpessoal que privilegia o respeito às diferenças individuais e a liberdade para viverem suas distinções.

Uma repercussão importante desta configuração das relações familiares é a instabilidade que se cria nos casamentos. Sendo o indivíduo o centro das relações, um amor “livre” de convenções sociais afirma-se como a base de sustentação dos relacionamentos amorosos, tornando pouco valorizados e almejados os casamentos tradicionalmente mantidos por razões sociais, institucionais. Assim, baseado nessa concepção de amor, legitima-se o divórcio, entendido como um ato libertador de indivíduos presos a relacionamentos pessoalmente pouco apreciados. Devido à possibilidade socialmente validada de se divorciar - como consequência da valorização social do indivíduo e, por sua vez, do amor -, subverte-se radicalmente a ordem social e familiar das sociedades tradicionais, provocando uma redefinição do que é família.

É importante destacar, assim, que o advento do divórcio impulsiona e é impulsionado por outras mudanças na vida social, tais como: a divisão do

trabalho, a ocupação das esferas públicas e privadas, tradicionalmente baseada em distinções sexuais, e a redefinição dos parâmetros pelos quais se definem as identidades dos indivíduos. Todas essas outras mudanças que acompanham o processo de instituição do divórcio estão articuladas entre si, pois, para que o divórcio se tornasse uma realidade, foi preciso acontecer a inserção da mulher no mercado do trabalho, a reestruturação do modelo de mulher “dona-de-casa” e de homem “provedor”, a reconstrução da idéia de complementaridade feminina-masculina baseada em distinções rígidas entre homens e mulheres, a desconstrução de um modelo de família baseado em um casamento eterno, enfim, a reestruturação dos modelos de trajetórias de vida de homens e mulheres - tudo isso ocorrendo ao mesmo tempo. Está aí o motivo de Singly (2007) afirmar que para que a individualização das relações sociais e familiares de fato ocorresse foi preciso que muitas mudanças acontecessem.

Assim, esta pesquisa de doutorado explorou o processo de individualização das relações familiares na contemporaneidade no Rio de Janeiro. As mudanças sociais aqui vividas nas últimas décadas correspondem exatamente ao processo de instituição do individualismo como configuração de valor central para as relações. Tratamos aqui da articulação de duas dimensões envolvidas na implementação do individualismo nas relações: as mudanças nos modelos de trajetórias de vida e na definição do que se entende como família – ambas muito relevantes para o processo de transformação dos laços contemporâneos.

O fato de se ter como cenário de estudo a cidade do Rio de Janeiro traz especificidades à nossa investigação. Ainda que todas as discussões mais gerais sobre o indivíduo moderno e a contemporaneidade se apliquem à realidade da vida social desta metrópole, há de se levar em consideração as particularidades da sociedade brasileira a fim de evitar generalizações descabidas.

Uma dessas particularidades do mundo social brasileiro contemporâneo é a conciliação de valores familísticos, tradicionais, com valores individualistas. O processo de transformação das relações familiares que ocorre na contemporaneidade não prevê a substituição completa dos ideais hierárquicos pelos ideais individualistas. O que se verifica é a coexistência tensa desses valores, legitimando a formação, tanto de modelos de relações familiares igualitárias, como de modelos hierarquizados (Duarte, 1995).

Vitale (1997) e Vaitsman (1994) também apontam essa dualidade de referências como uma característica do contexto brasileiro. Em termos de ideários de família, duas dimensões fundamentais coexistem hoje: os ideais de família hierárquica e os de família igualitária.

As famílias hierárquicas são, segundo a autora, aquelas que se estruturam a partir de uma definição clara de papéis, de posições por idade e por sexo, bem como de uma moralidade calcada nos modelos de autoridade. Já as famílias igualitárias se caracterizam pela introdução de valores individualistas e igualitários e por uma moral mais complacente (Vitale, 1997).

Para a autora, as transformações que vêm ocorrendo na família contemporânea apontam para a coexistência do hierárquico e do igualitário na configuração das relações, e não para a superação de um modelo por outro. Assim, não havendo mais um modelo de família dominante, a família sobrevive justamente por combinar estratégias e recursos tradicionais e modernos. Por isso, verifica-se a existência de uma pluralidade de padrões de casamento e família convivendo com o modelo de família conjugal moderna (Vaitsman, 1994).

A valorização dos indivíduos está, segundo Velho (2001), relacionada à nova sociabilidade que se constituiu, na contemporaneidade, diante das intensas transformações tecnológicas e sociais, principalmente a partir de condições surgidas com a urbanização, dentre as quais o autor ressalta a ampliação das redes de relação. Nesse contexto, as formas de vinculação social se modificaram, influenciando também as relações familiares.

Entretanto, Velho (2001) pondera também que, no Brasil – ou melhor, no Rio de Janeiro –, o que ocorreu foi um mecanismo de conciliação entre valores tradicionais, familísticos, e valores modernos, individualistas, que legitimou novas formas de articulação entre os indivíduos e suas famílias. Ainda que as formas mais tradicionais de família - em que as hierarquias e os papéis são bem definidos - continuem existindo, os novos valores advindos das transformações surgidas na contemporaneidade tornam legítima uma diversidade de formas de se constituir a vida em família.

Pensando sobre esta conciliação de valores, pode-se pensar também que, pelo fato de valores individualistas não substituírem valores familísticos, talvez persista dentre as diversas formas de família legítimas da contemporaneidade algum sentido de família tradicional, ligado à hierarquia e às tradições.

O poder de influência da família tradicional no imaginário contemporâneo pode ser observado quando Silveira (2002) descreve a surpresa que teve quando, num estudo realizado com crianças institucionalizadas, ao pedir às crianças que fizessem o desenho de uma família, freqüentemente se deparava com a imagem de uma família nuclear burguesa, obviamente muito diferente das famílias que elas de fato tinham. Tratava-se do desenho de um modelo de família que tinham como ideal.

Assim, a conciliação de valores familísticos e individualistas no Brasil contemporâneo é um dado muito importante para se compreender não somente as novas definições de família que estão surgindo, como também as mudanças que ocorrem paralelamente a elas, como resultado de todo o conjunto de mudanças sociais correspondentes à escalada do individualismo. A persistência de padrões tradicionais também para outros eventos em transformações no contexto brasileiro, tais como a inserção da mulher no mercado do trabalho, a “reestruturação” do modelo de mulher “dona-de-casa” e de homem “provedor”, a “reconstrução” da idéia de complementaridade feminina-masculina baseada em distinções rígidas entre homens e mulheres, a desconstrução de um modelo de família baseado em um casamento eterno, enfim, a reestruturação dos modelos de trajetórias de vida de homens e mulheres – também pode ser o reflexo da referida conciliação de valores no contexto brasileiro. Atentar para tal fato nos protege, então, de deturpar a realidade brasileira em nossas análises, trazendo às nossas interpretações um sentido mais coerente para as mudanças contemporâneas vividas no contexto brasileiro.

3.

Trajетórias de Vida Sem Padrões Rígidos

Os acontecimentos da vida têm suas dimensões definidas dentro de limites sociais e culturais. Da mesma forma, uma biografia é atravessada por produções históricas próprias de um determinado tempo. Isso faz com que estilos de vida, ideologias, sentimentos só possam ser compreendidos no seu contexto (Carreteiro, 2003).

A perspectiva da trajetória de vida se interessa em conhecer a maneira com que o desenrolar da vida é codificado e organizado socialmente e culturalmente. Como paradigma, ela coloca em evidência a interdisciplinaridade inerente ao modo como a vida acontece, pois é resultado: a) de processos desenvolvimentais biológicos e psicológicos; b) de processos de regulação social próprios de cada contexto sócio-cultural; e c) da elaboração individual, um trabalho de reflexividade realizado dentro das limitações postas por a) e b) (Lalive D'Epina y et al, 2005).

As trajetórias de vida, definidas como uma dimensão própria da estrutura social, conforme Lalive D'Epina y et al (2005), são reguladas por modelos socialmente produzidos, os quais delimitam as possibilidades e impossibilidades oferecidas aos indivíduos em um dado contexto. Um modelo de trajetória de vida é regulado materialmente e simbolicamente, ou seja, por referências da vida concreta (por exemplo: o curso escolar, a passagem à aposentadoria, etc.) e por referências que influenciam os pontos de vista dos indivíduos. Já o trajeto percorrido em uma vida é o resultado de uma construção realizada pelo sujeito tendo como base os modelos de trajetória de vida disponíveis em um contexto histórico-social.

Como afirma Goldani (1990), a abordagem da trajetória individual enriquece a compreensão das relações que se estabelecem na família, pois propicia a compreensão das transformações ocorridas dentro dela como parte de um processo mais amplo de mudanças sociais. O reconhecimento da relação de interdependência entre processos individuais e formas de estruturação da vida

social conduz a um entendimento mais completo dos processos familiares, reconhecendo sua inserção em um determinado contexto histórico social.

Dentro desta perspectiva, pode-se questionar, por exemplo: Em que medida, na modernidade e na contemporaneidade, constituir família faz parte do modelo social que regula as trajetórias de vida de um indivíduo? Por que as pessoas optam por se casar e ter filhos ou não? O que estaria por trás da decisão de se divorciar ou não? Mudanças nos papéis sociais atribuídos à mulher e ao homem estariam alterando as relações familiares? Como?

Neste capítulo, discutiremos a influência do individualismo na institucionalização de modelos sociais de trajetórias de vida dos indivíduos, sem perder de vista as implicações disso para as relações familiares. Para tanto, desdobraremos nossa discussão em dois momentos: primeiro, tratando desta problemática conceitualmente; segundo, analisando-a dentro das especificidades no contexto brasileiro a fim de compreender como a individualização das relações repercutiu nos padrões de trajetória de vida aqui instituídos.

3.1.

Desinstitucionalização da identidade e despadronização da trajetória de vida

3.1.1.

“Identidade do eu” e “curso da vida”

Na contemporaneidade, a centralidade do indivíduo na configuração dos valores sociais propicia a emergência de questionamentos a respeito do processo de formação da identidade pessoal. Tais questionamentos se desdobram em outras indagações - sobre o sentido da vida, sobre o curso da vida e sobre os padrões socialmente instituídos de “trajetória de vida”.

Isso, pois, como afirma Bauman (2008), existe uma relação entre individualidade e sociabilidade, que se confirma nos dois sentidos. Tanto é verdade que a individualidade é socialmente produzida como também a sociabilidade, e assim a sociedade compartilhada, depende de como a “individualização” é incorporada na prática das relações sociais. Portanto, as

discussões sobre identidade e curso da vida são necessariamente imbricadas uma à outra.

Ainda que a produção da “identidade do eu” envolva dimensões mais particulares do sujeito, como a sua constituição biológica e psicológica, com seus mecanismos psíquicos complexos, ela não deve ser vista como um produto puramente individual; e nem, tampouco, puramente social. A identidade e a subjetividade de maneira geral são, ao mesmo tempo, uma produção idiossincrática do sujeito – diz respeito à sua história pessoal e familiar, que é distinta da história das outras pessoas - e o resultado de processos que operam na dimensão social - onde encontram-se as particularidades do contexto sócio-cultural local.

Segundo Kaufmann (2004), o indivíduo é um processo dinâmico, aberto, e nele o social e o individual estão intimamente imbricados de uma maneira bastante complexa. Os quadros sociais não lhes são exteriores e, portanto, o indivíduo é ele mesmo matéria social.

O fato de a identidade ter se tornado tema de reflexão é uma consequência de processos intrínsecos à modernidade. Segundo o autor, a escalada das discussões sobre identidades vem justamente da desestruturação das comunidades, provocadas pela individualização da sociedade. Daí o fato de o indivíduo integrado na comunidade tradicional não se colocar problemas identitários tais como se faz nos tempos atuais. Enquanto subordinada à tradição, uma comunidade se auto-regulava e apontava de ante-mão certos parâmetros através dos quais os indivíduos se definiam. Seguindo regras sociais coletivas, uma pessoa tinha sua identidade definida por uma posição social, pelo nome e pelo repertório de papéis sociais que lhe eram atribuídos. Então, identidade, autonomia e individualidade não faziam parte do repertório de elementos que compunha o sujeito social e, por isso, não eram objeto de questionamento. Foi somente na 2ª metade do século XX que o tema da “identidade” - a busca da identidade, a crise da identidade, a perda da identidade - passou a existir, como resultado da desagregação de comunidades e da liberação do indivíduo da imposição das tradições, o que resultou no fato de ter que se auto-definir por si mesmo.

De acordo com Kaufmann (2004) e Martucelli & Singly (2009), a modernidade se constituiu em dois momentos. Em um primeiro momento, criou-se uma espécie de modernidade onde não havia ainda identidades modernas com o

sentido de identidades reflexivas. Modernidade, nesse primeiro momento, indicava uma configuração social onde já existia a noção de indivíduo como centro nas referências, mas ele se encontrava de certa maneira englobado por tradições e convenções sociais. As identidades dos indivíduos eram construídas com base em referências advindas das instituições, de modo que o “destino” de cada um seguia um curso previsível. Os indivíduos, nesse contexto, se baseiam nos papéis sociais instituídos para se definirem, papéis estes produzidos e transmitidos subjetivamente pela socialização.

Em um segundo momento da modernidade surge uma concepção de sujeito autônomo, o indivíduo propriamente dito, cuja identidade se define pelo distanciamento dos papéis sociais de tipos institucionalmente rígidos, hierarquicamente controlados. O indivíduo se constrói, se define, se engaja na vida de forma inovadora, em resposta à tendência à desarticulação, flexibilização e multiplicidade dos papéis sociais em relação às instituições.

Assim, diferenciam-se os indivíduos da 1ª e da 2ª modernidade, conforme Kaufmann (2004): o que há de novo na 2ª modernidade é, não a emergência de uma representação de si, mas o lugar que esta representação ocupa no processo de construção da realidade. Mesmo subordinado aos padrões socialmente definidos, o indivíduo da 1ª modernidade desenvolvia uma representação de si e refletia sobre o sentido da vida. Mas, devido à sua submissão “completa” ao que era instituído pelos códigos sociais, sua personalidade e suas idéias eram como um reflexo da sociedade, uma expressão direta das instituições daquele mundo ao qual ele pertencia.

Na 2ª modernidade opera, segundo Kaufmann (2004), uma revolução identitária. Nela o reflexo que a sociedade projeta na subjetividade do indivíduo é a reflexão, uma reflexão sobre si, profundamente pessoal. Aqui, a identidade resulta dessa reflexão, tomando os papéis sociais, que, nesse contexto, são múltiplos, apenas como um anteparo. Então, o que caracteriza o indivíduo da 2ª modernidade é o fato de ele não ser mais completamente subordinado aos papéis sociais rigidamente instituídos. A pluralidade de referências culturais permite que o indivíduo mergulhe em uma busca identitária, em um espaço de experimentação.

Isso nos permite falar de duas modalidades de identidade produzidas: uma identidade que se define por estatutos sociais e outra pelo reconhecimento pessoal

(Singly, 2005; Martucelli & Singly, 2009). Em uma, há o “eu estatutário”, que corresponde à identidade formada pela identificação com papéis socialmente instituídos; na outra, há o “eu pessoal”, correspondente a uma representação de si formada a partir do reconhecimento produzido em relações com outros significativos, pessoas do convívio pessoal, com quem se estabelece relação de intimidade, dentro das quais se é reconhecido como alguém singular e original.

Na 2ª modernidade há a conjugação dessas duas formas de processamento identitário, mas a ênfase é dada ao segundo tipo. Assim, de acordo com Martucelli & Singly (2009) e Singly (2005), mesmo que o indivíduo se defina através de uma dupla dimensão, que inclui a dimensão do eu estatutário e a dimensão do eu pessoal, na 2ª modernidade o processo de individualização depende da capacidade do sujeito de se distanciar de seus pertencimentos e de referências para que possa explorar novas dimensões de si e estabelecer novos vínculos. Portanto, ainda que não se elimine a existência da identidade estatutária, ela é uma referência apenas parcial para aquilo que define alguém.

Retomando, então, Kaufmann (2004), a individualização da sociedade é um longo processo, com raízes distantes no tempo. A modernidade durante muito tempo se instituiu partindo do “alto” da sociedade, vindo de cima, de programas institucionais, de formas antigas de socialização disciplinar. A primeira metade do século XX era ainda dominada por esse modo de produção de indivíduos. Mas, dezenas de anos depois, ocorreu uma inversão nesse processo, fazendo com que os sentidos do “eu” não viessem mais do alto, dos deuses, da hierarquia, mas de si mesmo, provocando a ascensão do sujeito ao centro da cena da sua própria vida. Então, fala-se de uma identidade que não se constitui como algo “vindo de fora”, em correspondência direta às instituições sociais, mas que se constitui através de um diálogo estabelecido consigo e com os outros.

Afirma-se, assim, que a identidade do eu se estrutura através de *self-schemas*, resultantes da sua história pessoal, constituído por meio de um diálogo interior no seio do qual está uma reflexão sobre o sentido da vida. Está aí a tese principal de Kaufmann (2004): *“l’identité est un processus, historiquement nouveau, lié à l’émergence du sujet, et dont l’essentiel tourne autour de la fabrication du sens”*(p.82).

Fabricação dos sentidos não é algo simples de se realizar. A imagem de um ego cansado ilustra as dificuldades envolvidas em tal tarefa. Entre

reflexividade e chegar a ser um “eu mesmo” há contradição, pois a referência desta revolução operada pelo sujeito é um modelo de totalidade. Então, a identidade pode aparecer, não como algo a ser construído, mas a ser encontrado. Como consequência, ocorre o esgotamento de si, decorrente da busca incessante de objetos que não têm verdade em si (Kaufmann, 2004).

Para Bauman (2008), individualização significa emancipação do indivíduo da determinação atribuída, herdada e inata do caráter social dele ou dela. Consiste em transformar a identidade de uma coisa “dada” em uma “tarefa”, ficando a cargo de cada um se transformar em quem ele é. A identidade deixa de ser determinada pela posição social ocupada pelo indivíduo e passa a ser autodeterminada, ficando a cargo de cada um se transformar em quem ele é.

O autor ressalta que, em um contexto de “modernidade líquida”, o ajustamento sociabilidade-individualidade se caracteriza pelo fato de as referências, colocações e lugares sociais, nos quais os indivíduos se apóiam para sua auto-produção, estarem se derretendo rapidamente. Por isso, o “problema da identidade” ganhou nova forma atualmente. Então, nas palavras do autor:

(...) a incerteza que atormenta os homens e as mulheres na passagem do século XX não é tanto como obter as identidades de sua escolha e tê-las reconhecidas pelas pessoas à sua volta - mas *que* identidade escolher e como ficar alerta para que outra escolha possa ser feita em caso de a identidade antes escolhida ser retirada do mercado ou despida de seu poder de sedução (Bauman, 2008, p.187).

Por isso, segundo Bauman (2008), seria mais apropriado para a realidade do mundo globalizado falar, não de identidade, mas de identificação, ressaltando assim o caráter interminável desta atividade de construção de si mesmo.

Também para Giddens (2002) justamente a busca por uma identidade é um problema moderno que nos remete ao problema do enfraquecimento das instituições. Havendo referências relativamente fixas para a identidade, tais como a linhagem, o gênero, o status social e outros, em contextos tradicionais, a vida se processava por meio de uma sucessão de estágios da vida, de modo que o indivíduo tinha aí um papel relativamente passivo. Mas, destituídas dessas referências, a busca por si mesmo torna-se um processo reflexivo e o curso da vida é concebido como uma série de passagens não institucionalizadas, não formalizadas por rituais, e sim vividas como transições inseridas no curso da vida

do indivíduo reflexivamente. Os pontos de referências que sustentam o indivíduo na construção de sua história de vida partem de dentro do sujeito. Por isso, cada fase de transição torna-se uma crise de identidade.

Pode parecer, erroneamente, que, em contexto de individualismo, a identidade se constitui sem referências sociais. No entanto, o mais correto é atender para o fato de que existem referências sociais, mas estas não são impostas socialmente. São introduzidas nas histórias dos indivíduos por meio da reflexão individual. Daí o motivo de as mudanças nas etapas da vida serem experienciadas como uma crise pessoal.

Questionamentos sobre identidades individuais estão, então, relacionadas a questionamentos sobre o sentido da vida e, acrescenta-se, a questionamentos sobre o curso da vida. O curso da vida hoje estrutura-se em grande medida pelas reflexões que cada indivíduo faz sobre si mesmo e sobre o sentido da vida, que vêm a definir o estilo de vida escolhido por cada um.

Estilo de vida é definido por Giddens (2002) como “um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (p.79). Diz respeito a escolhas feitas pelo indivíduo, dentre uma pluralidade de outras opções possíveis; portanto, diz respeito à vida em contexto moderno.

A escolha de um estilo de vida estabelece práticas rotinizadas - hábitos de vestir, comer, atitudes, lugares a frequentar – que, ao serem incorporadas pelos sujeitos, compõem uma definição de si. Falar em multiplicidade de escolhas não significa que todas as possibilidades sejam abertas para todos, mas, sim, que existe uma pluralidade de referências ao invés de apenas uma ordem tradicional instituída. Da mesma forma que se escolhe um estilo de vida, se faz planos para a vida, não com o sentido de definir a vida toda, mas de preparar um curso de ações futuras em função da biografia do eu. Isso faz da trajetória do eu algo reflexivamente organizada (Giddens, 2002).

A idéia de uma trajetória reflexiva do eu impõe a revisão da idéia de ciclo de vida. Carter & McGoldrick (1995) concebem a existência de um movimento do sistema geracional através do tempo baseado na perspectiva de ciclo de vida do indivíduo. Segundo elas, alguns marcadores indicam transições pelas quais se passa durante o curso de uma vida adulta, relacionadas à progressão linear do

tempo, de modo que é possível estabelecer um padrão de ciclo de vida familiar. São, esses marcadores: 1) a saída dos filhos, jovens solteiros, da casa dos seus pais; 2) o casamento dos filhos; 3) o nascimento dos netos; 4) a entrada dos netos na adolescência; 5) a saída dos netos da casa seus pais; 6) a entrada na velhice. Passar por cada uma dessas etapas constitui, segundo as autoras, o movimento natural da vida, ainda que possa haver variações decorrentes de imprevistos, como doenças, mortes “pré-maturas” ou mesmo divórcio.

Cerveney & Berthoud (1997) propõem um modelo diferente de estruturação do ciclo de vida familiar, baseado no contexto social paulista, composto por quatro fases. A primeira fase é a “fase de aquisição”, a primeira etapa do ciclo do jovem casal que se forma, onde a preocupação principal gira em torno de aquisições de um modo geral. Aquisição de lugar pra morar, de carro, acessórios. A chegada dos filhos também faz parte desta fase. A segunda fase é a “fase adolescente”, definida pela entrada dos filhos na adolescência, estando os pais com idades em torno de 40 anos. É uma época de muitas mudanças. Em seguida, vem a “fase madura”, quando há na família pessoas de diferentes gerações. E, por fim, a “fase última” é aquela em que se vive a aposentadoria e o envelhecimento.

O que se observa em descrições de curso da vida individual e familiar como um ciclo, tais como as apresentadas por Carter & McGoldrick (1995) e Cerveney & Berthoud (1997), é a instituição de um padrão social de trajetória de vida para os indivíduos. Afinal, existe um momento certo para se sair da casa dos pais? Os casamentos acontecem sempre durante a juventude? O nascimento dos netos acontece depois do casamento dos filhos? E a morte só vem mesmo na velhice?

Conforme Borges & Magalhães (2009), é necessário um olhar crítico sobre o ciclo de vida, especialmente sobre o ciclo de vida da família e a passagem para a vida adulta, pois os critérios de entrada no mundo adulto envolvem articulações complexas entre individualismo e laço social que a própria noção de ciclo de vida familiar muitas vezes não contempla.

Assim, acredita-se que os referidos marcadores das transições da vida, ainda que possam ser aplicados à realidade de uma 1ª modernidade, de acordo com a classificação feita por Kaufmann (2004), onde os papéis sociais instituídos exerciam influências mais fortes na forma como as identidades se constituíam, não se aplicam rigidamente ao contexto da contemporaneidade, quando

justamente está em jogo o enfraquecimento das instituições – inclusive as instituições referentes às fases da vida.

Conforme Giddens (2002), a vida instituída como uma sucessão de fases pré-determinadas não corresponde mais à realidade, pois não há necessariamente uma correspondência direta entre a vida individual e o intercâmbio das gerações. Segundo ele, hoje, a vida é concebida como sendo livre de externalidades associadas a laços pré-estabelecidos com outros indivíduos, não sendo mais estruturada em torno de passagens ritualizadas, e sim de “limiares abertos de experiência”.

Todas essas considerações sobre o imbricamento de processos de constituição da identidade pessoal e de estruturação do curso de vida nos permite afirmar que, hoje, como consequência da centralidade do indivíduo na configuração de valores sociais, os indivíduos ocupam o centro nos processos de construção de si mesmos e de suas vidas. A ascensão do indivíduo no contexto social implica em sua menor subordinação às instituições. Isso significa que os papéis sociais e os marcadores das fases da vida, socialmente instituídos, não têm mais o mesmo poder que tinham há décadas atrás para determinar a vida e a identidade das pessoas. Podem, sim, influenciar, mas não determinar.

Atribuir maior poder de decisão sobre si mesmo e suas vidas acaba por modificar o sentido das experiências que se tem na vida, inclusive aquela de ter uma família. Assim, o individualismo repercute na maneira como as pessoas se engajam no projeto de constituir uma família e também na forma como concebem a família. Em contexto de reflexividade do eu, a idéia de constituir uma família é fundamentalmente o resultado de escolhas pessoais. Isso não quer dizer que nesse processo não estejam presentes influências sociais, mas é por meio de novos parâmetros que essas influências chegam a atingir a vida das pessoas.

3.1.2.

Um modelo de trajetória de vida individualizada

Como se articulam a idéia de institucionalização de um modelo social de trajetória de vida e a concepção de sujeito ativo no processo de produção de si mesmo e nas escolhas que definem sua trajetória?

Uma trajetória de vida pode ser definida como um conjunto de eventos que compõe a vida de uma pessoa. É um fato social. Isso significa que ela é estruturada por meio de padrões socialmente institucionalizados e normatizados, os quais determinam, por exemplo, que uma determinada idade seja considerada apropriada para se casar, para ter filhos, ou até para morrer (Born, 2001).

Segundo Cavalli (2003), enquanto instituição social, trajetória de vida é um fenômeno histórico relativamente recente. De forma muito resumida, tem-se que nas sociedades pré-industriais a vida era pouco subdividida em etapas, sendo o cotidiano de homens, mulheres e crianças dado pelas necessidades. Trabalho e lazer dividiam o mesmo espaço e tanto homens como mulheres tinham funções na vida produtiva. No século XIX, diferentes acontecimentos e transições não seguiam uma sequência ordenada; não havia idades ou fases da vida precisamente delimitadas. O que se entende hoje como “a passagem em direção à vida adulta” era pouco estruturada e dependia mais de necessidades familiares do que de normas de idade socialmente compartilhadas.

O processo de industrialização provocou, de acordo com o mesmo autor, a diferenciação dos espaços de produção e da casa e promoveu a distinção entre idades propícias ao trabalho ou não, gênero propício a atividades da casa ou ao trabalho nas fábricas. Então, os homens trabalham fora de casa, mulheres trabalham em casa e as crianças brincam ou se preparam para aprender um ofício. Desde então, até início do século XX, assistiu-se à progressiva segmentação do percurso da vida e à manifestação de transições mais e mais uniformes entre as diferentes etapas, favorecendo que ocorresse a divisão da vida em várias etapas (infância, adolescência, juventude, velhice) (Cavalli, 2003).

Contudo, considerando o contexto social europeu, sob a influência de um individualismo exacerbado na sociedade, Cavalli (2003) afirma que, desde os anos 1960-1970, a tendência a uma marcada padronização social da trajetória de vida vem dando lugar à desregulação do modelo, diante da queda do poder das instituições na sua estruturação. Verifica-se que as trajetórias individuais, familiares e profissionais são, hoje, marcadas por descontinuidades: descontinuidades na cronologia dos papéis e obrigações familiares tradicionais, aumento da ocorrência de divórcio, aumento do número de família monoparental e recomposta; descontinuidade no que diz respeito às carreiras profissionais, na ideia de emprego, desenvolvimento de ocupações em tempo parcial,

reestruturação e precarização do trabalho. Assim, a vida hoje é menos previsível. Este passa a ser o novo parâmetro para o curso da vida de uma grande parte da população.

O autor remarca que, considerando o nível micro – percurso de vida seguido pelos indivíduos – e o nível macro – a maneira como a sociedade organiza o desenrolar da vida -, está havendo, por um lado, a despadronização da trajetória de vida e, por outro, a desinstitucionalização do modelo de trajetória de vida.

Despadronização das trajetórias de vida refere-se à transformação dos padrões que estruturavam as trajetórias de vida seguidas pelos indivíduos. A partir da segunda metade do século XX, o modelo social de trajetória de vida vigente tornou-se não realista ou não desejável para muitas pessoas, diante das novas demandas da vida. Ocorreu, desta forma uma descronologização e despadronização da vida, permitindo maiores variações entre os percursos da vida dos indivíduos.

Desinstitucionalização da trajetória de vida diz respeito a mudanças operadas no enquadramento normativo das vidas individuais. Parece não haver mais um modelo típico de trajetória de vida que possa ser apontado como “normativo”, no sentido estatístico ou cultural. Isso ocorreu, segundo o autor, após a transformação do quadro econômico-social que se tinha nos anos 1960-1970. A trajetória de vida rigidamente padronizada nesse primeiro momento condizia com as condições de uma época marcada pelo forte crescimento econômico, pela quase ausência do desemprego e pelo desenvolvimento do Estado Social. Mas, alguns anos depois, mudanças nos vários índices sociais e econômicos apontaram para a falência do modelo institucionalizado.

Cavalli (2003) sustenta estar ocorrendo hoje a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada. Segundo ele, não ocorre hoje a desinstitucionalização da trajetória de vida, mas de um modelo de trajetória de vida rigidamente padronizado. A individualização, enquanto processo histórico, gera a institucionalização da flexibilidade, da trajetória de vida despadronizada e descronologizada.

A institucionalização da flexibilidade revela conseqüências ambivalentes para os indivíduos, pois ao mesmo tempo em que desfrutam de possibilidades mais amplas na busca de seus objetivos individuais e de uma maior extensão do

controle de sua vida, eles podem ser confrontados com um sentimento de insegurança. Uma maior previsibilidade dos percursos favorece a planificação biográfica e dá aos indivíduos uma certa serenidade quanto ao futuro.

Não é porque as coisas parecem mais pessoais hoje que elas sejam menos sociais ou institucionalizadas. Ao contrário. Homens e mulheres têm o direito de escolher suas vidas, mas o fato de construir seu próprio percurso biográfico tornou-se uma imposição. A individualização não é um destino individual, mas um destino coletivo. Torna-se obrigatório a realização de si.

Born (2001) afirma, baseando-se em Levi (1977), que, considerando os padrões de uma vida “normal”, aquela que resulta de normas e estruturas modeladas culturalmente, há pelo menos dois tipos de trajetórias de vida instituídas num mesmo país: uma para mulheres e outra para homens. Widmer et al. (2006) também fazem referência à existência de trajetórias de vida diferentes para homens e mulheres. Segundo eles, existe uma marcada tipificação sexual das trajetórias de vida. As trajetórias masculinas permanecem bastante constantes na travessia das etapas da vida familiar, enquanto que as trajetórias das mulheres mostram-se mais inconstantes, sendo fortemente influenciadas pelas exigências de cada nova fase. Assim, as distinções entre as trajetórias femininas e masculinas parecem ser uma resposta às lógicas de participação social diferentes de mulheres e homens, o que faz com que se produza, na sociedade, não uma trajetória de vida modelo, mas duas, uma para cada sexo.

Assim, retomando a discussão de Cavalli (2003) sobre despadroneamento e institucionalização da trajetória de vida individualizada, pode-se afirmar que a distinção de modelos de trajetórias de vida para homens e mulheres decorre da institucionalização de papéis sociais distintos para homens e mulheres e, portanto, faz correspondência a um padrão social que determinava que a cada gênero fossem atribuídas características e funções diferentes. Então, de acordo com critérios sociais, é esperado que homens e mulheres passem por coisas diferentes na vida devido ao fato de terem identidades sociais distintas.

Hoje, em razão da participação das mulheres no mercado de trabalho, elas investem em estudos tanto quanto os homens e comumente desejam permanecer “ativas” depois da maternidade, isto é, trabalhando e se realizando profissionalmente. Com isso, de acordo com o autor, as trajetórias masculinas e

femininas tendem a se aproximar, a se tornar mais parecidas. Esta é uma especificidade do contexto contemporâneo.

Mas deve-se atentar para o fato, apontado por Widmer et al (2006), de que a participação ativa das mulheres no mercado de trabalho, que gera uma aproximação dos universos ditos femininos e masculinos, hoje não faz com que, de fato, desapareçam as diferenças entre as formas de inserção social de mulheres e homens. A trajetória profissional da mulher é marcada pelos antigos padrões sociais historicamente arraigados, que, em muitos casos, fazem com que a maior parte das mulheres sejam empregadas em tempo parcial, ocupando trabalhos pouco atrativos financeiramente, e tenham uma função complementar à do marido no orçamento familiar; e, ainda, que ela, e não ele, interrompa mais frequentemente suas atividades profissionais na ocasião do nascimento de um filho. Assim, os autores ponderam em que medida o padrão de trajetória de vida de homens e mulheres realmente mudou nas últimas décadas.

Mas, fato é que a individualização da sociedade e a despadronização das trajetórias de vida atingem tanto homens quanto mulheres. O menor constrangimento do indivíduo às instituições sociais o torna mais “livre” para fazer escolhas dentre as diversas referências sociais que se apresentam. Portanto, quanto ao questionamento sobre como, em um contexto individualista, os modelos de trajetórias de vida vêm se transformando, podemos concluir, em primeiro lugar, que nesse contexto, as trajetórias de vida dos indivíduos sofrem a influência do afrouxamento das instituições sociais, o que legitima o surgimento de variados tipos de percursos para a vida. E, em segundo lugar, a individualização da sociedade gera uma transformação daquilo que se apresentava como específico de mulheres e homens, provocando novos ajustes nos padrões institucionalizados, o que pode tornar mais semelhantes as trajetórias femininas e masculinas.

3.2.

Padrões de trajetória de vida no contexto brasileiro

Os padrões de trajetória de vida produzidos no contexto brasileiro foram influenciados pelo individualismo, mas de forma bastante peculiar, obedecendo a especificidades do processo de formação social do Brasil. Isso será analisado a partir deste momento. As datas de referência para esta análise foram estabelecidas

com base nos períodos vividos pelas pessoas que foram entrevistadas nesta pesquisa. As pessoas da geração mais velha tinham idades entre 60 e 70 anos no ano de 2009, quando foram realizadas as entrevistas, o que indica que elas nasceram entre 1939 e 1949 e tinham 25 anos entre 1964 e 1974. As pessoas da geração mais jovem tinham entre 25 e 35 anos em 2009 e, portanto, nasceram entre 1974 e 1984.

A padronização de modelos de trajetória de vida instituída em meados do século XX e a forma como ela foi se transformando até chegar à configuração atual corresponde ao modo como se processou a modernização do Brasil, desde o final do século XIX. Portanto, sua compreensão impõe que se faça um breve retrocesso histórico, tomando como ponto de partida o final do século XIX e início do século XX.

Segundo Sevckenko (2008), a referência brasileira de configuração “moderna” vem justamente desse período, da virada do século XIX para o século XX, e reflete o movimento de modernização nos países da Europa. A Revolução Industrial vivida na Inglaterra em fins do século XVIII se baseou no surgimento de unidades produtivas, as fábricas, decorrentes do desenvolvimento do ferro, do carvão e das máquinas a vapor. Quase um século depois ocorreu a chamada Segunda Revolução Industrial, também chamada Revolução Científico-Tecnológica. Ela corresponde a um “segundo momento da industrialização”, com desdobramentos complexos para a transformação da sociedade. O que aconteceu foi que, da aplicação das mais recentes descobertas científicas aos processos produtivos, novos potenciais energéticos foram desenvolvidos e, assim, de fato foi possível experimentar invenções, tais como: veículos automotores, aviões, telégrafo, o telefone, a iluminação elétrica, eletrodomésticos, a fotografia, a anestesia, a penicilina, o processo de pasteurização e esterilização, fogão à gás, refrigerantes gasosos, etc. Tudo isso trouxe grandes transformações para o mundo, num ritmo tão ou mais intenso do que as que se vive atualmente, na chamada contemporaneidade. Segundo o autor, vêm daí as nossas referências de modernidade.

Uma consequência do crescimento da produção nos complexos industriais europeus foi a necessidade de se ampliar a escala das demandas e das exportações, o que levou potências industriais a disputarem entre si áreas ainda não colonizadas no planeta ou ao menos estabelecer vínculos com áreas de passado colonial. Por

isso, nesse período houve uma expansão européia em direção a sociedades tradicionais, de economia agrícola, como era o caso do Brasil.

Mas, para tornar essas sociedades um negócio interessante, não bastava às potências industriais simplesmente se tornarem possuidoras de territórios. Era necessário também transformar o modo de vida das pessoas que viviam nessas sociedades tradicionais conforme o padrão científico-tecnológico. É aí, então, no momento em que a Revolução Científico-Tecnológica se cristaliza, difundindo as novas condições da economia globalizada, que o Brasil entra nessa história. As novas idéias decorrentes desta segunda revolução iriam influenciar as novas elites brasileiras e propiciar a inserção do país nesse contexto modernizador. Formadas dentro de modelos de pensamento científico cosmopolita, elas atuariam como mediadores na integração do país à nova ordem internacional do capitalismo num clima de “euforia do progresso” (Sevcenko, 2008).

A partir de então, todos os esforços eram feitos com o sentido de “acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global” (Sevcenko, 2008, p.27), ou “tirar a luz da fumaça” (Saliba, 2008, p.293). Em nome do progresso e da modernidade, impunha-se, aqui, a todo custo, uma nova ordem, o que, segundo o autor, não aconteceu sem resistência da população, a ver os exemplos da Guerra de Canudos e da Revolta da Vacina.

De fato, as práticas da colonização e os efeitos da escravidão deixaram marcas profundas na estruturação da sociedade brasileira, de modo que os padrões modernos europeus não poderiam ser reproduzidos fidedignamente aqui, apesar de todos os esforços despendidos. Mesmo sob o comando de uma elite vinda dos quadros da monarquia, com raízes no Velho Mundo, “regenerar” o Brasil e promover sua modernização era uma tarefa muito complexa: seria preciso, de acordo com Sevcenko (2008), transformar “corações e mentes” incompatíveis com o espírito da civilização moderna, modelar os comportamentos e as práticas. A forma como os brasileiros originalmente viviam e compreendiam o mundo foram desconsiderados nesse processo.

As novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos (...) prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo, ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um

tempo que se julgava para sempre e felizmente superado (Sevcenko, 2008, p.27).

Foi desta forma que a República no Brasil criou, segundo Sevcenko (2008) e Saliba (2008), um tipo de cidadania precária. Em meio à ânsia por cosmopolitismo, modernização e europeização, a representação da vida privada brasileira produzida pelos atores sociais revelava uma certa ausência de sentido. Constatava-se, no Rio de Janeiro, capital cultural do Brasil neste período, o “desejo de ser estrangeiro”, um reflexo dos modos de sociabilidade que se constituíam tendo como espelho, desde o período imperial, modelos europeus. Assim, na República, acentuou-se na imaginação brasileira uma atitude de desprezo ao nosso passado, um sentimento de não sermos uma nação e um desejo de superar os problemas sociais e culturais que distanciavam o Brasil da Europa.

No entanto, o sonho de uma nação moderna, como já foi dito, dependia da adequação ou da alteração dos códigos privados que regiam o Brasil. Diante disso, forjavam-se formas de tornar a realidade brasileira permeável ao distante individualismo dos ideais modernizadores.

Uma dessas formas se deu aliando ações do governo à atuação da medicina higiênica. Os argumentos médicos a favor da higienização da cidade propiciaram uma transformação profunda nos hábitos e condutas que afirmavam a tradição familiar e o poder patriarcal e, justamente, dificultavam a penetração de novos valores e a submissão de todos ao Estado Moderno. O discurso médico higienista recai, assim, sobre as elites agrárias, promovendo a inserção de novos códigos na condução das regras sociais, compatíveis com a nova ordem urbana (Costa, 1989).

Tudo isso demonstra a especificidade do processo de modernização do Brasil: instituir uma ordem moderna, igualitária, liberal, em um contexto marcado por uma cultura colonial, patriarcal e latifundiária. Para os fins deste estudo é relevante analisar as implicações disso para as relações no âmbito privado, destacando os modos de padronização de identidades sociais fixados para mulheres e homens.

Foi sob a forte influência de ideais individualistas europeus, mas também dos ideais familísticos tradicionais brasileiros que aqui prevaleciam que se instituíram papéis sociais distintos para cada gênero, o que repercutiu nos padrões de trajetória de vida fixados até hoje. Isso indica que a diferenciação de papéis

sociais desempenhados por homens e mulheres vem de longos séculos e remetem-nos à demarcação dos espaços público e privado. Ser mulher ou ser homem remete a categorias socialmente construídas, resultantes de um conjunto de significações sociais atribuídas historicamente.

Conforme Rocha-Coutinho (1994) e Costa (1989), a demarcação dos espaços público e privado, fundamental para a compreensão da sua articulação com os sexos masculino ou feminino, se deu como consequência de transformações político-econômicas da sociedade, que geraram a separação das funções domésticas e sociais. Anteriormente ao surgimento da sociedade industrializada moderna, conviviam marido, mulher, filhos junto a serviçais, parentes e agregados, como uma família extensa, independente de haver entre eles laços consangüíneos. A organização familiar latifundiária fazia desse espaço uma unidade de produção e de concentração de poder. Nele eram desempenhadas funções domésticas – de cuidado e socialização às crianças – e funções sociais – aquelas que incluíam o aprendizado de técnicas e habilidades para a produção familiar. Família e trabalho não existiam separadamente, da mesma maneira que não se distinguiam espaços de relações públicas e privadas.

No entanto, transformações político-econômicas da sociedade, bem como o surgimento das cidades, provocaram mudanças nesta forma de organização das relações familiares, tais como o enfraquecimento dessa estrutura ampla de parentesco e a distinção entre as esferas sociais pública e privada.

Com a urbanização, operou a separação dos espaços próprios para as relações de trabalho e daqueles próprios para as relações de intimidade. O âmbito público foi associado ao mundo do trabalho considerado produtivo e ao poder, e nele predominava racionalidade, inteligência, impessoalidade – era o lugar do homem. Já o âmbito privado foi associado ao mundo doméstico, à intimidade, aos sentimentos, à reprodução; nele predominava a lógica afetiva - era o lugar da mulher.

A vinculação da mulher à esfera doméstica e do homem à pública se sustentava por meio de um discurso naturalista, que atribuía à “natureza feminina” características propícias ao mundo doméstico e à “natureza masculina” aquelas necessárias para atuar no mundo público. Elas seriam, então, naturalmente fracas, sensíveis e inadequadas para o trabalho pesado e, portanto, naturalmente voltadas

para a maternidade. E eles seriam naturalmente racionais e fortes, portanto em perfeita adequação para o mundo público.

No entanto, segundo Rocha-Coutinho (1994), atribuir papéis à mulher – e, conseqüentemente, ao homem – em razão de concepções “naturalistas” e “essencialistas” de sua condição de gênero camufla o caráter social que está por trás disso. O discurso da “natureza feminina” acabou, assim, por confinar a mulher ao lar, um espaço de pouco prestígio social, e, assim, subordiná-la ao homem, reservado ao espaço público. O jargão do movimento feminista “não se nasce mulher, torna-se mulher”, problematiza justamente a “naturalização” de características ditas femininas e de funções que lhes seriam naturalmente dadas – dedicação, abnegação, docilidade – e que levavam à identificação da mulher como alguém propícia à maternidade e aos cuidados das crianças.

Na realidade, começa na socialização das crianças, nos códigos culturais que lhes são transmitidos desde pequenas, o trabalho de diferenciação dos universos de homens e mulheres. As representações construídas sobre os gêneros e os papéis atribuídos a homens e mulheres se reproduzem na sociedade por meio de estereótipos criados para mulheres e homens que têm origem nos conteúdos transmitidos de uma geração a outra ao longo da história.

Por isso, para se compreender o que as pessoas de uma geração experienciam é preciso saber um pouco do que se passava com as gerações anteriores a elas e entender o modo como foram socializadas.

No início do século XX, o processo de modernização que se estabelecia no Brasil gerou grandes mudanças para as mulheres. Maluf & Mott (2008) afirmam que em cidades como o Rio de Janeiro, onde o processo de modernização promovia a troca de sua aparência paroquial por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, ocorriam as mudanças mais visíveis. Povoadas por uma população nova e heterogênea, composta por imigrantes, representantes das elites e egressos da escravidão, nessas cidades formava-se um ambiente propício à quebra de costumes, a inovações nas rotinas das mulheres e, claro, às modificações nas relações entre homens e mulheres.

Inclusive, para tanto, o discurso higienista atuou condenando de diversas formas o estilo de vida colonial, criticando desde a arquitetura das casas e a divisão dos espaços dentro dela, as condições de higiene lá existentes, incluindo a higiene mental das pessoas que lá viviam. Neste sentido, a condição da mulher

colonial, confinada aos espaços da casa colonial passou a ser não aconselhada. E a circulação pelos espaços sociais diversos, recomendada pelos médicos (Costa, 2004).

Tudo isso favorecia a que a posição da mulher na sociedade se modificasse. Mas a especificidade do contexto brasileiro é que essas mudanças foram incorporadas à sociedade de modo a não ameaçar completamente a ordem familiar. De acordo com Maluf & Mott (2008), no início do século XX, diante dos avanços nos meios de transporte, surgia uma “nova mulher” que se punha a “serelepear nos asfaltos”, e justamente por isso era vista com desconfiança e revolta pelos homens, pois continuava forte o discurso segundo o qual a mulher deveria ser o contrário do homem, ficando limitada ao universo do lar como mãe-esposa-dona-de-casa (Ariès, 1981).

A atribuição da mulher ao âmbito privado, que, como já foi dito, vem de longa data, continuava acontecendo. A crença de ser a natureza feminina propícia para o desempenho das funções do lar persistia, mas agora era calcada em argumentos diferentes. Anteriormente, justificava-se o fato de ela ser incumbida de casar, gerar filhos e cuidar dos outros com base em sua suposta inferioridade biológica, que limitava suas condições de realizar outras tarefas. Mas, depois, influenciado por princípios da modernidade que atribuíam “igualdade” a homens e mulheres, foi preciso desenvolver outros argumentos.

Assim, em pleno processo de modernização, conforme as autoras, persistia a idéia de ser o lar o principal local de realização para elas. E, por correspondência a isso, fazia-se da rua e do mundo do trabalho o local de atuação e realização dos homens, valorizado como naturalmente apto para as atividades do âmbito público. Esperava-se que homens e mulheres desempenhassem papéis complementares na sociedade, nunca iguais, e que obedecessem aos limites do domínio de cada sexo.

Então, eram concedidos juridicamente mais direitos aos homens do que às mulheres. O discurso igualitário que chegava ao Brasil pela influência da modernidade apresentava o trabalho no âmbito público como uma possibilidade para as mulheres. Mas, segundo o Código Civil de 1916, mesmo quando a elas era dado o direito de trabalhar, isso dependeria da autorização do seu marido.

Na realidade, os poderes de um marido iam além dos previstos em leis, como aponta Maluf & Mott (2008):

A ele cabia deliberar sobre as questões mais importantes que envolviam o núcleo familiar: a apropriação e a distribuição dos recursos materiais e simbólicos no interior da família, o uso da violência considerada “legítima”, cujos limites eram debilmente contornados por aquilo que se considerava excessivo, e o controle sobre aspectos fundamentais da vida dos familiares, como as decisões sobre a escolha do tipo e local da formação educacional e profissional dos filhos (Maluf & Mott, 2008, p.376).

Era dada ao homem a chefia da família. Segundo Maluf & Mott (2008), mesmo sob a influência de idéias igualitárias, o Código Civil de 1916 continuava respaldando a divisão sexual das esferas sociais – a esfera pública para os homens e a esfera privada para as mulheres – mas, não mais com base em argumentos que afirmavam a inferioridade física e mental das mulheres. Considerando-se, então, homens e mulheres como seres dotados de capacidades equivalentes, o argumento para a referida divisão dos espaços era o de que haveria necessidade de que alguém assumisse a direção para harmonizar as relações da vida conjugal.

É fato que a vinculação da mulher ao mundo doméstico, e do homem ao mundo público, em um contexto de expansão das relações capitalistas, significou para as mulheres mais do que somente sua dependência econômica em relação à figura do seu marido. Representou a sua exclusão das relações de produção socialmente valorizadas, isto é, que produzem capital. Por isso, ela foi denegrada, não pelo fato de ser mulher, mas pela desqualificação das atividades que eram atribuídas a elas. O trabalho no âmbito público conferia mais poder a eles num contexto de expansão das relações capitalistas, em que o “espírito do cálculo” gerava a individualização da produtividade e a distinção, não só entre homens e mulheres, mas entre indivíduos (Bourdieu, 1979).

Sustentado pela atribuição da mulher ao âmbito privado e do homem ao âmbito público, ergueu-se no Brasil no início do século XX um modelo de família em que homens e mulheres tinham funções complementares: um marido trabalhador e provedor das necessidades familiares tinha como correspondência uma mulher que respeitava os ditames da moral e dos bons costumes, restrita ao mundo do lar, responsável pela honra familiar.

Em vias de modernização do Brasil, quando se importava do exterior princípios de “igualdade” e “liberdade”, a marcada distinção dos papéis sociais de homens e mulheres, que legitimava a desigualdade financeira e de oportunidades, poderia ter sido alvo de questionamentos. Mas, inicialmente, aqui ocorreu o

contrário: a importação de modelos da modernidade gerou uma reação de resistência às mudanças nos padrões de relação de gênero que se anunciavam, reforçando novamente os padrões que diferenciavam o feminino e o masculino, associando cada um deles aos espaços privado e público.

Desta forma, os novos padrões da modernidade povoavam literatura, jornais e revistas ao mesmo tempo em que esforços eram despendidos no sentido de impedir a “dissolução dos costumes”. Assim, aconteceu a reinvenção de padrões sociais e de papéis femininos e masculinos na sociedade, sob a influência de uma moral que tinha no casamento e na família uma referência central.

Para tanto, o discurso médico higienista exerceu um papel fundamental. Ele contribuiu para a institucionalização de novos padrões sociais, baseando-se na ciência da época e apoiado na moral da família e dos bons costumes. Os médicos prescreviam às mulheres que se ocupassem do lar, argumentando que esta atividade correspondia àquela que lhe era mais apropriada, dada a sua natureza intuitiva, mais frágil, delicada. Aconselhavam às mulheres o amor para com os filhos, em correspondência ao natural “instinto materno”, e também aos homens, pois a paternidade, segundo o discurso higienista, não se traduz em ser provedor da família, mas em zelar pela felicidade da família. O casamento, por exemplo, chegou a ser recomendado por eles como “garantia de saúde da humanidade”, e os celibatários, vistos com desconfiança. Deste modo, a associação masculinidade-paternidade e feminilidade-maternidade se tornou o novo padrão regular da existência social e emocional de homens e mulheres e, novamente, apoiou uma moral familiar (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008).

Apesar de todos os esforços feitos para conter as mudanças provocadas pela modernização do país, ela trazia novidades para a vida familiar – como, por exemplo, os novos eletrodomésticos -, e também produzia uma nova imagem para a mulher dona-de-casa. O avanço das tecnologias trouxe para dentro de casa um maquinário que auxiliaria a dona-de-casa na realização das tarefas mais pesadas e cansativas. Apesar de as facilidades dos novos utensílios de casa não serem aproveitados por uma significativa fatia da população, suas novidades eram amplamente divulgadas e associadas a uma nova imagem de mulher, a mulher moderna, sempre linda e feliz, exímia dona-de-casa e administradora do lar, detentora de conhecimentos gerais e ainda uma esposa maravilhosa. Esta imagem era diferente daquela da mulher que se submetia aos trabalhos pesados e

desgastantes da manutenção da vida doméstica, que carregava os odores da cozinha e calos nas mãos. Agora, a mulher dona-de-casa era moderna e permanecia sendo a “rainha do lar”. Este era um novo ideal de mulher que surgia. Mesmo não correspondendo à realidade de todos os seguimentos sociais, influenciou profundamente a identidade social da mulher desde o início do século até os dias de hoje – e também a do homem (Maluf & Mott, 2008).

No cenário de modernização do Brasil, continuavam, portanto, a ser padronizadas trajetórias de vida distintas e complementares para homens e mulheres, fazendo correspondência ao modelo social que destinava os âmbitos público e privado, respectivamente, para homens e mulheres e instituíam um modelo de família. O homem continuava tendo a importante função de pai-provedor; e a mulher, a de mãe-esposa-dona-de-casa-educadora. Ele era valorizado como um bom trabalhador, capaz de propiciar estabilidade a toda a família; e ela, como possuidora de habilidades que a tornavam apta para exercer sua função no lar. E aos cônjuges era atribuído o zelo para com os filhos.

Mesmo com esse sucesso inicial em preservar tradicionalismos arraigados em meio à modernização, introduzir modernidade ao Brasil implicaria, em última instância, na introjeção de um discurso igualitário que levaria, inevitavelmente, à emancipação da mulher em relação ao homem e à desconstrução do modelo mulher “rainha do lar”. Os valores da modernidade trouxeram às mulheres, em decorrência do avanço do feminismo e de reivindicações por maiores oportunidades, a necessidade de buscar se realizar também fora dos limites do lar, com a possibilidade de trabalhar fora de casa e investir em uma profissão.

Contudo, para não reverter completamente a ordem que vigorava nas primeiras décadas do século XX, observa-se que as profissões indicadas às mulheres correspondiam à extensão das suas atribuições dentro de casa. Poderiam trabalhar como professora, enfermeira, datilógrafa, taquígrafa, secretária, telefonista, operárias da indústria têxtil, de confecções e alimentícia, mas, claro, desde que tivessem a devida autorização do marido e que fossem acima de tudo boas donas de casa. Então, ser a “rainha do lar” continuava a representar a qualidade intrínseca da alma feminina, independente do fato de ela ser também uma “profissional” (Maluf & Mott, 2008).

Tudo isso aponta para a forte influência de padrões tradicionais na institucionalização dos modelos de trajetórias de vida. A modernização do Brasil

provocou um ajustamento entre as referências da modernidade europeia e aquelas do nosso passado patriarcal, gerando uma forma peculiar de conciliação de valores antagônicos, individualistas e familísticos. Por isso, nas primeiras décadas do século XX as trajetórias de vidas padronizadas respeitavam as delimitações tradicionais do universo feminino e do masculino, vinculando ainda a mulher ao âmbito privado e o homem ao âmbito público.

3.2.1.

Anos 1960 e 1970: “contestando os padrões”

Esta descrição preliminar sobre a vida social nas primeiras décadas do século XX no Brasil, período em que o país iniciava sua marcha em direção à modernidade, permitirá melhor compreender os padrões sociais que foram instituídos a partir de meados do século.

As pessoas da geração mais velha desta pesquisa nasceram entre 1939 e 1949 e viveram seus 25 anos por volta de 1964 a 1974, anos marcados por intensas transformações sócio-culturais no Brasil. Suas trajetórias de vida foram marcadas pelos padrões sociais do início do século, estabelecidos em decorrência do processo de modernização do Brasil, e por questionamentos que se pronunciaram nas décadas de 1960 e 1970. A particularidade da experiência das pessoas desta geração vem justamente do fato de elas terem vivido um momento de transição da sociedade.

Filhos de pais que viveram o início do processo de modernização do Brasil, as pessoas desta geração, de uma maneira geral, foram criadas dentro de um modelo de educação e socialização regido por padrões ditos “tradicionais”, segundo os quais os papéis sociais femininos e masculinos e geracionais eram rigidamente distintos e as esferas privada e pública eram reservadas à atuação de mulheres e homens, respectivamente.

É o que afirma Rocha-Coutinho (1994). Segundo ela, até início da década de 1970, o modo de criação dos filhos pelos pais reproduzia um modelo tradicional de distinção dos papéis sociais femininos e masculinos. As meninas eram criadas para serem donas de casa e os meninos para promoverem o sustento do lar. Pelo fato de receberem uma educação diferente, coerente com as distinções sociais entre “identidade feminina” e “identidade masculina”, meninos e meninas

se diferenciavam. Os meninos eram introduzidos a atividades que, posteriormente, os tornariam aptos a ingressar no mundo masculino do trabalho e da competição. E as meninas, por sua vez, pelos tipos de comportamentos que lhes eram encorajados na educação recebida – tais como: serem dóceis, sensíveis, boazinhas, úteis, prestativas, tolerantes, a não incomodarem as pessoas, a não dizer não, a cuidar de todo mundo, zelar pela tradição e pelos laços de família – se tornariam aptas a desempenhar papéis no lar e na família.

Isso delimitava os contornos do modelo social de trajetória de vida traçado neste período. Haveria percursos diferentes para homens e mulheres, mas eles seriam complementares – daí, justamente, viria o equilíbrio das relações na família e na sociedade. Este era um padrão que correspondia exatamente àquele das primeiras décadas do século XX. Mas, entre as décadas de 1960 e 1970, ele foi incisivamente contestado, abrindo espaço para que novos modelos sociais de trajetória de vida viessem a influenciar as gerações seguintes. Vejamos, então, como isso ocorreu.

Segundo Mello & Novais (2010), entre 1950 e 1980, muitas mudanças ocorreram no Brasil. Dando seguimento ao processo de modernização já iniciado no início do século XX, vivia-se a sensação de que faltava pouco para o país se tornar, enfim, uma nação moderna. Os anos entre 1945 e 1964 foram momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente avançados, que exigiam investimentos de grande porte. As migrações internas e a urbanização aconteciam em ritmo acelerado. Os padrões de produção e de consumo próprios aos países desenvolvidos já tinham sido incorporados. Assistiu-se ao desenvolvimento de indústria de alumínio, cimento, vidro, papel; indústrias têxtil, de alimentos, calçados, bebidas; indústria farmacêutica; sistema rodoviário, que ligava as diversas regiões do país. Disponha-se de todos os eletrodomésticos. Surgia o alimento industrializado; os grandes supermercados, o shopping center. Modificavam-se os hábitos de higiene e limpeza, com a chegada do detergente, do sabão em pó, dos cotonetes, do fio dental, etc. O vestuário também passou por uma revolução que refletia o avanço da indústria têxtil, trazendo à moda, por exemplo, a calça jeans.

Tudo isso transformou a vida de todos. Ainda que as pessoas das classes médias e alta fossem as que tivessem mais acesso aos bens de consumo, todos os outros segmentos sociais foram influenciados por essa forma de progresso que

acontecia no Brasil, pois, mais do que a incorporação do consumo, ele significou a reestruturação das relações e dos espaços de produção em todo o país.

A imagem do país era, conforme Mello & Novais (2010), a de uma sociedade em movimento. Homens e mulheres iam de uma região a outra do território nacional, buscando melhores oportunidades de trabalho onde o progresso era mais iminente. Essa foi uma característica do desenvolvimento que se instalou aqui.

Na década de 1950, a corrida para o progresso atingia um ritmo muito acelerado. Um exemplo disso era a meta posta por Juscelino Kubitschek de desenvolver o país “50 anos em 5” de 1956 a 1960, intensificando o fluxo de desenvolvimento do país por meio do avanço nas industrializações e das áreas de ação do poder público - educação, saúde e previdência (Mello & Novais, 2010).

Verifica-se, com tudo isso, que, em meados do século XX, a instauração de um processo de desenvolvimento do país, visando ao progresso espelhado nos países de 1º mundo, impulsionou uma série de mudanças na realidade brasileira (econômicas, sociais e culturais) e na vida pessoal de todos. Mas a penetração de valores capitalistas, próprios da modernidade, não se fez sem as influências daquilo que compõe a história brasileira, a saber, a herança de uma estrutura social patriarcal (Freyre, 1999). Assim, apesar do desenvolvimento de indústrias diversas no país, que possibilitavam à população o consumo de mercadorias associadas ao estilo de vida de uma sociedade desenvolvida do primeiro mundo, não se constituiu aqui uma vida social propriamente calcada em valores modernos. Ora, sustentando os preceitos da modernidade estão valores universalistas e igualitários. No entanto, no Brasil, apesar de todo o avanço, a moral familiar continuou a se sobrepôr à moral individual (Mello & Novais, 2010).

A televisão, as revistas e os jornais cumpriam um papel muito importante na divulgação de modelos e valores da tão desejada “vida moderna”. Influenciada pela mídia americana, a mídia brasileira ajudou a disseminar padrões de consumo modernos e novos estilos de vida. Os emblemas da modernidade emitidos através desses veículos contribuíram para incutir na sociedade novos símbolos, valores e padrões para a vida de todos (Mello & Novais, 2010).

As pessoas desta geração vivenciaram um período importante da história brasileira: o regime militar. Instalados no Brasil no dia 9 de abril de 1964, os

militares trouxeram para a história do Brasil o desmoronamento da primeira experiência democrática que o país vinha construindo aos trancos e barrancos. O regime autoritário durou 20 anos. Nos regimes de força, os limites entre as dimensões pública e privada são mais imprecisos e movediços do que nas democracias. Isso, porque, embora o autoritarismo procure restringir a participação política autônoma, a resistência ao regime inevitavelmente arrasta a política para dentro da órbita privada (Almeida & Weis, 2010).

O período da ditadura pode ser dividido em três fases: a primeira, de 1964 a 1968, com a promulgação dos Atos Institucionais; a segunda, de 1969 a 1974, sendo os anos lacerantes da ditadura, com o fechamento temporário do Congresso, o tempo da censura, da tortura, dos desaparecimentos e das supostas mortes acidentais em tentativas de fuga; a terceira, de 1975 a 1984, um período um pouco mais aberto às oposições, como o primeiro, que teve no movimento pela anistia o marco de sua virada. Em 1984, após o movimento “Diretas Já”, foram restabelecidas as eleições diretas para Presidente (Almeida & Weis, 2010).

Durante a ditadura houve intensa mobilização da população nas causas políticas, o que se desdobrou na invasão da vida familiar pelos assuntos ligados à política, gerando uma “revolução de costumes”, vivida por homens e mulheres de classe média que se opunham à ordem política. O momento era de questionamentos sobre tudo, sobre todos os costumes e sobre as instituições. Já desde o final dos anos 1950, fidelidade e sexo antes do casamento já eram discutidos. Mas, na década de 1960, questionou-se também o modelo de família correspondente àquele das distinções rígidas entre papéis feminino e masculino, onde os assuntos do mundo público e do mundo privado também eram tratados como coisas independentes, e onde vigorava, segundo olhares contestadores, “hipocrisia e desigualdade de oportunidades entre os sexos” (Almeida & Weis, 2010).

No caso das mulheres, o repúdio aos comportamentos tradicionais, “pequeno-burgueses”, se fez em nome de um ideal de autonomia que traria a possibilidade de viver livremente e de existir no mundo para além da vida doméstica, buscando realização amorosa, profissional, independência financeira e, também, atividade política. Por isso, jovens se inspiravam em negar os valores herdados da família.

Esses anos viram surgir novos comportamentos para os jovens, imbuídos no espírito de contestação dos valores e costumes tradicionais. As músicas, as roupas, os penteados, as formas de se portar, tudo tinha um sentido opositor à moral dos bons costumes. O mesmo significado atribuiu-se às incursões ao território das drogas: o “baseado”, o “ácido” ou o “pó”. O movimento da contracultura “hippie” também tinha um sentido político de oposição à ordem estabelecida. Ele incorporava a maconha, misticismo, ioga, cabelos compridos, liberdade sexual como novas crenças, símbolos e comportamento. Busca da verdade pessoal, seja por meio da psicanálise ou das drogas, podia ter uma conotação anti-autoritária. No auge da ditadura, nos anos 1970, “puxar fumo”, “viajar” ou “cheirar” não eram apenas formas de gratificação dos sentidos, mas um modo de contestar o conservadorismo da sufocante ordem política. Dizia-se, então, que “o pessoal é político”. Assim, a vida política adentrava a rotina diária e as relações pessoais, de forma ora sutil ora brutal (Almeida & Weis, 2010).

E quais foram os impactos disso tudo para os padrões de trajetórias de vida que se instituíam?

A modernização do Brasil pode ser medida pelo grau de introdução de valores individualistas, igualitários e libertários na vida social. Como foi descrito logo acima, no Brasil, esses valores foram importados por influência de modelos de modernidade vividos em outros países. Mas, chegando aqui, esses valores foram “aclimatados” à cultura existente, assimilados de uma forma peculiar, conciliados com os valores tradicionais que aqui existiam.

Mesmo assim, com o passar dos anos muitas mudanças foram sentidas no que diz respeito às trajetórias de vida padronizadas, principalmente no que diz respeito aos padrões de trajetórias atribuídas às mulheres. O acesso à universidade e o divórcio podem ser tomados como dois dos acontecimentos que ilustram a influência de valores da modernidade no curso de vida instituído.

O acesso das mulheres aos estudos de nível superior é apontado por diversos autores como um acontecimento transformador dos padrões sociais - dos padrões de trajetória de vida e dos padrões de relações conjugais e familiares. Poder frequentar uma universidade resultava da absorção social de princípios igualitários, modernos, com a abertura do conhecimento às mulheres. Mas a passagem pela universidade acabou se tornando mais que isso: abriu para elas novos caminhos em suas vidas, dentre eles a possibilidade de ter uma profissão e

de não depender financeiramente do marido - dois fatos absolutamente revolucionários na história das mulheres, dos quais resultou a possibilidade de elas assumirem um posicionamento diferente com relação a seu marido, sua família e toda a sociedade: uma posição emancipatória.

Mas é claro que as transformações não ocorreram abruptamente. Inicialmente – e foi o caso das mulheres desta geração -, a ida da mulher à universidade se deu permeada de preconceitos. Havia preconceitos quanto à presença de mulheres em escolas como direito, medicina ou engenharia e, por isso, o natural foi que elas se dirigissem mais às faculdades de filosofia para que depois pudessem ingressar no professorado de ginásio, do curso clássico ou científico, que era considerado um prolongamento de suas tarefas tradicionais: a de cuidar do lar e das crianças.

De acordo com Rocha-Coutinho (1994), até o início dos anos 1960, uma carreira profissional era algo praticamente inconcebível para uma mulher, mesmo que já tivessem ido a uma universidade. Era considerado inapropriado que uma mulher fosse superior, em termos de inteligência ou força física, a um homem. Elas eram desencorajadas a investir em uma profissão, pois o seu papel social mais importante deveria continuar sendo o de “rainha do lar”.

Portanto, apesar das novas perspectivas que se abriam para as mulheres neste período, o padrão de mulher “mãe-esposa-dona-de-casa” continuava forte. Era comum que os maridos preferissem tê-las apenas para a família. “‘Antes de casar minha mulher trabalhava. Agora não. Não quero que ela trabalhe, por orgulho’; ‘Minha mulher não trabalha fora. Nunca gostei disso’; ‘Minha esposa trabalha. Prefiro que ela não trabalhe, mas ela quer’” (Mello & Novais, 2010, pág. 597).

Certamente, não se tratava de um patriarcalismo urbano. Conforme Mello & Novais (2010), nesse contexto o casamento romântico já triunfava, dando o direito a homens e mulheres de escolherem seus cônjuges seguindo seus corações. A interferência da família extensa nisso era cada vez menor, significando quase simplesmente “conselhos” e “alertas”. Mas a iniciativa do namoro ainda vinha do homem. O dever das moças era “refrear” seus namorados para que não “avançassem o sinal”, sob o perigo de ficarem “faladas” e, conseqüentemente, “ficarem encalhadas” ou “ficarem para titia”. Os homens iniciavam-se sexualmente cedo, geralmente com prostitutas ou empregadas domésticas, mas

buscavam mulheres virgens, prendadas, discretas, pacientes, boas mães, boas dona-de-casa e boas esposas para se casar. No casamento havia diferenciação nas funções do homem e da mulher. Ele era o “cabeça do casal” e o “chefe da família” e provedor do sustento da família; e ela era a mãe, dona-de-casa, a esposa. A relação entre elas já comportava mais proximidade, diálogo, compreensão mútua e os assuntos que lhes diziam respeito não eram falados a estranhos.

Então, tudo indica que padrões “tradicionais” permaneciam vivos - embora, nesse momento, já começasse a florescer o ideal de felicidade individual, trazendo conflitos, sobretudo, para as mulheres de classes médias e alta, como se pode ver em seguida:

O desejo de trabalhar, de independência financeira, convivia, da classe média para cima, com o ideal da “rainha do lar”; um certo inconformismo diante do comportamento sexual dos maridos dados a aventuras caminhava lado a lado com a resignação diante da natureza do homem. A busca do verdadeiro companheirismo, da autenticidade, da sinceridade nas relações entre os cônjuges ficava, é certo, abafada pela vontade ou pela necessidade de manter a qualquer custo o casamento, sobretudo por razões religiosas, mas também, por motivos econômicos e por preconceitos sociais (Mello & Novais, 2010, p.612).

De fato, a partir dos anos 1970, segundo Rocha-Coutinho (1994), a forma de representação da subjetividade feminina, que legitimava o enclausuramento da mulher no lar e, conseqüentemente, a desigualdade com relação ao homem – desigualdade de poder, financeira, de responsabilidades domésticas –, foi alvo de contestação. Questionamento sobre a naturalização deste padrão de identidade para a mulher, que significa também a institucionalização de um padrão de trajetórias de vida para elas, geraram um movimento de ampliação de sua identidade, com a inclusão do papel de trabalhadora e de pessoa com uma carreira. Mas isso, claro, não sem dificuldades, pois o que estava por trás da ocupação dos espaços ditos “masculinos” pela mulher era a transformação da representação do lugar da mulher na sociedade (Denefle, 1999).

Um estudo realizado com pessoas de três gerações (Barros, 2009) explora o processo de transformação das trajetórias de vida, mas enfocando especificamente o caso de mulheres. Parte dos resultados confirmam que, para a mesma geração de que tratamos aqui, a forma rígida com que são distinguidas as atividades femininas e masculinas existe desde sua socialização, na infância, e

persiste após o casamento; a dependência financeira da mulher ao marido fazia parte desses padrões tidos como “naturais”, embora isso não se desse sem incômodos às mulheres; a possibilidade de mulheres irem à universidade, estudar e trabalhar, passou a ser visto como desejáveis para seus destinos, mas inicialmente não estavam relacionadas a profissionalização; mesmo que não trabalhassem, a falta de estudos (e mais à frente, de trabalho) poderia ser sentida como empobrecimento pessoal; o casamento, muitas vezes, levava à interrupção dos projetos de trabalho e estudos, numa concepção de “natureza feminina” como sendo propícia à família; uma separação conjugal era vivida por elas como abandono; além disso, a autora constatou ser recorrente a queixa feita por essas mulheres de se considerarem despreparadas para a vida de casada e para a maternidade, justamente essa geração que foi criada com destino certo ao cuidado e às atividades domésticas. Isso pode explicar a importância dos laços entre mulheres na família, em atitudes solidárias e colaborativas.

Outro fato de importante impacto nas trajetórias de vida desta geração foi o advento do divórcio. Foram as pessoas desta geração que vivenciaram o início do aumento da incidência de divórcios no Brasil. Embora muitas vezes sentido pelas mulheres, aquelas que tinham sido educadas para serem “rainhas do lar”, como um fracasso pessoal ou abandono pelo marido, o divórcio aponta o fim de um modelo de casamento eterno para homens e mulheres baseado na complementaridade dos papéis sociais femininos e masculinos. Seguramente, a possibilidade do divórcio alterou definitivamente as expectativas de mulheres e homens com relação a suas trajetórias de vida, ao casamento e à constituição de uma família. E refletiu também nos valores embutidos na educação que a partir de então seria dada aos seus filhos, as pessoas das gerações futuras.

Além disso, sob a influência de movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, e com a chegada da pílula anticoncepcional, que tornou possível desvincular sexualidade e procriação, aos poucos o papel da mulher na sociedade brasileira foi se modificando. A identidade feminina, calcada na figura da mulher mãe-esposa-dona-de-casa, submetida a questionamento, levou muitas mulheres a se perguntarem “o que elas queriam da vida”.

Então, pode-se concluir que, em meio ao intenso fluxo de mudanças que caracterizou a vida social no início e meados do século XX, uma transformação

muito profunda atingiu os padrões instituídos para as trajetórias de vida de mulheres e de homens, sobretudo as das mulheres.

Não se pode afirmar que ocorreu, para esta geração, para usar os termos utilizados na primeira parte deste capítulo, a individualização de suas trajetórias de vida, correspondendo a uma profunda absorção de valores modernos, individualistas. O que se verifica é, antes, uma pressão no sentido de se questionar e contestar um padrão - o padrão de separação dos espaços público e privado e de vinculação destes ao feminino ou masculino – e de romper com a norma social estabelecida. Isto é parte do processo de desinstitucionalização de um padrão de trajetória de vida, necessário para o surgimento de novos padrões no futuro.

3.2.2.

Anos 1990 e 2000: “reinventando padrões”

As pessoas da geração de que trataremos a partir de agora não conheceram a efervescência dos protestos que marcaram a geração anterior. Elas tinham entre 25 e 35 anos em 2009, quando foram realizadas as entrevistas, e, portanto, nasceram entre 1974 e 1984. Foram socializados dentro de um modelo social diferente daquele que seus pais conheceram. Mesmo que ainda tenham sido influenciados pelos padrões tradicionais de distinção dos papéis sociais femininos e masculinos, foram-lhes transmitidos outros valores, igualitários, os quais foram inseridos na sociedade brasileira ao longo das transformações político-econômico-sócio-culturais ocorridas nas décadas anteriores.

Diferentemente das pessoas da geração anterior, que eram socializadas dentro de um modelo de distinções rígidas dos papéis sociais femininos e masculinos, os jovens adultos de hoje recebem da sociedade indicações menos claras sobre seus papéis sociais e sobre o percurso de vida a seguir. Anteriormente, homens eram educados para assumir o papel de provedor e pai de família; da mesma forma, as mulheres eram criadas para serem mãe-esposa-dona-de-casa. Suas trajetórias de vida eram socialmente padronizadas, já estavam pré-determinadas. As expectativas das pessoas giravam em torno de poder cumprir, bem ou mal, o que lhes era imposto.

No entanto, esta geração de hoje vive num momento em que a solidez dos padrões sociais anteriormente instituídos está se desfazendo. Trata-se de uma

mudança mundial. Segundo Hall (2002), este é um momento em que os indivíduos não encontram referências sólidas para se apoiarem e para estruturar suas vidas:

As velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado. A assim chamada ‘crise de identidade’ é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (pág.7).

Segundo Rocha-Coutinho (2007), hoje em dia, nas classes médias e altas, é comum que as mulheres sejam educadas como os homens. Ainda que persistam algumas diferenças relacionadas a distinções tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, como o fato de a mulher continuar a ser o sustentáculo da família, no contexto atual meninas e meninos são educados para competir e para crescer profissionalmente, para buscar seu sucesso pessoal e sua independência financeira.

Isso se confirma no estudo realizado por Mancebo & Maia (2010), em que os dados apontaram a relevância atribuída à realização profissional nos relatos de jovens sobre seus planos para o futuro. O trabalho possui grande importância na construção subjetiva dos jovens como valor e como meio de realização de sonhos e desejos pessoais. A ideia de que “ninguém pode ficar parado” é uma estratégia para se alcançar sucesso na vida, quando os projetos de vida se alteram de acordo com as possibilidades e oportunidades que se apresentam.

Mas os questionamentos vividos nas décadas de 1960 e 1970 não deixaram como herança para os tempos atuais somente a ruptura de um padrão que determinava que homens ocupassem o âmbito público e as mulheres se ocupassem do âmbito privado. Caiu por terra também, naqueles anos, a crença na existência de um modelo universal de trajetória de vida para cada gênero e de realização pessoal. Está aberta, assim, a brecha para a diversidade social, para a individualização das relações e das trajetórias de vida.

No estudo realizado por Barros (2009), já referido acima, em que foi feita a comparação dos discursos de pessoas de três gerações, constatou-se que faz parte dos projetos de vida das pessoas da geração mais jovem (de 22 a 36 anos)

entrar para a universidade, trabalhar e ter uma carreira profissional. Família, trabalho, amizade, sexualidade são domínios de importância para elas. A realização profissional almejada não se resume a independência financeira, mas é também fonte de satisfação pessoal. Estas pessoas contam com o apoio dos pais na busca por estabilidade financeira e têm demorado mais para deixarem a casa da família para terem suas próprias residências. Casam-se também mais tarde, em comparação com as pessoas das gerações anteriores, e os casamentos frequentemente terminam em divórcio. Elas contam com uma estrutura flexível de acolhida familiar, isto é: ao saírem de casa dos pais, sabem que poderão voltar; também pode acontecer de saírem da casa dos pais para irem residir com algum outro familiar, avós ou tios. Isso indica, segundo a autora, uma ruptura com um padrão de matrifocalidade da residência, como consequência das separações conjugais dos pais, podendo-se ver a família como algo que se ramifica.

Sem dúvida, são gigantes as diferenças nos horizontes das pessoas desta geração quando comparadas com os daquelas pessoas nascidas na década de 1940. Suas diferentes expectativas se devem a mudanças socioculturais mais amplas que abrangem o Brasil e o mundo. Acredita-se que uma das diferenças mais significativas entre as trajetórias de vida para essas duas gerações está relacionada ao papel que era socialmente atribuído à mulher - o que depois desencadeou alterações no papel social atribuído ao homem.

Nos anos 1960 e 1970, movimentos sociais defendiam a emancipação da mulher e uma profunda mudança no eixo que sustentava a identidade feminina de até então. Nas décadas seguintes - 1980, 1990 e 2000 – ocorreram, no Brasil, diversas mudanças sociais inspiradas em valores igualitários que tinham o objetivo de viabilizar a emancipação feminina anunciada pelos movimentos sociais. A separação de sexualidade e procriação, o surgimento da pílula anticoncepcional, o divórcio legitimado por lei e a profissionalização da mulher, que se desdobrou na conquista de um novo espaço de realização para elas, a realização profissional – tudo isso abalou as bases do tripé mãe-esposa-dona-de-casa, o qual dava sustentação às identidades e aos projetos de vida das mulheres de antigamente.

Isto, evidentemente, influenciou também o lugar dos homens na sociedade. No entanto, acredita-se que as mudanças sociais neste período tocaram primeiramente, e mais profundamente, o universo feminino, uma vez que foram

elas as identificadas como as mais oprimidas pelas assimetrias de gênero vigentes nas relações tradicionais, considerando que o seu confinamento ao lar gerou dependência financeira em relação ao marido e estigma de inferioridade perante a sociedade.

Então, as maiores contestações na década de 1960 e 1970 tratavam do caso delas, de modo que a imagem da mãe-esposa-dona-de-casa como sinônimo de “mulher” foi alvo de muitos protestos. Embora tenham levado, certamente, a uma transformação do universo masculino, mas apenas posteriormente, como se pode ver com Rocha-Coutinho (2000):

... o novo modelo masculino foi, até certo ponto, fruto, não de uma insatisfação pessoal, mas desencadeado pelas alterações no papel e na posição das mulheres na sociedade. Além disso, enquanto para as mulheres, ‘alcançar a outra margem’ e abordar o terreno masculino do trabalho e da profissão ‘e valorizador, para os homens, colocar-se no terreno doméstico ‘menor’ das mulheres sempre foi considerado ‘desvirilizante’ e, portanto, socialmente desvalorizado. Deste modo, ao contrário da mulher que compreendeu que, desenvolvendo além de sua antiga feminilidade a parte ‘viril’ do seu ser ela só se enriquece, a maioria dos homens ainda reluta em exprimir sua parte ‘feminina’ porque teme perder sua virilidade e todas as vantagens a ela relacionadas e a que tem direito ainda no mundo atual (Rocha-Coutinho, 2000, p.15).

A década de 1980, muitas vezes chamada de “década perdida” em função do saldo negativo apresentado pela economia brasileira nesse período de altos e baixos, tratou-se de um período em que diversas mudanças na sociedade aconteciam como resposta às reivindicações políticas e sociais vividas nas décadas anteriores e preparando o país para a nova realidade que viria no futuro. Dentre os acontecimentos geradores de mudanças para a condição da mulher naqueles anos, destacam-se aquelas referidas à legislação civil brasileira, a reforma da constituição concluída em 1988, onde as alterações feitas, de maneira geral, correspondem à penetração de princípios igualitários e libertários. Uma dessas alterações na legislação refere-se, conforme Berquó & Oliveira (1992), à regulação do divórcio. A possibilidade do divórcio foi introduzida na legislação civil brasileira a partir de 1977, mas as modificações advindas com a nova Constituição da República de 1988 tornaram a separação conjugal mais fácil, “no que diz respeito não apenas aos pré-requisitos de tempo de separação, mas,

também, quanto à possibilidade de transformação da separação de fato em divórcio, sem a passagem necessária pela etapa da separação judicial” (p.164).

Segundo Berquó (1989), na década de 1980 observou-se o aumento significativo no número de divórcios, o que pode ser visto como consequência da referida mudança na legislação, e, também, como parte de um processo amplo de mudanças sociais que vinham ocorrendo desde a década de 1960, dentre as quais se destaca a emancipação feminina. Isso significou uma importante mudança nos padrões de trajetórias de vida de todos, sobretudo das mulheres, uma ruptura com o modelo historicamente construído segundo o qual ser “rainha do lar”, mãe-esposa-dona-de-casa, era a dimensão central de sua identidade.

O advento do divórcio simbolizou a libertação da mulher desse padrão. Trouxe a possibilidade de se identificarem com outros papéis sociais, anteriormente designados aos homens, bem como de expandirem os padrões de trajetórias de vida disponíveis a elas. Assim, a mulher pôde encontrar outras formas de afirmação pessoal que não estivessem restritas à imagem da mulher-esposa – esse é o primeiro componente do tripé mãe-esposa-dona-de-casa.

Outra dimensão fundamental na identidade feminina que passou por transformações é a dimensão mulher-mãe. A valorização da maternidade como fonte de realização da mulher apóia-se na ideologia que exalta o papel natural da mulher como mãe. No modelo tradicional de maternidade, ser mãe era uma condição central para a estruturação de sua identidade de mulher. No modelo moderno de maternidade, ser mãe continua sendo importante, mas é uma dentre outras dimensões de sua identidade. As mulheres têm a possibilidade de escolher a maternidade, recusando-se ou planejando o momento da gravidez - embora, como mostra Rocha-Coutinho (1994; 2000), a possibilidade de escolha da maternidade conduza, muitas vezes, à conciliação da maternidade com outros papéis atribuídos à mulher moderna, justamente pelo fato de ainda ter grande importância na representação identitária das mulheres de classe média.

Nas décadas de 1990 e 2000, as discussões feministas passaram a situar o problema da maternidade no âmbito de questões mais amplas, que incluem, por exemplo, as tecnologias reprodutivas, esterilização, aborto, cesarianas, técnicas de concepção artificiais, a profissionalização da mulher. As novas tecnologias reprodutivas, como o advento da pílula anticoncepcional já vinha fazendo, permitiram dissociar procriação biológica e sexualidade feminina. A

profissionalização da mulher e seu investimento na carreira profissional fizeram com que a maternidade se tornasse uma escolha programada em suas vidas – e a prole reduzida é uma boa saída -, pois, conforme aponta Scavone (2001) e muitos outros autores, comumente recai sobre a mãe a maioria das responsabilidades parentais. Isso significa que, após o nascimento do bebê, a conciliação da maternidade com uma atividade profissional muitas vezes é complicada.

Scavone (2001) observa que, na década de 1990, houve uma queda abrupta da taxa de natalidade em decorrência da redução do número de filhos desejados (passou de aproximadamente 4 filhos, em 1980, para cerca de 2 filhos, em 1996). Esta diminuição pode estar ligada à emergência de um novo modelo de família, em que, além de proles reduzidas, estão mulheres com carreiras profissionais, pais e mães juntos e/ou separados, mães e pais cuidando sozinhos de seus filhos. Representa, portanto, uma adequação da vida familiar aos novos valores da vida contemporânea.

O problema da maternidade e da transformação do padrão de identidade feminina que associa mulher e mãe toca também na questão do modelo de parentalidade em que os pais se ocupam primordialmente dos assuntos do âmbito público e se comprometem com os assuntos dos filhos bem menos do que as mães. Isso se traduz, por um lado, na sobrecarga da mulher com as funções domésticas, o que a torna menos disponível para outras atividades, tais como as atividades da vida profissional; e, por outro lado, no distanciamento afetivo do homem em relação aos assuntos da intimidade da família.

Intimamente ligado à nova posição da mulher diante da maternidade e à transformação da identidade feminina como um todo está o fato de a mulher ter se inserido no mercado de trabalho. Toca-se, agora, no terceiro componente do tripé que sustenta a identidade da mulher tradicional, mãe-esposa-dona-de-casa.

Conforme Almeida (2007), o trabalho feminino sempre fez parte da realidade das famílias brasileiras das camadas populares como uma necessidade de sustento familiar, como um benefício para a família. Mas, a partir dos anos 1960, o trabalho feminino começou a se integrar à realidade das mulheres de classes médias revestido de um sentido emancipatório. Nesse contexto, ele é um projeto individual, destinado mais à satisfação pessoal do que à necessidade propriamente dita. Então, nos segmentos médios, o trabalho feminino proporciona

status à mulher, leva ao crescimento individual e faz parte do processo de constituição de sua identidade (Almeida, 2007).

Contudo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho não exclui os estereótipos historicamente construídos sobre o mundo privado e o mundo público. Para os jovens adultos de hoje, ainda que tenham sido expostos a um discurso que incentiva a mulher a participar do mundo público e o homem a se envolver em assuntos ligados à afetividade, persistem as referências que associam o mundo privado ao gênero feminino e o mundo público ao gênero masculino (Rocha-Coutinho, 2003; 2005; 2007; Losada e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2009; 2010). Assim, co-existem dois tipos de expectativas dirigidas a homens e mulheres: as de individualidade, sucesso, realização pessoal e profissional e igualdade entre os sexos; e as expectativas ligadas à antiga tradição patriarcal, que pressupunha que o homem atuasse no domínio público e se encarregasse do sustento da família e a mulher se ocupasse dos filhos e zelasse por uma vida familiar harmoniosa.

Apesar da persistência de traços da divisão tradicional dos papéis femininos e masculinos, ressalta-se que a realização profissional e a independência financeira são condições muito valorizadas e perseguidas pelas mulheres hoje. Segundo Losada e Rocha-Coutinho (2007), elas incorporam à sua identidade tanto a família como o trabalho. As autoras afirmam ainda que, no tocante às tarefas de casa, elas continuam seguindo predominantemente aqueles antigos padrões de divisão de tarefas e responsabilidades. Parece que, no âmbito doméstico, continua vigorando uma certa representação social que associa atividades domésticas a feminilidade.

As mudanças nas trajetórias de mulheres estão intimamente ligadas às mudanças nas trajetórias de homens. Teykal e Rocha-Coutinho (2007) observam que o momento atual é de transição para os papéis e posturas tanto de mulheres como de homens. No espaço público, embora a mulher já atue profissionalmente e eficientemente, ainda é difícil para elas assumir cargos de prestígio e poder, deixando de se sentirem responsáveis pelas tarefas de casa. Também na esfera privada, ainda que muitos homens já comecem a participar mais na vida do lar, especialmente cuidando dos filhos, é comum que sigam achando que as mulheres são quem melhor se saem nas atividades familiares. Ainda assim, as autoras afirmam que os homens também estão mudando, como se pode ver:

No caso dos homens, acreditamos que, em grande parte, o espaço deixado pela ausência da mulher nas camadas médias de casa ao se inserir no mercado de trabalho, juntamente com a cobrança social que tem recaído sobre os homens para que expressem um comportamento mais participativo e envolvente nos relacionamentos afetivos e familiares, vem contribuindo para o surgimento de uma nova concepção de masculinidade, de modo geral, e de paternidade, em particular (Teykal e Rocha-Coutinho, 2007, p.263).

Também conforme Gomes & Resende (2004), as mudanças sociais contemporâneas têm levado os homens a se reinventarem, assumindo novos papéis e diferenciando-se da imagem do pai alheio aos assuntos da família, mero reprodutor ou provedor econômico. Aos poucos, ele está encontrando novas formas de participar da vida familiar, menos marcadas pela cultura patriarcal, que impunha um certo distanciamento do homem das relações mais íntimas. Mas, claro, as transformações de valores acontecem num ritmo diferente das mudanças de hábito. Então, conforme os autores, conflitos reestruturantes na família, advindos das mudanças no cenário contemporâneo, desencadearão inúmeras transformações nas relações familiares, dentre elas a forma de se conceber a paternidade.

Mas tão difícil como é para as mulheres se desligar dos padrões tradicionais de identidade e trajetória de vida feminina, é para os homens se livrar dos estereótipos ligados à masculinidade. Segundo Rocha-Coutinho (2000), tradicionalmente descritos como “machistas”, “viris”, os homens da América Latina em geral e do Brasil, nas diversas classes sociais, incorporam essas características como sinônimo de masculinidade. Daí o fato de se verem como provedores financeiros de sua família. Nesse contexto, não suprir as necessidades do lar é sentido como uma desonra, uma falha de caráter.

Mas, de acordo com a autora, não existe uma masculinidade ou uma feminilidade universal, compartilhada por todos os grupos sociais e nos diferentes momentos históricos. As identidades estão continuamente sendo formadas em relação aos outros. Portanto, pode-se, assim, vislumbrar o surgimento de um “novo homem”, mais aberto à participação nas atividades domésticas e nos cuidados com os filhos.

Como conclusões ao que se refere às implicações do individualismo para as trajetórias de vida das pessoas desta geração, pode-se dizer que, como

consequência da desconstrução dos padrões sociais tradicionais, iniciada pelas gerações anteriores, os jovens adultos do cenário atual experimentam um momento de invenção de novos padrões. Deste modo, observa-se um movimento em direção à institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizada, com homens e mulheres buscando igualdade nas relações e sentindo-se menos submissos a imposições sociais, embora não raramente ainda recorram a referências antigas para construir suas identidades.

Esse contexto torna propícia a aproximação dos universos de homens e mulheres, permitindo que ambos transitem mais livremente pelos espaços público e privado. Ainda que isso não seja vivido sem conflitos, os limites referidos aos padrões tradicionais estão sendo postos à prova.

Mas a institucionalização de um modelo de trajetória de vida individualizado não se refere apenas à dissolução de critérios tradicionais de distinção dos papéis sociais de mulheres e homens. Ela modifica a noção de trajetória como um todo, possibilitando que os indivíduos tenham uma maior margem de manobra sobre o curso de suas vidas.

Isso tem uma implicação profunda para o valor atribuído às relações familiares, seja no âmbito da vida das pessoas particularmente, seja no âmbito da sociedade de uma forma geral. Observa-se que, para as gerações mais antigas, a padronização de identidades pessoais com base na distinção rígida entre os papéis socialmente atribuídos a mulheres e homens sustentava uma concepção de família - uma concepção de família que correspondia, pode-se dizer assim, à finalidade última da existência de mulheres e homens. Assim, instituía-se a complementaridade das funções exercidas por mulheres e homens, sempre tendo como fim a sustentação de um tipo de família que, por sua vez, estava relacionado à sustentação de uma ordem social. Então, tanto para as mulheres, identificadas como mãe-esposa-dona-de-casa, como também para os homens, identificados como pai-provedor da família, a família ocupava o centro em suas trajetórias de vida, pois era em função dela que estruturavam suas existências.

Deste modo, a despadrãoização do modo tradicional de distinção dos papéis femininos e masculinos, em decorrência da penetração de valores individualistas na sociedade, altera não somente as identidades construídas para homens e mulheres e o curso tomado por suas vidas. Ela modifica também a

importância atribuída às relações familiares. Este é o assunto que será discutido no próximo capítulo.

4.

Instabilidades e Desarticulação do Modelo de Família Conjugal

A individualização crescente da sociedade, assim como trouxe mudanças para as formas de vinculação social e para os padrões de trajetória de vida instituídos, também provocou transformações na natureza das relações que se estabelecem dentro da família. Argumenta-se que, na medida em que padrões sociais de trajetórias de vida foram-se modificando, enfraqueceu-se o modelo de família que se baseava no casamento indissolúvel e na divisão tradicional de papéis femininos e masculinos, impulsionando o surgimento de novas configurações e concepções de família.

Neste capítulo, será discutido o processo pelo qual se constituiu a chamada família contemporânea. A estrutura familiar sempre existiu na história da humanidade, mas, dependendo do contexto sócio-cultural no qual estava inserida, diferentes sentidos foram atribuídos às relações que se estabeleceram dentro dela.

Nas sociedades antigas, por exemplo, o casamento consistia em uma aliança entre famílias. No início da Era Cristã, o discurso da Igreja modificou o sentido da vida familiar, submetendo-a a regras morais religiosas e fez do casamento e da família uma instituição sagrada. Na modernidade, sob a influência do individualismo, as relações familiares tornam-se carregadas de afetividade e de intimidade. Na contemporaneidade, o acirramento do individualismo levou à valorização da dimensão individual dos membros da família; vive-se a democratização das relações familiares e a busca por relacionamentos pessoalmente satisfatórios. Nesse contexto, novas concepções de família emergem, recriando as formas de ver e viver família.

4.1.

A família no contexto pré-moderno

A introdução do individualismo na família, na modernidade, imprimiu às relações familiares sentidos próprios. O que há de intrínseco a esta configuração é

o valor atribuído ao indivíduo nas relações. Quanto mais o valor “indivíduo” se faz presente, menor é a pressão exercida pela hierarquia social e familiar nas relações e, portanto, maior é o espaço aberto à afirmação dos sentimentos e da autenticidade de cada membro da família.

Ao se observar famílias em contextos mais antigos, tais como as civilizações antigas gregas e romanas e a Idade Média, onde não estava instituído o valor do “indivíduo” tal como é hoje, verifica-se que o casamento geralmente não consagrava um relacionamento amoroso. Era mais como um negócio de famílias, um contrato que os dois indivíduos estabeleciam a conselho de suas respectivas famílias (Flandrin, 1982). Além disso, nessas sociedades, as relações que se estabeleciam tinham na figura do pai a concentração de poder e não comportavam de modo algum a idéia de igualdade entre os indivíduos.

Na Grécia Antiga, por exemplo, conforme Socci (1983), o pai era a figura mais poderosa da família. E os seus filhos, por serem homens, também estavam em uma posição especial na sociedade, desde o nascimento. Eles aprendiam a ler, a escrever, aprendiam aritmética, música, poesia, esportes, ou seja, tinham uma educação bastante diversificada. Já as mulheres não recebiam qualquer tipo de educação formal, nem mesmo aprendiam a ler e a escrever. Viviam confinadas em casa, a vida toda, embora lá também desenvolvessem atividades atléticas para que melhorassem seu desempenho na maternidade. Como havia muitos escravos e serviçais na época, as mulheres não tinham nenhuma função importante na família, a não ser a de gerar filhos, e não ocupavam uma posição de prestígio na sociedade.

Era marcante na cultura grega o homossexualismo. A razão do “amor pelos rapazes”, embora seja uma questão bastante complexa, que envolve distinções e diferenças com relação ao amor pela mulher (Foucault, 1985), pode ter ocorrido também em decorrência do pouco prestígio social atribuído às mulheres. Eram os homens, pessoas educadas, de habilidades físicas e intelectuais, a imagem da perfeição, objeto de um amor próximo do ideal. Isso dificultava a idealização de uma relação entre homem e mulher e também que as relações familiares fossem consideradas um universo de forte apreciação.

Ainda assim, de acordo com Melchior-Bonnet & Salles (2001), o casamento de um homem e uma mulher tinha sua função na sociedade. Era, geralmente, arranjado pelas famílias e ocasião de uma aliança entre famílias com

fins de reprodução. Nesse contexto, verificava-se uma completa dissociação entre sexo-reprodução e sexo-prazer. Constituir família era uma obrigação de homens e mulheres baseada em expectativas sociais. O celibato era condenado socialmente como uma traição para com a família e a cidade. E o homem que não se casasse até seus 35 anos era obrigado a pagar uma taxa anual para que ele nunca imaginasse que o celibato poderia lhe trazer conveniências e comodidades.

Assim, observa-se que, na Grécia Antiga, o casamento correspondia a um pacto entre famílias. Não era permitido que qualquer um se casasse com qualquer pessoa. Um cidadão só podia se casar com a filha de um cidadão. Uniões com estrangeiros eram consideradas ilegais. Já os casamentos entre irmãos de mesmo pai – não de mesma mãe – eram aceitos. Eram os pais quem escolhiam os cônjuges de seus filhos. As mulheres casavam-se ainda meninas, com cerca de 14 anos, e os meninos, com mais ou menos 18 anos.

Nesta forma de união, atração sentimental ou física não era levada em consideração. De fato, o casamento correspondia a um pacto entre famílias, e os membros do casal não nutriam paixão ou amor um pelo outro, mas sim um respeito de marido e mulher que se estendia aos filhos. É fato que o prestígio social dado aos homens, que determinava diferentes investimentos culturais endereçados exclusivamente para eles, dificultava que uma relação entre homens e mulheres fosse idealizada. Por isso, as relações familiares não eram um universo de forte apreciação.

O casamento era uma associação de duas famílias de classes sociais equivalentes. O dote é que era o elemento essencial do contrato que seria assinado entre as duas famílias. Ele variava segundo a riqueza da família da moça. Era dado pelo pai dela aos cônjuges e devia ser administrado pelo marido. Em caso de divórcio, o dote voltava à família da esposa (Melchior-Bonnet & Salles, 2001).

Um tipo semelhante à organização familiar da Grécia Antiga se constituiu na sociedade romana. Conforme Melchior-Bonnet & Salles (2001), a família romana tinha uma configuração de família extensa centrada na figura do *pater familias*. Nela, quem decidia tudo era o pai, considerando os interesses do grupo e da propriedade. O *pater familias* tinha um poder absoluto de vida e de morte sobre aqueles que constituem sua família: mulheres, crianças, servos livre e escravos. A autoridade sem limites atribuída a ele é designada em latim pelo termo expressivo de *manus*. Contudo, desde o século V a.C., distingue-se em Roma o casamento

cum manu, no qual a esposa permanece sob a dependência de seu marido, e o casamento *sine manu*, no qual ela não depende dele. Essa segunda forma de união se generalizou em Roma e contribuiu para assegurar a independência econômica da mulher, cujos bens não seriam mais administrados pelo seu marido.

De acordo com Soucci (1983), no que diz respeito à posição ocupada pela mulher romana na sociedade, observa-se que elas eram bem mais valorizadas e instruídas do que as mulheres gregas. Ocorreu que, no século III a.C., com as primeiras Guerras Púnicas, quando os maridos se ausentavam da família para irem às lutas, as esposas acabaram tendo que dirigir os negócios da família e, com isso, conseguiram no Senado algumas modificações nas leis que as tolhiam. Conseguiram, por exemplo, herdar propriedades; tinham direito à educação; tinham vida social e desfrutavam de prestígio social. Por isso, eram pessoas mais atrativas para os homens do que as mulheres gregas. Isso fazia com que houvesse maiores possibilidades de um jovem romano encontrar no casamento amor e prazer e do que um jovem grego, e de o casamento ser uma relação pessoalmente interessante.

Deste modo, pode-se dizer que os casamentos em Roma se diferenciavam dos casamentos na Grécia pelo fato de a mulher romana ocupar uma posição de maior prestígio na sociedade e pela existência de leis para regular os poderes do patriarca e da matrona. Tinham em comum o fato de os casamentos serem essencialmente um acordo entre famílias, determinado por interesses sociais e econômicos, embora, entre os romanos, já fosse concebível a idéia de se estabelecer uma relação de amor e prazer, aliada à função reprodutora desta relação.

Os romanos eram monógamos e, entre eles, o adultério era proibido. Tradicionalmente, era esperado que todos se casassem. Mesmo os viúvos ou divorciados, desde que tivessem menos de 60 anos – no caso de homens – e menos de 50 – no caso de mulheres, eram obrigados a contrair novas núpcias.

Tanto na Grécia Antiga como em Roma, embora fosse pautado em interesses sociais, casar-se era um ato estritamente privado, no sentido de que acontecia em casa, envolvia apenas os membros das duas famílias dos futuros esposos e que não se fazia menção à união do casal em um registro oficial e nem havia cerimônia religiosa pública. Mas, de acordo com Ariès (1982), apesar de acontecer em casa, ele era também um evento público no que se refere à não

preservação da intimidade do casal e ao fato de ter suas etapas presenciadas por espectadores. A última etapa do acordo conjugal, por exemplo, que era a colocação dos jovens esposos no leito, acontecia em público.

Mas, em Roma Antiga, mesmo sendo o casamento um acontecimento pessoal, ele foi objeto de uma legislação muito rica. Era definido como um verdadeiro contrato entre os dois cônjuges, que exigia o consentimento de um e de outro e garantia direitos a cada um. Esse contrato não previa a indissolubilidade da união, mas reservava ao marido o direito de repudiar sua esposa a qualquer momento, de acordo com seus interesses.

A possibilidade de interromper o acordo conjugal é uma característica dos casamentos nas sociedades antigas que muito revela sobre as diferentes naturezas das relações familiares estabelecidas nas sociedades antigas, modernas e contemporâneas. Segundo Ariès (1982), a indissolubilidade do casamento é uma invenção do cristianismo e resulta da aproximação entre a união sacramental do casal e a união eterna do Cristo e de sua Igreja. Instala-se com o poder eclesiástico, na Idade Média, mas recua após seu declínio, com a descristianização e individualização contemporânea.

O cristianismo trouxe muitas transformações para a forma como se concebia família e casamento na Idade Média, resultantes da atribuição de pudores e normas morais reguladoras da vida conjugal, o que chegou a influenciar também as concepções que surgiram posteriormente, na modernidade. Durante o período de ascensão do poder do cristianismo, as autoridades eclesiásticas conferiam grande importância aos constituintes da validade da união cristã, à monogamia, à indissolubilidade e às relações de parentesco, ainda que a celebração das núpcias não exigisse passagem pela Igreja. Os dogmas cristãos exerceram forte influência na moralização da relação conjugal, fazendo, por exemplo, com que, nas cerimônias de casamento nesse período, celebrações sóbrias ocorressem no lugar de bacanais e bebedeiras tão características dos casamentos romanos e gregos (Socci, 1983; Melchior-Bonnet & Salles, 2001).

Dentre os dogmas da doutrina cristã estava a exaltação da virgindade, tanto para as mulheres como para os homens. Esta foi, de acordo com Melchior-Bonnet & Salles (2001), uma grande novidade que a doutrina cristã trouxe para o universo do casamento e da família existente até então. Exaltar a virgindade e o celibato era exatamente o oposto dos costumes em vigor até então, quando o celibato era

proibido e praticamente inexistente entre homens e mulheres. De acordo com a doutrina da Igreja, os prazeres carnavais de todos os tipos impediriam o homem de elevar-se em direção a Deus e, por isso, de acordo com Flandrin (1982), deveriam ser ponderados. Isso se aplicava também à sexualidade matrimonial. A condenação à busca do prazer fazia do sexo expressão do pecado original, inclusive para os casados. Por isso, os casamentos eram vistos com desprezo, de modo que sua única justificativa seria a procriação de uma descendência.

Segundo os princípios cristãos, uma série de normas morais deveria regular a vida conjugal, evitando, assim, que o sexo matrimonial, cuja finalidade era a reprodução, conduzisse erroneamente os parceiros ao prazer e ao pecado. Por exemplo, mesmo entre os cônjuges, o sexo não era permitido durante o dia, não deveria ser feito em horários reservados para leituras e preces, só era permitido após a ceia, e mesmo assim o gozo deveria ser restrito, pois assim como era considerado desairoso amar a esposa de outro homem, o era também amar em excesso a própria esposa (Socci, 1983).

Neste contexto de moralização cristã, fixava-se uma concepção de homem e mulher marcada pela submissão feminina ao masculino. Da mesma forma que era o homem o chefe da família, era ele também o agente ativo no leito conjugal. O discurso da Igreja apontava fraqueza, passividade e timidez como traços naturais do sexo feminino, assegurando à mulher uma áurea pura, compatível com a imagem da mulher-mãe sem pecados.

A história da instituição da moral cristã na sociedade se articula com a história do desmoronamento das sociedades antigas. Conforme Socci (1983), nos séculos II e III d.C., em Roma, apesar da decadência do Império Romano, ainda conservavam-se as aparências de grandeza e glória. A vida seguia como sempre, elegante em arquitetura e divertida nos luxos e prazeres disponíveis aos cidadãos. Mas, em meio a isso, algumas pessoas começaram a se sentir atraídas por uma nova religião, o Cristianismo. Apesar das perseguições do mundo pagão às investidas cristãs, os adeptos do Cristianismo conquistavam cada vez mais a lealdade da população, até que, com a conversão do Imperador Constantino (ano 323 d.C.), esta se tornou a religião dominante.

Socci (1983) ressalta que a influência cristã naquela sociedade não se deu por acaso, e, sim, porque aquele contexto de decadência inspirava a permeabilidade de novos princípios. A queda do Império Romano foi entendida

como um castigo de Deus à vida luxuosa, aos divertimentos, aos prazeres sensuais lá desfrutados, de modo que esta forma de conduta foi associada a pecado e castigo. Diante desse conjunto de fatores, a filosofia cristã mostrava-se muito eficaz, pois ela apontava saídas para a construção de um novo mundo e uma nova vida, calcada em novos princípios.

De acordo com a autora, no final do século VI, Roma sofreu repetidos saqueamentos e foi destruída. Esqueceu-se como se lia e como se escrevia, abandonou-se toda higiene, ciência e cultura. A sofisticação romana foi fundida à cultura primitiva dos francos, normandos e godos, fazendo, assim, emergir o feudalismo medieval. Economia, administração pública, amor e moral encontravam-se em um nível semi-primitivo, levando a um retrocesso inclusive no que diz respeito aos direitos adquiridos pelas mulheres romanas, que representavam setecentos anos de evolução. Neste momento da história, a mulher tornou-se novamente algo comparável a um animal doméstico e útil, uma propriedade, tendo perdido sua condição de pessoa real perante a lei. O adultério da esposa, por exemplo, seria punido com a morte, mas o do esposo não era nem julgado; Outro exemplo é que elas precisariam de consentimento do seu pai para se casarem (Socci, 1983).

Foi nesse contexto que a Igreja se tornou uma forte aliada de chefes semi-bárbaros para favorecer a manutenção da estabilidade social. Foram-lhes concedidos poderes sobre a regulamentação do Estado e de toda a vida sexual, inclusive do próprio clérigo. Deste modo, entre os séculos IX e XII, os “pecados mortais da alma” passaram a ser julgados pelos tribunais eclesiásticos, de modo que casamentos, adultérios, concubinação, etc., tornaram-se assuntos da Igreja (Socci, 1983).

A partir do século IX, portanto, as autoridades eclesiásticas começaram a se interrogar sobre a natureza do casamento e sobre formas de fazer operar uma reforma e uma moralização da sociedade civil. O casamento tornou-se um ato público e devia ser anunciado com antecedência para que houvesse tempo para que alguém o contestasse caso achasse necessário. Os dois cônjuges deviam dar seu pleno acordo e a autorização dos pais foi considerada definitivamente desnecessária. O essencial era exigir que um clérigo estivesse presente para receber os esposos e lhes dar uma bênção. Deste modo, o casamento canônico foi estabelecido (Melchior-Bonnet & Salles, 2001).

Mesmo mediante a moralização do casamento promovida pela Igreja, casamento não tinha nada a ver com o amor. Casava-se, antes de tudo, para fazer perpetuar uma linhagem. O casamento continuava sendo um negócio de homens, onde o pai de um dos cônjuges, às vezes o irmão na ausência do pai, negocia com o pai ou o irmão da família do outro. Por isso, até mesmo crianças podiam ser prometidas para outra pessoa, comprometidas com o cumprimento de um casamento arranjado. Em todos os meios, a filha, à condição de ser virgem, era um tipo de bem que se troca, uma recompensa para cimentar interesses e patrimônios e, nesse tipo de mercado, os sentimentos não têm lugar. Aliás, para os moralistas, o amor, ou antes a paixão amorosa, não só não era em nada necessário ao casamento, como era indesejável. Acreditava-se que casamentos por amor não dessem certo porque os cônjuges estariam submetidos aos caprichos da paixão, justamente porque opunham-se amor divino e amor conjugal (Flandrin, 1982).

Deste modo, vê-se como a Igreja Romana influenciou as concepções de casamento e família na Idade Média. Ela exercia seu poder de julgamento, chegando, na Inquisição, a queimar mulheres por bruxaria. Exerceu, poderosamente, controle sobre as práticas sexuais, inclusive dentro do casamento, desvinculando o sexo-prazer do sentimento do amor espiritual. A procriação fazia parte dos negócios que constituíam a finalidade do casamento, assim como os contratos comerciais, as alianças políticas e militares.

Com o decorrer dos séculos, novos acontecimentos abalaram esta organização social instituída sob a influência da Igreja. Nos séculos XV e XVI, as cidades se expandiam para fora das muralhas medievais. O movimento da Reforma protestava contra os excessos dos representantes da Igreja Romana, o Humanismo da Renascença propunha uma conciliação entre o amor puro e enobrecedor e o amor paixão sensual (Soccir, 1983). Tudo isso trouxe novos parâmetros para as relações que se teceriam na família.

4.2.

A família na modernidade

A entrada da família na modernidade foi marcada pela distinção da vida pública e privada (Prost & Vincent, 1999) e pela introdução de uma carga afetiva às relações, o que transforma completamente as funções da família e a natureza

dos vínculos estabelecidos dentro dela. Segundo Ariès (2006), a emersão de um sentimento afetivo dirigido à criança deu um novo lugar à família na vida sentimental do século XVI e XVII.

Voltando, novamente, à Idade Média, a fim de explicitar como os sentimentos passaram a fazer parte do universo da família, observa-se, conforme Ariès (2006), que a organização social naquela época determinava um tipo de estruturação da vida familiar muito aberto ao mundo das relações sociais. Não se distinguia vida pública de vida íntima, familiar, tal como se faz hoje. Viviam-se a vida em público, isto é, todos os acontecimentos importantes e cotidianos da vida familiar aconteciam na presença de muitas outras pessoas, como se pode ver:

As cerimônias tradicionais que acompanhavam o casamento, e que eram consideradas mais importantes do que as cerimônias religiosas, como a bênção do leito nupcial, a visita dos convidados aos recém-casados já deitados, as brincadeiras durante a noite de núpcias etc, são mais uma prova do direito da sociedade sobre a intimidade do casal. Por que haveria alguma objeção, se na realidade não existia quase nenhuma intimidade, se as pessoas viviam misturadas umas com as outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas às indiscrições dos visitantes? A densidade social não deixava lugar para a família. Não que a família não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas ela não existia como sentimento ou valor (Ariès, 2006, p.191).

Privacidade era algo impossível de existir nesta configuração familiar. Prost & Vincent (1999), enfatizam, por exemplo, que não havia meios de alguém se isolar do grupo familiar. Parentes e crianças viviam uns sobre os outros por todos os momentos da vida cotidiana. Até a “toilette” se fazia sob o olhar dos outros. E também não se dormia nunca à sós, pois havia sempre várias pessoas dormindo no mesmo cômodo e, inclusive, na mesma cama. Nessas condições, era praticamente impossível que alguém tivesse objetos pessoais, segredos pessoais. De fato a noção de intimidade não fazia nenhum sentido.

A vida familiar era marcada por uma intensa sociabilidade. Conviviam na mesma casa pais, filhos (que não eram poucos), empregados e amigos. A família cumpria a função social de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes. Não havia distinção entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças, de modo que também não se mostrava necessária nenhuma forma de preparação das

crianças para que entrassem no mundo adulto. A ausência de distinção entre as idades fica estampada no seguinte fato:

(...) a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se apenas em manter visíveis através das roupas os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto. (...) No século XVII, entretanto, a criança, ou ao menos a criança de boa família, quer fosse nobre ou burguesa, não era mais vestida como os adultos. Ela agora tinha um traje reservado à sua idade, que a distinguiu dos adultos (Ariès, 2006, p. 32).

Na Idade Média permitia-se que a rede familiar exercesse influência direta sobre a estruturação das identidades pessoais. O nome pessoal, por exemplo, elemento central na identidade pessoal, era antes escolhido em função da rede familiar, como se pode ver:

... era o padrinho (ou a madrinha) quem escolhia o nome do afilhado (ou afilhada). Até os anos 1860/70, a criança só tinha um nome. O padrinho do primeiro filho do jovem casal era o avô paterno e a madrinha, sua avó materna: o segundo filho tinha como padrinhos o irmão mais velho do pai e a irmã mais velha da mãe. Se o filho mais velho fosse um menino, era-lhe dado o mesmo nome do pai do seu pai (seu avô paterno); se fosse uma menina, o nome era o da mãe da sua mãe (sua avó materna). Assim, “os meninos eram nomeados como os homens da linhagem paterna e as meninas como as mulheres da linhagem materna (Singly, 2007, p.87).

Verifica-se, portanto, o grau de interferência que a rede familiar extensa exercia na vida das pessoas. Não se concebia a existência de um núcleo familiar distinto da família extensa. A tradição impunha que as famílias reproduzissem uma forma de organização que impedisse qualquer manifestação de liberdade ou autonomia individual ou familiar.

Nesse contexto, afirma Ariès (2006), o serviço doméstico se misturava à aprendizagem destinada às crianças. Tudo o que uma criança aprendia lhe era transmitido através do convívio com adultos da família, nas situações cotidianas. Não havia limites entre trabalho e vida particular. Era através do serviço doméstico que um mestre transmitia a uma criança uma bagagem de conhecimentos práticos e simbólicos necessários para sua atuação na vida social.

Ressalta-se que, nesta ocasião, saber fazer bem os afazeres domésticos era tão necessário quanto saber um ofício. Por isso, crianças, desde pequenas, eram designadas à execução de tarefas. Geralmente, quem servia à mesa eram as

crianças da família, não os empregados pagos. As escolas não tinham função alguma na educação das crianças. Elas eram destinadas apenas a clérigos. As crianças viviam misturadas aos adultos, de modo que toda a transmissão cultural era realizada diretamente de uma geração a outra, em todas as situações, mesmo nas tavernas mal-afamadas. Era desta maneira que elas aprendiam a viver.

Mas esta aprendizagem acontecia, geralmente, não na casa dos próprios pais da criança. Era costume que crianças fossem mandadas, desde os 7 anos, à casa de outras famílias para que lá morassem e aprendessem bons modos e um ofício. Nessas condições, uma criança tinha pouco convívio com sua própria família e, por isso, era pouco provável que um sentimento existencial profundo entre pais e filhos fosse alimentado. Isso não quer dizer, no entanto, que os pais não amassem seus filhos. Podia até acontecer. Mas, de fato, como Ariès (2006) aponta, os adultos se ocupavam das crianças movidos por um sentimento moral e social, preocupados em introduzi-las à vida comum. Não havia nisso o sentido de resposta a um apego pessoal. Havia, sim, uma sociabilidade incompatível com a formação de um sentimento de família.

Nesse contexto, não era necessária a existência de amor para se alcançar o equilíbrio familiar. A missão da família medieval era a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana. Ela não tinha função afetiva. O amor entre os membros da família até podia existir, mas geralmente não antes da família ser constituída. Quando esse sentimento existia, era criado e alimentado pela vida em comum.

Ariès (2006) enfatiza que o grande acontecimento para o surgimento do sentimento da família foi a preocupação dos pais com a educação das crianças. A partir do século XV, a escola deixava de ser destinada exclusivamente aos clérigos e se abria também para as crianças. Com isso, elas não precisariam mais ser enviadas a outras famílias para receber instruções. Indo à escola e permanecendo o restante do tempo com seus familiares, novos lugares na família foram designados a ela. Nas palavras do autor:

Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento: ela deu à família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da

vida quotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro (Ariès, 2006, p.189).

Desta forma, a maior convivência entre pais e filhos, propiciada pela separação dos espaços da família e da escola, gerou o desenvolvimento de um clima sentimental nunca existente antes, que exprimia o sentimento da família e da infância. A família se voltou para a criança, passou a se preocupar com sua formação, incluindo sua passagem pela escola. Não era mais bem visto o fato de crianças ficarem misturadas aos adultos. Passou-se a reconhecer a necessidade de cuidados para o desenvolvimento das crianças e, portanto, as famílias passaram a se organizar em torno dela.

Deste modo, a criança foi ganhando importância dentro da família. Tão logo ela ia ganhando visibilidade no cotidiano familiar, requeria-se dos pais o desvio de suas atenções dos assuntos sociais, públicos, para os assuntos privados. Deste modo, o progresso do sentimento de família e de infância foi seguido do crescimento da intimidade na família.

A introdução da noção de intimidade na vida familiar pode ser observada pela evolução da arquitetura das casas. A casa da família foi perdendo, paulatinamente, o caráter de lugar público que possuía anteriormente, quando era local de vida laboral, familiar e das atividades das relações sociais. Nas casas da Idade Média, por exemplo, não se fazia distinção entre quartos e salas. Tudo acontecia em um mesmo local: alimentava-se, dormia-se, dava-se à luz, morria-se. Casais dormiam em meio a outras pessoas, em uma cama que servia a diversos fins. Mas, a partir do século XVIII, ocorreu a especialização dos espaços da casa, ao mesmo tempo em que a família ia se distanciando, protegendo-se, da sociedade. Assim, para preservar o sentimento de intimidade dirigido à vida familiar, novas maneiras de disposição dos cômodos das casas foram criadas.

Portanto, como apontam Prost & Vincent (1999), no apartamento ou casa burguesa já se fazia distinção clara entre os cômodos de recepção das pessoas de fora do círculo familiar e os outros, onde ficavam as pessoas da família no dia-a-dia. De um lado, estava o que a família mostra dela mesma, o que pode se tornar público, o que ela julga apresentável; de outro, o que se mantinha longe de olhares indiscretos, o que pertencia à intimidade da família.

O que mudava nisso tudo era o sentimento associado à vida familiar. Reestruturando a casa, renovando os costumes, criava-se um espaço propício para o sentimento de intimidade na família. Para tanto, uma família reduzida aos pais e suas crianças, excluindo os criados, clientes e amigos, seria o mais propício (Ariès, 2006).

Conforme Singly (2007), nas famílias cuja primeira finalidade era a transmissão do patrimônio econômico, justamente o patrimônio é que tinha o papel central na vinculação das pessoas de uma família. Mas, na família moderna, o cimento que une as pessoas é o sentimento. Os elos de parentesco pautam-se menos na propriedade e mais na afetividade, de modo que é a relação propriamente dita, seja entre homem e mulher, seja entre pais e filhos, que faz viver o espírito da família.

A família privada, intimista, é, por assim dizer, a alma da família moderna. À medida que o espaço da casa ia se privatizando, surgia um novo sentimento entre os membros da família, mais particularmente entre a mãe e a criança, onde a educação das crianças teve interesse renovado e o estatuto da mulher foi notavelmente elevado. A paternidade também passou por transformações, sendo a autoridade de pai substituída por um contrato moral que regula os vínculos de família. Deste modo, amor, proteção (física, material, moral) tornam-se referências para a paternidade que se constrói (Attias-Donfut, Lapierre & Segalen, 2002).

Da mesma forma, o clima de intimidade entre os membros da família e o fortalecimento dos seus vínculos mudou radicalmente a natureza das relações conjugais, de modo que alguma afeição entre os cônjuges foi pouco a pouco esperada. Anteriormente, os casamentos eram “arranjados”, isto é, motivados por interesses familiares, firmados como um acordo estabelecido entre duas famílias sem levar em consideração os desejos dos cônjuges. Tudo se passava friamente, sem que precisasse haver afeto recíproco entre os cônjuges.

Mas, modernamente, o casamento passa a ser calcado no amor e na afinidade dos cônjuges, concebido como um contrato de base afetiva entre os dois cônjuges, os quais, por se amarem, desejam compartilhar suas vidas. Observa-se, na emersão do amor como cimento conjugal, a aproximação de duas formas de amor tradicionalmente opostas: o amor conjugal e o amor apaixonado (Ariès, 1982). Calcado em afetos pessoais e não em interesses familiares, faz parte do

casamento moderno, romântico, a crença na sua indissolubilidade. Não se concebe a idéia de volatilidade do sentimento amoroso. O casamento moderno é um tipo de pacto amoroso socialmente influenciado por um discurso que o tem como eterno - “até que a morte os separe”.

É importante ressaltar que o fortalecimento dos laços conjugais marca o surgimento de outra modalidade de funcionamento com os parentes. Rompe-se com aquele modelo de família em que o núcleo pai-mãe-filhos não tinha autonomia em relação à família extensa. Como afirma Singly (2007), “[na família moderna] o casamento representa os laços conjugais, opostos às outras formas de relação familiar. É a idéia mais elaborada de uma autonomia maior do casal em relação à parentela e às gerações mais velhas” (p.39).

Isso coloca o casal em uma posição privilegiada na paisagem da família moderna, não por acaso também chamada família conjugal moderna. É próprio desta concepção de família a centralidade do casal. O sentimento de infância, gerado pelo surgimento da escolarização, provocou a emersão do sentimento de família, que por sua vez levou a um certo grau de isolamento do núcleo pai-mãe-filhos em relação à rede social e da parentela. O casamento se transformou, passando de uma união impessoal, regida por interesses sociais, a uma união estritamente afetiva. E os filhos advindos dessa união, do amor do casal, continuariam sendo importantes na família como frutos dessa relação, elemento fortalecedor da instituição do casamento.

A família conjugal moderna é o retrato do que Singly (2007) chama de “Família Moderna 1”, a “família feliz”. Nela, o núcleo familiar tem um grau significativo de autonomia em relação à família extensa e se torna espaço de realização afetiva de todos. Mas, dentro dele, as pessoas têm pouca autonomia individual. A tradição geracional ainda influencia fortemente as condutas pessoais e as relações estabelecidas, inclusive no que diz respeito aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Faz parte desse modelo uma divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher: o homem se ocupa do sustento da família e a mulher cuida dos assuntos da casa. O pai trabalha fora de casa, ganha o dinheiro do sustento do lar, propicia segurança e proteção à família; a mãe trabalha em casa, dedicando-se ao cuidado dos filhos, do marido e da casa como só ela sabe fazer; as crianças obedecem à autoridade dos pais e vão à escola. Embora haja

convivência com avós, tios, primos, etc., o núcleo familiar preserva sua intimidade e impõe limites à entrada de estranhos.

4.2.1.

Particularidades da família brasileira moderna

Antes de prosseguir e passar à discussão das relações familiares contemporâneas, convém esclarecer que o modelo de família conjugal moderna, ou família nuclear burguesa, correspondente à “família moderna 1”, marcou as relações familiares no Brasil, aqui chegando por influência européia. Mas esse modelo foi incorporado à vida dos brasileiros de modo peculiar, assumindo características diferentes daquelas que ele apresentava no contexto europeu. Pode-se afirmar que o modelo da família conjugal moderna se instituiu aqui mais como um ideal do que como uma realidade – ou, então, que o modelo de família conjugal moderna brasileira tem características próprias decorrente do seu processo histórico de constituição.

Aqui, o que se chama de “família conjugal moderna” não se constituiu a partir da transformação de uma configuração social medieval, feudal. O Brasil colonial estava estruturado por uma organização familiar patriarcal quando foi influenciado pelas idéias da modernidade. A família patriarcal era constituída de um núcleo central e um núcleo periférico. O primeiro era legalizado, composto pelo casal branco e por seus filhos legítimos, e o segundo, nem sempre bem delineado, era constituído de escravos e agregados, índios, negros, mestiços, no qual estavam incluídas as concubinas dos chefes e seus filhos ilegítimos. Essas primeiras famílias funcionavam segundo o modelo de autoridade *pater familias*, nas quais o patriarca detinha poderes e responsabilidades sobre todos, escravos, empregados, agregados, esposa e filhos. Durante o período colonial, os interesses econômicos regiam essa organização familiar e, no sentido inverso, as famílias também controlavam a vida econômica e social (Costa, 1989; Freyre, 1999; Rocha-Coutinho, 2006).

O modelo da família patriarcal, muitas vezes usado como sinônimo de “família brasileira”, não correspondeu, de acordo com Samara (1998), à realidade de todas as regiões do Brasil, no passado. Em algumas partes do país existiam

também outros moldes de famílias, menos populosas do que aquela família colonial. Apesar disso, a autora aponta a existência de um padrão de sociabilidade familiar, tido como herança da cultura colonial, que pode ser visto nas diversas partes do Brasil, caracterizado pela atribuição de destacada importância à rede de relações familiares.

Segundo ela, no Brasil, desde o século XVIII, as famílias desempenhavam um papel vital na sociedade, mesmo aquelas que não viviam no ambiente da “casa-grande” descrita por Freyre (1999). Os laços de solidariedade e as obrigações mútuas entre aqueles ligados por laços de sangue, parentesco fictício ou amizade estavam e continuam presentes na sociedade. É nesse sentido, então, que se pode dizer que a cultura patriarcal marcou nossa configuração familiar no presente.

Os esforços empenhados desde o final do século XIX e durante o século XX para modernizar o país, urbanizando-o, desenvolvendo-o e disseminando novos ideais igualitários, impulsionaram o enfraquecimento da família patriarcal e do poder das influências familiares. Instituiu-se, assim, este outro modelo de família no Brasil: a família conjugal moderna, mais adequada aos moldes democráticos e modernos que tomavam o país.

Mas, conforme Figueira (1987), este novo modelo se afirma mais como um ideal do que uma realidade para o Brasil, pois, mesmo que os casamentos se fizessem por amor, mesmo que se concebesse uma vinculação mais forte entre pai-mãe-filhos do que com relação à parentela, ou ainda que se criasse um clima de intimidade familiar em cada lar - na realidade brasileira a influência da família extensa no núcleo familiar tende a persistir. Por isso, diversos autores falam da conciliação de valores familísticos e individualistas como uma marca das relações familiares no Brasil. Verifica-se, assim, o surgimento de uma “nova família” no Brasil, sob o impacto da ideologia igualitária, onde o moderno convive com o arcaico.

Esta nova família que surgia no Brasil em consequência dos processos de modernização, industrialização e urbanização, como bem sintetizam Diniz & Coelho (2005), era baseado na mentalidade burguesa e se caracterizava pela organização nuclear, liberalização dos costumes, surgimento de uma nova sensibilidade e uma maneira diferente de pensar a conjugalidade e o amor, e a

valorização da maternidade e do cuidado dos filhos.³ A divisão de trabalho e de papéis na família e na sociedade permaneceu assimétrica, como no modelo anterior, sendo atribuída ao homem a função de provedor da família e à mulher a responsabilidade pela casa e pelo cuidado dos filhos. Ocorreu um movimento de privatização da família, levando-a a deixar de ser primordialmente uma unidade econômica e se afirmar como um lugar de expressão de sentimentos entre o casal e os filhos. Mas, claro, as famílias nucleares do Brasil não tiveram – e provavelmente ainda não têm – seus vínculos com a família extensa enfraquecidos. Então, a rede de parentesco continua influenciando as relações tanto em termos econômicos quanto no que diz respeito aos arranjos do cotidiano da família – e, por que não dizer, continua presente nas visões e nos sentimentos de família que se constituem.

4.3.

A família na contemporaneidade: instabilidade do casal e desestabilização do modelo

As intensas e aceleradas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas no cenário da contemporaneidade transformaram profundamente a configuração das relações sociais e familiares estabelecidas modernamente. O individualismo tomou uma forma mais exacerbada e determinou a constituição de novos tipos de família. Enquanto na modernidade o individualismo levou à exaltação de um “nós” mais íntimo na família, diferenciado da grande massa da sociedade, agora, toda a ênfase recai sobre o próprio indivíduo, que demanda por liberdade e autonomia, mesmo nas relações mais próximas. Justamente este crescente anseio por autonomia individual abalou a instituição do casamento e da família moderna, cuja base era o mito do amor, o casamento indissolúvel e a divisão complementar dos papéis de homens e mulheres na sociedade e na família.

A exacerbção do individualismo na contemporaneidade produziu mudanças no laço social que acabaram por liberar os indivíduos da obrigação de

³ As mudanças que a modernidade trazia para a vida de todos – homens e mulheres – foi discutida também no capítulo 3, quando se analisou a transformação dos modelos de trajetórias de vida instituídos modernamente no Brasil.

corresponder às instituições, como foi discutido no Capítulo 2. Também provocou a despadronização dos modelos de trajetória de vida e a individualização dos processos de constituição da identidade pessoal, como foi visto no Capítulo 3.

No que diz respeito às relações familiares, a tese defendida nesta pesquisa é a de que a concepção moderna de família foi desestabilizada pelo individualismo contemporâneo, sobretudo no que diz respeito à posição central ocupada pelo casal. A individualização e despadronização das trajetórias de vida levaram à mudança do lugar estabelecido para o casamento e para a família na vida das pessoas, fazendo surgir novas concepções e configurações familiares e novas formas de articulação entre a vida conjugal e a vida familiar.

Nosso argumento vai ao encontro do de Segalen (2008), quando a autora se refere ao novo tipo de família que está surgindo como “família conjugal instável”. Segundo ela, contemporaneamente o casamento não constitui mais o ato fundador da família, uma vez que não é mais uma união estável. Muito embora o casal permaneça no horizonte dos desejos dos jovens, pensa-se, sobretudo, no processo de construção de si mesmo, de sua identidade pessoal, no seio do casal, a despeito do seu papel dentro do quadro da estabilidade da família como um todo. O casal, então, não deixou de existir e nem de ser importante e desejado pelas pessoas, mas ele tornou-se ocasião de novas atribuições. Com isso, importantes mudanças ocorreram na maneira de se conceber família.

4.3.1.

Dilemas do casal contemporâneo

A contemporaneidade traz muitas transformações para o universo do casal. As mudanças na economia, na tecnologia, no mundo do trabalho, nas relações de gênero, no ciclo de vida, na medicina, na jurisdição, etc. - tudo isso influencia a vida conjugal. Contudo, acredita-se que a principal especificidade do casal contemporâneo vem da sua articulação com o individualismo.

O aprofundamento de valores individualistas faz do “eu” alguém mais importante do que o “nós” e legitima a formação de um tipo de laço social em que a identidade individual tende a se manter preservada das imposições sociais (Elias, 1994; Giddens, 2002). Nesse contexto, as relações conjugais, bem como as

familiares, transformam-se a fim de sustentar a afirmação de “eus” nos vínculos que são constituídos.

O modelo de “família moderna 2” formulado por Singly (2007) apresenta o novo padrão de relações familiares que emerge na contemporaneidade como consequência da desestabilização das bases da “família moderna 1”, que eram a indissolubilidade do casamento e a divisão tradicional dos papéis masculinos e femininos na sociedade e na família. Nas palavras do autor: “o que muda é o fato de que as relações só são valorizadas quando realizam as satisfações proporcionadas a cada um dos membros da família. Hoje, a ‘família feliz’ é menos atrativa, o que importa é a felicidade de cada um” (Singly, 2007, p.131).

Nesse contexto, opera uma transformação radical no propósito da vinculação dos parceiros em um casal. A união de duas pessoas passa a ser vista como ocasião de ser “eu mesmo”, um “eu mesmo” fruto da afeição que emerge da vida do casal e não das máscaras usadas no cumprimento dos papéis sociais. Em outras palavras, a união conjugal deve favorecer o não encobrimento da autenticidade de cada cônjuge, sem limitá-lo ao desempenho de determinadas funções socialmente estabelecidas.

Isso faz com que a estabilidade de um casal seja alcançada por meio de um tipo de entrosamento entre os cônjuges que permita a cada um ser ele mesmo, embora reconhecendo-se também no outro. O “eu conjugal”, a dimensão da identidade pessoal que se transforma em “nós”, se constitui por um processo de articulação tenso com o “eu mesmo”, que não se deixa englobar pelo conjunto. Compatibilizando as referências de cada “eu autônomo”, e aquelas do “nós casal”, as relações conjugais tornam-se possíveis.

Fundamental para se compreender o casal contemporâneo é entender o processo de instituição do ideal amoroso na sociedade moderna. De acordo com Kaufmann (2007a), o amor é uma construção social, é o resultado de um longo movimento histórico, embora também seja uma construção particular, uma elaboração individual, na medida em que existe uma diferença entre sua representação coletiva e o modo particular como cada um o vivencia.

A idéia de um amor conjugal começou a existir como um amor celeste e se instalou na sociedade de forma processual. Na Idade Média, não havia uma

definição clara do lugar do casal na sociedade. A sexualidade era concebida como incontrolável e o amor não era uma questão.

Por meio de um trabalho complexo de moralização cristã do casamento e do sexo, passou-se a conceber uma união conjugal como sacramento e o sexo matrimonial, desde que precavido dos horrores da voluptuosidade, como um ato puro, idealmente próximo da pureza de Maria, mãe e virgem, livre dos pecados da carne. O casamento passou a ser concebido, então, como algo esperado por Deus. Dentro dele, os cônjuges compartilhavam do amor divino. De acordo com a moral cristã, o tipo de amor condizente ao vínculo conjugal era mais próximo da *caritas* espiritual do que do amor corporal e impulsivo; era uma forma de amor marcada pela baixa carga erótica, o que fazia com que a união dos corpos não configurasse um pecado. Acreditava-se que, mantendo sob controle os prazeres, como seria o correto para uma relação matrimonial, assegurava-se a reprodução biológica sem se comprometer moralmente.

Observa-se, portanto, que, nessa concepção, o objetivo do ato sexual não era o prazer, mas a estrita procriação. O prazer era considerado pecado e quando acontecia entre marido e mulher era ainda mais condenável do que quando acontecia entre pessoas que não eram casadas, dada a natureza da relação matrimonial (Ariès, 1982; Kaufmann, 2007).

Então, de um lado estava o amor divino, único, positivo, transcendente, que solda a vida do grupo conjugal, e, de outro lado, estavam os prazeres pagãos. Mas, justamente desta oposição surgiu, discretamente, uma posição intermediária, um tipo de amor profano, que se fazia passar como “verdadeiro amor” por se dizer “honesto” e “pudico”.

Conforme Kaufmann (2007a), aí é que começa a longa caminhada da modernidade sentimental. O sentimento amoroso, tal como é vivido hoje, consiste em uma manifestação desse novo sentimento intermediário entre o sexo e o amor divino. Na trajetória de escalada dos sentimentos, a paisagem conjugal se transformou inteiramente. O amor dos casamentos “arranjados”, correspondente ao amor domesticado, uma forma de paixão tranqüila, calmamente cultivada no interior da união instalada, foi substituída por um amor apaixonado, fervente, livre, oposto a instituições, o amor dos casamentos modernos.

A afirmação de um tipo amor conjugal apaixonado, que se diz incontrolável e desestabilizante, de acordo com o autor, significou uma revolução

na vida privada. Amor, entendido como sentimento a ser revelado, está muito relacionado à afirmação de um “eu” autêntico, singular. Está também diretamente ligada ao surgimento de uma “nova mulher” – uma mulher desejan- te - e a mudanças nos padrões sexuais na sociedade. A penetração de valores igualitários na sociedade levou à problematização da identidade da mulher como sempre pacata, delicada, obediente, dedicada ao lar e submissa ao marido. Então, como lembra Diehl (2002), esse sentimento desestabilizou o modelo de casal calcado na assimetria dos gêneros e reposicionou homens e mulheres na dinâmica da conjugalidade.

Hoje, as mulheres não são mais tão submissas em seus relacionamentos sexuais e os homens não precisam dissociar esposa de amante (Falcke, Diehl & Wagner, 2002). A satisfação pessoal nos relacionamentos, inclusive sexual, torna-se importante para a manutenção dos casamentos, seja para os homens ou para as mulheres.

Mas tudo isso tornou os laços conjugais mais frágeis. Isso explica a razão pela qual, durante a segunda década do século XX, o número de divórcios aumentou significativamente nas sociedades de uma forma geral. É uma característica da contemporaneidade a fluidez dos laços amorosos, bem como a abertura a novas concepções de família que não têm um casal como seu centro.

Observa-se, atualmente, uma mudança nos dados estatísticos sobre a ocorrência de casamentos⁴, nascimentos fora do casamento, famílias monoparentais e pessoas que vivem sós, bem como o surgimento de modalidades de relacionamento como o casamento homossexual, o ficar, uniões consensuais, poliamor e relações virtuais (Féres-Carneiro & Ziviani, 2009), o que indica uma maior aceitação de padrões de relacionamento distantes de antigos estereótipos ligados à vida conjugal.

Tudo isso indica que, de fato, o casal vem se tornando uma realidade cada vez menos institucionalizada e menos estável (Segalen, 2008; Kaufmann, 2007a; Singly, 2007), embora, como afirma Jablonski (2009), a partir de estudos com jovens de classes-médias, as expectativas sobre seus futuros casamentos fiquem

⁴ Nos anos de 1990, o número de casamentos com Registro Civil sofreu significativa queda, seguido do aumento de casos de uniões livres. Contudo, desde a última década, este índice voltou a aumentar, provavelmente em função de mudanças na legislação brasileira, as quais passaram a reconhecer a coabitação de duas pessoas como critério suficiente para o estabelecimento de direitos e deveres conjugais. Isso vem levando a um aumento no número de contratos de união estável, como forma de regular este contrato conjugal.

ainda comprimidas entre uma definição de família que espelha o modelo vivido por seus pais e outra definição mais atual, da qual fazem parte a expectativa da possibilidade de divórcio e uma nova divisão dos papéis de gênero, mais igualitária. Parece, então, que a própria definição de família e casal está, hoje, em questão.

Apesar de todos os indicativos de mudança, o casal não deixou de estar vivo nos espíritos e pensamentos das pessoas. Mesmo o aumento do número de pessoas solteiras que vivem à sós, como indica Lardellier (2006), não deve ser entendido como o fim da idealização da vida a dois. Segundo o autor, a possibilidade de estabelecer uma vida à sós hoje encontra sustentação nas novas idéias amplamente disseminadas na sociedade de que o “eu” pode ser matriz de sua existência. De fato, um conjunto de fatores produz, indiretamente, milhões de solteiros. Mas o prazer de desfrutar de liberdade para se viver cada dia como se deseja esconde ambivalências, pois, os *singles* fazem tudo para viver bem sozinhos, mas também fariam tudo para encontrar sua “alma gêmea”.

Féres-Carneiro & Magalhães (2003; 2005) ressaltam que o casamento, ou melhor, o laço conjugal, representa uma relação muito significativa para os sujeitos contemporâneos, devido ao alto grau de intimidade e envolvimento afetivo que ele implica e ao suporte subjetivo que ele oferece para o indivíduo. Justamente em um contexto social no qual, conforme Costa (1998), o sujeito contemporâneo, que se afirma como autônomo, não conta mais com suportes tradicionais que lhe davam referências para a construção de sua identidade e, a relação amorosa acaba por representar a esperança de reassuramento do eu a partir de trocas intersubjetivas com o outro. Embora, claro, considere-se a possibilidade de dissolução do laço conjugal, sem ignorar que nas relações amorosas contemporâneas não há garantias quanto ao amanhã.

Mas, se o casamento se tornou mais instável é justamente porque se espera e se exige mais deste pacto hoje, quando cada um aspira a uma vida privada que garanta altas gratificações afetivas (e sexuais). Portanto, é justamente a idealização do casal que está na origem de sua fragilidade e que o torna tão mais complexo de ser construído.

Socci (1983) também resalta ser a vida a dois muito importante para as pessoas. Hoje, mais que nunca na história, o amor é uma condição “sine qua non” para uma vida feliz, combinando desafogo sexual, amizade afeiçoada e funções

procriadoras da família, o que não acontecia em outros contextos históricos. Aliás, conforme Jablonski (1998), “Anteriormente, amor e casamento não eram necessariamente vistos como ‘feitos um para o outro’” (p.71). Para ele, a valorização da vida conjugal se explica também por esta conexão, somente recentemente feita na história, entre amor e casamento.

Mas a vida a dois, nos moldes da contemporaneidade, tende a ser uma escolha paradoxal para os indivíduos que buscam se afirmar como um “eu autêntico”. Kaufmann (2007a) esboça rapidamente o curso da vida de um casal a fim de demonstrar que se ligar a alguém implica necessariamente em abdicar da liberdade de poder se inventar frequentemente. Segundo ele, o começo da vida em casal na juventude impulsiona os dois parceiros em direção à idade adulta, desencadeando uma aceleração de etapas do ciclo de vida. Desde o primeiro encontro, começa a transformação da identidade de cada um. Depois vem a fase do conforto identitário, quando os parceiros já se conhecem bem, sabe-se onde se está, o que se pode esperar e o que se deve fazer.

O tempo do conforto de uma relação conjugal estável permite que o casal faça economia, se deixe conduzir por rotinas do cotidiano sem se sentir entediado, tolere sentimentos negativos. Muito raramente um desejo de surpresas e paixão se mantém no casal, a não ser em certos momentos de ruptura do ritmo habitual (férias e viagens). Nessa fase do processo, os indivíduos perdem um pouco a “liberdade inventiva de si”, a possibilidade de se reinventarem livremente, que existia antes do começo da história do casal, pois a manutenção da segurança do vínculo amoroso exige alguma fixidez do “eu” (Kaufmann, 2007a).

Para Féres-Carneiro (1998), é difícil o convívio da individualidade com a conjugalidade. Na contemporaneidade, em uma vida conjugal ideal, autonomia e satisfação individual dos cônjuges são mais valorizados do que os laços de dependência. Isso introduz conflitos na dinâmica da conjugalidade, pois a constituição da conjugalidade depende necessariamente da criação de uma “zona comum de interação” e, claro, da formação de uma identidade conjugal. Por isso, a ênfase dada à individualidade representa uma tensão no processo de constituição e de manutenção da vida conjugal, na medida em que se torna necessário conciliar todas essas dimensões do casal.

De acordo com Singly (2000), uma das temáticas centrais relacionadas ao casal contemporâneo refere-se ao profundo medo que o indivíduo comprometido

amorosamente sente de perder sua liberdade e independência. Assim, quando é parte constituinte de um casal, ele sonha em poder se libertar para recuperar sua independência. Mas, se por um lado, ele tem medo de se perder nos papéis que desempenha com o outro, por outro lado, quando está só, sente-se livre, porém tem medo de ficar só para sempre e não poder recuperar seu estado de estar com alguém.

Esse é, conforme Singly (2000), um paradoxo que o individualismo contemporâneo traz para o universo do casal. A expectativa de uma vida que ofereça, ao mesmo tempo, momentos em que se está só e com os outros pode levar a uma vida dupla, não no sentido de duas vidas conjugais, mas no sentido de uma vida conjugal associada a uma vida pessoal, mantendo uma separação entre o espaço-tempo reservado ao “eu” e o espaço-tempo destinado ao “nós”.

Diversos ajustes são feitos hoje justamente para balancear esse anseio de se estar junto, mas preservando a individualidade de cada um. Um exemplo disso é o casal que mora em casas separadas. Afinal, será que morar junto é mesmo indispensável para se viver feliz a dois?

Dividir um apartamento ou algo assim possivelmente acrescenta alguma coisa à relação dos indivíduos engajados na relação, na opinião de Singly (2000). Para ele, numa sociedade caracterizada por uma forte individualização da vida privada, viver na mesma casa obriga cada um a se dar conta dos outros, sendo eles mesmos confrontados com essa coexistência.

Então, questiona-se o oposto: a coabitação impede a individualização? O autor afirma que não. A vida em comum não é sempre incompatível com a individualização. Uns e outros ficam vigilantes para defender sua individualidade. Eles têm medo de perder territórios pessoais, por isso se esforçam em se manterem eles mesmos. Aí reside a complexidade da vida em comum: alternar entre os espaços-tempos de vida comum e de vida separada.

Se a família contemporânea não é uma instituição total, se a família pode ser um lugar coletivo no seio do qual os indivíduos podem se socializar e se expandir, é porque ela sabe dosar dois elementos: o individual e o coletivo. Viver junto, dividindo o mesmo espaço, em um contexto individualista, segundo Singly (2000), só é possível para o indivíduo que está apto a viver com, a aceitar os ajustamentos que ele deve fazer para que a vida junto a alguém seja suportável. E,

para tanto, é preciso que cada membro do casal ou família faça o mesmo e se reconheça como pessoa dotada de um “eu” único.

Portanto, a vida em comum exige de cada um o desligamento de si, uma certa mobilidade identitária, e só não é insuportável para o sujeito contemporâneo caso exista tempo de separação. “Divisórias”, segundo o autor, são a garantia da individualização no seio da família relacional. Mesmo mal colocadas, elas valem sempre mais do que sua ausência, pois viabilizam a alternância vital, no contexto contemporâneo, entre vida pessoal e vida comum.

4.3.2.

Novas formas de viver e ver família

São citados como indicativos de mudanças contemporâneas na família: a diminuição do número de casamentos e recasamentos e o aumento das uniões livres ou coabitações, aumento do número de divórcios, crescimento de famílias monoparentais (chefiadas por um homem ou uma mulher) e de famílias recompostas (composta por um casal em que ao menos um dos cônjuges tenha a guarda de um filho proveniente de um relacionamento anterior), diminuição do número de nascimentos, aumento do número de nascimentos fora do casamento, aumento do trabalho assalariado das mulheres, incorporação de práticas democráticas nas relações familiares, dentre outros (Singly, 2007; Segalen, 2008).

No Brasil, como aponta Berquó (1989), no que diz respeito à vida em família, apresentam-se mudanças similares a essas, presentes nos países mais industrializados do ocidente. Aqui também a família vem se transformando, mas, claro, dentro das especificidades próprias do nosso contexto sócio-cultural (Carvalho, 2003; Jablonski, 2009; Féres-Carneiro, 2009).

De acordo com Segalen (2008), fazendo referência ao mundo ocidental moderno, até os anos 1970 só havia uma forma socialmente legítima de fundar uma família: o casamento. Contudo, esse padrão foi se transformando pouco a pouco, na medida em que as relações conjugais foram se tornando instáveis. A instabilidade do casamento, resultante de transformações do mundo feminino e, de uma maneira geral, do aprofundamento do individualismo nas relações, significou a desestabilização de um modelo de família que o tinha como centro. Isso gerou

uma abertura a outras formas de configuração familiar, bem como uma maior flexibilidade para se reconhecer como legítimas as novas e diferentes concepções de família que estão emergindo.

Parece ser unanimidade, entre os estudiosos das relações familiares, a importância do divórcio como evento fundamental para a “crise” que eclodiu no âmbito da família como resposta à necessidade de se encontrar novas definições para ela. Embora nem todos os autores concordem com a utilização do termo “crise” para se referir a este período de mudanças na família contemporânea, o fato é que atualmente vivem-se transformações profundas e irreversíveis dentro dela.

“Até que a morte os separe” deu lugar ao “até que a vida os separe”. Para Jablonski (1998), trata-se de uma nova realidade calcada nas estatísticas sobre casamentos e divórcios no Brasil e no mundo. O aumento do número de separações conjugais não significa, contudo, a falência da família, e sim uma mudança profunda em determinada concepção de família nos fins atribuídos à vida familiar e conjugal.

O fato de hoje os casamentos estarem durando menos tempo está relacionado a diversos fatores: ao igualitarismo das relações, decorrente da queda do poder do patriarca sobre seus entes familiares; à escolarização da mulher e sua marcha em direção ao mercado de trabalho e à independência financeira; ao declínio do padrão “mulher dona de casa” versus “homem provedor”; à escalada de valores como autonomia e emancipação do indivíduo na sociedade; à preservação da individualidade nas relações; ao aumento da expectativa de vida; aos avanços da medicina e de outras ciências, que permitem que se desfrute de atributos da juventude até idades mais avançadas; e às diferentes expectativas direcionadas à vida do casal (Jablonski, 1998; Rocha-Coutinho, 2006; Singly, 2007; Segalen, 2008; Lash, 1991; Sarti, 1995).

Novas funções são, hoje, atribuídas à relação conjugal e amorosa. Até a primeira metade do século XX casar-se significava preparar-se para ter filhos e constituir família. Naquele contexto, como afirma Diniz (2009), anteriormente a continuidade dos casamentos não se devia exatamente à felicidade e satisfação dos cônjuges, individualmente, com suas vidas em comum, tal como se entende hoje. O sucesso de um casal se media por outros parâmetros, mais ligados à estabilidade

do núcleo familiar do que a questões individuais. Mas, hoje, as pessoas esperam mais de um casamento. Além de filhos, esperam encontrar paixão, felicidade, realização pessoal, cumplicidade e companheirismo, de modo que a vida em casal tenha como finalidade maior a satisfação do indivíduo – afetiva, amorosa, sexual, etc.

Diante disso, cresce o número de divórcios, evidenciando a fragilidade dos vínculos conjugais contemporâneos e abalando as concepções de família que se baseavam na estabilidade do casamento – a saber, a família nuclear “conjugal estável”. Apesar da forte influência dos mitos arquitetados ao longo da história, como é o caso do mito do “príncipe encantado”, o mito do “par ideal”, que, durante muitos anos, serviram como base de sustentação de um modelo de família (Diniz, 2009), e ainda das ambivalências de discursos que ora sustentam a importância da união do casal, ora contam a favor de sua ruptura (Jablonski, 2003; Rocha-Coutinho, 2005), o desmembramento do casal acabou, sim, impulsionando a desconstrução de um modelo de família e abriu margens para que surgisse uma variedade de novas configurações familiares - famílias monoparentais e famílias recasadas ou reconstituídas –, bem como de concepções de família, mais flexíveis (Féres-Carneiro, 2002; Vaitsman, 1994).

Nesse processo de desestabilização de um modelo que localizava o sentimento da família no núcleo formado em torno do casal e filhos, uma forma muito especial de vinculação com a parentela se estabelece. O padrão da família nuclear moderna fechada às relações com “estranhos” é descrito por Jablonski (1998) como “Fam-Ilha”. Essa forma de família se constituiu como uma repercussão da urbanização e da modernização (Lash, 1991). Trata-se de uma configuração de família diminuída, que viveu progressivamente a queda do número de filhos e a exclusão de agregados e serviços do círculo familiar. Ela se caracteriza também como uma forma privada de família, resultante da perda de funções e trocas significativas com a comunidade e do isolamento do núcleo em relação à parentela.

Nessa configuração, as relações familiares ganharam uma conotação cada vez mais afetiva, gerando assim o estreitamento dos vínculos afetivos entre aqueles que compõem o núcleo familiar. Os laços de afinidade ganham cada vez mais importância na definição do que se identifica como família, em contraposição àquela outra configuração familiar na qual eram os laços de

parentesco, de sangue, que definiam a rede familiar, independente dos sentimentos pessoais aí existentes.

O estreitamento afetivo trouxe, segundo Jablonski (1998), desastrosas conseqüências, pois ao mesmo tempo em que estimula a “esquizofrenização das emoções” - isto é, uma divisão estreita entre situações em que emoções podem ser expressas e situações onde não podem -, também sobrecarrega e aprisiona aqueles com quem se compartilha a vida familiar. Além disso, nesse contexto, enfraquecem-se os vínculos com a família extensa – tios, primos, avós, etc – provocado não pela falta de convivência, pois os tradicionais encontros familiares não deixaram de existir, mas pela distância afetiva.

De fato, como alertam diversos autores, um certo distanciamento da rede de parentes é necessário à nuclearização da família. No entanto, cabe aqui um parêntese para ponderar que o completo isolamento do núcleo familiar em relação à rede de parentela, como afirma Attias-Donfut (1995), é uma ilusão, pois diversos estudos demonstram que no cenário atual perduram a importância das referências que a parentela oferece à família, seja no plano afetivo, instrumental ou de referências normativas.

Mas mesmo este relativo grau de autonomia alcançado pela família conjugal moderna em a relação à família extensa e a preservação do núcleo familiar da presença de estranhos são possíveis porque nesse modelo pressupõe-se ser o casamento indissolúvel. Somente assim, é possível aos membros da “Fam-Ilha” se fechar neste círculo, desfrutar de maior intimidade dentro dele, num ambiente que julgam seguro, protegido, estável.

Deste modo, a queda do mito da vida conjugal inquebrantável abala o cerne da concepção de família conjugal. E, uma vez desmembrado o casal, quem é o centro da família? Onde depositar de volta os sentimentos de família?

Os questionamentos de Wagner (2002) sobre quem compõe a família hoje coloca em cena esta mesma problemática. Indagando-se sobre as novas configurações, temáticas e personagens da vida familiar hoje, a autora questiona quem compõe a família hoje, já que, distante da rede de parentela extensa, o núcleo da família hoje teve também o seu centro abalado. Afinal, a desestruturação do casal afeta a autonomia alcançada pelo núcleo familiar em relação à parentela? Depois de desfeito o casal, como manter laços com a

parentela, mantida a uma certa distância para garantir a preservação da autonomia e intimidade do núcleo familiar?

A nuclearização da família somada a processos de afirmação da dimensão da individualidade, o que é próprio da contemporaneidade, põe sob questionamento a hierarquia familiar e as relações de autoridade e poder que, outrora, fortalecia os vínculos intergeracionais na cena doméstica (Sarti, 1995; Rocha-Coutinho, 2006; Romanelli, 1995; Roudinesco, 2003).

Como afirma Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), a família contemporânea soube se transformar para assegurar a função central de produção identitária. A nuclearização da família, alimentada pela exacerbação do individualismo e pela valorização da autonomia individual e da emancipação dos laços herdados, fez com que a família se fechasse contra o resto do mundo, buscando um clima de intimidade. Depois, fez com que cada indivíduo pudesse se voltar para si mesmo, buscando sua individualidade dentro da família. O indivíduo “individualizado”, aquele que se define por si mesmo, se pressupõe livre para se deslocar, para se vincular a referências diferentes, tendo várias âncoras, e não mais somente aquela herdada dos laços familiares, embora não cheguem a se negar pontos de referência. Como afirma Singly (2007): “os indivíduos querem, ao mesmo tempo, ter asas e criar raízes” (p.176).

Isso não significa, contudo, que a família extensa tenha desaparecido. Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002) afirmam que a referência da família continua a oferecer hoje um assento social e identitário, mas também permite a cada um se expandir para ser ele mesmo. Desta forma, apesar do fechamento do núcleo familiar em si mesmo, laços familiares construídos com a rede familiar extensa parecem ter ainda muita importância para os indivíduos, desde que haja espaço para a preservação da autonomia e individualidade de cada um.

Justamente, diante do aumento do número de separações, há uma forte tendência a que se identifiquem os avós como o pólo de estabilidade da família, como apontam Attias-Donfut & Segalen (2004). Portanto, compreende-se, por exemplo, que jovens de hoje atribuam importância ao convívio com os mais velhos da família, seus avós, mesmo que estas relações sejam marcadas por diferenças intergeracionais (Borges, 2006; Borges & Rocha-Coutinho, 2008). Isso demonstra que se vive hoje não a desarticulação entre as gerações, mas, antes, um processo de construção de laços intergeracionais legítimo da contemporaneidade,

onde estes se apresentam repletos de ambigüidades e incertezas próprias do mundo das relações atuais.

Finalmente, uma última reflexão que se pode tecer sobre as transformações que tocam o universo da família diz respeito à forma de se concebê-la. A dissolução do núcleo familiar impactou diretamente a compreensão de como ela se funda. Segundo Segalen (2008), a recorrência do divórcio torna o vínculo conjugal, contrato entre dois indivíduos iguais e livres, algo que pode existir por longo tempo ou não, algo que pode ser rompido. Quando se tinha o casamento como união estável ou indissolúvel, considerava-se que a filiação legítima acontecia dentro do casamento. O casal fundava a família. Mas, o aumento do número de divórcios e separações na sociedade contemporânea fez do vínculo conjugal algo menos sólido do que outrora, de modo que, hoje, é o vínculo de filiação que passa a ser perene, incondicional, numa família. Nesse contexto, é a criança que funda a família.

Hoje, segundo a autora, quase cinquenta por cento das crianças nascem fora do casamento. É um dado que revela mudanças muito importantes na forma como se pensava família até algumas décadas atrás. Dentro do modelo de família nuclear, filhos faziam parte dos projetos de um casal. Eram fruto do comprometimento dos cônjuges em constituir uma família. Afinal, filhos eram considerados a continuidade do amor conjugal.

Contudo, uma vez desestabilizado o modelo de união conjugal estável e duradoura, possivelmente os planos de ter filhos passem a existir como fruto de projetos individuais, encarnando, ainda assim, o espírito de família, dos laços eternos. Isso indica que, se por um lado os valores individualistas colocaram em xeque as bases hierárquicas da família, afirmando como um projeto individual a vivência do amor, do casamento, da família, da sexualidade, do trabalho e até da procriação, em contrapartida, eles estimularam, em outros moldes, o estabelecimento de laços de dependência entre os diversos membros da família de modo que o sentimento de família não deixou de existir.

5

Metodologia da Pesquisa

5.1.

Tipo de estudo: considerações a respeito da metodologia de pesquisa

5.1.1.

Concepção de conhecimento em ciências humanas

Nesse estudo, partimos de uma concepção de homem e de mundo segundo a qual a cultura é condição essencial para a existência humana. Deste modo, o conhecimento que nos empenhamos em construir será condizente com uma concepção de ciências humanas que toma seu objeto de estudo como essencialmente diferente do objeto das ciências naturais e exatas.

Buscamos na antropologia alguns parâmetros deste tipo de estudo. Segundo Geertz (1989), não existe o que chamamos natureza humana independente da cultura. Dentro de uma perspectiva iluminista, o homem teria uma natureza constante, independente de tempo, lugar e circunstância e isso é uma ilusão. Seria, conforme o autor, o mesmo que conceber a diversidade de costumes no tempo e no espaço simplesmente como uma questão de indumentária ou aparência, de cenários e máscaras de comediantes, onde permaneceria a idéia de que a humanidade, essencialmente, seria uma só, constante e universal.

Geertz (1989) propõe que o comportamento humano seja visto como ação simbólica e a cultura como estruturas de significados socialmente estabelecidos. Segundo um conceito semiótico de cultura, ela constitui sistemas entrelaçados de signos interpretáveis. Trata-se, então, de um contexto, dentro do qual os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos podem ser descritos de forma inteligível, ou seja, descritos com densidade.

Acreditando que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, Geertz (1989) define a cultura como sendo essas teias e a sua análise, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma

ciência interpretativa à procura de significados. Deste modo, compromete-se com um conceito semiótico de cultura e uma abordagem interpretativa de seu estudo.

Mas Geertz (1989) enfatiza também que o objeto de estudo é uma coisa e o estudo é outro. Isso quer dizer que, uma vez que se compromete com um conceito semiótico de cultura e com uma visão interpretativa da cultura, a descrição da cultura é “essencialmente contestável”. Ou seja, uma descrição da cultura não é, ela própria, parte da realidade que descreve, mas uma ficção ou interpretação de segunda ou terceira mão.

Isso nos indica que, na prática da investigação qualitativa, para examinar o mundo alheio é necessário vê-lo (na medida do possível) do ponto de vista dos “nativos”/informantes e isso é algo extremamente delicado, pois o etnógrafo não percebe aquilo que seus informantes percebem, mas o “com que”, “por meios de que” ou “através de que” os outros percebem (Geertz, 2006).

Essas considerações de Geertz (1989; 2006) nos remetem ao debate epistemológico da pesquisa em ciências humanas e nos orienta sobre o lugar do pesquisador no processo de construção do conhecimento.

A complexidade da produção de conhecimento em Ciências Humanas é discutida também por Bakhtin. Em “Para uma filosofia do ato”, o autor chama atenção para o caráter material e histórico de cada ato. Há sempre o mundo dado em oposição à apreensão deste mundo. Uma coisa são os atos, as ações; outra coisa são as representações do mundo. Uma coisa é o pensamento no mundo; outra coisa é o pensamento sobre o mundo. Uma coisa é o mundo vivido; outra, o mundo representado.

O autor ressalta que nenhuma interpretação dá conta de um acontecimento na sua totalidade. Existe uma separação insuperável entre um acontecimento na vida e um conhecimento ou uma interpretação sobre esse acontecimento na vida. Assim, Bakhtin critica a pretensão dos saberes científicos de estarem apreendendo o mundo na sua totalidade, de estarem esgotando um objeto por completo e, dessa crítica, aponta-nos qual é a postura possível ao estudioso diante do seu estudo: a postura de humildade e implicação.

O momento de uma entrevista é um acontecimento, é como uma conversa entre duas pessoas, onde está determinado que uma pessoa pergunta e a outra responde. Mas a situação da entrevista é mais complexa do que se supõe. De acordo com Bakhtin, pensamento no mundo é diferente de pensamento sobre o

mundo. Então, quando os entrevistados falam sobre suas relações e suas experiências, o que é dito certamente não coincide exatamente com o que é vivido no momento dos acontecimentos, pois suas falas são narrativas produzidas no contexto da entrevista *sobre* um acontecimento (Bakhtin, 1992).

O que se busca enfatizar é que as falas dos entrevistados não comportam o todo do acontecimento que elas pretendem descrever, pois se trata de uma representação sobre o que cada pessoa vive; representação essa produzida no contexto da entrevista e, portanto, sujeita às condições circunscritas por ela.

Uma das repercussões metodológicas dessas considerações é que, a partir delas, entendemos que a entrevista não é uma forma neutra ou mecânica de obter informações sobre algo, pois ela coloca em questão as próprias condições de uso da língua em um diálogo.

Nos seguintes trechos, Bakhtin fala do papel ativo do outro no processo da comunicação. Com relação à lingüística do séc XIX, o autor critica:

(...) o que permanece característico é não uma ignorância absoluta, por certo, mas uma estimativa errada das funções comunicativas da linguagem; a linguagem é considerada do ponto de vista do locutor como se este estivesse *sozinho*, sem uma forçosa relação com os outros parceiros da comunicação verbal. E, quando o papel do outro é levado em consideração, é como um destinatário passivo que se limita a compreender o locutor (Bakhtin, 1992, pág. 289).

Mais à frente, ele complementa:

(...) Não se pode dizer que esses esquemas são errados e não correspondem a certos *aspectos* reais, mas quando estes esquemas pretendem representar o *todo* real da comunicação verbal, se transformam em ficção científica. De fato, o ouvinte que recebe e compreende a significação (lingüística) de um discurso adota simultaneamente, para com este discurso, uma atitude *responsiva ativa*: ele concorda ou discorda (total ou parcialmente), completa, adapta, apronta-se para executar, etc., e todo o processo de audição e de compreensão desde o início do discurso, às vezes já nas primeiras palavras emitidas pelo locutor. A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude *responsiva ativa*... (Bakhtin, 1992, pág. 290).

Isso nos indica o quanto a própria condição da entrevista circunscreve a narrativa, o que não pode ser ignorado numa pesquisa. O querer dizer do sujeito que fala (o entrevistado) depende, entre outras coisas, da comunicação que vem do interlocutor (o entrevistador). Então, o fato de se ser homem ou mulher, jovem ou velho, branco ou negro, bonito ou feio, etc, como também a forma de

perguntar, os trejeitos ao perguntar, a entonação da voz, etc e tal, podem influenciar na produção da resposta a ser dada.

Deste modo, o conteúdo da narrativa do entrevistado não corresponde exatamente ao que ele experiencia nas suas relações, na sua vida, e sim a como ele fala de sua experiência na circunstância da entrevista.

Isso significa que o “outro” da entrevista (o entrevistador) não é um sujeito nulo, neutro, mas alguém que participa ativamente da fala do entrevistado (e vice-versa). Por ser o interlocutor alguém que reage à fala do sujeito, que a complementa, se interessa por ela, expressa concordância ou discordância, responde e pergunta, ele influencia a forma e o conteúdo da comunicação em uma fala.

A escuta sobre o que o sujeito fala também não é neutra. O ouvinte não é alguém abstraído do mundo de significações e valores. Considerando que as pessoas não trocam orações nem palavras, mas sim enunciados constituídos com a ajuda de unidades de palavras, combinações de palavras e orações, então a comunicação verbal se faz necessariamente na relação com um “outro”.

A individualidade/singularidade da escuta do pesquisador sobre o que é dito pelo entrevistado se reflete na análise que é feita sobre o que foi coletado em uma entrevista. O trabalho da análise é realizado solitariamente. O pesquisador se recolhe para pensar a respeito das informações obtidas, fazer associações e produzir um texto a respeito daquele objeto de estudo.

Se, conforme Bakhtin, existe, necessariamente, uma cisão entre o mundo da cultura⁵ e o mundo da vida (Bakhtin, 2010), então as interpretações sobre as coisas da vida pertencem ao mundo da cultura e não ao mundo da vida, embora elas tenham a pretensão de falar sobre o que é vivido e embora esses dois mundos se comuniquem entre si. O que Bakhtin pondera é que esses mundos não coincidem e sua divisão existe e é insuperável precisamente porque o ato na vida não pode ser repetido na sua totalidade. Ele é singular, de modo que nenhuma interpretação ou explicação o reproduz ou o esgota. Até porque a interpretação, o pensar sobre o mundo, já é outro ato.

⁵ Mundo da cultura no sentido de mundo da cultura formal, do que é tido como saber ou conhecimento em uma sociedade.

5.1.2.

“Análise de discurso” na pesquisa social

O presente estudo consiste em uma “análise de discurso”. Uma breve reflexão sobre tal campo de estudo se faz necessária para melhor esclarecer exatamente o tipo de pesquisa que foi feita.

A “Análise de Discurso” tem suas origens no campo da lingüística, mas é interessante para a psicologia quando se tem como propósito realizar estudos psicossociais. Neste tipo de estudo, parte-se do pressuposto de que o sentido do discurso não está “colado” na palavra, pois a palavra não é provida de objetividade. Diferentemente da “Análise de Conteúdo” (a esse respeito, ver Bardin, 1980), rejeita-se a noção de linguagem como um meio neutro de refletir ou de descrever o mundo. A língua é considerada opaca e heterogênea, e não transparente e homogênea, como é em Análise de Conteúdo. Deste modo, o sentido do discurso não é fechado nem exato, e tem profunda ligação com as condições em que foi produzido.

Assim, a Análise de Discurso foi considerada a metodologia mais adequada para esta pesquisa em função do nosso objetivo de apreender as falas dos sujeitos como textos produzidos dentro de um contexto sócio-cultural e explorar suas condições sociais de produção e os sistemas ideológicos subjacentes a ele.

De acordo com Rocha-Coutinho (1998), a “análise de discurso” é um campo de estudo relativamente recente e bastante variado, que comporta diferentes abordagens do discurso. Em função disso, o termo “análise do discurso” tem sido utilizado muitas vezes de forma muito abrangente, devido às múltiplas definições de discurso e à variedade de orientações analítico-metodológicas existentes. Mesmo assim, segundo a autora, no caso das duas grandes correntes ou tendências recentes de análise de discurso – a escola “francesa” e a escola “anglo-saxã” –, podemos encontrar, como consenso, o reconhecimento da importância do contexto na produção da linguagem, ou seja, a recusa de antigas concepções de linguagem que a entendiam como simples meio de comunicação ou mero suporte para a transmissão de informação (Rocha-Coutinho, 1998; Orlandi, 2007).

Apreendemos aqui o discurso como sendo socialmente constitutivo e, ao mesmo tempo, socialmente constituído. Ou seja, o discurso constitui práticas sociais e situações, ao mesmo tempo em que ele é constituído por elas. Nesta concepção de linguagem, o discurso é fenômeno social. Ele é considerado dentro da sua materialidade linguística, sempre estreitamente vinculada com os diferentes contextos de produção, de difusão e de recepção dos quais ele tira, em parte, sua significação. Isso quer dizer que ele não pode ser examinado apenas por meio de métodos estruturais, pois ele não existe fora do seu contexto de produção ou de sua recepção (Petitclerc, 2009).

A noção de contexto é central para os diversos tipos de análise de discurso, inclusive para a análise que nos propomos a fazer aqui. Segundo Fairclough (2001), pressupor a existência de uma relação entre linguagem e sociedade seria concebê-la como dois elementos até certo ponto externos um ao outro, que se encontrariam ocasionalmente. No entanto, a linguagem é um processo social, influenciado pelas interações com outros processos sociais. É parte integrante dos contextos sociais dentro dos quais eles se produzem. Nesta perspectiva, então, pelo reconhecimento de que as mudanças no uso linguístico estão ligadas a processos sócio-culturais mais amplos, pode-se estudar o processo de mudança social.

A importância do contexto para uma análise de discurso é explorada também por Micheli (2006) a partir da teoria de Van Dijk. Contexto é muitas vezes tomado como situação: situação dentro da qual um discurso foi produzido. Parte-se muitas vezes do contexto “local” para se examinar as propriedades dos participantes e das circunstâncias espaço-temporais imediatas à produção de um discurso. Mas ao se tratar de contexto como a situação dentro da qual o discurso emerge, toca-se imediatamente no problema da sua descriptibilidade *a priori* pelo analista. Não existe uma, mas várias descrições aceitáveis de uma circunstância. Um analista iria, então, escolher um número de traços situacionais que serão para ele os parâmetros para uma análise. Nessas condições, a análise do discurso repousaria fundamentalmente sobre a idéia de uma grade estável de parâmetros, o que permitiria uma descrição *a priori* do contexto.

Mas, numa análise de discurso, segundo a óptica de Van Dijk (Micheli, 2006), o analista não poderia dispor os parâmetros contextuais como lhe parece bom. O essencial é, segundo o autor, examinar os processos pelos quais os

sujeitos interpretam uma situação. Desta maneira, desvincula-se a noção de contexto da situação e assume-se uma posição êmica, dando clara prioridade ao ponto de vista dos sujeitos, e não ao do observador, para definir o que é o contexto de um discurso. A análise de discurso, nessa concepção, começa por definir o contexto como as interpretações individualmente variáveis da situação social em curso ou como as diversas maneiras pelas quais os participantes interpretam a situação comunicativa presente (Micheli, 2006).

Assim, diferenciam-se as noções de situação e de contexto: o contexto é uma construção que resulta do esforço dos participantes que interpretam a situação e selecionam dentro dela as propriedades pertinentes. Isso nos permite falar então, não de contexto, mas de contextualização. Uma perspectiva de análise de discurso seria, assim, aquela em que, mais do que o impacto do contexto sobre o discurso, trata-se da invocação dos contextos pelo discurso.

Por tudo isso, diz-se que a análise de discurso vai buscar mais que o conteúdo, justamente o social inserido no discurso. Ela é sempre interpretativa e deve ser criteriosa. Nela, o texto é fundamental, é sempre o ponto de partida e de chegada na análise.

O discurso não existe separado do social. Todo enunciado do sujeito é composto por enunciados por ele ouvidos ou lidos em algum momento de sua vida. Um enunciado é sempre um tecido de “vozes” vindas de outros textos preexistentes. Logo, nenhum discurso cria-se por si mesmo. Então, novamente, podemos afirmar que através do discurso individual pode-se chegar ao discurso social, pois todo texto é um mosaico de textos já ouvidos (Fairclough, 2001; Pinto, 1999).

No presente estudo, a análise de discurso que foi realizada se baseou nas falas de pessoas de duas gerações para compreender como a idéia de constituir uma família e a própria concepção de família vêm se transformando nas últimas décadas, considerando as mudanças sociais mais amplas que ocorreram neste período. Acreditamos que através da análise de discursos individuais pode-se alcançar os parâmetros que possibilitam compreender tais transformações, consagrando assim a dimensão social de suas falas.

5.2.

Procedimentos metodológicos

5.2.1.

O recorte da pesquisa

Esta pesquisa foi realizada através da análise dos discursos de pessoas de duas gerações, de modo a apreender elementos indicadores de mudanças e permanências de padrões na relação indivíduo-família nas últimas décadas no Rio de Janeiro. Assim, trabalhou-se com os discursos de homens e mulheres de 25 a 35 anos e de 60 a 70 anos.

As faixas etárias das pessoas entrevistadas foram definidas tendo-se o intuito de tornar visíveis as diferentes maneiras com que os indivíduos de diferentes gerações vivenciaram e vivenciam a idéia de constituir uma família. Assim, optou-se por entrevistar pessoas que, em função de terem vivido em contextos histórico-sociais distintos, tivessem experiências diferentes a relatar.

Cabem aqui algumas considerações sobre o conceito de “geração” relevantes para se compreender os critérios que influenciaram na escolha do recorte da pesquisa. A decisão por trabalhar com discursos de pessoas de duas gerações e a escolha dos critérios que vigoraram na definição do recorte da pesquisa se fizeram com base em um conceito de “geração”, a respeito do qual cabem aqui algumas considerações.

Quando se fala em geração, segundo Debert (1998), “não se refere a pessoas que compartilham a mesma idade, mas às que vivenciaram determinados eventos que definem trajetórias passadas e futuras” (p.60). Tal formulação é baseada na concepção de geração apresentada por Mannheim (1982), segundo a qual geração corresponde a um fenômeno cuja natureza é essencialmente cultural.

Na perspectiva de Mannheim (1982), a geração reúne pessoas que, nascidas numa mesma época, viveram os mesmos acontecimentos históricos e partilham de uma mesma experiência histórica. Essa experiência comum dá origem a uma consciência que permanece ao longo dos respectivos cursos de vida das pessoas do grupo.

Uma geração não é como um grupo concreto ou de uma comunidade, onde os laços que unem os indivíduos são conscientes e até desejados. Os membros de uma geração têm, sem dúvida, laços que os unem, mas uma geração não é um grupo. Ela não pode se desfazer. É, sim, um fenômeno social cujos membros estão ligados uns aos outros por uma semelhança de posição dentro de um todo social.

Deste modo, pertencer a uma geração é como pertencer a uma classe social. Da mesma forma que aqueles que ocupam um mesmo segmento social estão ligados entre si - mesmo que não o saibam, não o queiram e mesmo sem se conhecer - as pessoas de uma mesma geração também são unidas por um laço. Mas esse laço não é a estrutura econômica.

Uma geração se define a partir de sua posição na escala do ritmo biológico na existência humana, a saber, aquela que vai do nascimento à morte, que compreende as fases biológicas da vida. Contudo, ela não se reduz à dimensão biológica. O que Mannheim (1982) enfatiza é que as pessoas que nascem num mesmo ano ocupam uma posição comum na dimensão histórica do processo social. O pertencimento a uma geração funciona como um posicionamento social, tal qual um posicionamento de classe. Ele reúne vários indivíduos e produz certa afinidade entre eles no que diz respeito a suas visões de mundo, suas experiências e suas formas de participação social. Assim, o fato de se pertencer a uma determinada geração torna os indivíduos predispostos a pensarem e a experimentarem o mundo de um modo característico.

Assim, como afirma Barros (1987), uma geração possui uma forte e visível identidade histórica e é dentro dela que se imprimem as singularidades dos costumes e comportamentos que caracterizam a experiência de cada pessoa. Foi justamente com o intuito de explorar as diferenças e semelhanças relacionadas à identidade histórica dos indivíduos das duas gerações que se definiu as faixas etárias dos entrevistados.

De acordo com Sarmiento (2005), uma crítica que é comumente feita quanto ao uso desse conceito é que ele diluiria os outros importantes fatores de estratificação e ocultaria, numa designação comum, as diferenças e as igualdades de classe. Ciente desse risco e para prevenir isso, toma-se o conceito de geração não como diluindo os efeitos de classe, de gênero ou de raça na caracterização das posições sociais, e sim conjugando-se a eles. Assim, a uma geração integra-se o

efeito de classe, de gênero e de raça, numa relação que não é aditiva e nem complementar, mas que afirma sua especificidade/singularidade.

Deve-se esclarecer que, ao se falar em geração, parte-se da crença de que a realidade é socialmente construída. Conforme Berger & Luckmann (1974), o homem, diferentemente dos outros animais, tem uma relação com o mundo/ambiente muito imperfeitamente estruturada devido a sua própria constituição biológica. O processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente, mais precisamente com uma ordem cultural e social específica. Desde o momento do nascimento, o desenvolvimento orgânico do homem está submetido a uma contínua interferência socialmente determinada.

Assim, considera-se: primeiro, que o homem se produz a si mesmo, de modo que o eu não pode ser devidamente compreendido fora do particular contexto social em que foi formado; segundo, que a auto-produção do homem é necessariamente um empreendimento social (Berger & Luckmann, 1974).

Retomando, então, os critérios de escolha dos sujeitos da pesquisa, as pessoas da faixa etária de 25 a 35 anos foram consideradas a geração “alvo” desta pesquisa, por serem reveladoras de uma realidade atual, do que se apresenta de novo na contemporaneidade. Esta faixa etária foi definida por ser normalmente um momento em que se processa a entrada para a “vida adulta”, embora uma delimitação rígida das fases da vida seja hoje questionável. Mesmo assim, observa-se que, nas classes médias, comumente é dentro deste intervalo de idades que geralmente se termina o curso na universidade, que ocorre a inserção no mercado de trabalho, que se apresenta a preocupação com relação à obtenção de maior autonomia e independência e também à busca de “rumos” para suas vidas, dentre eles a constituição de uma nova família. Nosso objetivo foi o de entender como essas pessoas concebem a idéia de formar uma família nesse momento de suas vidas, no contexto da contemporaneidade.

As pessoas com idades entre 60 e 70 anos foram consideradas a geração “contra-ponto” para este estudo. Foi em comparação ao discurso delas que foram identificadas as transformações ocorridas na concepção de família nas últimas décadas. Elas viveram sua entrada na vida adulta em contexto social diferente da outra geração. Nasceram entre 1939 e 1949, tinham a idade de 25 anos entre os anos 1964 e 1974. Viveram suas juventudes em um momento fortemente marcado pela contestação de valores e costumes tradicionais na época, mas também eram

muito influenciados por aqueles valores tradicionais da época, os quais eram justamente motivo de contestação. Isso resultou no fato de estas pessoas terem uma identidade geracional bastante característica e distinta da geração que tem hoje entre 25 e 35 anos.

Considerou-se que, para os fins deste estudo, a análise dos discursos dessas duas gerações tão distintas propiciaria a emergência de elementos importantes que viriam a facilitar a compreensão das transformações referentes aos processos familiares nas últimas décadas.

A aproximação dos discursos de pessoas de duas gerações nesta pesquisa foi feita de forma atenta à assimetria das falas: algumas delas se referiam a um futuro não vivido, imaginado - no caso da geração mais jovem; outras, a um passado já vivido, elaborado - no caso da geração mais velha. Enquanto as pessoas da geração mais velha eram convidadas a falar sobre a época em que tinham entre 25 e 35 anos, ou menos até, o que pensavam e viviam naquele momento, às pessoas da geração mais jovem era solicitado que falassem sobre o que pensavam naquele momento a respeito do próprio presente e do futuro. A análise das falas deveria então levar sempre em consideração o fato de se tratar de narrativas de natureza distintas.

Investigações realizadas por meio de falas referidas ao passado são frequentemente realizadas. Mas a análise de discursos sobre um passado deve ser feita com cuidado pelo fato de as narrativas serem constituídas a partir da relação entre passado e presente.

Conforme Halbwachs (1994), o trabalho da memória é um trabalho de reconstrução do passado que ocorre sob a influência do meio social presente. É impossível lembrar exatamente as sensações que se tinha quando se era criança, da mesma forma que é impossível lembrar exatamente um sonho ou, ainda, que é impossível ter a mesma impressão de um livro que se lê várias vezes. O lembrar não é consequência de voltar a ocupar exatamente um antigo estado de alma, pois, para isso, seria preciso evocar ao mesmo tempo, e sem exceção, todas as influências que se exerciam então sobre nós; da mesma forma que para restituir em sua realidade um elemento histórico, seria preciso tirar de suas tumbas todos aqueles que foram seus atores e testemunhos. Assim, a lembrança é uma reconstrução do passado, a qual se efetua, ao mesmo tempo, sob a influência da

sociedade inteira, sob a pressão dos preconceitos e preferências da sociedade. Por isso, segundo Halbwachs (1994), lembrar não é reencontrar: é, antes, reconstruir.

Em conseqüência disso, apreende-se a memória como um sistema cultural de atribuição de significado que se produz ao longo do tempo e, portanto, não deve ser conceitualizada do ponto de vista “instrumental”. Uma narrativa sobre o passado é uma interpretação criativa realizada em um momento posterior. De acordo com Peralta (2007), ela tem uma dimensão social e uma dimensão individual. Ao mesmo tempo em que está sujeita à influência dos constrangimentos sociais próprios de um grupo, o que faz com que uma recordação seja condicionada pelo fato de se pertencer a um grupo, ela é um produto da mente individual em relação com o mundo exterior. Assim, ainda que a memória seja baseada em quadros de significação e em contextos culturais específicos, ela é constituída pelas experiências emocionais e pelas expectativas pessoais de cada um (Peralta, 2007).

Tudo isso nos dá pistas da complexidade da análise dos discursos realizada neste estudo. Ciente disso, e apesar das assimetrias dos discursos analisados, considerou-se que a análise de discursos de pessoas de duas gerações seria um recorte interessante para se desenvolver esta pesquisa, reveladora do processo de transformação da relação indivíduo-família nas últimas décadas.

Outra consideração importante a ser feita com relação ao recorte da pesquisa refere-se ao fato de a maioria dos entrevistados da geração mais jovem serem solteiros e não terem filhos. Embora esse não fosse um critério de escolha dos sujeitos, a recorrência de tal perfil entre os sujeitos da pesquisa pode ser indicadora de um padrão de adiamento do projeto de maternidade/paternidade e casamento no cenário atual. Muito possivelmente, as respostas dadas às perguntas seriam diferentes caso os entrevistados fossem pessoas que estivessem de fato engajados em um projeto de casamento, de maternidade ou paternidade. Isso impõe uma reflexão sobre os limites de generalização dos resultados da pesquisa, pois os dados obtidos por meio deste estudo não podem ser expandidos a uma realidade diferente daquela a que estão referidos.

5.2.2.

Os sujeitos da pesquisa

Estabeleceu-se que os sujeitos da pesquisa fossem pessoas com idades entre 25 e 35 anos (geração mais jovem) e entre 60 e 70 anos (geração com mais idade), sendo metade homens e metade mulheres. Contudo, as idades dos entrevistados não preencheram todos os 10 anos de intervalo das idades acima indicadas. Eles têm de 27 a 34 anos e de 63 a 69 anos.

A escolha dos sujeitos da pesquisa se deu mediante os seguintes critérios: pertencer aos extratos sociais médios, ter nascido na cidade do Rio de Janeiro ou nela ter vivido a maior parte de sua vida. Nenhuma outra condição, como estado civil, morar ou não com a família, ser independente financeiramente, ter filhos, netos, etc, foi previamente estabelecida. No entanto, como já foi discutido logo acima, a recorrência de pessoas solteiras e sem filhos na geração de 25 a 35 anos pode ter influenciado os resultados que foram obtidos neste estudo.

Os sujeitos da pesquisa foram convidados a participar da pesquisa a partir de sua rede social. Essa é uma estratégia de recrutamento que, segundo Heilborn (2004), serve para que se tenha acesso a um material minimamente controlado quando se tem como alvo as camadas médias, um segmento extremamente vasto e variado, de difícil definição. Trata-se de uma tentativa de abordar pessoas que compartilham de uma representação de mundo próxima dentro das “classes médias”, fazendo com que a comparação de seus discursos seja possível.

Barros (1987) também faz referência à dificuldade teórica de se identificar os grupos pertencentes às classes médias devido à grande heterogeneidade cultural deste segmento. Assim, Barros (1987) exemplifica:

“entre um advogado bem-sucedido da Zona Sul do Rio, que inicia a entrevista perguntando: ‘o que você quer saber sobre a família burguesa em decadência?’, e uma avó, moradora em Olaria, casada há 37 anos com um lapidador de diamantes, que se vê como pertencendo à “classe média, média mesmo, porque dá para viver’, existem diferenças significativas. Diferenças que ocorrem não só ao nível da própria explicação de sua posição social, mas também ao nível das condições reais de existência de cada família” (p.22).

Por isso, neste estudo, muitos entrevistados foram, então, indicados por outros entrevistados, o que tornou possível que se trabalhasse com as falas de sujeitos que partilham mais ou menos um mesmo universo cultural.

As pessoas entrevistadas foram as seguintes (nomes fictícios):

1. *Lucas* - 27 anos, casado, sem filhos, formado em turismo.
2. *Gabriel* - 27 anos, solteiro, mora sozinho, formado em matemática.
3. *Gustavo* - 27 anos, solteiro, mora com os pais e a irmã, formado em cinema e cursando administração.
4. *Daniela* - 28 anos, solteira, divide apartamento com uma amiga, formada em comunicação.
5. *Patrícia* - 28 anos, solteira, mora com o pai, formada em educação física.
6. *Flávio* - 31 anos, solteiro, mora com o irmão, formado em educação física.
7. *Carla* - 32 anos, solteira, mora sozinha, formada em cinema.
8. *Rodrigo* - 32 anos, solteiro, divide apartamento com um amigo, cursou cinema.
9. *Lígia* - 33 anos, solteira, mora com o irmão, formada em geografia.
10. *Rafaela* - 34 anos, solteira, mora com o pai e com a avó, formada em turismo.
11. *Antônia* - 63 anos, solteira, mora sozinha, sem filhos, formada em arquitetura.
12. *Francisca* - 65 anos, separada, mora sozinha, tem 2 filhas e 1 filho, formada em história.
13. *Lúcia* - 65 anos, casada, mora só com o marido, tem 2 filhas, formada em psicologia.
14. *Alda* - 65 anos, casada, mora só com o marido, tem 1 filha e 2 filhos, formada em psicologia.
15. *Gilda* - 65 anos, separada, a sobrinha mora com ela, tem 1 filho adotado, não fez curso superior.
16. *Elias* - 65 anos, separado, mora sozinho, 1 filha, formado em engenharia.
17. *Norberto* - 65 anos, casado, tem 1 filho e 1 filha, formado em arquitetura.
18. *Augusto* - 66 anos, casado pela 2ª vez, tem 4 filhas, formado em engenharia.
19. *Alfredo* - 67 anos, casado, tem 1 filha e 2 filhos, formado em medicina.
20. *Sérgio* - 69a, casado pela 2ª vez, tem 2 filhas, formado em engenharia.

5.2.3.

O trabalho de campo

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 20 pessoas, individualmente. As entrevistas foram realizadas em suas casas, de acordo com suas disponibilidades de horário. Elas duraram em média 1h e foram registradas em arquivos de áudio MP3. O conteúdo das entrevistas foi transcrito na sua íntegra e o texto resultante foi submetido a uma análise de discursos.

Não houve uma ordem fixa sobre que pessoas seriam entrevistadas primeiro ou por último. A ordem das entrevistas foi aleatória, seguindo a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa.

Todos os entrevistados assinaram um “Termo de Consentimento” (ver modelo em anexo) por meio do qual, de uma parte, eles expressaram estarem cientes dos procedimentos da pesquisa e concordarem em participar deste estudo, e, de outra parte, a pesquisadora se comprometia em manter em sigilo suas identidades.

Como parte do processo de construção do roteiro das entrevistas, anteriormente à realização das entrevistas, foram feitas entrevistas-piloto com o objetivo de explorar o assunto a ser tratado e testar as formas de abordagem. Em seguida, foi elaborado um roteiro de entrevistas semi-aberto a partir do qual foram feitas as entrevistas. O material obtido através das entrevistas foi analisado a partir de categorias que emergiram do próprio texto.

5.3.

Processo de análise das entrevistas

5.3.1.

Influências da “sociologia compreensiva” na análise das entrevistas

A análise dos discursos realizada foi influenciada pela Sociologia Compreensiva (Kaufmann, 2007b). De acordo com diretrizes gerais desta metodologia - amplamente utilizada no Centre de Recherche sur les Liens Sociaux (CERLIS), da Université Paris 5-Descartes (Paris/França) -, uma pesquisa é um exercício de compreensão do pesquisador com relação à questão que ele persegue.

Mais do que um procedimento que visa a confirmar ou refutar hipóteses previamente formuladas, a pesquisa em sociologia compreensiva propõe a exploração de uma problemática que emerge do contato do pesquisador com o campo de pesquisa, chegando à sua compreensão.

A tarefa do pesquisador é, então, a de articular equilibradamente teorização e observação, formulando hipóteses a partir do contato com o campo de pesquisa. O campo não é uma instância de verificação de uma problemática pré-estabelecida, mas o ponto de partida dessa problematização. Assim, o modo de construção do objeto começa pelo terreno, sendo o modelo teórico construído a partir desse contato.

Assim, considera-se que o progresso da pesquisa não pode ocorrer senão pela articulação fina entre trabalho de campo e fabricação concreta da teoria. O trabalho de pesquisa se inicia com uma questão, que é associada a várias hipóteses construídas a partir do contato com o campo de pesquisa.

Segundo Kaufmann (2007b), a parte mais importante da pesquisa vem com o trabalho de investigação do material obtido com as entrevistas. A pesquisa se inicia verdadeiramente quando o pesquisador começa a tratar do que se apresenta através das entrevistas. O autor enfatiza que o resultado da análise dos dados depende não tanto do “conteúdo” das entrevistas, simples matéria prima, mas da capacidade analítica do pesquisador, pois é por meio da reflexão constante e do avanço das hipóteses elaboradas pelo pesquisador que a pesquisa progride.

Na perspectiva da Sociologia Compreensiva, o trabalho de análise é um trabalho interpretativo que se constitui pela formulação de hipóteses formuladas a partir do trabalho de campo. Tal posicionamento vai ao encontro dos pressupostos apresentados anteriormente referentes à Análise de Discurso e foi considerado por nós como uma referência pertinente para a realização da nossa análise dos dados.

Em Sociologia Compreensiva, visando à fina articulação entre teorização e observação, o trabalho de campo conjuga atividades de realização das entrevistas e análise dos dados. Isso significa que durante a fase de realização das entrevistas já se inicia a fase de análise dos dados, a formulação de hipóteses e a reelaboração do roteiro de entrevistas atenta aos novos interesses do pesquisador. Acredita-se que esse processo favoreça um melhor apuramento das questões que emergem das entrevistas, na medida em que torna possível ao pesquisador retomar suas

hipóteses, já advindas do trabalho de campo, dentro do próprio campo de investigação.

No entanto, no processo de realização desta pesquisa, a retomada do campo de pesquisa após a primeira análise dos dados não aconteceu. A fase da análise das entrevistas não se articulou à realização de novas entrevistas, como aconteceria em um estudo em Sociologia Compreensiva. Os resultados que serão aqui discutidos resultam de entrevistas que foram realizadas no Brasil, anteriormente à sua análise, que foi feita em grande parte na França, durante o estágio de doutorado no CERLIS, *Université Paris 5 Descartes* – Paris/Fr, e finalizada no Brasil.

5.3.2.

Transformação da questão inicial como parte do trabalho de análise dos discursos

Durante a realização desta pesquisa, passou-se por uma constante reflexão e reformulação da questão a ser investigada. Como já era previsto que acontecesse, o contato com o campo da pesquisa suscitou novas indagações a respeito das questões e das pressuposições que se tinha inicialmente, fazendo surgir outras perguntas e interesses de investigação.

A questão principal que se tinha no começo da pesquisa era a de compreender “Que lugar a família ocupa e ocupava nos projetos de vida de pessoas de duas gerações?” Buscava-se conhecer os motivos que levavam as pessoas, no passado, a quererem constituir uma família, e os que inspiram as pessoas hoje a investirem num plano de ter uma família, pressupondo que o plano de ter uma família existiria. A partir das entrevistas realizadas, observou-se que as pessoas, principalmente as da geração mais jovem, muitas vezes não têm um “projeto de vida” – definido como uma conduta organizada para atingir uma finalidade específica (Velho, 2009) - claramente estabelecido, sendo suas “trajetórias de vida” resultantes de uma sucessão de acontecimentos não pensados previamente.

Desta forma, as atividades no campo de pesquisa levaram à reformulação da questão inicial da pesquisa. Partindo da questão de saber que lugar a família ocupa e ocupava nos projetos de vida de pessoas de duas gerações, passou-se a

um segundo objetivo de compreender como é, para os jovens-adultos de hoje, a idéia de constituir uma família, tomando como contra-ponto o discurso de pessoas de outra geração sobre seus engajamentos neste projeto no passado. Nossos trabalhos se voltam, então, a compreender como, mediante os processos sociais contemporâneos, vem se transformando a idéia de constituir uma família, dentro dos segmentos médios do Rio de Janeiro. A partir das falas dos entrevistados, voltamos nosso interesse para as diferentes concepções de família que emergiram dos discursos dos sujeitos da pesquisa quando eles se referiam à família que teriam no futuro e para as mudanças nos modelos de trajetórias de vida instituídos em cada contexto.

Os resultados serão discutidos no próximo capítulo.

6.

Análise do Discurso de Duas Gerações

A análise dos discursos será apresentada com base em cinco temas que emergiram das entrevistas realizadas e que compõem o argumento desta tese. São eles: 1. Duas concepções de família. 2. Um modelo de trajetória de vida centrada na família sustentando uma concepção de família centrada no casal. 3. Abalando os padrões. 4. Um modelo de trajetória de vida centrada no indivíduo e a descentralização do casal nas novas concepções de família. 5. Família continua sendo importante.

No decorrer da análise dessa temática, tem-se o objetivo de discutir como se processou a transformação do lugar atribuído à constituição de uma família nas trajetórias de vida dos sujeitos nas últimas décadas, bem como a forma como se concebe família para as duas gerações focalizadas. Por isso, o primeiro assunto apresentado – duas concepções de família – é o mais amplo, o principal. Os outros que se sucedem a esse demonstram como o padrão social de trajetória de vida que dava sustentação a um modelo de família centrado no casal foi se transformando e conduzindo à emergência de outra concepção, centrada nos filhos.

O uso das falas das pessoas das duas gerações investigadas nesta análise não serve a que se afirme que as impressões de cada geração se opõem, embora a segunda e a terceira categorias analisadas se apoiem mais nas falas dos entrevistados da geração mais velha e a quarta categoria nas falas dos entrevistados da geração mais jovem. O objetivo maior desta análise foi o de conhecer o processo de transformação da concepção de família e compreender o modo como as mudanças nas concepções de família estão atreladas a mudanças sociais mais amplas, das quais faz parte a individualização dos modelos de trajetória de vida de homens e mulheres na contemporaneidade.

A transformação de um modelo de família “centrado no casal” para um modelo de família “centrado nos filhos” se dá como consequência da individualização da sociedade e da crescente instabilidade dos casamentos na contemporaneidade. Mudou, sobretudo, o modelo de casamento baseado na idéia de ser “felizes para sempre”.

Hoje, o fim dos casamentos, se não é esperado, já não surpreende tanto os cônjuges. Esta mudança de expectativa dos indivíduos frente ao casamento ocorre dentro de uma conjuntura onde diversas outras transformações respondem à incorporação de valores igualitários na sociedade brasileira. Dentre elas, está o enfraquecimento do modelo social de complementaridade de papéis e de trajetórias de vida para homens e mulheres, fazendo surgir outro modelo de trajetória de vida, menos padronizado, mais individualizado. Nesse novo modelo, verifica-se que preocupações e objetivos de homens e mulheres vêm se tornando mais semelhantes e que o ato de constituir uma família adquire novas funções e significados para as pessoas.

Assim, pode-se dizer que a individualização das trajetórias de vida de homens e mulheres provoca um deslocamento do projeto de ter filhos do âmbito conjugal para o âmbito pessoal. Permanece, no entanto, a importância atribuída à família de uma forma geral.

6.1.

Duas concepções de família: a ênfase no casal e a ênfase nos filhos

“... Filhos, eu gostaria de ter. Uns 5 filhos. Gostaria de ter tido. (...) Com um companheiro. Com um companheiro certo. Mas aí, com filho, eu já ia casar. Ia querer casar pra formar família, né? Pra ficar família direitinho. Acho que pra ter filho acho que tem que ser junto, ficar junto, ver os filhos crescerem juntos.” (Antônia, 63 anos, solteira)

“Tá. O plano de família sempre existiu. Eu sempre quis ter filhos. (...) Filhos. Família. Marido, não. Assim, marido, se ele existir, pra mim é 100% melhor porque é uma figura que vai me ajudar a cuidar da família.” (Lígia, 33 anos, solteira)

As falas destas duas mulheres de diferentes gerações, Antônia e Lígia, explicitam duas concepções muito diferentes de família, onde justamente está em

questão a centralidade do casamento para aquilo que representa constituir uma família.

A fala de Antônia (63 a) nos remete a uma concepção de família fundada a partir do casamento. “*Família direitinho*” é justamente aquela família constituída em torno do núcleo conjugal. Trata-se da concepção de família, da qual fala Segalen (2008), onde o casal fundava a família moderna. Assim, filhos fariam parte da família, mas viriam necessariamente depois da consolidação da conjugalidade - num retrato muito próximo do que Singly (2007) chama de “família feliz”.

Para Antônia, ter filhos era vislumbrado dentro do horizonte do casamento. A idéia de ter filhos estava atrelada à possibilidade de se casar e a idéia de ter uma família era fundada, antes de tudo, no casamento. Filhos eram desejados dentro do casamento, faziam parte do que se concebia como família, mas deveriam ser fruto dos projetos do casal.

Tal concepção de família reflete diretamente a influência de valores modernos na mentalidade e nos discursos desta geração. Nela, enfatiza-se a relevância do núcleo familiar, o núcleo conjugal, para se constituir uma família, lembrando que quando se fala em núcleo conjugal fala-se em casamento formal. Isso pode ser percebido pela distinção que Antônia faz entre “companheiro” e “alguém para casar”. “*Com um companheiro. Com um companheiro certo. Mas aí, com filho, eu já ia casar.*” Sua fala demonstra, portanto, que para ela seria importante que fosse uma relação conjugal formalizada conforme as normas institucionais da época.

A valorização da formalização legal da relação conjugal está diretamente ligada à expectativa de longa duração do casamento. Uma das grandes mudanças observadas nas relações familiares na contemporaneidade diz respeito exatamente ao aumento da incidência de divórcio e à diminuição dos casamentos formalizados, com o aumento dos casos de união livre ou coabitação (Singly, 2007; Segalen, 2008; Berquó, 1989).

Este é um aspecto que a fala de Antônia evidencia. Numa concepção moderna de família, a idéia de solidez e durabilidade da relação conjugal está presente. “*ficar junto, ver os filhos crescerem juntos*” indica haver uma expectativa de que o casamento dure por muitos e muitos anos – outra

característica da família moderna (Diniz & Coelho, 2005; Singly, 2007; Segalen 2008).

Tudo isto reafirma o peso das instituições sociais na forma como se concebia família algumas décadas atrás. Trata-se de uma visão claramente oposta àquela que se forma na contemporaneidade, como se pode ver através da comparação com a fala de Lígia.

Para Lígia, a idéia de constituir uma família se volta, antes de tudo, para o ato de ter filhos. Nos seus planos, o casamento não é parte *sine qua non* para a constituição de uma família. Isso nos remete, mais uma vez, a Segalen (2008), que afirma que, diante da eminência do divórcio na contemporaneidade, é a criança quem funda a família.

Fala-se, portanto, de uma família conjugal “instável”, onde, como disse a entrevistada, “*marido, se ele existir, pra mim é 100% melhor porque é uma figura que vai me ajudar a cuidar da família.*” Observa-se, com isso, uma transformação radical na concepção de família das décadas anteriores, fundada em torno do casamento. Atualmente, é possível imaginar família sem casal, só com filhos, e também aceitar que filhos nasçam fora de uma relação conjugal estável.

Então, enquanto para as pessoas da geração anterior, o esperado era que as crianças nascessem dentro do casamento, na contemporaneidade, apontam os dados estatísticos que cada vez aumenta mais o número de crianças que nascem fora de relações conjugais formais.

Assim, filhos deixam de ser fruto exclusivo de projetos de casais e passam a ser fruto de projetos individuais. Por isso, Lígia não faz referência a um modelo de “família direitinho” – a “família feliz”, centrada no casal - quando pensa em ter filhos. Existe o desejo de ter uma família, mas o que vem a ocupar o centro na sua concepção de família são os filhos que ela planeja ter.

Observa-se, assim, o enfraquecimento de um modelo de família, a família nuclear moderna. Este é um modelo que se funda historicamente pela valorização da relação dos pais – principalmente a mãe - com a criança (Ariès, 2006). Isso remonta ao período de transição da Idade Média para a Modernidade. A ocupação dos pais com a educação de seus filhos propiciou o fortalecimento dos vínculos daqueles que constituíam o núcleo familiar, gerando, assim, uma concepção de família formada a partir do núcleo conjugal. Tal modelo de família instituído

justifica que se refira à família como o núcleo pai-mãe-filhos. Esta é a base da concepção de família chamada aqui “família centrada no casal”.

A mudança na concepção de família de que tratamos aqui está ligada à transformação da concepção de família baseada no modelo da família conjugal moderna. Pode-se afirmar que a crescente instabilidade que atingiu as relações amorosas, à medida que a contemporaneidade avança, fez surgir uma nova concepção de família. O enfraquecimento da instituição do casamento, com a ausência de expectativa de longa vida conjugal, levou ao deslocamento do casal do centro da família, trazendo para seu lugar os filhos.

No cenário contemporâneo, uma das características das concepções de família atuais é o seu menor grau de institucionalização (Segalen, 2008). Como também aponta Singly (2007), as famílias de hoje são mais valorizadas quando ocasionam a satisfação dos indivíduos que a compõem. Não é necessário corresponder ao modelo de família nuclear moderna. Hoje, já que não se pode contar com a solidez da união conjugal, o espírito da família se faz viver de diversas outras formas.

6.2.

Um modelo de trajetória de vida centrada na família sustentando uma concepção de família centrada no casal

A transformação da concepção de família “centrada no casal” para outra “centrada nos filhos” se deu ao longo de um processo de mudanças sociais que acabaram por desestabilizar as bases do modelo da família nuclear moderna.

Pudemos observar, sobretudo através dos discursos de nossos entrevistados da geração mais velha, a padronização de um modelo de trajetória de vida que sustentava a concepção de família centrada no casal. O discurso da família formada a partir do casal se constituiu em um contexto marcado pela: 1. institucionalização de um modelo social de atribuição de papéis distintos para homens e para mulheres – o trabalho para os homens e a família para as mulheres; 2. fixação de um padrão social de família e de trajetória de vida dentro do qual os indivíduos tinham pouca margem de manobra de suas vidas – casamento é para todos e para sempre, e com filhos.

6.2.1.

Trabalho para os homens, família para as mulheres

Num modelo de família instituído conforme os padrões tradicionais de divisão dos papéis de gênero na sociedade, atribuía-se aos homens a função de provedor da família (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008). Por isso, a idéia de constituir uma família, para os homens, se fazia acompanhar da preocupação com uma profissão “consistente”, através da qual fosse possível sustentar toda família.

Nas falas de nossos entrevistados da geração mais velha, observa-se que era uma preocupação para eles escolher um trabalho ou profissão que lhes dessem boas condições financeiras no futuro, como se pode ver nas falas abaixo:

“Até fiz teatro no colégio, etc e tal. Mas eu queria uma coisa mais consistente, entendeu? Nesse aspecto mais de... de vislumbre, de possibilidades no futuro.” (Augusto, 66 anos, casado pela 2ª vez)

“Então, eu também escolhi engenharia por causa do lado financeiro. Eu achei que eu precisava, primeiro... eu tinha que me dar bem financeiramente. Eu queria uma profissão que, antes de tudo, me propiciasse uma base, uma saúde financeira. A primeira parte da saúde era financeira. Mas eu não tinha nenhum projeto de engenharia. Nunca. Meu negócio era futebol. Eu jogava muito bem. Então, todo mundo queria que eu fosse ser jogador. E quando eu fiz o científico eu fui muito bom aluno de química. E era um professor rígido, que quase ninguém tirava nota boa. E eu tirava nota boa. Aí, bom, como tinha engenharia química, eu juntei a engenharia, quer dizer, eu gostava da matemática, cálculo, essas coisas. Mas eu nunca pensei em ser engenheiro. Nem engenheiro civil, nem engenheiro mecânico, nem engenheiro eletricista, nada disso. Eu queria grana, né?” (Elias, 65 anos, separado)

A preocupação dos homens com os ganhos financeiros pode ser compreendida quando se considera a existência de um modelo social de família

em que cabia aos homens o papel de provedor da família. Justamente por ser aquele contexto social caracterizado pela forte institucionalização de modelos de trajetórias de vida, conforme Cavalli (2003), havia uma grande preocupação por parte dos homens em corresponder a tal padrão e, portanto, em obter do trabalho rendimentos financeiros suficientes para sustentar toda a família, como se pode ver nas falas de Augusto e Norberto:

“Nunca achei que casamento seria ruim. Eu tinha medo. Porque você veja bem, na época mulher não trabalhava. Então, se você tivesse seu salário você tava vivendo. Quando você casava, você aumentava um. Com filho, aumentava dois. Quer dizer, você que ganhava aquilo tinha que ganhar três vezes mais porque era complicado. Hoje, não. Hoje divide. Hoje a mulher trabalha. O homem trabalha. Quer dizer, há muito tempo isso já. Então, acho que é mais fácil. São companheiro. Hoje minha mulher também ganha seu dinheiro (...) Na época, não.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Eu só casei quando eu achei que tinha condições efetivamente de sustentar sozinho a minha família. Eu queria começar quando eu não precisasse da ajuda do meu pai. Que eu morava num apartamento que ele tinha, mas toda a subsistência, eu sempre achei que era responsabilidade exclusiva minha, com relação à minha mulher meus filhos.” (Augusto, 66 anos, casado pela 2ª vez)

Então, a preocupação em arcar com o sustento da família fazia parte da idéia de constituir uma família para os homens.

É importante ressaltar que poder corresponder a um modelo de família significava também corresponder a um modelo de homem, definido socialmente como trabalhador-provedor da família. O poder de influência das instituições naquele contexto social, conforme Kaufmann (2004), fazia com que os papéis sociais instituídos exercessem forte influência sobre as identidades que se constituíam, pois, justamente em um contexto onde a influência do individualismo era ainda limitada, as individualidades se definiam em boa parte pelo que estava instituído.

Ser homem era ser provedor da família. E ser mulher?

Através dos relatos analisados, ficou evidente que naquele contexto era bem marcada a distinção dos papéis exercidos por homens e por mulheres na sociedade: aos homens, o trabalho; e às mulheres, a família.

Tradicionalmente, da mesma forma que era atribuído ao homem a função de provedor familiar, era esperado das mulheres que atuassem na vida privada exclusivamente, dedicando-se aos cuidados do lar, dos filhos e do marido (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008). As mulheres por nós entrevistadas viveram em um tempo em que já se começava a incentivar os estudos para as mulheres. No entanto, mesmo que já houvesse um movimento de profissionalização da mulher, com a abertura dos cursos nas faculdades para algumas moças, observa-se a persistência do padrão “mulher ” nas trajetórias de vida femininas.

Pode-se ver nas falas das entrevistadas que, pela influência daquele modelo tradicional de distinção dos papéis masculinos e femininos, o ingresso da mulher na universidade e até sua entrada no mercado de trabalho muitas vezes acabava tendo um sentido secundário em suas vidas. O papel tradicionalmente atribuído à mulher - de mãe de família, que cuida dos filhos e do marido - prevalecia.

Prevalecia, por exemplo, quando se considerava os estudos como uma atividade complementar ao destino do casamento, como aponta Francisca:

“Minha família incentivava o curso superior. Eles achavam muito importante ter um curso superior. Minha irmã fez biologia. E minha irmã era estudiosa. A minha irmã não tinha essa mentalidade, não. Ela quis ser bióloga, foi bióloga, ela era estudiosa, se casou no meio da faculdade, continuou. Mas eu já era mais aquela coisa. “ah, eu quero ir pra PUC, sabe? Vou fazer história! Não me casei ainda, mas...” O que eu queria era casar. Hahahaha.” (Francisca, 65 anos, separada)

Então, o trabalho, pelo que parece, não servia, para Francisca, como um meio de ter outras opções na vida ou de contestação da divisão tradicional dos

papéis sexuais na sociedade, mas simplesmente de incrementar o seu papel mais importante: o papel de “esposa-mãe-dona de casa”.

Outra forma de afirmação do modelo de identidade e trajetória de vida “mulher mãe-esposa-dona de casa” era a não preocupação feminina com o rendimento financeiro do seu trabalho. No modelo tradicional de família, onde se atribui ao homem o sustento do lar, cabe à mulher a dependência financeira em relação ao seu marido. Portanto, não fazia parte das preocupações das mulheres o crescimento financeiro. Diante disso, para as mulheres desta geração, mesmo que já pudesse entrar para o mercado de trabalho, não se almejava ganhar dinheiro ou destinar esse ganho para os compromissos doméstico-familiares ou para a construção do patrimônio familiar.

A fala de Alda mostra claramente a relação entre a profissionalização da mulher dentro dos padrões tradicionais de família e de divisão de papéis femininos e masculinos:

“Desde criança que a minha loucura era ser professora primária. Eu tinha loucura pra ser professora. Fiz Instituto de Educação, me formei, fui trabalhar lá em Deus me livre. (...) Tudo muito longe. Mas eu adorava. Adorava o que eu fazia. E o meu pai ainda estava vivo nessa época e ele dizia assim “você tem que fazer uma faculdade.” Era o início das mulheres irem para a faculdade. Até então, muito pouca menina ia fazer faculdade. Meu pai, que sempre teve uma cabeça avançada, dizia ‘você tem que fazer alguma faculdade porque homem, se não estudar muito, vai arranjar emprego até de estivador no cais do porto, vai carregar saco. Mas mulher tem que ter mais instrução pra ter um emprego bom’. E o raciocínio dele era assim: ‘se casar bem casada, ajuda o marido. Se for mal casada, separa e você se sustenta’. Então, de qualquer maneira era bom estudar. E eu não queria, né? ‘Eu gosto de ser professora, pra que que eu vou fazer outra coisa?’. ‘Ah, mas ganha pouco’. Sempre ganhou pouco, professora. ‘Eh, mas professor ganha muito pouco!’ Eu digo: ‘É, mas eu faço o que eu gosto. Pra que que eu vou largar isso?’ Adorava as crianças e tal. E sempre foi assim.” (Alda, 65 anos, casada)

Quando a mulher de classe média começou a trabalhar fora de casa, era comum que o tipo de trabalho atribuído a ela correspondesse ao tipo de atividade que ela fazia dentro de casa, ao *savoir-faire* feminino. Na fala acima descrita, “ser professora” era o trabalho desejado por ela, uma atividade que é exatamente a continuidade do que cabe à mulher dentro de casa: cuidar das crianças.

De fato, como diversos autores apontam, a entrada da mulher no mercado de trabalho e nas universidades foi fortemente marcada pela delimitação tradicionalmente feita do universo feminino (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008; Barros, 2009; Mello & Novais, 2010). A oposição entre masculino e feminino incorporados aos mundos do trabalho e lar continuava existindo mesmo que a mulher já pudesse ir à universidade e trabalhar.

Uma combinação particular possibilitava que as mulheres dessa geração entrassem para o mundo do trabalho sem desestruturar esse padrão. A seguinte fala, de Antônia, ilustra justamente a sutileza do ajuste entre “manutenção do modelo tradicional de papéis sexuais na família” e “entrada da mulher no mercado de trabalho”. Estudar, escolher uma profissão, podia significar um descolamento da mulher do papel tradicionalmente designado a ela, o de dona de casa. Ou então, como era o mais comum naquela época, serviria para a mulher aprimorar suas habilidades de .

“Eu sempre quis ser arquiteta. Desde pequena. Eu falei pra minha mãe que eu ia ser arquiteta. Desde pequena eu gostava de desenhar. Aí, com 15 anos, eu comecei a namorar firme um rapaz de engenharia. E o namoro ficou muito sério e... nessa época eu tava no 4º ano ginasial. E como a gente tinha resolvido se casar ele disse que eu não ia terminar a faculdade de arquitetura. Então, ao invés de fazer o científico, que eu fizesse o clássico, porque no clássico a gente aprendia línguas. E ele disse que eu, sabendo línguas, ia ajudar a ele na tradução dos livros. E, aí eu fui fazer o clássico, mas sempre revoltada porque eu queria fazer mesmo era arquitetura. Era o sonho que eu tinha. Nunca tive dúvida de arquitetura. Aí ele disse ‘você vai optar. Ou você casa, ou você faz faculdade. Ou você faz arquitetura. Eu não vou deixar você terminar a faculdade.’ Aí, eu tava muito apaixonada, né? Abri mão, fui fazer clássico. (...) Eu me lembro até

que eu falei com esse meu namorado, eu queria fazer faculdade, né? ‘Então deixa eu fazer biologia!’, eu pensei até em fazer biologia. Mas ele disse que não, que a gente ia casar, ia ter logo filho, que eu ia ser dona de casa. Então, o que que ele propôs pra mim? Eu aprendi corte e costura porque ele impôs. Corte e costura... aí voltei pra Aliança Francesa continuar estudando francês. Ele queria, assim, uma dona de casa... bem aprimorada, né? Saber cozinhar, saber falar línguas, saber costurar... tudo que eu não queria. Destesto costura! Tenho horror a costurar.” (Antônia, 63 anos, solteira)

Embora Antônia tivesse, naquela época, clareza de que queria mesmo era ser uma arquiteta, foi convencida a fazer os cursos que a tornariam uma dona-de-casa mais do que prendada. Determinados saberes eram desejáveis às mulheres. Mas o uso de tais saberes estaria restrito ao domínio do lar.

A fala de Antônia revela ainda uma característica das relações familiares na época: a autoridade do marido sobre a mulher. Maluf & Mott (2008) relatam que desde o início do século, era assegurado pelo Código Civil de 1916 a necessidade de que o marido expressasse sua autorização para que sua mulher pudesse exercer seu direito a trabalhar. Antônia reproduz esse padrão, prestando obediência àquele que seria seu futuro esposo.

Era forte o padrão social que afirmava a existência de diferentes domínios para os diferentes sexos, de modo que, para as mulheres, a entrada no mercado do trabalho não chegava a abalar a expectativa social de sua dependência em relação ao marido e de sua dedicação às atividades do lar, como se pode ver na fala de Francisca:

“(o trabalho) tinha alguma importância porque eu ganhava um dinheiro meu, um dinheirinho. Nunca foi muito porque professora, já viu. Mas o meu trabalho era em função do horário dos meninos. O mais importante eram os meninos. Então, por exemplo, se eles estudassem à tarde, eu trabalhava à tarde. Ser professora tem isso de bom, né? Eu fazia minha vida, dava aula à tarde, estudavam à tarde. Aí de manhã eu ficava por conta deles. Natação, judô, ballet, ginástica rítmica. Tudo que eles queriam. Médicos, dentistas,

aparelhos de dente. Eram eles. Eles, a casa, o marido, passadeira pra camisa do marido ficar bonitinho o colarinho. Haha. Receitas novas de bolo, de não sei o que. Vai pra cozinha, faz almoço sábado. (...) Depois os meninos passaram a estudar de manhã. Aí eu passei a trabalhar de manhã. Era muito assim. Botava eles no ônibus do colégio. Aí quando tinham 12 anos eles já iam sozinhos pro colégio. Eu controlava. Eu era assim, sabe?” (Francisca, 65 anos, separada)

Pelo mesmo motivo, Alda continuava colocando o cuidado aos filhos em primeiro lugar na sua vida, deixando o trabalho em segundo:

“Se eu tiver que abrir mão de alguma coisa... e já tive, já abri mão. Eu tive o primeiro filho e quando eu tive o segundo, o 1º tinha 1 ano e meio só. O 2º nasceu com a barriga aberta, não fechou. Fez uma cirurgia no dia que nasceu, enfim, teve uns problemas assim. Eu não tive dúvidas de parar de trabalhar. Eu digo “não... entre trabalhar e um filho que vai precisar de mim, e o outro que ainda era muito pequenininho, 1 ano e meio... eu vou parar de trabalhar.” Quer dizer, pra mim a família é muito mais importante do que a profissão. Aí tive, 2 anos depois, veio a Paulinha. E eu ainda não tava trabalhando. Mas, quando abriu a sociedade psicanalítica pra psicólogo, aí eu resolvi voltar. Aí fizeram seleção, aquela coisa toda. Quando eu comecei mesmo o curso ela já tinha 1 ano e meio mais ou menos. Já tava maiorzinha. Mas, entre a família e o trabalho, pra mim a família é fundamental.” (Alda, 65 anos, casada)

A assimetria dos papéis socialmente atribuídos a homens e mulheres torna propício o discurso de que “a família é muito mais importante que a profissão” ou que trabalho ou família seriam escolhas excludentes, para o caso das mulheres. Trata-se de um contexto social em que homem e mulher se comprometiam diferentemente com trabalho e família. Isso influencia fortemente não somente o tipo de vínculo que se formava num casal - em que a independência financeira não se destina igualmente para homens e mulheres, imaginando-se, provavelmente, que o contrato do casamento será para sempre – como também a concepção de

família que se formava – uma família em que está em jogo a adequação aos padrões, mais do que a afirmação de individualidades.

A divisão das esferas pública e privada e sua atribuição, respectivamente, aos homens e às mulheres têm raízes históricas, como já foi discutido em capítulos anteriores. O poder dos homens sobre as mulheres, sustentado pela autoridade do pai de família e pela valorização do trabalho no âmbito público em detrimento do trabalho no âmbito privado, influenciou a concepção moderna de família. Assim, diferenciava-se a identidade masculina da identidade feminina com base em discursos que afirmavam serem determinadas características naturalmente femininas e outras naturalmente masculinas. E distinguiam-se vida pública de vida privada, delimitando espaços de atuação de homens e mulheres (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989).

Não por acaso, a mulher foi vinculada ao espaço do lar, da maternidade, da reprodução. Com a distinção entre a vida pública e a vida privada e a emersão do sentimento de infância e família, como aponta Ariès (2006) e Prost & Vincent (1999), foi em torno da relação mãe-filhos que ocorreu a valorização das relações de intimidade. Foi ela quem se incumbiu de receber a criança e tornar o lar um lugar de afetividade. Por isso, em torno da vida doméstica estruturou-se a identidade da mulher moderna, cuja posição social era agora reconhecidamente importante na sociedade: o da rainha do lar.

Até este momento, a análise dos discursos apontou para o fato de que o padrão tradicional de divisão de papéis e de estruturação das identidades de gênero manteve-se vivo nos discursos das pessoas desta geração e contribuía para a estruturação de uma concepção de família centrada no casal.

6.2.2.

Casamento é para todos, para sempre e com filhos

Além da distinção estrita entre os papéis masculinos e femininos na sociedade e na família, o modelo de família centrado no casal se sustenta também por meio da institucionalização de um padrão social de trajetórias de vida pouco ou nada individualizado, segundo os termos usados por Cavalli (2003). Para as pessoas da geração mais velha, o casamento se afirmava como um destino comum na trajetória de vida de homens e mulheres. Acreditava-se que o casamento seria

para sempre, que ele renderia filhos e isto era o que se poderia esperar da vida. Apesar das críticas que já se fazia a tal modelo de trajetória de vida e de família, naquele contexto este era o padrão vigente na sociedade.

As falas de Francisca e Norberto demonstram as expectativas de eternidade dirigidas ao casamento:

“A minha geração, eu acho. Aquela coisa do príncipe encantado, beija e a princesa acorda, sabe? E foram felizes para sempre.”
(Francisca, 65 anos, separada)

“Imaginava casamento para sempre. Eu casei gostando, querendo, tanto que estamos até hoje.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Felizes para sempre”, “casamento para sempre” eram as expectativas que comumente se tinha com relação ao casamento. Engajava-se no projeto de constituir uma família sem muito questionamento. Busca-se o que se considerava “natural” para a vida – “natural” dentro deste padrão de curso da vida que era instituído para todos.

“Ah, pensava. Sempre. Eu achava que eu devia ter (uma família) (...) Porque eu achava, eu fui educado assim, e achava que você pra ter uma... pra ter uma continuação. O casamento seria com filhos, etc, seria uma coisa organizada e parecia ser muito bom. Nunca achei que casamento seria ruim.” (Norberto, 65 anos, casado)

Ter uma família, casando-se, tendo filhos, tratava-se, justamente, de um padrão social que se impunha sobre todos muito fortemente. A idéia de continuidade de valores permeava este projeto. Trata-se de um padrão de família que se reproduzia, bem como um padrão de trajetória de vida, onde o casamento era esperado como forma de iniciar uma vida familiar.

Nesse contexto, o discurso do amor, da afinidade entre os cônjuges, acaba por alimentar este modelo, como se pode ver:

“A gente sente que encontrou uma pessoa que tinha muita afinidade e gostava de estar junto. Já tínhamos possibilidades. Tinha apartamento, tinha tudo, então era a hora. A hora a gente sente. (...) A gente vê naturalmente. Não é esforço nenhum. Quando você sente a coisa assim... quando você começa a achar que é esforço, tem alguma coisa errada. Mas quando vem natural é ótimo. E é gostoso.”
(Norberto, 65 anos, casado)

Mas, afinal, será que o fato de se amar alguém leva “naturalmente” ao casamento? Por que as pessoas que se amam devem se casar? Ora, o argumento do amor e da afinidade pode sustentar uma atitude exatamente inversa: a de não se casar, não institucionalizar uma relação em que o sentimento seria o mais importante. O que se pode ver, portanto, é que não há nada de “natural” em imaginar-se casando e tendo filhos. Esta suposta “naturalidade” se deve, antes, à força que o padrão social de família e de seu lugar na trajetória de vida exercia sobre os indivíduos.

Conceber casamento e constituição de uma família como algo “natural”, “automático”, mostra que se casar e ter filhos fazia parte dos horizontes das pessoas, homens e mulheres, por condizer com um modelo socialmente produzido. Estão nas falas de Augusto e Gilda justamente as marcas da incorporação de tal padrão social pelos indivíduos desta geração a tal padrão social:

“E na época, era uma época que você tinha isso quase que como um padrão. Casar, ter filhos, se realizar em termos profissional. Mas não foi nada que eu me sentisse infeliz, não. Pra mim foi uma coisa que veio naturalmente. Um processo natural. Não precisava ter muitos planos pra isso, entendeu?” (Augusto, 66 anos, casado pela 2ª vez)

“... sei lá se isso é inerente à mulher e ao jovem, mas eu sempre quis ter uma família. Eu queria me casar, ter filhos. (...) Eu nem sei se naquela época a gente pensava em algum significado. Eu achava que (casar e ter filhos) era uma coisa meio automática. No meu caso, acabei o clássico. Eu já namorava o meu namorado, o meu marido,

há 5 anos. Ele era amigo do meu irmão de colégio. Foi criado comigo. Foi meu 1º namorado. Eu não tive nenhum namorado antes dele. A minha vida foi muito depois. Eu comecei a viver como mulher muito depois que eu fiquei viúva. Porque foi meu primeiro namorado. Namoramos 6, 7 anos. Casei. Não conheci mais ninguém. (...) Sei lá, como se aquilo fosse embutido, que eu tinha que me casar. E aquele era o rapaz, todo mundo conhecia. Nem apaixonada por ele eu era. Gostava muito. Talvez eu era mais amiga do que... só fui ver isso depois... Então, eu me casei porque achava que era uma consequência de vida. Chegava naquela idade. A única coisa que eu queria, e eu queria ter filho logo.” (Gilda, 65 anos, separada)

A naturalização de um modelo de família que se inicia com o casamento baseia-se na naturalização de um padrão de trajetórias de vida. O modelo de família se sustenta por um modelo de trajetória de vida. Então, automatismos na conduta da vida demonstram a força exercida pelos padrões sociais sobre as pessoas, sobre suas decisões nas suas vidas.

Por isso, entende-se que Elias, embora não tivesse a intenção de corresponder aos padrões sociais da época, tenha acabado se casando. Ele se deixou levar pela sociedade, sem que pudesse ter um projeto de vida individual diferente do que era imposto pela cultura vigente:

“Eu não pensava em casar. De jeito nenhum. Nunca passou pela minha cabeça casar. (...) Casamento era prisão. Casamento é prisão. Eu detestava. Quer dizer, já tinha, eu não tinha muita consciência ainda, mas era prisão. E eu tinha medo do compromisso. Da prisão emocional (...) E aí, quando eu vi, eu tava casando. Mas o meu casamento, pra mim mesmo, eu não tava acreditando. Mas eu não sabia dizer não. Fui me deixando levar pela família, pela sociedade, todo mundo casando, meus amigos casando. E eu não tinha a menor... mas eu não tinha a menor nada pra casamento, pra família. (...) Na verdade eu tentei casar mais em função da sociedade. Porque naquela época, era o seguinte, os projetos de vida na época era uma profissão e uma família. A mulher tinha que casar. Não existia essa opção pela

tua vida, pelo teu projeto individual. A sociedade impunha e a gente ficava preso à cultura vigente mesmo. Era muito difícil. Depois que veio toda uma rebelião, toda uma insatisfação, ‘e as liberdades individuais, como que fica?’ (Elias, 65 anos, separado)

Da mesma forma, a influência dos padrões sociais na determinação dos destinos das pessoas pode ser vista na fala de Francisca, logo abaixo. Ela explica que lhe foram transmitidos, na educação recebida de seus pais, valores tradicionais relacionados ao papel da mulher na família e à importância da família na identidade da mulher, os quais continuaram a pesar muito em suas escolhas - e na de suas amigas -, mesmo quando foi para a universidade. Ir à universidade naquela época representava um passo à frente no processo de emancipação e de abertura de possibilidades de vida para a mulher. Mas, mesmo assim, pesava muito o modelo da família para as mulheres.

“A gente era criada nessa geração lendo ‘Carmem da Silva’ na revista ‘Cláudia’. ‘A mulher tem que ficar bonitinha pro marido chegar’. ‘Ah, eu vou fazer faculdade enquanto não me casar’, porque se eu tivesse me casado eu não teria feito faculdade. Inclusive várias colegas minhas que são minhas amigas até hoje se casaram no meio da faculdade e pararam. Pararam de estudar. Quer dizer, eu poderia não ter absorvido tanto essa coisa, mas eu absorvi.” (Francisca, 65 anos, separada)

As falas de Francisca e de Elias são próximas no que diz respeito à força dos padrões sociais em suas escolhas. Ela diz que poderia não ter absorvido tanto os valores tradicionais, mas isso aconteceu. Ele diz que *“não queria se casar, mas acabou se casando”*. Trata-se da institucionalização de um modelo de trajetória de vida onde não havia muitas escapatórias para as individualidades (Cavalli, 2003).

Embora já se começasse a questionar os horizontes que as tradições sociais estabeleciam para os indivíduos, as pessoas desta geração foram fortemente influenciadas pelo que tinham como modelo social instituído. Então, como se pode ver na fala de Alda, era possível questionar os horizontes que os padrões

sociais apresentavam aos indivíduos, mas esse questionamento era bastante ambivalente, como se pode ver:

“Então, quando a gente começou a namorar e tal ‘Vamos casar? Vamos’, mas eu tinha uma insegurança enorme com essa história de casamento, sabe? Porque eu pensei ‘e se eu enjoar?’ Já tinha acontecido antes, né? ‘Se eu enjoar, como que eu faço? Separo. Eu não vou ficar suportando uma relação ruim se eu posso me separar’. Então, essa história de ‘casamento é pra sempre’ não era da minha cabeça. Se um de nós não aguentar, a gente vai se separar mesmo. (...) Isso eu sempre pensei, que ia ficar velha junto com o meu marido.” (Alda, 65 anos, casada)

Alda começa dizendo que “essa história de ‘casamento é pra sempre’ não era da minha cabeça”, mas termina afirmando que “isso eu sempre pensei, que eu ia ficar velha junto com meu marido”. Essa visão ambivalente, essa contradição, pode denotar uma fase de mudança de valores por que essa geração passou, caracterizada pela coexistência de referências contraditórias, pressionando a favor da mudança e da permanência de valores ao mesmo tempo.

Instituído também estava o padrão de família que Singly (2007) chama “família moderna 1”, ou “família feliz”. Esta é uma configuração muito próxima daquilo que se tem na 1ª modernidade, conforme o autor. Incutia-se nas mentes de todos que família era um espaço de realização afetiva para todos e que todos deveriam se casar.

Da mesma maneira, o padrão social afirmava que, seguindo ao casamento, deveriam vir os filhos, que eram considerados muito importantes na família, afinal foi em torno deles que nasceu o sentimento da família (Ariès, 2006).

Nos discursos por nós analisados, a importância dos filhos na família foi referida, seja como uma forma de se dar continuidade ao modelo de família mais comum, como um elo entre diferentes gerações, ou como “ter espírito de família”. Filhos faziam parte da concepção de família desta geração, como se pode ver nas falas dos homens abaixo:

“Ah, pensava (em ter filhos). Sempre. Eu achava que eu devia ter. (...) Porque eu achava, eu fui educado assim, e achava que você, pra ter uma... pra ter uma continuação..., o casamento seria com filhos, etc, seria uma coisa organizada. E parecia ser muito bom. Nunca achei que casamento seria ruim.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Acho que em termos de continuidade mesmo. Eu acho que... Tem a ver muito com prezar o nome. E você deixar novas... Deixar descendentes, mesmo. Acho que nesse aspecto dos descendentes, isso é legal. A gente só vai morrer se ninguém mais lembrar da gente. Então, de repente, quanto mais família a gente for, mais tempo a gente vai viver, nesse aspecto, entendeu?” (Augusto, 66 anos, casado)

“C: Qual você acha que era a importância de filhos pra você?”

S: Família! Você ter uma família. Eu acho uma coisa hoje em dia, na época a gente não pensa muito nisso, porque a gente tá mais moço, não pensa tanto nessas coisas. Mas, na época eu pensava exatamente em ter uma família, relativamente pequena, mas que pudesse ser criada com... bem criada, com conforto, com bons colégios, tudo direitinho.” (Sérgio, 69 anos, casado pela 2ª vez)

Neste outro trecho, Sérgio relaciona “espírito de família” ao cuidado dirigido aos filhos. O “espírito de família”, segundo ele, é justamente a atitude de cuidar da educação dos filhos, cuidando para que se tornassem pessoas instruídas e bem criadas. Em suas palavras, observa-se que, por trás do cuidado para com os filhos está o casal, unido, se responsabilizando pela excelência da criação oferecida aos filhos.

“A família, enquanto as crianças são pequenas e tudo, você procura, pelo menos, dar as coisas a sua família, ter uma casa boa, dar bons colégios, etc e tal. Na realidade, se você põe as pessoas no mundo, como muita gente faz aí também, e larga pra lá. Quer dizer, cada um se vira como pode. Não é assim. Não é assim. A vida não é assim. Aí vai ser tudo marginal, não estudam, não querem saber de nada, não

trabalham, vai ser vagabundo. Aí a coisa complica. A gente vê tanto hoje coisas assim. Tanta gente sem rumo na vida. É justamente por isso. Os pais não tinham esse espírito de... espírito de família. Isso eu chamo de 'espírito de família'. Porque, põe os filhos no mundo e larga pra lá. Não vai ver se o filho tá no colégio, se não tá, se tá fumando maconha, se não tá. Não querem saber de nada. Então... aí realmente... porque as pessoas, quando são novas, não têm essa orientação. Alguém tem que dizer, orientar, mostrar com atitudes, com palavras mesmo ou exemplos. As coisas só se constroem assim. Se largar todo mundo pra lá, como fazem hoje a maioria dos casais, aí separa tudo, vai cada um prum lado. Larga os filhos com a avó, não sei mais quem. Não é a mesma coisa. É muito diferente. Aí acontecem essas coisas que a gente vê no jornal todo dia. E sabe de casos também, né?" (Sérgio, 69 anos, casado pela 2ª vez)

Na fala das mulheres, filhos também eram desejados, após o casamento. Segundo o padrão de família da época, imaginavam-se filhos dentro do casamento e também que os casamentos deveriam ser seguidos do nascimento de filhos. Isso era transmitido de geração a geração. O centro da família era o casal e os filhos eram esperados para compor o que se entendia como família.

"O sonho se realizou. Tive 3 filhos (...) Rapidamente. Tive a Ana... 3 filhos. O Lucas é o único homem. Ana, Lucas e Maria. A Maria é 1 ano e meio mais nova que o Lucas. E a Ana é 3 anos mais velha que o Lucas. Eu tenho foto dos 3 aqui. Já tá meio antiquinha, mas ainda estão aqui." (Francisca, 65 anos, separada)

"Porque eu gosto de filho. Eu gosto de família. Eu acho que filho, se vc (...) Eu adorava ter filho. Não sei. A mamãe que dizia que eu brincava de boneca, desde menina eu cuidava das bonecas. A minha irmã tinha horror a boneca. A minha irmã abortou 3 vezes, teve 3 filhos e ainda tinha que evitar porque se ela passasse embaixo da cueca do marido, engravidava. Você vê. E ela não tinha a paciência que eu tinha. Ela namorou à beça. Foi casar muito depois. Eu achava,

não sei... Eu tinha mania de ter filho. Queria ter filhos. E não tive. E adotei. É meu filho. E não adotei mais realmente por isso que eu já te expliquei, né? (Gilda, 65 anos, separada)

Para Alda, a dificuldade em engravidar ameaçava o seu sonho de formar uma família, que pressupunha a existência do marido e também de filhos, como se pode ver:

“A gente teve uma dificuldade de engravidar absolutamente emocional. Já tinha feito todos os exames, não tinha problema nenhum, mas não conseguia engravidar. Então, me dava aquela agonia, assim, de pensar ‘ah, meu Deus, eu nunca vou ter um filho. Nunca vou ter um filho. E a minha vida vai ser um inferno porque a gente vai ficar velho junto’. Isso eu sempre pensei, que ia ficar velha junto com o meu marido. Mas só nós dois no mundo, sem filho? Isso, porque... foi a grande fossa típica do meu tempo, grande fossa dos 30 anos. Com 30 anos eu não tinha 1 filho. Aí, bom, com 31 eu já tinha. Mas era aquela ansiedade. ‘Não vou conseguir’. Aí, quando eu consegui engravidar, eu digo ‘bom, agora tô velha pra ter filho, pra ter o 1º filho com 31. Então, vou ter todos juntos, rápido.’ Então, eu tive 1 com 31, outro com 33, outro com 35. A M com 35. Tive os 3 assim rapidinho.” (Alda, 65 anos, casada)

Portanto, além do casamento, filhos compunham o ideal de família para esta geração. Dedicar-se ao cuidado dos filhos equivalia a ter “espírito de família”. Mas tudo dependia primeiro da existência de um núcleo familiar, o casal.

As expectativas das pessoas dessa geração a respeito da família refletem o espírito de sua época (Mannheim, 1982). A modernização da sociedade brasileira naqueles anos aos quais os entrevistados desta geração se referiam favorecia o surgimento de uma afetividade ligada ao mundo da família. A divisão bem marcada dos papéis femininos e masculinos na sociedade e na família e a expectativa de eternidade dos laços conjugais propiciavam que se constituísse

uma concepção de família que tinha no seu centro o casal (Maluf & Mott, 2008; Mello & Novais, 2010; Sevcenko, 2008).

Nesse contexto, a distinção de modelos de trajetórias de vida para homens e mulheres decorre da institucionalização de papéis sociais distintos para homens e mulheres. Uma forte padronização da vida propiciava a homens e a mulheres a expectativa em corresponder às normas socialmente estabelecidas (Cavalli, 2003). A modalidade de individualismo que aí se instaura é de um tipo ainda limitado, considerando o que se entende por individualismo na contemporaneidade (Bauman, 2008; Giddens, 1993, 2002; Hall, 2001; Maffesolli, 1987). Assim, o tipo de laço social fundado pode explicar o pouco questionamento dos padrões socialmente impostos aos indivíduos.

Conforme Paugam (2009), o laço social se exprime pela solidariedade fundada entre os membros da sociedade, que legitima o desejo de se viver em sociedade, a busca pela coesão da sociedade. Na configuração social moderna a modalidade de solidariedade social que se constitui – a solidariedade orgânica – leva ao estabelecimento de um tipo de laço social marcado pela interdependência de funções atribuídas aos indivíduos. Assim, embora se admita um nível de individualização e de diferenciação entre as pessoas, concebe-se uma ligação profunda entre todos em razão da complementaridade de suas funções. Isso explica como a distinção dos papéis femininos e masculinos acaba proporcionando a formação de um tipo de laço social que sustenta o modelo de família de que tratamos até este momento.

Os diferentes tipos de vínculos sociais apresentados por Paugam (2009) – vínculo de filiação, de participação eletiva, de participação orgânica e de cidadania – propiciam diferentes possibilidades para que os indivíduos definam seus pertencimentos. Isso pode ser interessante para se compreender o tipo de engajamento dos indivíduos no projeto de constituir família.

Embora para esses entrevistados as relações amorosas, que sustentam a concepção de família moderna, sejam de um tipo de vinculação eletiva, isto é, escolhidas pelas pessoas e não impostas, elas têm uma relação direta com outras formas de vinculação de cada sociedade. O valor social atribuído ao casamento e à procriação, à família como um todo, não se estabelece independentemente das outras formas de vinculação social possíveis. Por isso, os planos dos indivíduos de

formar uma família, casar-se, ter filhos, estão ligados às funções atribuídas a estes vínculos na sociedade.

Pelo que se pode observar através dos discursos analisados, o vínculo familiar era muito valorizado no contexto trazido por suas narrativas. Uma forte padronização das trajetórias de vida dos indivíduos fazia da família um espaço de realização de homens e mulheres. Nesse sentido, lançar-se “automaticamente”, “naturalmente” ao projeto de constituir uma família indica a centralidade dos vínculos familiares na sociedade naquele contexto, de modo que o pouco questionamento daquele padrão instituído pode ser atribuído ao tipo de laço social fundado.

6.3.

Abalando os padrões

A análise dos discursos das pessoas da geração mais velha apontou, além de uma forte padronização das trajetórias de vida dos indivíduos e da afirmação do modelo de família conjugal moderna, a emergência de questionamentos sobre valores, comportamentos, normas sociais, instituições, etc. O movimento contra a ditadura no Brasil acabou gerando uma intensa mobilização e participação da população em causas políticas, o que, segundo Almeida & Weis (2010), se desdobrou na invasão da vida familiar por assuntos ligados à política, ou seja, na politização da vida doméstica. Assim, num contexto de aprofundamento do processo de modernização das cidades brasileiras, tornava-se propícia a indagação de práticas tradicionalistas e conservadoras, contrárias à lógica moderna, que persistiam na sociedade.

No que diz respeito às mudanças no laço social, pode-se dizer que a penetração de valores individualistas na sociedade brasileira, parte inevitável do processo de modernização brasileira, levou a uma diminuição do grau de submissão do indivíduo às convenções sociais. Isso pode se explicar pelo surgimento do movimento de contestação dos padrões socialmente impostos. Naquele contexto social, os diversos questionamentos políticos refletiam e ao mesmo tempo alimentavam uma mudança no laço social. Conforme Elias (1994), uma maior possibilidade de individualização nas sociedades reflete na balança Eu-Nós do laço social. Forte institucionalização na sociedade pressupõe uma maior

ênfase ao elemento “Nós” da balança, enquanto que a individualização faz os ponteiros penderem mais para o “Eu”.

Tudo isso repercutiu nas formas de engajamento dos indivíduos em seus percursos de vida e na importância reservada às relações familiares. Pondo sob questionamento os automatismos, a naturalidade com que até então homens e mulheres conduziam seus destinos, abriam-se caminhos para que se iniciasse o processo de individualização das trajetórias de vida e, conseqüentemente, de descentralização do casal na concepção de família.

6.3.1.

Questionamento dos padrões

Como se pode ver nas falas de Elias e Alda, a politização da vida privada levava justamente ao questionamento e à desnaturalização dos padrões sociais:

“A nossa geração foi muito intelectual. A gente questionava tudo. Tudo era discutido à exaustão. Ao contrário de hoje. (...) O processo era de questionamentos políticos, quebra de ditadura, visão democrática, consolidação de instituições. Toda essa coisa social, entendeu? Questão de casamento. Se casava e ficava infeliz no casamento? Por que não se separava? Por que isso? Por que aquilo? Por que que mulher não trabalhava? Eram questionamentos, uma base de questionamentos o tempo todo. Tudo era questionado, inclusive a questão religiosa. (...) era um preconceito da nossa geração também.”(Elias, 65 anos, separado)

“Era o que eu costumava dizer na época: ‘é ditadura no Brasil e é ditadura dentro de casa. Eu não aguento. Uma eu posso me livrar. A outra eu não posso, né?’ E ia a movimento estudantil, ia a passeata, ia a tudo. Então, eu resolvi que ia sair de casa, né?” (Alda, 65 anos, casada)

A atitude questionadora e contestadora de algumas pessoas desta geração abriu espaço para que ocorressem transformações significativas nos padrões

sociais de uma forma geral, entre eles aqueles padrões relacionados à forma com que a vida familiar se constituía, tendo como centro o casal e a divisão dos papéis sexuais dentro de casa e na sociedade. O casamento seguido do nascimento dos filhos era um padrão tradicional de família instituído e naturalizado no Brasil através do discurso higienista no início e meados do século XX. Como afirmam Mello & Novais (2010), Rocha-Coutinho (1994), Costa (1989), Maluf & Mott (2008), tratava-se de um padrão que reproduzia em muitos sentidos uma postura contrária ao valor da igualdade e aos princípios da modernidade e que foi, portanto, combatido à medida que a individualização da sociedade avançava.

Então, pode-se dizer que os questionamentos vividos nesta época representavam uma revisão dos valores sociais e resultariam no reposicionamento dos sujeitos frente aos costumes tradicionais.

6.3.2.

Divórcio

Numa época em que as expectativas em relação ao casamento ainda eram a de que durassem “para sempre”, algumas pessoas dessa geração viveram a experiência do divórcio.

“Ah, eu esperava (que o casamento durasse para sempre), sim. Esperava. Mas depois a situação começou a ficar num ponto tal que não dava mais. Então, a gente resolveu se separar, cada um tomou seu rumo.” (Sérgio, 69 anos, casado pela 2ª vez)

Tratava-se do início da escalada de uma nova realidade. Como muitos autores e estatísticas demonstram, desde os anos 1970, sobretudo a partir dos anos 1980, houve um enorme aumento no número de casamentos que acabaram em divórcio (Berquó, 1989; Jablonski, 1998; Singly, 2007; Segalen, 2008).

Como demonstram as falas de alguns dos nossos entrevistados, o acontecimento do divórcio naquela época sinalizava mais do que o fim inesperado de um relacionamento. Caía por terra também um modelo de casamento e de família e de um padrão de trajetória de vida.

“Nos separamos. Fomos uns dos primeiros, nem tinha divórcio. O divórcio veio naquela época. Fomos um dos primeiros casais a divorciar, o que é outro problema. A gente não tava preparado nem pra casar, nem pra se separar. A sociedade... Você só podia ser considerado uma pessoa feliz se fosse casado, se tivesse família. Se não, você era um... marginal como outro qualquer. Desquitado. Mulher, então, pior ainda. Era puta. Mulher que separava, não serve. Entendeu? Era muito rígido. Antigamente a coisa era muito complicada. Mas nós nos separamos e eu vim pro Rio.” (Elias, 65 anos, separado)

“Então, quando aconteceu essa coisa (a separação), tinha literalmente tirado o meu chão. Aí eu fiquei péssima, descobrindo que havia maldade no mundo. Como é que eu vou fazer sem o marido do lado? Como é que eu vou crescer? E agora?(...) Como que eu vou... Existe esse lado da vida? Existe esse lado de eu ficar sozinha? Como que é? Com 3 crianças? Pré adolescentes, que depois adolesceram? Que depois começaram a sair, começaram a namorar, e eu sozinha? Como é que é essa história? Né? Ninguém me ensinou. Não existe escola pra isso. Né? (...) Aí me deixou completamente desarmada. Eu não tava nunca preparada pra separação. Por toda a minha criação e inclusive porque o meu casamento era bom. Não era perfeito, mas era bom.” (Francisca, 65 anos, separada)

“A gente não estava preparado pra se separar”, “tiraram o meu chão” são trechos que indicam que a separação era vivida como uma ruptura no padrão de trajetória de vida baseado no modelo de “casamento para sempre”. Num contexto em que se esperava que os casamentos durassem até a morte, o seu fim colocava em questão muitas outras coisas que se pressupunha ser verdade, como, por exemplo, que era impossível ser feliz sem ser casado (a), que mulher divorciada era moralmente desqualificada, que criar três crianças sem um marido ao lado não era uma realidade possível dentre outras.

O casamento, como aponta Segalen (2008), era a forma socialmente legítima de se fundar uma família neste contexto. E era também um importante marcador nas trajetórias de vida de homens e mulheres, que almejavam ocupar suas posições na sociedade conforme o que era instituído: ser provedor da família, no caso dos homens, e rainha do lar, no caso das mulheres. E juntos fundariam uma família.

Deste modo, o advento do divórcio pode ser considerado como um elemento desestruturador da concepção de família “centrada no casal”, relacionado também com o surgimento de novas possibilidades de trajetórias de vida para homens e para mulheres.

De fato, parece ser unanimidade entre os estudiosos da família a importância do divórcio como evento fundamental para as “turbulências” que alcançaram o âmbito da família neste fim de século XX. Ele colocou em xeque as bases da combinação conjugal que sustentava a concepção de família.

Mas o advento do divórcio aconteceu dentro de uma conjuntura associada também a outras transformações: ao igualitarismo das relações, decorrente da queda do poder do patriarca sobre seus entes familiares; à escolarização da mulher e sua marcha em direção ao mercado de trabalho e à independência financeira; ao declínio do padrão “mulher dona-de-casa” X “homem provedor”; à escalada de valores como autonomia e emancipação do indivíduo na sociedade; à preservação e reivindicação da individualidade nas relações; ao aumento da expectativa de vida; aos avanços da medicina e outras ciências, que permitem que se desfrute de atributos da juventude até idades mais avançadas; e às diferentes expectativas direcionadas à vida do casal – tudo isso contribuiu para que divórcios acontecessem (Jablonski, 1998; Rocha-Coutinho, 2006; Singly, 2007; Segalen, 2008; Lash, 1991; Sarti, 1995).

Portanto, o que se observa é que, já naquele contexto, anunciava-se uma transformação muito importante na sociedade, apontando em direção à individualização da sociedade e da família e à despadronização das trajetórias de vida tanto para os homens como para as mulheres (Cavalli, 2003).

A crescente perda de sentido do ideal da “família feliz” e da idéia de “até que a morte nos separe”, a possibilidade de um dia poder romper – ou ver rompido – o casamento – tudo isso mudava por completo o sentido do vínculo conjugal. Enquanto até a primeira metade do século XX casar-se significava ter

filhos e constituir família, a partir dos anos 1960, 1970, 1980, até hoje, as pessoas passaram a esperar mais de um casamento. Além de filhos, esperam encontrar paixão, felicidade, realização pessoal, cumplicidade e companheirismo (Jablonski, 2009).

A fala de Gilda explicita justamente um posicionamento contrário a esse de casar-se simplesmente para seguir os padrões sociais, como se pode ver:

“Aí, pra casar tem que gostar, né? (...) Não ia casar também com qualquer um. Casar por casar, isso eu nunca quis. Eu prefiro ficar solteira. Olha, a maioria das pessoas, muita gente casa pra não ficar solteira. Mas isso aí eu nunca quis. Pra mim, pra eu casar, teria que gostar muito. E teria que ser uma pessoa muito legal. Qualquer um, eu prefiro ficar sozinha.”(Gilda, 63 anos, solteira)

A reivindicação do amor no casamento pode ser entendida como uma tentativa de oposição à idéia do casamento como um padrão socialmente imposto, a ser seguido automaticamente pelas pessoas. Encontrar no amor uma razão pra se casar é ter uma razão essencialmente pessoal para se casar, o oposto de tomar a decisão de se casar em função de um modelo social, sem que os indivíduos tivessem a possibilidade de escolher seus próprios destinos.

Então, o argumento do amor aponta uma ampliação no horizonte de possibilidades dos indivíduos. Indica que, apesar do padrão de família e de trajetória de vida da época, o indivíduo vai considerar seus sentimentos pra decidir se quer se casar ou não. Este novo posicionamento está relacionado à valorização da singularidade do indivíduo e à centralidade do parceiro amoroso para a legitimação do “eu” (Féres-Carneiro e Magalhães, 2003).

Como afirma Kaufmann (2007a), o amor apaixonado, sentimento a ser revelado, está relacionado à afirmação de um “eu” autêntico na relação conjugal. Como lembra Diehl (2002), esse sentimento desestabilizou o modelo de casal calcado na assimetria dos gêneros e reposicionou homens e mulheres na dinâmica da conjugalidade. Portanto, isso reflete uma mudança na lógica de vinculação social, onde, mais o individualismo se afirma dentre os valores da sociedade, mais aumentam as possibilidades de escolha dos indivíduos.

6.3.3.

Escolhas

Afirmam autores como Segalen (2008), Kaufmann (2007a), Singly (2007) que o casamento vem se tornando uma realidade cada vez menos institucionalizada. Afirma Cavalli (2003) que o curso da vida vem também se tornando menos padronizado. Abre-se aos indivíduos possibilidades de escolhas em suas vidas.

Nas falas de Alfredo e Alda, pode-se ver que a decisão do casamento se fez a partir de uma reflexão individual, entre dois indivíduos. Para ele, o importante era o estar junto, embora depois eles tivessem oficializado a relação segundo as normas sociais, como se pode ver:

“Eu não tava pensando muito em casamento, mas em ficar junto. Depois, naturalmente, começamos a pensar. Porque, modernamente, o casamento às vezes é um detalhe que vem com os filhos, mas naquela época, não. Na verdade pouca gente vivia junto sem compromisso assinado. E aí, resolvemos nos casar, mas já tendo morado juntos um tempo.” (Alfredo, 67 anos, casado)

Para Alda, a decisão do casamento foi tomada porque ela queria viver junto com o namorado num momento em que ela queria ter sua própria vida. Ela tinha o sonho de entrar na igreja de véu e grinalda, um padrão da época, mas este seria um ritual investido de significados inteiramente pessoais, como se pode ver logo abaixo:

“Aquele sonho de entrar na igreja, de véu e grinalda, eu tinha. Embora não tivesse religião nenhuma, mas pra mim aquilo era uma festa (...) Então, eu pensava na época que era muito bom poder viver com ele, porque a vida na casa da minha mãe tinha se transformado num inferno completo. Então, era muito bom eu estar livre, dona da minha vida, dona da minha casa, com a pessoa que eu gostava.” (Alda, 65 anos, casada)

Da mesma forma, a decisão de ter filhos pode ser reflexiva. Para Alfredo e Alda, ter filhos não era uma consequência automática do casamento, não estava relacionado ao desejo de corresponder a algum padrão familiar, mas decorria do desejo individual de passar pela maternidade ou paternidade. Admitindo a possibilidade de o casamento não dar certo, eles passaram por uma fase de ajustamento da vida conjugal para, então, ter filhos. Eles entendiam que, para que tivessem filhos, era necessário consolidar a relação conjugal, vislumbrar uma relação duradoura. Assim, os filhos poderiam entrar em suas vidas.

“Porque enquanto tava no início a gente, tanto eu quanto ele, tinha muito medo de ter filho e não se encaixar. Que a gente tava brigando, tava brigando, tava brigando. ‘bom, se a gente se separa com um filho, vai ser mais um problema pra pensar’. Quando a gente chegou à conclusão ‘não, é isso que a gente quer, a gente quer estar junto’, a gente já tava com 3 anos de casados. Aí eu não conseguia engravidar. Parei de tomar pílula e não conseguia engravidar de jeito nenhum, de jeito nenhum. Até que eu engravidei. A gente já tava casado há 6 anos quando eu tive o primeiro filho. E aí foi, e a gente viveu felizes para sempre. Haha.” (Alda, 65 anos, casada)

Ao que parece, Alda, ainda que discretamente, estava referida ao padrão de família “centrada no casal”. A idéia de “viver felizes para sempre” se realizou com o nascimento dos filhos, após um período de ajustes e consolidação do compromisso conjugal. Mas o que é diferente na sua fala em comparação com as de outras mulheres é a possibilidade de escolha de permanecer casada ou não, de ter ou não filhos.

“A gente queria casar, casamos, levamos 5 anos sem ter filhos. Não queríamos, porque a nossa sensação era de que filho não deve manter um casamento. Filho é uma consequência do casamento. E a gente tinha uma noção de que no casamento a gente ia ainda se conhecer durante um período, né? Não é se escolher pra casar. Depois se reescolher depois que casa pra ver se quer continuar casado. Tivemos umas crises de escolha, tivemos quase separados por um período

pequeno, depois chegamos à conclusão de que era isso mesmo que nós queríamos. Aí nós quisemos filhos.” (Alfredo, 67 anos, casado)

Desta forma, já se pode vislumbrar uma transformação da concepção de família centrada no casal. A decisão de ter filhos foi tomada tendo como parâmetros a estabilidade do casal, mas aí já existe a possibilidade imaginada do casal “não se acertar” e não seguir existindo “para sempre”. Nesse caso, os filhos não seriam desejados, pois se tornariam um vínculo indesejável entre eles. Na fala de Alfredo, embora quando ele diz que “filho é uma consequência do casamento” estejam implícitos valores da concepção de família que tem como centro o casal, já aponta para um certo distanciamento do modelo de família da época, com a introdução da possibilidade de “escolha” dos indivíduos sobre suas vidas.

Já a fala de Antônia nos mostra outra opção possível: a escolha por não se casar e não ter filhos. Mesmo que o padrão social destinasse a mulher a se casar e ser dona-de-casa, ela não se obrigou a casar:

“É, quando eu tinha 20 anos que a minha mãe morreu, né? Eu tava noiva, do 2º noivo. Já tava noiva de outro. Fiquei noiva de um médico. Mas, eu acho que eu fiquei noiva mais assim pra ter um apoio. Que a minha mãe tava com câncer, tudo, já tava mesmo pra morrer. Mas eu não gostava dele, não. Terminei. Eu também não quis casar com ele. (...) O outro (noivo), eu era muito nova. Eu tinha 15 anos, 16. E eu comecei a achar que eu tava muito nova ainda pra casar. Então, eu terminei. Naquela época eu tava cheia de pretendentes. Tinha uma porção de rapazes interessados em mim. Aí eu tava me achando o máximo. ‘Eu, ficar presa a um homem só? Não’. Queria namorar uma porção. (...) E eu namorei bastante. Mudava pra um, pra outro, até que eu fiquei noiva desse médico. Com 18 anos eu fiquei noiva, mas também não quis ficar com ele, não. Quis continuar namorando. (...) Eu não gostava dele. Ele era ótimo, apaixonadíssimo por mim. Uma família ótima de São Paulo. Mas eu não gostava dele. Não gostava mesmo. Aí, pra casar tem que gostar, né?”

“Queria outra coisa. Eu queria namorar e conhecer outras coisas. Eu acho que no fundo eu não queria ser aquela dona-de-casa que ele (um

de seus namorados) *tava pretendendo que eu fosse. Eu fiquei meio revoltada.*” (Antônia, 63 anos, solteira)

A idéia de que “pra casar tem que gostar” explicita essa outra lógica das relações familiares que esta geração fez surgir, dentro da qual o casamento deixava de acontecer de forma automática, padronizada, realizando-se como consequência de desejos e interesses individuais, uma possibilidade entre outras para os indivíduos.

Uma outra escolha que se abre aos indivíduos com a escalada do individualismo na sociedade diz respeito ao trabalho para as mulheres. Esta é uma transformação muito significativa, pois acredita-se que as transformações das relações familiares nas últimas décadas estão estreitamente ligadas às mudanças ocorridas na relação entre família e trabalho. Lúcia diz o seguinte:

“Pra você ter uma idéia, eu to com 65 anos feitos agora. Eu saí de casa com 19 num Rio de Janeiro que mulher que saísse de casa era puta. Saí por várias razões, mas eu já me sustentava de alguma forma. Provavelmente... na minha família, por exemplo, nós somos 5. Eu sou a mais velha, todos saíram de casa pra casar. Eu saí cedo pra trabalhar e tentar ajudar minha mãe porque a gente tinha muita dificuldade. Não sei se muita, mas pra minha mãe era muita. Ela fazia disso um..., né? (...) Então, acho que uma das coisas que ... foi realmente querer ter o meu próprio sustento, poder não ter aquela condição, de viver preocupada com aquilo e poder inclusive ajudá-los se fosse o caso. (...) Nunca passou pela minha cabeça que as pessoas não estudassem ou fizessem universidade. Pra mim, todos, é obrigatório, assim como é obrigatório você ficar adulto, é obrigatório você estudar. Não passava pela minha cabeça não trabalhar. Então, o compromisso com o social, você realizar alguma coisa no mundo é muito importante. Então, nunca passou pela minha cabeça, nem pelos meus desejos, ter filhos, ter família, casar. Eu nunca casei. Então, não é que fosse “ah, isso é péssimo”, não. Não é péssimo. Apenas eu não penso nisso. E aí a vida foi conduzindo de uma forma...” (Lúcia, 65 anos, casada)

Colocar o trabalho no centro da vida de uma mulher só é possível quando se tem reconhecido socialmente e subjetivamente seu direito de escolha, pois, como afirmam diversos autores, desejo de trabalhar, desejo de reconhecimento profissional, desejo de independência financeira foi durante muitos anos associado à essência masculina, não à feminina. Como afirma Almeida (2007), na realidade das mulheres das classes médias, o trabalho passaria a existir a partir dos anos 1960, revestido de um sentido emancipatório, como um projeto individual, quando já era posto sob questionamento o padrão da “mulher esposa-mãe-dona-de-casa”.

Embora, mais tarde, Lúcia até tenha se casado e tido filhos, sua fala é um testemunho da abertura das possibilidades de vida para as mulheres, fazendo do trabalho um lugar de realização pessoal. Ocorria, assim, não somente a transformação dos modelos de família, como também de trajetórias de vida instituídas.

A despadronização das trajetórias de vida seguida pelos indivíduos, como aponta Cavalli (2003), se faz pela flexibilização de parâmetros que eram anteriormente empregados de maneira rígida visando à regulação do curso de vida. Seria justamente esta a consequência de tantos questionamentos: o aumento das possibilidades de escolha dos indivíduos na condução de suas vidas; a perda de poder de influência de tradições; a conquista de um lugar para o indivíduo nas relações que o permita ocupar o centro de suas vidas.

O discurso da igualdade entre os indivíduos inspirou o questionamento da divisão dos papéis sexuais na sociedade na geração mais velha. Este é um fato relevante para a transformação das trajetórias de vida em contexto de individualização, como ressalta Widmer et al (2006). A existência de dois padrões de trajetórias de vida – uma para homens e uma para mulheres – é constante nas diversas sociedades, obedecendo à lógica de distinção da participação social para cada sexo. Mas, a tendência no contexto contemporâneo é que trajetórias masculinas e femininas se aproximem, tornando-se mais parecidas.

Como se pode ver nesta análise de discursos, para a geração mais velha, o padrão social estabelecia uma grande diferença entre os discursos de homens e mulheres sobre suas preocupações na vida e, justamente, essa diferença estava relacionada aos diferentes lugares ocupados por eles na família e na sociedade.

Assim, o fato de algumas mulheres começarem a dar importância ao trabalho e à realização profissional indica possibilidades de variação dentro de um modelo social em que homens e mulheres se comprometiam diferentemente com trabalho e família. Novos parâmetros se apresentavam, então, para influenciar o engajamento dos indivíduos no plano de constituir uma família (Féres-Carneiro & Magalhães, 2005; Féres-Carneiro & Ziviani, 2009), de modo que o vínculo que se forma num casal comporta a idéia de independência financeira entre parceiros, não sendo mais o contrato do casamento a única forma de realização das mulheres.

6.4.

Um modelo de trajetória de vida centrada no indivíduo e a descentralização do casal nas novas concepções de família

Como consequência dos diversos questionamentos vividos pelas pessoas da geração anterior, as pessoas das gerações posteriores nasceram e viveram em uma sociedade com padrões sociais já bastante transformados. Verifica-se entre elas, em primeiro lugar, um discurso masculino e feminino mais igualitário, no que diz respeito à circulação de homens e mulheres pelos espaços da família e do trabalho. Isso confirma os apontamentos de Cavalli (2003), quando ele afirma que uma especificidade do contexto contemporâneo é que as trajetórias de vida masculinas e femininas tendem a se aproximar, a se tornar mais parecidas, embora diferenças marcadas por antigos padrões não tenham desaparecido completamente.

De fato, observou-se nesta pesquisa que, para esta nova geração, os discursos dos entrevistados e das entrevistadas são mais parecidos no que diz respeito a suas aspirações e preocupações. Tanto para os homens como para as mulheres há um forte desejo de alcançar a independência financeira e realizar-se profissionalmente, o que demonstra um afastamento do padrão social que associava feminilidade à vida familiar e masculinidade à vida pública.

A abertura do mundo do trabalho às mulheres e do mundo da família aos homens, além de desestabilizar um padrão de trajetória de vida baseado na assimetria de gêneros, anuncia a formação de outro padrão de trajetória de vida que permite uma maior margem de manobra dos indivíduos sobre suas vidas,

acompanhada da demanda de independência dos indivíduos em seus relacionamentos. Isso ilustra o que Cavalli (2003) denomina como institucionalização de trajetória de vida individualizada. A desinstitucionalização de um modelo de trajetória de vida que tinha padrões rígidos estabelecidos dá lugar a outro modelo, menos padronizado, mais flexível, que tem como centro o indivíduo.

Uma segunda consequência que os questionamentos vividos pela geração anterior deixaram para as gerações mais jovens – que é uma consequência, também, da individualização dos modelos de trajetórias de vida - é a descentralização do casal na concepção de família. A desarticulação de um padrão de assimetria de gêneros socialmente estruturado abalou o padrão de família que tinha o casamento como uma relação duradoura e inseriu a “liberdade individual” como ingrediente dos laços familiares (Singly, 2000; 2007). Diante disso, como afirma Segalen (2008), o casal vem deixando de ser o núcleo fundador da família e passando a ter os filhos como o vínculo mais importante.

6.4.1.

Diminuição das assimetrias de gênero e apelo à autonomia individual

Uma diferença entre os discursos das pessoas das duas gerações entrevistadas diz respeito à disparidade anteriormente existente entre as preocupações apresentadas pelos homens e pelas mulheres. Para a geração mais velha, era uma preocupação dos homens ter um trabalho que o possibilitasse sustentar uma família e das mulheres poder engajar num bom casamento, mesmo que elas estivessem cursando a universidade.

De acordo com os discursos das pessoas da geração mais jovem, tal distinção entre as preocupações de homens e mulheres não foi constatada. Ao contrário, observou-se uma grande coincidência da preocupação com assuntos do mundo do trabalho tanto para eles quanto para elas. Parece então que, atualmente, tanto os homens quanto as mulheres se preocupam com seu sustento e buscam uma forma de ganhar um bom salário e ser financeiramente independente.

Isso vai ao encontro dos resultados da pesquisa realizada por Féres-Carneiro, Seixas & Ziviani (2006) que indicaram ser uma prioridade nos projetos

de vida de jovens, homens e mulheres, o investimento na vida profissional e a busca por estabilidade financeira.

Como se pode ver no discurso de Lígia, o trabalho é uma preocupação para ela, pois é o meio de garantir o seu sustento e a sua independência financeira.

“É uma fase um pouco difícil porque eu me formei e quando a gente se forma a gente espera que consiga um emprego dentro da nossa área muito rápido. E o país inteiro tá em crise, o mundo inteiro tá em crise, e tá muito difícil conseguir alguma coisa dentro do que eu quero. Eu tô trabalhando, mas não é no que eu quero. Quero trabalhar com meio ambiente. Isso em termos profissionais (...) Eu adoro estudar, mas nem sempre a gente tem que fazer o que a gente gosta. Às vezes tem que pensar também um pouco no nosso futuro. Essa é a parte profissional do meu momento. (...) Então a minha preocupação no momento é essa. É me estabilizar financeiramente e encontrar alguma coisa que me satisfaça ou não. Porque, quem disse que a gente trabalha pra curtir? Não, às vezes a gente trabalha pra ganhar dinheiro e pra comer, sei lá” (Lígia, 33 anos, solteira)

A mesma preocupação tem Flávio: encarar um mercado de trabalho difícil para poder crescer na profissão e ter o seu sustento.

“Bom, eu me encontro dentro de uma classe social... classe média no caso. Então a gente tem uma certa dificuldade de... como eu posso dizer... de progredir. Dificuldades que eu digo de trabalho, é uma competição muito grande, principalmente agora que a Ed. Física que é uma atividade que tá crescendo no trabalho. Muita gente. E a concorrência é grande... de alunos dentro da academia, conseguir um lugar legal pra trabalhar, conseguir um pagamento bom e aí você ter o seu cantinho. Que tá difícil. Hoje não tá fácil.”(Flávio, 31 anos, solteiro)

A preocupação destes jovens-adultos de hoje com sua independência financeira está diretamente relacionada ao desejo de terem uma vida

independente, sustentando-se plenamente, tendo sua própria casa, como se pode ver na fala de Daniela e Gabriel:

“E aí foi engraçado porque quando eu aluguei o apartamento deu um sentido no meu trabalho, tipo assim, porque agora eu preciso mesmo daquele dinheiro sabe? Ele me proporciona coisas que eu quero ter. Já era assim, mas era mais solto. Eu juntava, gastava ali, fazia uma viagem. Agora, não. Se isso for embora, a casa também vai, sabe? Então, meio que deu um sentido outro pra minha vida, assim, porque tá diretamente relacionado com essa coisa de independência de fato, sustentar um lugar que é meu. Algo que só é possível por causa disso.” (Daniela, 28 anos, solteira)

Gabriel também deseja ter independência financeira:

“... eu gostaria de ter uma independência total. (...) assim, eu gostaria de pagar minhas próprias contas. Eu não pago meu plano de saúde, por exemplo. Não sei, eu acho, eu gostaria de saber que eu sou auto-suficiente. Ninguém é auto-suficiente, mas pelo menos em algum sentido, né? Financeiro, que seja. Mas pelo menos foi um passo.” (Gabriel, 27 anos, solteiro)

Observa-se o comprometimento de homens e mulheres com o trabalho visando à independência financeira e pessoal. Para os homens da outra geração, a independência financeira já fazia parte de suas preocupações. Mas para as mulheres, não. A responsabilidade pelo sustento do lar era dirigida mais aos homens do que às mulheres, de modo que para elas a preocupação maior era a de encontrar um bom marido e realizar bem as atividades reservadas às mulheres – cuidar da casa e dos filhos -, mesmo que conciliando com algum trabalho.

Para as mulheres da geração mais jovem, a idéia de ter uma profissão está relacionada à idéia de poder se sustentar, ganhando seu próprio dinheiro. Diferentemente da outra geração, em que o trabalho das mulheres era visto como um acessório para a família, para esta geração ele é a garantia de sustento e de

independência que elas têm. Por isso, elas investem cada vez mais na profissão, em busca de bons salários e também de realização profissional.

A fala de Carla, logo abaixo, também ilustra o comprometimento da mulher com o trabalho no cenário da contemporaneidade, algo não muito comum para as pessoas da geração anterior:

“Quando eu comecei a fotografar, com 18 anos, isso me deu um desespero muito grande. Porque eu não sabia como é que ganhava dinheiro. (...) Porque aí você pensa que... eu tinha 18. Se em 10 anos eu não desse certo, eu fazia um concurso público. (...) Então, eu vou fazer um cursinho, vou passar num concurso público, vou ganhar meu dinheiro e aí fotografia vai virar hobby. Mas aí eu dei exatamente esse prazo. Quando, com 26, deu uma quebra na minha carreira de fotógrafa, eu entrei em pânico. Porque, com 26 eu parei de poder me bancar. Com 24 eu tava me bancando super bem, com 26, quando eu fiz essa mudança, me ferrei. E eu falei, ‘cara, talvez daqui a 2 anos eu tenha que abandonar isso’. E no ano seguinte tudo voltou ao normal, foi tudo bem, tal. Então, eu tenho planejamento, mas meu planejamento é 100% voltado pra minha carreira. (...)Então o meu projeto é, obviamente, estar ganhando bem, o que é claro. (...) O meu planejamento é esse. O meu planejamento é tentar colocar o que eu tenho hoje e fazer isso se multiplicar.”(Carla, 32 anos, solteira)

A preocupação de Carla em se estabilizar financeiramente, toda a programação feita por ela para que pudesse alcançar isso e, agora, o desejo de continuar crescendo na profissão e ganhar mais dinheiro indicam uma significativa transformação no modo de inserção da mulher na sociedade.

A ambição da mulher no trabalho formal é algo relativamente novo na nossa cultura e remete à desconstrução do padrão fortemente incorporado à nossa sociedade da imagem da mulher como destinada a ser mãe-esposa-dona-de-casa, dependente financeiramente do marido, e do modelo “homem-provedor e mulher dona-de-casa” (Rocha-Coutinho, 1994; Costa, 1989; Maluf & Mott, 2008). A incorporação de valores individualistas e igualitários propiciou um movimento de questionamentos e contestações dos padrões estabelecidos, os quais foram

reconhecidos como mecanismos de cerceamento das possibilidades de existência da mulher. Portanto, a ida da mulher ao mercado de trabalho, a conquista de sua independência financeira e pessoal, bem como sua identificação com o trabalho representa a libertação das mulheres de um padrão opressor, num contexto de valorização da produtividade – algo que começou a acontecer nas histórias de mulheres das gerações anteriores.

A próxima fala, de Rafaela, é também bastante ilustrativa desse processo de desconstrução do modelo de mulher “dependente do marido”. Ela conta:

“o Ricardo (namorado dela), por exemplo, que tá comigo... Ele é um tipo de pessoa que eu não espero dele... eu espero, óbvio, que ele divida a conta comigo, mas eu não espero que ele me ultrapasse financeiramente porque, assim, eu acho até que é do gênio da pessoa. Ele trabalha com web design, mas ele é mais relaxado do que eu. Eu, não. Eu acho que eu tenho mais garra pra correr atrás do que ele. Eu acho até que muito do nosso relacionamento, muitas vezes, muitas coisas sou eu que vou bancar porque eu quero, entendeu? E eu não espero dele que... vamos dizer que eu tô trabalhando, eu quero ir para um restaurante bom um dia. Ele pode falar “eu não tô podendo dar dinheiro, não”. Tudo bem, eu vou e banco.”(Rafaela, 34 anos, solteira)

Para ela, o fato de alguém arcar mais os custos da vida não depende do sexo, do fato de ser homem ou mulher, mas de características pessoais de cada um. Isso demonstra um significativo grau de afastamento das referências que guiavam as pessoas das outras gerações, no que diz respeito às assimetrias de gênero e aos papéis sociais rigidamente impostos a homens e mulheres.

Poder não esperar dos homens a postura do homem-provedor ilustra o que muitos autores apontam: que a transformação do lugar social da mulher provoca também uma transformação naquilo que se espera dos homens, em todas as esferas, inclusive a da intimidade, com os homens sendo introduzidos ao mundo da afetividade (Rocha-Coutinho, 2000; Teykal & Rocha-Coutinho, 2007; Gomes & Resende, 2004; Giddens, 1992).

Nesse contexto, as preocupações financeiras tocam agora homens e mulheres no que diz respeito aos planos de ter filhos. Passa a ser responsabilidade de ambos o sustento dos filhos. Por isso, como se pode ver nos discursos de Lucas e Lígia, a situação de trabalho e estabilidade financeira têm grande relevância para determinar o momento de ter filhos:

“Olha, hoje, hoje em dia, meu grande sonho era ter um filho. Esse é meu objetivo. Era ter um filho. Mas, devido a alguns planejamentos aí financeiros, hoje em dia eu não posso.” (Lucas, 27 anos, casado)

Para Lígia, ter condições financeiras boas é importante para assegurar aos filhos um bom nível de educação:

“Só que outra coisa que eu penso muito é na segurança financeira, que é muito importante para as crianças. Eu nunca teria um filho se eu tivesse recebendo mal, num momento financeiro ruim, porque... o que eu quero pro meu filho? Educação, que é uma coisa extremamente cara, viagens, experiência de vida, entendeu? Tudo que eu tive... Muitas das coisas que eu tive, eu corri atrás. Não foram-me dadas pelos meus pais. Mas eu queria poder... Não quero que os meus filhos tenham que se virar, ou meu filho... sei lá quantos serão... tendo que se virar pra correr atrás de tudo, como eu corri muito durante a minha vida, em termos de experiência, de sair de casa...” (Lígia, 33 anos, solteira)

Então ter segurança financeira antes de ter filhos aparece como algo importante. Sustentar a família não é mais uma responsabilidade que recai exclusivamente sobre os homens, como era anteriormente. Hoje, é uma preocupação também para as mulheres, que não vêm mais os assuntos do trabalho como sendo de segundo plano na sua vida.

Outra diferença importante nos discursos desta geração em relação à geração mais velha é que o trabalho se tornou um espaço importante de realização pessoal tanto para homens como para mulheres. Isso significa que, para além do sustento pessoal ou familiar, o trabalho se converte em valor para o indivíduo,

sinalizando, mais uma vez, uma ruptura com padrões que predestinavam mulheres ao lar e homens ao trabalho. Isso é muito interessante de se observar, sobretudo através das falas das mulheres, que é onde se encontram as diferenças mais marcantes entre os discursos das duas gerações.

Assim, na fala de Gustavo trabalho é fonte de realização não só financeira, mas também pessoal:

“Tô trabalhando em uma indústria que fabrica produtos odontológicos, uma coisa meio exótica. Mas, assim, o meu dia a dia é muito parecido com o dia a dia de executivo porque eu trabalho num escritório, com orçamento, e tem muitas similaridades. E, assim, eu gosto de fazer. Eu não me vejo, assim... as pessoas pensam isso: ‘o Gustavo largou o cinema, foi pro escritório trabalhar com administração por causa do dinheiro. É um trabalho assim muito chato.’ Não, eu adoro fazer o que eu faço. É muita paixão no que eu faço hoje. E, não sei, é claro que tem coisas chatas, eu tenho estresse também, mas tem coisas assim que eu gosto bastante de fazer.”
(Gustavo, 27 anos, solteiro)

O valor do trabalho aparece na fala de Daniela, quando ela conta do momento de angústia que vive justamente por não saber como se realizar no trabalho que escolheu para si.

“Eu tenho medo de chegar, tipo, aos 40 e tantos anos e ver que eu fiquei fazendo isso, esses trabalhos que não são para mim, sabe? Mas, cara, eu não sei. (...) Mas tem uma questão aí. Na verdade a minha sensação é que eu não amo o que eu faço. Não é uma coisa que eu faça para mim, mas eu também não sei que coisa seria essa. Eu fiquei tão perdida que teve uma época que eu pensei: cara, o meu talento pode ser pra matemática e eu não sei, cara, comecei a ficar desesperada. Tem uma série de coisas no mundo, como é que eu vou descobrir o que que é? Não sei.(...) Eu fico achando que é meio medíocre eu ficar a vida inteira fazendo uma coisa assim pros outros um trabalho que é ok, eu faço, eu consigo fazer bem, mas não me

desperta nenhuma coisa especial. Mas sem saber que coisa seria, assim. Eu acho muito pobre isso, na verdade. Eu me critico muito mas não vejo uma saída muito objetiva e fácil pra essa situação.”
(Daniela, 28 anos, solteira)

Para ela, a profissão é um lugar importante de afirmação de si e de desenvolvimento de seus potenciais – algo absolutamente contrastante com o discurso até poucas décadas vigente, que afirmava ser a mulher naturalmente inapta ao trabalho no âmbito público.

Estes são dois exemplos de como o trabalho se tornou hoje um espaço de realização pessoal para homens e mulheres. Além de independência financeira, almeja-se o reconhecimento pessoal no trabalho e que esse trabalho faça sentido para o trabalhador ou a trabalhadora. Em comparação com o discurso que sustentava a assimetria de gêneros, observa-se que não era comum que as mulheres projetassem suas identidades no trabalho fora de casa. O espaço com o qual elas se identificavam era o espaço do lar, as atividades domésticas. Mas, atualmente, uma outra lógica – a lógica do individualismo - rege a relação trabalho-família e homem-mulher, tornando possível que homens e mulheres transitem por esses espaços.

A entrada da mulher no mercado de trabalho gerou a necessidade de conciliar as tarefas de casa com as demandas da profissão, como diversos estudos vêm apontando (Rocha-Coutinho, 2003; 2005; 2007; Losada e Rocha-Coutinho, 2007; Jablonski, 2009; 2010). A necessidade de programar a maternidade, como já indicou Scavone (2001), bem como a necessidade de reduzir o número de filhos, é um reflexo do novo modelo de família do qual fazem parte mulheres que investem na sua vida profissional.

“Eu já pensei muito em ter um filho de qualquer jeito, mas por esse lado profissional que eu tô te falando, hoje não tem como. Cara, com uma pessoa já é complicado, nessa vida que eu levo sozinha, então... eu ia ter que voltar com minha mãe pra ela cuidar, sabe? (...) Eu posso até ficar viúva grávida, mas, assim, é algo que se eu puder controlar isso não vai acontecer. Por escolha isso não vai acontecer. Eu não vou ter um filho sozinha pra voltar pra casa da minha mãe pra

ela ter que cuidar. (...) Hoje, ter filho fora de casamento, fora de uma coisa assim, não é uma possibilidade, não.(...) Eu teria... pra ter um filho eu teria que arrumar um marido muito muito compreensivo e muito rico. Haha. Porque, cara, eu trabalho de 6:30 da manhã à 11:30 da noite e às vezes eu tenho mais alunos de 'personal'. Eu fico preocupada, que tempo eu vou ter pra essa criança. Eu não tenho tempo nem pra almoçar. Quanto mais assim, essa vida louca e corrida, cada hora tem que dar aula num lugar, como é que eu vou colocar uma criança na minha vida? Mas eu tenho vontade de ter filhos, sabe?" (Patrícia, 28 anos, solteira)

O investimento na vida profissional faz com que exista a preocupação de, no futuro, poder conciliar trabalho e cuidado dos filhos. Muitos estudos (Rocha-Coutinho, 2005; Jablonski, 2010) apontam que, comumente, esta conciliação fica mais a cargo da mulher do que do homem, como resquícios do padrão que associava mulher à vida doméstica e homem à vida pública.

Contudo, a fala de Gabriel demonstra que esta preocupação começa a existir hoje também para os homens, como se pode ver:

"A dificuldade de conciliar trabalho e família? Ah, eu gostaria de ter tempo pros meus filhos e pra minha esposa, viajar com eles e tal e ao mesmo tempo tenho que ficar preparando aula pra 2 cursos, tem que ficar estudando coisas que as pessoas vão fazendo e indo a congressos e... Eu acho que... Não sei... Mas eu acho que não dá tempo. Simplesmente por isso. Quer dizer, dá tempo, dá. Mas você vai acabar fazendo menos de cada coisa, né? Então, talvez você não consiga ser o profissional que você gostaria de ser e/ou o pai que você gostaria de ser. Acho que é isso.

C: Por quê? Que pai e que marido você gostaria de ser?

G: *Que esteja presente, né? Que converse com seus filhos e sua esposa. Que assista televisão juntos, que pergunte o que eles estão fazendo, saber da vida deles, saber se eles estão tendo dificuldades no colégio, se tão namorando ou não tão namorando, participar, dar opinião, coisa que eu não gosto muito de fazer, mas haha, mas tem*

que fazer. Não sei. Dar um bom exemplo pra eles, ser honesto com eles, não sei. Acho que é isso.” (Gabriel, 27 anos, solteiro)

Então, se por um lado as mulheres de hoje conquistaram um novo espaço de realização - o mundo do trabalho -, parece que os homens também começam a encontrar na vida dentro de casa um lugar de importância para sua realização pessoal, que precisará ser conciliada com sua vida profissional.

Isso indica uma importante mudança com relação ao discurso da geração anterior. Para a geração mais velha, a distribuição da ocupação com o trabalho e com o cuidado dos filhos era desigual para homens e mulheres. Elas se encarregavam mais dos assuntos do lar enquanto eles se dedicavam mais ao trabalho. À medida que as mulheres começaram a entrar para o mercado de trabalho, a elas cabia saber conciliar seu papel na família com sua vida fora de casa. Mas, para a geração mais jovem que foi entrevistada, essa é uma preocupação que começa a existir para ambos, homens e mulheres.

É importante assinalar que, embora a fala de Gabriel denote uma intenção masculina de estar mais presente na vida familiar, isso não significa necessariamente uma mudança em relação à divisão das tarefas em casa. O desejo de Gabriel de participar da vida familiar futuramente se refere apenas ao desejo de participar mais da vida dos filhos – conversando, assistindo televisão juntos, querendo saber mais da vida deles - e dar a eles um bom exemplo. Considerando o que indicam as estatísticas de 2005, que em todos os tipos de família a participação feminina nas tarefas domésticas é mais do que o dobro da participação masculina, então pode-se observar na fala de Gabriel indícios de mudança, mas também de permanência de valores tradicionais no que diz respeito à vida familiar.

Por isso, é interessante considerar que para cada gênero, a preocupação em conciliar trabalho e cuidado dos filhos tem um sentido diferente. No caso das mulheres, essa conciliação existe há algumas décadas, advindo da crescente necessidade da mulher garantir sua independência e seu sustento. Mas era o comum que a vida familiar estivesse em primeiro lugar em suas vidas, como um eixo de sua identidade historicamente afirmado. Assim, a rotina do trabalho não podia atrapalhar suas atividades mais importantes, que eram justamente aquelas desempenhadas dentro de casa.

Para os homens, a idéia de conciliar trabalho e família tem outro sentido. Para eles, consiste no resultado da transformação de padrões sociais tradicionais, segundo os quais a tarefa de cuidar dos filhos era atribuída à mulher. Conciliar seu trabalho com os cuidados à família é poder estar presente na vida dos filhos e da esposa, poder saborear uma convivência que antes não existia para muitos homens.

Na medida em que independência financeira e realização profissional passam a fazer parte do mundo das mulheres, e que estar presente na vida da família passa a ser considerado importante para os homens, verifica-se a significativa transformação de uma das bases que sustentavam uma concepção de família que tinha como centro o casal: a divisão dos papéis sexuais, com a designação do trabalho ao homem e da vida familiar à mulher.

Uma outra diferença importante indicada na análise dos discursos das duas gerações investigadas está no fato de as pessoas da geração mais jovem desejarem morar sozinhas. Embora alguns estudos indiquem uma tendência, no cenário atual, a que jovens-adultos das classes médias e altas permaneçam morando nas casas de seus pais, conciliando coabitação familiar e ganho de autonomia individual (Ramos, 2006; Henriques, 2009), nos discursos dos nossos entrevistados da geração mais jovem a idéia de ter liberdade está relacionada à independência da família de origem, à saída da casa dos pais, mesmo que as relações familiares sejam consideradas relações confortáveis, abertas ao diálogo e não tolhedoras da liberdade individual. Nesse sentido, como alguns estudos já vinham apontando (Guerreiro, 2003; 2005), morar sozinho surge como uma possibilidade sinalizada pelos novos padrões que atualmente influenciam o curso da vida.

É o que se pode ver a partir da fala de Lígia, para quem ir morar sozinha, mesmo que tendo um padrão de vida mais baixo do que tinha na casa de sua mãe, era importante.

“É. Tinha 21 anos (quando foi morar sozinha). E até que melhorou. Assim, saí do maior conforto, sabe? Fui pra um moquifo, haha, mas eu me senti muito mais à vontade porque eu não queria ninguém tomando conta da minha vida, entendeu? Porque talvez durante um ano ninguém tava tomando conta da minha vida e eu me acostumei

com aquilo, quando eu tava fora, né, do país. E a minha mãe sempre me deu bastante liberdade”. (Lígia, 33 anos, solteira)

Também para Gabriel, foi interessante se mudar da casa dos pais, mesmo que lá tivesse liberdade, pois assim poderia “passar pelo teste”, crescer.

“Na verdade é mais uma coisa da idéia de tá sozinho do que ter liberdade... ter mais liberdade na prática, porque meus pais não se incomodavam de eu levar namorada pra casa, fumava maconha sem problema em casa, nunca tive nenhum problema com relação a isso. Mas, chega um momento que a gente quer até passar pelo teste, né? Quer ter os perrengues de morar sozinho, né? Porque sabe que isso vai acontecer em algum momento, né? E acaba já querendo passar por isso. Já que eu já ia ter um pouco mais de liberdade financeira porque a bolsa de doutorado é um pouco melhor, então eu achei que ia ser bom pra mim vir morar sozinho. Aí, sei lá. Arrisquei. Sempre quis fazer isso, minha mãe apoiou e ... É, porque... muitas pessoas acham que têm que sair de casa na hora que casa, né? Eu não sei se eu vou casar ou se eu não vou casar e eu queria passar por isso, então eu achei que era um momento bom de fazer isso”. (Gabriel, 27 anos, solteiro)

As falas de Carla e Rodrigo apontam as inconveniências de se dividir o mesmo espaço com familiares quando já se é adulto, como se pode ver:

“Então, depois que eu saí de casa a primeira vez eu descobri que morar sozinha, quando meu irmão saiu também, morar sozinha era a melhor coisa que eu podia fazer por mim. Sanidade mental mesmo.” (Carla, 32 anos, solteira)

“Eu, por conta dessa parte profissional, tive dor de cabeça 40 dias direto. Todo dia acordava com uma dor de cabeça insuportável, que era muita sobrecarga de trabalho, de um trabalho que eu não gostava, entendeu? (...) Apesar de que colabora muito o fato de eu ter

saído da casa da minha mãe. (...) Ah, porque era a casa dela, não era mais a minha casa. Chegou um momento que deixou de ser a minha casa e passou a ser a casa dela. (...) E a questão de convivência também, às vezes era meio complicada... não sei... ela não se metia muito na minha vida, não, mas a convivência às vezes era um pouco intensa demais... E também eu comecei a acumular coisas demais pra guardar tudo dentro de um quarto só. (...) Eu ficava acumulando coisas lá, ela falou: fica calmo que você vai embora; não fala mais nada, não; não reclama mais não! Eu perdi a voz, foi chegando no final, eu não tinha voz nenhuma em casa. Em 2006, 2007, eu falava qualquer coisa, ela: ‘você não tem mais nada pra dizer aqui, espera que você vai se mudar, aí você vai ter sua casa e você se vira lá’. (...) É, porque são dois adultos, né? São dois adultos na casa. Acho que tem um momento, quando você tá fazendo a faculdade, você ainda tá um pouco sob a tutela. Bem diferente de quando você começa a ganhar dinheiro. As coisas, pra mim foi direto, quando eu consegui independência financeira eu vim pra cá (para o apartamento que divide com um amigo atualmente).” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Pensar em morar sozinho, saindo da casa dos pais, é, assim, um horizonte recorrente para as pessoas da geração mais jovem. Reivindicando liberdade e ganho de responsabilidade, homens e mulheres se imaginam autônomos antes de se casarem ou de terem filhos. Em comparação com os discursos da outra geração, isso significa a ampliação das possibilidades de vida de homens e mulheres, com a abertura de um momento de vida adulta que antes praticamente não existia.

O fato de homens e mulheres desejarem viver uma parte de suas vidas sozinhos indica a forte ruptura com um padrão de trajetória de vida segundo o qual só se saía de casa para se casar, onde a entrada para a vida adulta era definida pela saída da casa dos pais para formar uma nova família. Atualmente, a passagem para a vida adulta, conforme Guerreiro (2005), tende a configurar-se por si só numa fase de vida, dentro da qual, em um primeiro tempo, se isenta de grandes preocupações e se dedica a experiências e aventuras; e em um segundo tempo, quando já se tem estabilidade e responsabilidade, pensa-se em casar e ter filhos.

Isso remete à necessidade de se olhar criticamente para a concepção de ciclo de vida enquanto uma sucessão de fases que se deve percorrer e para o processo de passagem para a vida adulta na contemporaneidade (Borges & Magalhães, 2009). A desinstitucionalização das fases da vida (Carter & Mcgoldrick (1995), referida por Giddens (2002) e Cavalli (2003) como uma consequência da individualização da sociedade contemporânea, advém da diminuição da influência das tradições na identidade dos indivíduos.

O fato de os indivíduos buscarem uma vida autônoma, morando sozinhos, tendo uma vida a sós, escolhendo um estilo de vida do qual fazem parte a responsabilização por si mesmo e o desfrute da pouca interferência dos familiares está ligado à emergência de uma concepção de sujeito autônomo, cuja identidade se define pelo distanciamento dos papéis sociais estabelecidos (Kaufmann, 2004; Martucelli & Singly, 2009). Para este sujeito que emerge, é possível que os planos de constituir família não ocupem uma posição central no horizonte de suas trajetórias de vida - pelo menos, não como era anteriormente. Assim, a escolha por morar sozinho indica a menor subordinação do indivíduo às instituições, com uma abertura à afirmação de sua autonomia.

A diminuição das assimetrias de gênero e o apelo à autonomia do indivíduo têm duas repercussões importantes para os fins deste estudo. A primeira é que isso tudo transforma a maneira com que o curso da vida é institucionalizado e, conseqüentemente, a forma como se concebe uma família. Conforme Goldani (2004), na contemporaneidade, a família é vista como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros. Ela deixa de ser resultado da combinação de papéis familiares complementares, passando a ser o resultado de acordos elaborados por meio da interação familiar, configurada pela articulação das trajetórias individuais.

A segunda repercussão é que, sendo a autonomia e a individualização componentes das relações contemporâneas, elas também passam a existir como elemento de estabilidade do casal (Singly, 2007). Isso marca uma diferença importante com relação ao equilíbrio do casal moderno, onde dependência fazia parte do contrato conjugal. O avanço do individualismo na vida social faz com que a dependência interpessoal seja sentida como um peso para os indivíduos e o projeto de estarem juntos pressupõe que, antes, cada um tenha meios de estar sozinho. Isso poderá ser melhor compreendido através das próximas categorias de

análise que serão apresentadas, que se referem diretamente às mudanças na conjugalidade.

6.4.2.

Expectativa de ruptura das relações amorosas

A análise dos discursos dos entrevistados da geração mais jovem, quando comparadas aos discursos dos entrevistados da geração mais velha, apontou mudanças nas expectativas dos indivíduos em relação à vida conjugal que estão ligadas à fácil ruptura das relações amorosas face à crescente demanda de liberdade individual na contemporaneidade.

O aumento de incidência de divórcios no Brasil e em muitos outros países é um dado apontado por estatísticas e discutido por diversos autores. Está relacionado, de um modo geral, à incorporação de valores individualistas na sociedade, à despadrãoização das trajetórias de vida e à maior margem de manobra dos indivíduos sobre suas vidas. A busca por relações pessoalmente satisfatórias, como aponta Singly (2007) e Giddens (1993), propicia maiores facilidades para o rompimento de relacionamentos amorosos. A própria medida da satisfação de um relacionamento amoroso mudou. Como aponta Diniz (2009), para as gerações anteriores, a duração dos casamentos podia ser explicada pelo valor atribuído à estabilidade do núcleo familiar, mais do que a questões individuais. Diferentemente do que acontece no contexto atual, onde diversos mecanismos facilitam a ruptura de relacionamentos quando estes não atendem mais às expectativas individuais dos cônjuges envolvidos.

Dentro deste panorama, a pouca durabilidade dos casamentos parece afetar as pessoas da geração mais jovem no que diz respeito a suas expectativas em relação à vida amorosa. As falas de Lígia, Rafaela e Rodrigo mostram haver uma dificuldade de que se acredite que relacionamentos amorosos possam ser duradouros.

“... eu não sei se eu acredito em relacionamento a longo prazo. Eu realmente não sei. Hoje em dia, olhando ao meu redor, eu vejo que as pessoas ficam juntas 10, 15 anos, e se separam. Salvo raríssimas exceções. E essas raríssimas exceções às vezes são hipocrisias,

entendeu? São casais que não se gostam mais, mas não se separam por causa da sociedade que vai julgar, sei lá... porque tem medo ou porque a mulher não pode porque não tem condições financeiras de ficar sozinha. Então, eu vejo isso. Eu não quero nunca passar por isso, ficar junto de alguém por hipocrisia, por medo, né? E é isso.”
(Lígia, 33 anos, solteira)

“E eu não sei se é no Rio de Janeiro que acontece isso assim, mas as pessoas são muito... ficam juntos, casam, separam (...) É porque eu conheço poucas pessoas hoje em dia que ficam pra valer pro resto da vida. Tipo, casou, teve filhinho, ficou pro resto da vida. Pouquíssimas. Então, eu também não tenho essa mentalidade do apego. (...) Engraçado, na minha cabeça eu não tenho aquela fantasia do casamento perfeito. Eu acho também que tudo pode se espelhar muito na minha educação, né? No meu histórico de vida. Os meus pais se casaram. Depois de 13 anos de casado, se separaram e depois eu achei que os dois separados era muito melhor do que juntos. Sabe?”
(Rafaela, 34 anos, solteira)

“Eu acho que eu tenho um pouco de dificuldade com esses valores contemporâneos, eu já sei que nada é pra sempre, sabe? Então, eu sinto uma certa dificuldade de... não sei... de imaginar que eu vou casar pra todo o sempre com uma mesma mulher. Isso é uma coisa que é meio difícil, assim. Acho que talvez a diferença seja essa. Quando mais novo, meus pais foram casados muito tempo, quase 30 anos, então aquele modelo funcionava, sabe? Assim, “ela casou com 20 poucos e vai morrer junto”. Existe isso. E eu procurava isso, eu procurava alguém para sempre. (...) Não sei se os mitos vão caindo, teve esse namoro que acabou, também o namorinho de colégio de 3 meses. Aí agora, não sei, eu sei que tudo vai acabar. Os relacionamentos amorosos vão acabar. Então, fico com dificuldade com isso, até de saber com quem eu vou fazer... Porque é isso, não tem a pessoa certa.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Para os três entrevistados, o fim dos relacionamentos amorosos já é algo previsto. Como mostram os discursos dos nossos entrevistados, a experiência de verem os casais se separando, inclusive seus próprios pais, parece realmente ter influenciado a forma como eles concebem uma relação amorosa, deixando como marca a certeza de que os relacionamentos amorosos não são eternos, ou até mesmo que não se separar pode ser um empobrecimento para a vida pessoal.

Com relação à influência da conjugalidade dos pais nos projetos de casamento dos filhos, já que alguns entrevistados se referiram à vida conjugal de seus pais, um estudo realizado por Féres-Carneiro, Seixas & Ziviane (2006) aponta que o lugar que o casamento ocupa nos projetos de vida dos filhos pode estar relacionado com o modo como os jovens se apropriam de sua história familiar e com o discernimento sobre como os aspectos da conjugalidade dos pais os influenciam. Não há uma relação linear entre percepção da conjugalidade dos pais como muito satisfatória ou muito insatisfatória e a inclusão do casamento nos projetos de vida dos filhos. Segundo os autores, são as condições de diferenciação individual promovidas na família, e não a situação conjugal dos pais ou os níveis de satisfação percebidos pelos filhos, que determinam a possibilidade de estruturar um lugar para a conjugalidade no psiquismo.

Acreditamos que, além da herança familiar, o contexto sócio-cultural mais amplo influencie os planos de conjugalidade dos indivíduos. Sendo atualmente uma tendência geral a incidência de divórcios, compreende-se que para as pessoas das gerações mais jovens seja realmente difícil acreditar cegamente na durabilidade dos relacionamentos amorosos. O mais coerente é que assumam uma postura de ponderação sobre os riscos de uma separação conjugal e as perdas e ganhos individuais envolvidos no processo de manutenção ou de ruptura de um relacionamento, como foi observado nos discursos dos entrevistados.

Isso afeta diretamente as bases de uma concepção de família conjugal moderna, na qual se tinha como esperado a união do casal durante suas vidas inteiras, até a morte. Como afirma Segalen (2008), até algumas décadas atrás, o casamento era a forma legítima de se constituir uma família; e há de se ressaltar que aí se tinha uma idéia de casamento como uma relação estável e duradoura. Diante disso, a descrença das pessoas desta geração na resistência dos relacionamentos amorosos abala uma concepção de família que os tinha como seu centro.

Diversos autores apontam ser o divórcio um acontecimento fundamental para as turbulências que atingiram o mundo da família nas últimas décadas. Trata-se de um acontecimento que desestabilizou um modelo de trajetória de vida e de família, ao mesmo tempo. Primeiramente, porque, enquanto para as gerações mais velhas as trajetórias de vida de homens e mulheres eram determinadas em função dos papéis que lhes eram atribuídos dentro da família – mulher “rainha do lar” e homem “provedor da família” -, o advento do divórcio provoca uma redistribuição dessas funções entre homens e mulheres. Para as gerações mais jovens, como horizonte para suas trajetórias de vida está um modelo social que pressupõe maior igualdade entre homens e mulheres e que não tem mais no seu centro a família. São dados a homens e mulheres meios de realização no âmbito público e privado.

Em segundo lugar, o advento do divórcio desestabilizou um modelo de família, pois, pondo sob questionamento aquele modelo de casal que se estruturava sobre a assimetria e complementaridade dos papéis de cada gênero, ele revelou a fragilidade do laço conjugal. Deste modo, o descrédito atribuído à durabilidade dos relacionamentos amorosos põe em cheque aquela concepção de família que tinha o casal como seu centro.

É interessante destacar que, ao falarem de suas expectativas de fim dos relacionamentos amorosos, há na fala de Rodrigo um tom de desilusão, enquanto que nas falas de Lígia e Rafaela isso não acontece. A separação aparece como algo que pode ser interessante nas histórias dos indivíduos. Talvez se possa atribuir essa diferença à própria história da mulher que, durante tantas décadas – ou séculos –, se viu restrita ao universo da família, à subordinação ao marido, etc., de modo que, para elas, o divórcio pode ser visto como um acontecimento libertador, benéfico para os cônjuges, que traz para cada um deles recompensas e crescimento pessoal.

Imaginar que um casamento pode não ser para sempre e que tal fato não será uma catástrofe para as pessoas não significa que os relacionamentos amorosos sejam menos importantes para os indivíduos hoje. Ao contrário, como aponta Féres-Carneiro (1998), justamente porque há grandes expectativas dirigidas ao casamento é que os cônjuges se divorciam quando não se sentem satisfeitos. A aceitação da possibilidade do fim dos casamentos abre caminhos para se pensar em outras trajetórias de vida que não tenham a família e o casal como seu centro, dentro das quais a vida a dois é uma possibilidade para as

peças, mas não a única. Isso é radicalmente diferente do que se apresentou no discurso das peças da geração anterior, onde o divórcio foi apontado como uma surpresa inesperada com a qual não se sabia lidar.

6.4.3.

Demanda de liberdade nos relacionamentos

Nos discursos das peças da geração mais jovem a idéia de liberdade esteve presente como algo muito valorizado por elas. De uma forma geral, em todos eles “liberdade” foi percebida como respeito à sua individualidade/singularidade, e surge como um elemento sagrado, inviolável, absolutamente necessário nos relacionamentos. Isso nos fala de uma característica central das relações contemporâneas muito discutida por autores como Giddens (2002; 1993), Bauman (2008), Maffesoli (1987), Hall (2001), Velho (1981; 1999) e outros. O indivíduo da contemporaneidade se pretende livre para circular pelo mundo social, mantendo um distanciamento de instituições, tradicionalismos e tudo aquilo que o impediria de poder fazer escolhas.

A reivindicação de individualidade nas relações se explica pelo fato de se considerar que o vínculo amoroso pode colocar em risco a identidade pessoal. De fato, em algumas modalidades de relacionamento conjugal, onde era esperado que cada um dos cônjuges cumprisse papéis socialmente estabelecidos, as individualidades ficavam camufladas por máscaras estatutárias. Contudo, no cenário atual, onde as instituições são menos apreciadas, a liberdade torna-se um ingrediente essencial da química do casal. Como afirmam Kaufmann (2007a) e Singly (2000), existe, na contemporaneidade, a expectativa de que os indivíduos se descubram como “eus autênticos” numa relação a dois, o que seria incompatível com o cerceamento das individualidades.

Na fala de Flávio, liberdade é apresentada como o mecanismo de preservação de sua identidade num relacionamento, como se pode ver:

“Liberdade. Liberdade individual da pessoa. A pessoa tem coisas dela, que é só dela, entendeu? Eu tenho coisas que é só minha. E eu não posso impedir isso nela e nem ela pode impedir isso em mim, entendeu? (...) Compreensão, acima de tudo, compreensão. Num

relacionamento, isso é uma chave. Pra coisa prosseguir e vocês viverem felizes para sempre. E hoje em dia tá difícil de ser felizes para sempre.” (Flávio, 31 anos, solteiro)

Para Carla, liberdade é poder não abrir mão do mundo para estar com alguém:

“... Eu adoro viajar sozinha. Sou do tipo que coloca a mochila nas costas e vou. Passo o final de semana. Como eu tô, muitas vezes, namorando, isso não é uma coisa agradável e nem sempre a galera topa, sabe? (...) ‘Te adoro, mas o mundo é muito maneiro. Tem um monte de coisa acontecendo. Eu saio, eu viajo’. Eu tenho essa coisa de presença. Sabe? O mundo só tá acontecendo se eu tô presente nele.” (Carla, 32 anos, solteira)

Para Rafaela, a individualidade também é fundamental num relacionamento:

“Por isso que, talvez, num relacionamento, eu não tenha aquele apego, porque eu acho que a pessoa tem que ter sua individualidade. Não sei.” (Rafaela, 34 anos, solteira)

Poder ser livre para se desvincular do compromisso amoroso quando se julga necessário também é desejado. Rodrigo considera importante garantir o respeito às individualidades dos cônjuges também mediante os procedimentos jurídicos envolvidos em um relacionamento estável. Em um contexto em que há a expectativa de que os relacionamentos amorosos acabem, os procedimentos jurídicos do casamento acabam tendo o propósito de favorecer a manutenção das individualidades dos cônjuges, facilitando o processo de separação do casal, se isso vier a acontecer um dia, como se pode ver:

“Então, eu não sei nem se faz sentido pra mim o cartório. Acho que faz até pelo... antes o que o casamento no cartório pode representar, né? Você fica 5 anos com a pessoa, vira um regime, se você assinar

um papel vira um regime que você determina assim “é separação de bens”. Não sei. Tem umas coisas jurídicas que você só juntar às vezes você fica mais junto do que se você assinar um papel dizendo “não, estamos juntos mas estamos separados”. Aí, eu acho que cartório, nesse sentido, assim. Eu não sei.(...) Pra não casar em comunhão de bens. Isso é... Meus pais se casaram assim, antigamente tinha essa coisa de se casar em comunhão de bens que hoje em dia não se faz mais. As pessoas... Eu acho também que isso dá muito problema. Acho que uma hora acaba, assim... Eu não sei.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Mas tanta liberdade, como mostra Flávio, pode tornar complicada a manutenção de um relacionamento:

“Eu tive uma passagem na Índia agora e observei uma coisa: as mulheres lá andam muito cobertas. Então o homem realmente não vê o físico da mulher. Já vê a beleza interna, não vê a beleza externa, entendeu? Aqui o ponto de encontro é praia. Você vê a mulher praticamente nua. Então tá todo mundo tarado. Isso aqui é uma orgia pura. O cara tá casado, mas pega uma, pega duas, pega três, pega quatro. E ama a mulher dele, não vai deixar de tá junto da mulher dele, entendeu? Mas é aquela coisa do desejo, aquela coisa da tentação, aquela coisa dessa loucura que a gente vive hoje em dia. Então realmente tá difícil das pessoas prosseguirem no casamento, num relacionamento, a não ser se os dois compreenderem os fatos.” (Flávio, 31 anos, solteiro)

De fato, como já apontaram Féres-Carneiro (1998), Singly (2000) e Kaufmann (2007a), é difícil a conciliação entre individualidade e conjugalidade, e justamente a idéia de “liberdade” remete à de individualidade. Diante de tamanha demanda por liberdade, as relações conjugais e familiares podem ganhar um sentido “opressor” para o indivíduo. Como afirma Lucas, logo abaixo, o fato de estar casado o impede de realizar outros sonhos:

“Então, eu acho que hoje em dia eu não me casaria, não. (...) Porque... não sei. Porque aconteceram algumas coisas na minha vida que eu tive que... Por exemplo, eu acho que casamento hoje, eu tenho muito sonho ainda que eu posso realizar, mas o fato de eu estar casado me impede. (...) Olha, eu queria muito ir pra fora estudar. Uma época eu tive essa oportunidade e não fui porque sou casado. Então, é complicado.”(Lucas, 27 anos, casado)

Há, por isso, para muitas pessoas, o desejo de adiar os planos de casamento e filhos para “aproveitar a vida” antes, desfrutar da liberdade que os vínculos familiares tolgem, como se pode ver nas falas de Daniela e Rodrigo:

“Quero aproveitar esses momentos, essa fase que eu posso, assim, independente, muito jovem ainda, que eu posso pensar que eu posso ter um filho daqui a 6 anos e tá tranquilo, porque daqui a 6 anos eu vou estar com 34. Ok ter um filho com 34, entendeu? Mas eu quero muito esses 6 anos. Eu acho que eles são muito importantes, sabe? Eu jamais faria isso agora (...) Eu até cogito casar, mas não é uma coisa nos próximos anos. É uma coisa que vai estar mais ligada a quando eu tiver mais calma entre aspas. Eu já me sinto mais calma, mais madura, mas eu ainda acho que é muito importante pra mim fazer as coisas sozinha e ter um pouco de liberdade de fazer o que eu quero. Tem dia que eu não quero estar com essa pessoa. Não tem nada de errado nisso, mas eu não quero. E é uma parada que meio que impede muito isso. Você pode até combinar, você sai com fulado e eu com beltrano, mas você vai voltar pra dormir na mesma cama necessariamente. Isso é muito radical, assim, pra mim ainda.”
(Daniela, 28 anos, solteira)

“Mas eu acho que tem que ter... a segurança financeira do freela é você ter 6 meses do que você ganha por mês. 6 meses guardado, sabe? Se você precisa de 3 mil, precisa ter 18 mil de reserva. Não tenho minha segurança financeira, mas... mesmo porque, quando eu ganho dinheiro eu quero gastar, quero viajar e tal. Um monte de

viagens que eu não fiz e eu quero fazer. Quero ir pra Europa, sei lá, conhecer a América Latina, Peru, Bolívia. Então, eu vou gastar dinheiro, eu junto pra gastar, porque eu não tenho nada me prendendo, nenhum compromisso desse tipo, sabe? Como filho. Eu acho que não é pra logo, não. Eu quero pra depois de uns bons anos. Quero poder, o dinheiro que tiver, gastar e não segurar. Mesmo porque pra você ter um filho é muito caro. Então, não consigo. O dinheiro que eu tenho dá pra mim, se juntar mais uma pessoa, tem milhões de gastos... Haha. Colégio, essas coisas são muito caras. Tem, eu acho, que estar num outro patamar de vida mesmo. Que não é o atual, certamente.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Será preciso estar em “outro patamar da vida” para poder assumir compromissos familiares? Qual será este “outro patamar”? Um dia se esgotarão os desejos individuais a serem satisfeitos antes da constituição de uma família?

As falas de Daniela e Rodrigo apontam os riscos que uma grande demanda de liberdade individual pode trazer para os compromissos amorosos e familiares. Estar comprometido pode ser entendido como um risco à liberdade individual atualmente tão almejada. Isso faz com que fragilidades alcancem o domínio dos vínculos familiares. Hoje, os vínculos conjugais e familiares de uma forma mais ampla estão vulneráveis às oscilações dos indivíduos. Nesse contexto, instabilidades recaem também sobre a concepção de família que tinha na solidez do casal uma base, como era para as gerações anteriores, sinalizando a necessidade de uma reestruturação da concepção de família.

6.4.4.

Ter filhos não está necessariamente vinculado ao casamento; pode ser um projeto individual

Segundo os discursos analisados, ter filhos é algo muito desejado pelos indivíduos, mas não está necessariamente vinculado ao casamento.

“Tipo, não me vejo não tendo filho. Eu acho que eu quero filho porque eu fui criada dessa forma.” (Rafaela, 34 anos, solteira)

“Ah, ter uma criança, um filho... Eu acho que se eu não tiver por qualquer motivo vai ser uma frustração.” (Patrícia, 28 anos, solteira)

“E não sei, tenho muita vontade de ter filho. Isso é uma coisa que eu espero que aconteça na minha vida.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

“Olha, hoje, hoje em dia, meu grande sonho era ter um filho. Esse é meu objetivo. Era ter um filho.” (Lucas, 27 anos, casado)

Na concepção de família das pessoas da outra geração, o casal ocupava uma posição central na concepção de família, de modo que se pressupunha primeiro a existência de um casamento duradouro para que depois viessem os filhos. Mas, para os entrevistados desta geração, para quem as relações amorosas não são vistas como relações duradouras, a idéia de ter filhos não apareceu necessariamente vinculada à existência de um relacionamento amoroso estável, como se pode ver na fala de Gabriel:

“Não sei. Eu acho que eu gostaria de criar um filho. Agora, como é que vai ser isso, se eu preciso estar casado pra fazer isso ou não, na verdade eu nem... não sei. Eu sei que eu quero ter filhos. Pretendo ter filhos.” (Gabriel, 27 anos, solteiro)

A presença de um parceiro é esperada como alguém que vai ajudar nos cuidados com a criança.

“Eu já pensei muito em ter um filho de qualquer jeito, mas por esse lado profissional que eu tô te falando, hoje não tem como. Cara, com uma pessoa já é complicado, nessa vida que eu levo sozinha, então... eu ia ter que voltar com minha mãe pra ela cuidar, sabe? (...) Eu posso até ficar viúva grávida, mas, assim, é algo que, se eu puder controlar, isso não vai acontecer. Por escolha, isso não vai acontecer. Eu não vou ter um filho sozinha pra voltar pra casa da minha mãe pra ela ter que cuidar. (...) Hoje, ter filho fora de casamento, fora de uma

coisa assim, não é uma possibilidade, não.” (Patrícia, 28 anos, solteira)

“Acho que eu gostaria de passar por isso independente de estar casado ou não. (...) Obviamente, ter filhos é bom que você tenha uma pessoa do lado te ajudando a criá-lo. (...) Acho que, da mesma maneira que eu resolvi passar por esse teste de morar sozinho, eu gostaria também de passar por isso, entendeu? De dividir o apartamento com alguém, possivelmente com a minha possível esposa. E de criar, criar um ser humano...” (Gabriel, 27 anos, solteiro)

“Assim, marido, se ele existir pra mim é 100% melhor porque é uma figura que vai me ajudar a cuidar da família.”

“Mas também eu escolheria um marido com esse perfil... Um homem cuidadoso, que goste de criança. Um homem que saiba dividir as coisas, porque eu vou trabalhar também. Então, eu não vou ficar fazendo tanta tarefa de casa. Então, quando eu olho uma pessoa e escolho essa pessoa pra estar com ela e aí, a partir daí, depois de um tempo, eu escolho que essa pessoa de repente possa vir a ser o meu marido, ela tem que ter essas características, entendeu?”.

“Será que essa pessoa é muito machista? Será que ele vai ajudar dentro de casa? Será que ele vai ser um pai presente, mesmo que não esteja morando comigo? Será que ele vai ser um pai presente? Porque eu não sei se eu acredito em relacionamento a longo prazo. Eu realmente não sei”. (Lígia, 33 anos, solteira)

Surgem, assim, outros sentidos para se ter filhos. Os motivos apresentados pelos entrevistados para desejarem ter filhos parecem ter, na maior parte dos casos, uma conotação individual. Exceto para Rafaela, que foi a única entrevistada que apresentou como motivo para querer ter filho argumentos que remetem à sua criação familiar e, de alguma forma, à continuidade familiar, como se pode ver:

“Adoro criança. Adoro. Eu sei que depois cresce. Mas eu acho que é o tipo de criação que eu tive também, entendeu? Eu já fui criada com aquela mentalidade. Tipo, não me vejo não tendo filho. Eu acho que eu quero filho porque eu fui criada dessa forma.” (Rafaela, 34 anos, solteira)

No caso dos outros entrevistados de uma forma geral, prevalecem em seus discursos razões de caráter individual. Ter um filho pode significar uma experiência individual engrandecedora, uma mudança de status, o ganho de autonomia em relação à família de origem, uma forma de contribuir para o mundo ou de garantir uma companhia para a velhice.

A individualização da motivação para se ter filhos indica significativa mudança no engajamento dos indivíduos na constituição de uma família, marcada pela ruptura com tradicionalismos e continuísmos que anteriormente impregnavam os atos dos indivíduos. Em um mundo marcado por instabilidades de vínculos e de identidades (Bauman, 2008), onde recai sobre o indivíduo a elaboração de desejos e projetos, até mesmo os motivos para se ter filhos passam a ser trabalhados reflexivamente (Giddens, 2002), havendo, portanto, a necessidade de uma razão pessoal para a decisão de tê-los.

Nos discursos analisados, a palavra “experiência” foi recorrente quando os entrevistados explicavam os motivos que os levavam a desejar ter filhos. Ter filhos em busca de uma experiência pessoal é retirar dessa experiência o sentido social e comunitário que ela poderia ter, e destacar o seu sentido pessoal. Isso diz muito sobre o contexto de produção do sentido da família na contemporaneidade. A crescente individualização das relações e os conflitos que isso traz para a vida conjugal vêm transformando a lógica das relações familiares, fazendo dos planos de ter filhos um projeto solitário, cujas razões as conseqüências recaem sobre o próprio sujeito.

Assim, observou-se nos discursos dos entrevistados que um filho pode ser desejado pela experiência individual que isso supostamente traz para o pai ou a mãe: a de poder experimentar um outro nível de vínculo, desfrutar de uma companhia mágica como a de uma criança, alguém que irradia alegria, com quem se pode brincar.

Na seguinte fala de Gustavo, ele explica que gostaria de ter um filho um dia pela experiência que isso possa trazer para sua vida:

“... até o ano passado, na verdade eu oscilava muito com relação a ter filhos. ‘penso em ter, não penso em ter’. Até o ano passado eu tinha meio que uma certeza de que eu não gostaria de ter filho. (...) Era isso. Assumir uma responsabilidade, você tem uma responsabilidade muito grande. Uma coisa pro resto da vida, você ter alguém que você vai ser... que ela vai ser diretamente dependente de você. E você vai responder por ela. E, assim, não é uma coisa, não é um objeto. É uma pessoa. Então, essa coisa tem me assustado um pouco. E no ano passado eu mudei. Hoje eu penso em algum dia ter um filho, tal.

C: O que fez você mudar?

G: Foi uma situação que me marcou. Eu guardo muito isso na minha lembrança. Eu tava num aniversário na casa de uma amiga e o irmão dela teve filho recentemente, assim. Na época, ele tipo tava com 1 ano. Não tava nem andando. Tinha uns 10 meses, assim. E aí, não sei, era uma festa, uma reuniãozinha à tarde, tipo. E aí eu comecei a perceber a... a festa meio que parou assim pra ficar vendo ele assim, andando, brincando no quarto, tal. E eu não sei, é estranho, é uma energia inexplicável. A gente não consegue muito entender. É uma energia que aquela criança tava passando ali pra um grupo de 20 pessoas adultas, de diferentes idades, pessoas mais novas, mais velhas. E eu achei aquilo muito positivo, assim. Não sei. De alguma forma, acho que talvez... vá me acrescentar, vai ser uma coisa benéfica pra mim. Não sei... não sei muito bem. Mas, basicamente, foi essa energia, assim, aquela criança tava exalando felicidade pras pessoas que estavam ao redor. E a partir daquele dia eu falei ‘eu quero ter um filho, sim, algum dia’.”

“Não sei, de início eu penso assim, talvez seja uma configuração, sei lá, um estágio à frente do... Não sei, acho que é um estágio à frente, que eu não conheço, experiências de coisas assim... como que eu vou dizer, estados e sensações de vida que eu não conheço, nunca

experimentei, e que você ter essa configuração, pessoas, um nível de relação que eu não conheço, que eu acredito que seja importante pra uma pessoa ter. E...” (Gustavo, 27 anos, solteiro)

A fala de Gustavo remete-nos à discussão de Bauman (2001) sobre o que ele nomeia como “vidas instantâneas”. Como aponta o autor, na configuração social contemporânea, predomina um tipo de vinculação social marcado pela instabilidade e fluidez das referências, o que torna propícia a valorização de experiências momentâneas pessoais. A ênfase dada ao tempo do aqui e agora, com a substituição da lógica do adiamento, dos projetos a longo prazo e dos compromissos duradouros pela lógica do “curto prazo”, faz com que a instantaneidade se afirme como um ideal, possibilitando que a vivência de um momento seja uma experiência infinita e muito valorizada, mesmo que seja breve e “fugaz”.

Assim, no discurso de Gustavo, a descrição da motivação para ter filhos - a busca por um estado ou uma sensação de vida desconhecida - parece bastante próximo daquilo que se busca em vidas instantâneas, com a valorização daquilo que o momentâneo pode representar - ainda que ter filhos não seja algo passageiro, muito pelo contrário.

Para Gabriel, ter filho se relaciona com a conquista de autonomia pessoal e de independência familiar, que se inicia quando se vai morar sozinho, culminando na capacidade de criar um ser humano. Ter filhos marcaria, portanto, uma nova fase que ele gostaria de experimentar:

“Acho que é só de passar por uma experiência de ser pai. Não sei. Não sei se é porque eu quero passar minha raça adiante. Acho que não. Acho que da mesma maneira que eu resolvi passar por esse teste de morar sozinho, eu gostaria também de passar por isso, entendeu? De dividir o apartamento com alguém, possivelmente com a minha possível esposa. E de criar, criar um ser humano, uma personalidade, moldar. Obviamente que não é a gente o único responsável por isso, mas a gente influencia um pouco, né? Então, não sei, eu gostaria de passar por isso (...) Ah, (imagina que ser pai é) passar pelo monte de perrengue e muitas coisas boas também, né? Ter medo por outra

pessoa, né? Ao mesmo tempo que você é protetor dela, você também é vítima. Vítima não é ‘vítima’ a palavra. Você tá exposto também. Se você perde seu filho no mercado... Então, é um pouco isso. Ao mesmo tempo que você é forte você acaba sendo frágil, nesse sentido. Você tem que ser forte pro seu filho, mas ao mesmo tempo você ter o filho já te torna frágil. Então, não sei, acho que deve ser muito bom porque todo mundo diz que é muito bom. A gente aprende que deve ser muito bom. Então, por que não? Eu gosto de experimentar coisas.”(Gabriel, 27 anos, solteiro)

Também para Rafaela, a experiência de ter filhos é percebida como um passo na escalada da autonomia individual em relação à família de origem.

“Você ter a experiência de você criar uma família. Não você ter sido gerada. Mas você ser criadora também, talvez. De você ter a sua estrutura, entendeu? Ter o filho com a sua educação e a educação do homem que tá do seu lado, entendeu?” (Rafaela, 34 anos, solteira)

Filhos podem ser desejados como uma forma de contribuir para o mundo. Rodrigo e Lígia acreditam que, tendo um filho “bem criado”, pode-se contribuir para melhorar o mundo. Não se trata de valorizar a experiência de ter filhos, mas de vê-los como uma forma de deixar uma marca no mundo. Uma marca individual, claro.

Como se pode ver, na fala de Rodrigo, ter filhos é comparado a uma grande criação científica, pois eles também vão influenciar as histórias de outras pessoas:

“Acho que a grande coisa que você constrói na vida é um filho mesmo. Mais do que qualquer outra coisa. A não ser que você seja, sei lá, o Leonardo da Vinci, que fez uma grande colaboração pra humanidade, haha, ou mesmo, sei lá, um livro, acho que isso muda... a maneira de você mudar o mundo é com um filho, é colocando uma pessoa no mundo e com o tempo essa pessoa vai atuar, vai passar

pela vida de milhares de pessoas, então... como vai ser sua história. Com isso, você tá mudando o mundo. Dando esses valores e tal. Vai colocar alguém no mundo pra ser... sei lá, um cara legal, isso é o mais importante que você faz. Mais do que qualquer trabalho que você faça, porque na verdade, o trabalho que eu faço pode ser, sei lá... uma boa colaboração ao mundo mas acho que a minha colaboração seria também os filhos. 'Tá aí. Tô colaborando com essas pessoas bacanas', por aí. Ter orgulho dos filhos.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Na fala de Lígia, ter filhos é uma forma de construir um mundo melhor:

“Primeiro, uma companhia, também. Uma boa companhia, eu imagino ser. Segundo, colocar uma vida é uma coisa que você fez. Acho que é a coisa mais bonita que alguém pode fazer. Colocar uma vida no mundo. Terceiro, manter essa vida e tentar encaminhar de forma que ela continue construindo um mundo melhor. Eu posso estar sendo bastante utópica, mas eu acredito nisso. Entendeu?” (Lígia, 33 anos, solteira)

Somente para Daniela, a idéia de ter um filho estaria necessariamente ligada a um relacionamento amoroso, como se pode ver:

“Eu acho que filho faz sentido se você quer ter um filho com alguém, sabe? Na minha cabeça. De você achar uma pessoa tão incrível que você acha que de repente vai ser muito maneiro gerar uma outra pessoa e ela ter a ver com isso. Eu não tenho a menor vontade de ter uma produção independente. De ter filhos. Eu tenho amigas que têm isso. É impressionante. Eu tenho uma amiga que quer ter filhos de qualquer jeito. Não importa como. Ela quer. Se ela não tiver, ela vai ser muito frustrada, assim, no discurso dela. Cara, isso pra mim não existe.” (Daniela, 28 anos, solteira)

Mas, ainda assim, no discurso de Daniela a idéia de ter filhos está revestida de motivos individuais, pois seria conseqüência da experiência do profundo amor que se sente por alguém.

A individualização da motivação para se ter filhos pode ser entendida como uma conseqüência que as mudanças da contemporaneidade trouxeram para o universo da família. A vulnerabilidade do laço conjugal no contexto atual, provocado pela valorização da individualidade dos cônjuges e do enfraquecimento do poder de influência das tradições (Singly, 2000; Bauman, 2008; Giddens, 1993; 2002), introduziu reflexividade no processo de motivação das pessoas para terem filhos. Com isso, passa a ser necessária uma reflexão individual a respeito da decisão de ter ou não filhos, reflexão essa que coloca em destaque o desamparo dos indivíduos em um contexto marcado pelo afrouxamento dos laços sociais. Uma vez que não se encontra mais nos parâmetros socialmente dados uma resposta objetiva e clara sobre dever ter ou não filhos, e que não se espera estabilidade dos vínculos amorosos, fica a cargo do próprio indivíduo encontrar suas razões para ter filhos e, então, sustentá-las. Desta forma, explica-se o fato de os motivos apresentados pelos entrevistados para se ter filhos terem sido basicamente motivos pessoais.

Rodrigo e Patrícia apresentaram como motivo para se ter filhos o medo de envelhecerem sozinhos:

“Eu não sei... eu não sei de fato em que posição eu vou estar de tudo, de nada, mas mais distante assim, eu tenho medo de ficar velho sozinho, sabe? Então, ter filhos e tal, isso tudo traz vida pra sua vida, né? E acho isso fundamental. E não sei, tenho muita vontade de ter filho. Isso é uma coisa que eu espero que aconteça na minha vida. Ver a criança crescer. Seu filho crescer. Acho que é um momento que você reavalia tudo o que você passou, vai vendo passar todas aquelas fases, vai revivendo, você volta a ser criança porque você tem que brincar com uma criança, então tem que ser criança com ele e tal. Acho que é uma renovação que é importante de você ter na sua vida. Eu tenho muita vontade de que aconteça. Mas eu não sei daqui há quantos anos. Eu não sei... eu acabei de começar a namorar. Não sei se é com essa... Acho que, assim, em última instância, se eu virar uma

pessoa solitária, assim, eu acho que eu adotaria um filho, sozinho, produção independente. Mas eu não acho que seja o caminho, não. Eu preferiria em algum momento ter uma família. Na verdade, essas questões não habitam a minha vida. Você tá falando agora, eu tô imaginando, sabe?” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

“Ah, não ficar sozinho (refere-se à importância de formar uma família). Hahaha. Imagina. Eu fico me imaginando velhinha, sozinho, sem ter filho, sem ter neto, sem ter um companheiro do lado. Ah, eu acho que é isso... Acho importante esse negócio assim...” (Patrícia, 28 anos, solteira)

Pelos discursos de Rodrigo e Patrícia pode-se ver que, mesmo que as razões para se ter filhos sejam individuais – tais como: acompanhar o crescimento de uma criança ou ter uma companhia para a velhice pode ainda ter -, ter filhos pode significar o desejo de retomar o sentido de família perdido no tempo. “Medo de ficar sozinho na velhice” e “sentimento de renovação advindo da convivência com crianças” são argumentos que remetem ao suporte tradicionalmente ligado à família, propiciado por laços de solidariedade e por referências de pertencimento, que hoje tendem a se diluir. Assim, em meio a um sentimento de desamparo individual decorrente do afrouxamento dos laços sociais da pós-modernidade, os filhos podem ter um papel estabilizador dos receios dos próprios pais. Como afirma Rodrigo:

“Acho que a relação de compromisso que você estabelece com os seus filhos, né, acho que também é uma coisa que vai te dar segurança de vida, sabe?” (Rodrigo, 32, solteiro)

Certamente, no horizonte da família individualista, em meio às instabilidades que atingiram o casal, os filhos surgem como uma forma possível de resgatar o espírito de família. Como afirma Segalen (2008), hoje é o vínculo de filiação que passa a ser perene, incondicional, numa família. Então, é a criança que funda a família.

6.5.

Família continua sendo importante

Apesar das diferenças observadas nos discursos das pessoas das duas gerações entrevistadas sobre suas trajetórias de vida, suas expectativas sobre a vida conjugal e seus planos de ter filhos, no que diz respeito ao valor e à importância dos laços familiares, os discursos foram semelhantes. “A família” continua sendo para as gerações mais jovens, como é para as gerações mais velhas, um sistema de relações muito prezadas, na medida em que propicia a transmissão de referências importantes para a vida, sinaliza sua origem pessoal e seu pertencimento a uma linhagem, além de ser uma rede de apoio e de solidariedade com a qual se pode contar nos momentos difíceis.

Desta forma, os resultados da pesquisa indicaram, como Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002) já haviam remarcado, que a individualização na família não fez com que a família extensa desaparecesse, de modo que o valor dos laços de parentesco continua existindo. Isso é, segundo as autoras, um mistério das nossas sociedades contemporâneas, pois ao mesmo tempo em que se fabricam laços familiares que permitem a cada um perseguir objetivos individuais, isso não resulta no desligamento do sentimento familiar.

6.5.1.

Origem pessoal

Tanto para Norberto como para Carla, os familiares mais velhos são um sinal de sua origem pessoal:

“E essa origem... eu gosto de ter uma origem. E continuar, a parte de convivência, ter uma certa origem que seriam os avós. Então, você tem essa origem que vai de família. Eu gosto. Eu acho importante ter uma família.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Tem coisas que eu vejo em mim, que eu olho pra minha mãe, fico olhando “caraca”. Eu vejo as fotos da minha mãe... e a minha mãe, a princípio ela é muito diferente de mim. E quando você vê, tem umas

coisas de marca no rosto, essa coisa de rostidade que é muito similar. Do meu pai, também. Eu e meu irmão... meu irmão saiu na capa de uma revista agora de tecnologia, tal, aí todo mundo “seu irmão é esse. É a sua cara.” É engraçado. É legal. Tem essa coisa da referência de você no mundo, sabe?” (Carla, 32 anos, solteira)

A importância da origem pessoal nas sociedades tradicionais estava ligada à função da linhagem familiar na inserção social e no reconhecimento das pessoas. Mas, num contexto individualista, onde está em jogo justamente o desprendimento do indivíduo de referências herdadas, que são entendidas como tolhedoras das possibilidades de invenção da identidade pessoal, a valorização da origem familiar impõe que se reflita sobre os sentidos que a origem pode ter para os indivíduos contemporâneos.

Apesar do que muitas vezes se afirma sobre a diminuição das influências exercidas pelas referências recebidas da família – como, por exemplo, as referências de origem - na contemporaneidade, parece que, para muitas pessoas, persiste uma representação positiva sobre os valores e as referências que a família transmite. Assim, talvez seja uma leitura errônea aquela que concebe a busca de autonomia pelos indivíduos como o desejo de se desfazer de todos os laços; que entende as necessidades de mobilidades, físicas ou virtuais, dos indivíduos nas sociedades qualificadas de líquidas como o sonho de um mundo sem consistência, em que se detesta tudo o que é sólido e durável. Possivelmente, o que melhor explica o que ocorre no mundo contemporâneo, no que diz respeito aos laços sociais e familiares, não é o desejo dos indivíduos de romper com sua história, seu passado, mas a busca de uma maior margem de manobra de sua própria identidade e seu destino (Ramos, 2006a; Borges, 2009b).

De acordo com um estudo realizado por Ramos (2006a), as origens familiares têm grande importância na construção da identidade dos indivíduos contemporâneos e na condução de suas vidas. Delas advêm as ancoragens, apoios simbólicos, que permitirão aos indivíduos mover-se no processo de construção de sua trajetória biográfica sem se sentirem desamparados. Uma “referência de você no mundo”, como disse Carla, pode ser essa âncora que permite ao indivíduo deslocar-se sem, contudo, se perder de si mesma.

6.5.2.

Referências e valores

Da mesma forma que a referência das origens familiares, os valores transmitidos na família foram apontados como algo que reafirma a importância da família para as pessoas, como se pode ver nas falas de Elias, Lúcia, Rodrigo e Rafaela:

“Sem ter a minha família, eu nem sei como é que seria. Eu tive referências. Boas ou ruins, você tem referências.” (Elias, 65 anos, separado)

“Eu vejo o mundo de hoje... é impressionante a diferença de quem tem família e quem não tem. Quem tem uma estrutura, não to dizendo que precisa ser família rica ou pobre, nem com esses valores ou aqueles.” (Lúcia, 65 anos, casada)

“Haha. Acho que a família estabelece valores, né? Acho que... ah, não sei. Nunca pensei sobre esse assunto porque família também sempre é um valor tradicional, tradicionalista. Aí, falar da importância de família, parece que eu vou acabar falando essas coisas conservadoras, sabe? “A família é a unidade...” Haha. “é o grande valor da unidade”, sei lá. Acho que... mas não deixa de ser um pouco isso. Acho que os valores que você carrega na sua vida vêm da educação que você teve quando pequeno.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

“Muito importante. Eu gosto da minha independência, mas [meus pais] são extremamente importantes. Eles me deram uma base. Eu me sinto uma pessoa, assim, sensata. Uma pessoa... Acho que muito das minhas qualidades de vida, de lidar com as pessoas, até de encarar o mundo veio da família.” (Rafaela, 34 anos, solteira)

A importância das referências familiares para os indivíduos é discutida em uma extensa bibliografia na qual se reconhecem as influências do ambiente na constituição e estruturação psíquica do ser humano. Mas, além desta perspectiva, os valores sociais que são transmitidos através do convívio familiar podem ser importantes para os indivíduos para que se apropriem de códigos simbólicos socialmente compartilhados e, assim, se insiram no mundo social. Trata-se, portanto, da importância da família como agência socializadora do indivíduo.

Paradoxalmente, a escalada da autonomia pessoal e as descontinuidades sócio-culturais não impedem a continuidade familiar. Apesar das diferenças intergeracionais exacerbadas pela velocidade das transformações do mundo contemporâneo, as trocas afetivas e culturais que se dão dentro da família fazem dela um importante referencial para que os indivíduos façam suas escolhas, como se pode ver:

“Porque eles também ficam preocupados, tentando te direcionar pro melhor caminho possível pra você viver tranquilo. Eles estão sempre dando apoio. Eles ajudam. Se eu tiver alguma dificuldade, tanto psicológica ou financeira, qualquer extremo desses aí, eles estão sempre ajudando.” (Flávio, 31 anos, solteiro)

“É. Eu sempre peço muito a opinião pra minha família em relação a muitas coisas.” (Gabriel, 27 anos, solteiro)

“Apoio. Porque como a opinião deles tem um peso muito grande, tipo, eu ia ficar meio desestruturada nesse ponto. Com quem que eu vou falar? Quem vai me apoiar?”

“Com certeza. Tudo que eu quis fazer, até em termos de curso, ou “vou tentar alguma coisa diferente na minha área”, eu sempre fui estimulada. No começo, até financeiramente, né? Pô, “tô na faculdade, me formando, quero fazer o curso tal que você tem que pagar e eu não tenho dinheiro.” “é isso que você quer? Vai melhorar profissionalmente? Então eu vou lá e pago”. Hoje essa parte já não tem tanto porque eu trabalho e tal. Mas eles sempre me deram estímulo. Na verdade, o que eu ouvia da minha mãe e do meu pai da

faculdade “ah, se não gostar larga”, eu escuto da minha mãe até hoje. “Cara, se não der certo, se você se decepcionou, você é nova, então, pô, investe em outra coisa.” Nesse ponto até hoje ela se preocupa comigo. Problema sempre tem. Aí você chega “tô chateada com isso, tô chateada com aquilo.” Aí ela “é isso mesmo que você quer da sua vida?” (Patrícia, 28 anos)

É certo que a valorização das transmissões culturais intergeracionais hoje não revela o retorno de tradicionalismos na configuração das relações familiares, mas ela é interessante para se ponderar sobre os limites da individualização na família. Como já apontaram Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), não se pode afirmar que individualização conduza à desvinculação do indivíduo no encadeamento das gerações. Ao contrário, dados atuais indicam que a vinculação dos indivíduos com a linhagem familiar à qual pertencem persiste, mas hoje ela existe de diversas maneiras. Hoje, como anteriormente, o sistema parental impõe deveres e normas, obrigações morais, mas, diferentemente de como ocorria antigamente, estes são absorvidos de forma flexível e interiorizados por cada um como se fosse o resultado de escolhas e inclinações pessoais. Esta pode ser uma forma de conciliação de referências familiares com individualismo.

6.5.3.

Rede de apoio

Foi comum, entre os entrevistados, a descrição da família como sendo um clã, um time, uma rede de apoio. Trata-se de uma descrição recorrente, segundo dados apresentados por Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), esta que associa “espírito de família” a “espírito de equipe”. Ela coloca em evidência a importância de formas de solidariedades estabelecidas entre os membros da família para o fortalecimento dos laços familiares. Nessa concepção, segundo as autoras, fazem parte do “espírito de família” relações desinteressadas, gratuidade de trocas afetivas e materiais entre os parentes, generosidade entre os familiares e disponibilidade pessoal para os assuntos da família. Isso foi encontrado nos discursos dos nossos entrevistados:

“Eu acho... não sei se é verdade, mas pelo menos na minha cabeça, a família seria um modo... que você tinha pessoas desinteressadas que você pudesse ajudar, etc. Seria mais uma mentalidade de clã do que de outra coisa. (...) Eu acho família muito boa. Que uns ajudam o outro. É uma coisa que quando é bem amparado, quer dizer, eu acho muito importante. A pessoa só já é diferente. Eu pelo menos não tenho esse espírito.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Eu acho. Isso é família. Isso é família, é uma equipe, uma empresa, uma firma. Haha. Uma empresa que precisa ter uma união de grupo. Isso é fundamental.” (Flávio, 31 anos, solteiro)

“Mas quando você tá em dificuldade é a família que tá com você, mesmo com todos os problemas.” (Elias, 65 anos)

“Então, às vezes você tem necessidade de ter uma ajuda em alguma coisa. E aí é complicado se você não tem ninguém, se você larga a família pra lá. Família ajuda muito nessas horas. Eu acho que a importância é essa, além do contato mesmo, de você não perder a história da família, coisas desse tipo.” (Sérgio, 69 anos)

“E eu acho muito bonito aquela coisa de... pôxa, essa pessoa me viu com 6 meses de idade, e tá me vendo agora, e tá pronta pra me ajudar, sabe, independente de qualquer coisa (...) Mas eu acho bonito essa relação, né? ‘Tudo bem, você fez uma coisa errada, mas você é da minha família, então eu vou te ajudar porque eu te vi nascer, porque eu sei como você é, eu conheço sua natureza.’ Eu acho isso bonito. E isso é muito latino. E a gente herdou isso. Quer dizer, eu. Eu herdei. Sem dúvida.” (Lígia, 33 anos, solteira)

“Ah, a família dá apoio. Eu agora, quando fui operada da tireóide, quem ficou comigo no hospital foi minha prima... Depois elas ficaram aqui comigo. A outra veio dormir aqui comigo. Não me deixaram

sozinha. Me dão muito apoio. Eu vejo família assim. Eu também gosto... eu acho que eu tive sorte também com a minha família, com minhas primas. Eu sou muito chegada a elas.”(Antônia, 63 anos)

“Total. Meu pai era um cara que eu chegava em casa: pai, tenho que comprar um livro. Quando é? Os livros de medicina são caros. Hoje em dia é muito caro ainda. Então, 500 reais. Dá pra tirar um pouco? Dá. No fim do mês ele pegava os 500 reais, tá aqui. Nunca me perguntou se o livro serviu pra alguma coisa. Nunca. Ele sempre foi muito atencioso.” (Alfredo, 67 anos)

“Você precisa, pra ser fotógrafa, você precisa de uma estrutura familiar, sabe? Ou então de alguma coisa por trás. É preciso. É muito tempo de dedicação pra você chegar a algum lugar.

C: Estrutura familiar que você fala é o quê?

A: Base. Base. Casa pra morar, ajuda financeira se você precisar. Você precisa poder se concentrar em alguma coisa que nem sempre vai te dar dinheiro.”(Carla, 32 anos)

A valorização da família como uma “rede de apoio” coloca em destaque as relações de solidariedades intergeracionais estabelecidas dentro dela. Segundo Attias-Donfut, Lapierre & Segalen (2002), a família é a esfera do “dom” por excelência. Dentro dela são constantes as trocas de apoio e afetos - tempo, dinheiro, presentes, ajudas, serviços diversos -, criando um sistema de “dívida positiva”, que alimenta a reciprocidade das relações entre gerações e entre pessoas da mesma geração.

Uma característica das “trocas e ajudas” concedidas dentro da família é que elas são trocas desinteressadas, diferentemente das trocas que acontecem na esfera do mercado, fundadas sobre o princípio da equivalência, da utilidade e do lucro, ou na esfera do Estado, fundadas sobre o princípio da autoridade, do direito e da justiça. Na família, embora não haja verdadeira contabilidade, nem estrita equivalência entre o dado e o recebido na família, a circulação de dívidas e de “dom” cria uma forma poderosa de reciprocidade interpessoal e, sobretudo, intergeracional. Ela delimita um conjunto de direitos e obrigações que cria e

fortalece os laços com os familiares da rede extensa. Deste modo, ao se tratar a família como “um time”, “uma equipe”, um “clã”, os entrevistados faziam menção justamente à reciprocidade na família.

6.5.4.

“Um lugar”

Foi comum entre os entrevistados das duas gerações falarem da família como um “lugar”: um lugar seu incondicional, para onde se pode retornar, onde é possível se recolher, obter ajuda, apoio e amor desinteressado, como se pode ver em suas falas:

“Você tem pai, você tem uma mãe, você tem um lugar. Porque a casa é um útero. É um segundo útero. Todo mundo quer ter casa. Todo mundo tem um lar. Quando você sai do útero...” (Elias, 65 anos, separado)

“Agora, pra mim, família é seu ninho. É o seu lugar. Acho que é seu permanente local, entendeu? O resto são relações (...) Eu acho que a família é o seu ninho, entendeu? É o lugar em que você realmente... um lugar incondicional seu.” (Augusto, 66 anos, casado)

“Ah, eu acho. Eu acho família importante, sim. Porque é a base de tudo. É onde a gente pode se recolher, ter alguma ajuda em todos os setores da vida. Acho que isso que é importante numa família.” (Flávio, 31 anos, solteiro)

“Pessoas desinteressadas, que gostam de você sem interesses maiores, como negócios. Gosta porque gosta, é um tio, pessoas queridas por eles. (...) Porque é desinteressado. Você ajuda. A ajuda mútua é muito boa. Interessante isso.” (Norberto, 65 anos, casado)

“Eu acho que é muito de lastros, de aconchego, de proteção, de cumplicidade. São aquelas pessoas que eu posso confiar. Que não vão

me dar uma rasteira. Embora eu tenha tido uma relação horrível com a minha mãe, ela me deu mil rasteiras. Mas a minha fantasia, o meu imaginário de família é isso. É quem eu posso confiar. Mesmo nas brigas. Eu brigava pra burro, né? Mas, mesmo assim, é gente do meu sangue, que não vai me tapear, não vai me passar pra trás, não vai me derrubar.” (Alda, 65 anos, casada)

“Mas eu acho bonito essa relação, né? “Tudo bem, você fez uma coisa errada, mas você é da minha família, então eu vou te ajudar porque eu te vi nascer, porque eu sei como você é, eu conheço sua natureza.” Eu acho isso bonito. E isso é muito latino. E a gente herdou isso. Quer dizer, eu. Eu herdei. Sem dúvida.” (Lígia, 33 anos, solteira)

Pode ser que, nas descrições da família como um “lugar”, acima descritas, a família cumpra a função de uma âncora, tal qual aponta Ramos (2006a), que torna possível aos indivíduos se aventurarem a inventar-se a si mesmo, tendo alguma segurança, um ponto de estabilidade.

A idéia da família como um “lugar para onde se pode sempre retornar” aponta para uma característica atribuída aos laços familiares: a incondicionalidade do vínculo familiar. Nesta concepção, têm-se os laços familiares como sendo determinados pelo pertencimento à mesma linhagem familiar ou pelo compartilhamento da história da família, independentemente das afinidades pessoais existentes entre os parentes. Ou seja, está em jogo aí a estruturação de uma rede de relações onde os laços de parentesco funcionam como uma categoria que permite distinguir dois mundos: um, no qual os indivíduos se reconhecem por estarem englobados por um sistema de relações determinado pelo valor dos laços de sangue (Abreu Filho, 1981), e outro, no qual esse reconhecimento não existe, ou pelo menos não é tão valorizado.

Mas a gratuidade do vínculo familiar, resultante da valorização da lógica hierárquica dos vínculos familiares, não foi um consenso entre os entrevistados. Nos discursos analisados, para as duas gerações, esteve presente também a idéia de que há necessidade de convivência e de afinidade pessoal para que o afeto familiar cresça. Como contam Daniela e Augusto, para haver o reconhecimento

afetivo de um familiar, tão importante quanto saber o grau de parentesco existente entre as duas pessoas é que exista afinidade pessoal entre elas, afinidade esta que é construída a partir da convivência:

“Eu acho que qualquer relação, seja com filho, ela é construída. Construída e mantida. Ela não pode ser por obrigação. Então, não que eu desgoste dos meus dois primeiros filhos, mas a falta de convivência com eles os colocam num patamar diferente dos dois que eu convivo. E que convivem comigo, que me procuram, etc e tal. ‘Ah, mas é seu filho’. É meu filho, nada contra, não quero mal nem... agora, que é diferente, é. A relação, de uma certa forma, se perdeu. Hoje em dia, eu não tenho uma relação. Eles são mais do nível do conhecimento, do conhecido, do amigo, do colega. Não sei se tá dando pra você entender. Não quero que nada... ao contrário. Tenho preocupação com a filha mais velha e tal. Mas a relação afetiva, ela fica de outro nível. Porque com essas minhas duas, ela continua sendo construída. E não só através de filhos. Acho que a dela tá se transferindo também pros filhos dela. Certo? Os outros não têm filhos. Mas se tiverem eu não sei (...) Acho que isso... às vezes a pessoa fala ‘você não gosta de mim!’ Não é que eu desgoste dos meus filhos. Eu não tenho relação afetiva com eles permanente. É diferente. Nesse aspecto. (...) Então, acho que a relação afetiva, ela é fundamental. E acho que a relação é uma coisa que você tem que regar. Não dá pra achar que é pra vida toda, que fica no mesmo nível. Não dá. É uma coisa em permanente construção. Em permanente crescimento. Ou, não. Estagnação. Estagnou.”(Augusto, 66 anos, casado).

“Eu gosto do meu avô e tal, mas não são pessoas que eu tenho muito contato, sabe? Meu avô, eu vejo pouco, assim... Acho que ele é um cara muito legal. Minha mãe gosta muito dele, admira ele muito. Minha mãe eu acho que é muito parecida com ele. Então, é por tabela. Mas nunca foi uma pessoa muito presente na minha vida. É aquela coisa de família. Eu sentia que “ele é meu avô”, mas no fundo, no fundo, qual é a relação que eu tenho com ele? Eu via que era mais

pela forma do que pelo conteúdo. Mais pelas ligações estruturais familiares do que por uma relação real, interna, sabe? Tava mais vinculado porque era família mesmo.” (Daniela, 28 anos, solteira)

Portanto, encontram-se aí as marcas de um paradoxo contemporâneo: a de compatibilizar laços de parentesco e laços de afinidade, uma vez que não são necessariamente vistos como equivalentes. Reconhecer a família como um “lugar” importante para os indivíduos implica no trabalho de tornar as relações familiares mais íntimas, aconchegantes, afetuosas, e, portanto, propícias ao recolhimento. É nesse sentido que se pode compreender os discursos de Lúcia e Rodrigo, para quem o amor e o interesse mútuo entre os familiares são fundamentais para que uma família seja de fato uma família. Como se pode ver:

“O amor de família, educação, pai, mãe. Amor entre as pessoas, seja de que forma for. Pode ser tudo de perna pro alto. Não importa. Se tiver amor, união entre aquelas pessoas ali, essas pessoas são outras criaturas, sabe? (contou um caso de uma família) Eles não são uma família, um não tem nada a ver com o outro. Pessoas que convivem apenas porque nasceram ali, mas ninguém se interessa por ninguém. Então, isso é um exemplo, assim, sabe? Incrível. (...) Porque eu acho que (família) é isso, é interesse, interesse de umas pessoas pelas outras.” (Lúcia, 65 anos)

“Eu não sei. Eu penso na família mais pelo amor, não tem muito mais... porque você está entre pessoas que se amam e se importam umas com as outras. Então, tem um pouco isso mesmo, essas coisas conservadoras.” (Rodrigo, 32 anos, solteiro)

Desta forma, como mostraram os discursos analisados, a importância da família hoje, como antes, se faz pela conjugação do valor dos laços de parentesco com o valor dos laços de afinidade. A exacerbação do individualismo na contemporaneidade não impede que as relações familiares continuem exercendo um papel importante na transmissão de valores, referências e na constituição de uma rede de apoio material e afetiva. A despeito de todas as diferenças que

marcaram os discursos das duas gerações focadas, no que diz respeito às suas maneiras de encarar o futuro e de imaginar suas trajetórias de vida, família continua sendo importante.

Mas individualização das relações na contemporaneidade trouxe conseqüências para as concepções de família compartilhadas por duas gerações. Abalando a estrutura da vida conjugal, fazendo do casamento uma união instável, transforma-se o contexto no qual os planos de ter filhos eram produzidos, quer dizer, transforma-se o contexto no qual a própria idéia de constituir família era produzida. Uma diferença muito marcante entre as concepções de família das duas gerações foi que filhos eram desejados anteriormente depois do casamento, enquanto que, atualmente, pode ser fruto de um desejo individual.

Todavia, esta análise de discursos sinaliza que a importância da família persiste ainda hoje. Parece haver uma demanda de continuação da constituição dos vínculos familiares nas vidas das pessoas, representada, sobretudo, pela idéia de ter filhos, que deve ser conciliada com os anseios de cada indivíduo.

7.

Considerações Finais

A análise dos discursos de pessoas de duas gerações permitiu avaliar o processo de aprofundamento do individualismo nas trajetórias de vida de homens e mulheres, especialmente no que diz respeito aos seus engajamentos no projeto de constituir família, e as mudanças e permanências de padrões sociais. Os resultados indicaram haver um imbricamento entre as transformações nos modelos sociais de trajetória de vida instituídos e nas concepções de família que se constituem.

O recorte metodológico da pesquisa, ao propor a análise conjunta de discursos de pessoas de duas gerações, tornou possível apreender o processo pelo qual tais mudanças vêm acontecendo. De uma forma geral, os resultados da pesquisa apontam que o avanço do individualismo na sociedade provocou a despadronização e individualização das trajetórias de vida e, como consequência, o enfraquecimento de uma concepção de família centrada no casal. Corresponder a padrões familiares – “rainha do lar” e “provedor da família” – vem deixando de ser o objetivo central das trajetórias de vida de mulheres e homens – mas não sem ambigüidades -, abrindo espaço para que novas possibilidades de realização pessoal se apresentem. Em decorrência disso, instabilidades foram introduzidas no arranjo conjugal tradicional, cuja base era a distinção e complementaridade dos papéis femininos e masculinos. Com isso, o casal vem perdendo a posição de centro da família, abrindo espaço para outras configurações e concepções familiares.

Tomando os discursos de cada geração separadamente, verificou-se que, entre as pessoas da geração de 63 a 69 anos entrevistadas, tanto os homens como as mulheres eram fortemente imbuídos da expectativa de corresponderem ao padrão de mulher “rainha do lar” e de homem “provedor da família”. Nesse sentido, pode-se dizer que o projeto de constituir família ocupava uma posição central em suas trajetórias de vida.

A aceitação das pessoas de tais padrões explica-se como consequência da relativamente pouca penetração do individualismo na sociedade até meados do

século XX. A constituição de um tipo de laço social ainda pouco individualista determinava que as instituições e o valor das tradições se impusessem para o indivíduo. Por isso, o modelo de trajetória de vida exercia forte influência em suas vidas.

A forte padronização da sociedade instituía normas rígidas de distinção dos papéis sociais designados para homens e mulheres e de definição de família. O padrão de assimetria de gêneros instituído para esta geração sustentava o padrão de conjugalidade da época, dentro de um contexto em que a concepção de família tinha o casal como centro.

Uma concepção naturalizada da mulher a tinha como frágil, delicada, propícia aos cuidados às crianças e às outras pessoas, sentimental, afetiva, dependente, incapaz de lidar com assuntos do mundo público; por oposição à concepção de mulher, o homem era concebido como naturalmente forte, protetor, racional, apto às atividades do mundo público, podendo chegar a se definir como bruto e machão. Esta distinção entre os universos masculino e feminino foi visível nos discursos dos entrevistados desta geração. Para os homens, a grande preocupação que tinham no início de suas vidas adultas era com o trabalho – embora isso estivesse diretamente relacionado com a centralidade da família em seus projetos de vida. Eles buscavam uma profissão que lhes trouxesse ganhos financeiros suficientes para sustentar uma família.

Já para as mulheres, suas grandes preocupações giravam em torno da expectativa de se casarem e, então, terem filhos. Elas não se preocupavam em investir em uma profissão que lhes trouxesse ganhos financeiros. O estereótipo da mulher “mãe-esposa-dona-de-casa”, a “rainha do lar”, estava tão arraigado no imaginário social que marcou inclusive sua entrada na universidade. Acreditava-se que os conhecimentos adquiridos por meio da passagem pela universidade, como, por exemplo, o conhecimento de diversas línguas estrangeiras, de modalidades artísticas, de teorias pedagógicas e psicológicas, etc., pudessem incrementar sua função mais importante: a de “rainha do lar”.

Fazia-se, assim, clara distinção entre os papéis femininos e masculinos na sociedade, o que legitimava uma distribuição desigual de poderes entre homens e mulheres na sociedade e na família. Esta desigualdade de poderes veio a ser alvo de contestação em movimentos sociais protagonizados pelas pessoas desta geração, dentre os quais se destacam o movimento contra a ditadura, o movimento

da contra-cultura e o movimento feminista. Por isso, nos discursos de alguns dos entrevistados já se viam as marcas de um questionamento dos padrões instituídos, visando à modernização das relações políticas, sociais e familiares no Brasil, o que pode ser entendido como reflexo da intensificação da disseminação de valores individualistas na sociedade. As transformações daquilo que era almejado por um segmento desta geração faziam parte do processo de afirmação do indivíduo como um valor central na configuração da sociedade, o que tornava mal vistas quaisquer formas de distinções baseadas em posicionamentos ou categorias sociais. Tratava-se, justamente, da renúncia a institucionalizações, concebendo-as como formas de englobamento do indivíduo pelo todo social.

A rígida distinção dos papéis sociais designados para homens e mulheres na sociedade sustentava uma concepção de família que tinha como centro o casal, sendo este definido como núcleo composto por um homem – o provedor da família – e uma mulher – a rainha do lar. Fazia parte deste padrão de família a distinção e a complementaridade dos papéis dos cônjuges, ficando a cargo das mulheres as funções domésticas e dos homens a atuação no mundo público.

Também foi observado na análise das entrevistas com as pessoas desta geração o fato de que havia entre elas a expectativa de que os casamentos durassem para a vida toda, fazendo correspondência à indissolubilidade do casamento prevista pelo padrão social. Isso influenciava tanto as trajetórias de vida dos indivíduos quanto a forma como se concebia família. Primeiro, porque as trajetórias de vida das pessoas eram projetadas para que vivessem juntos com seus companheiros/suas companheiras para sempre, criando seus filhos e envelhecendo um ao lado do outro; a mulher cumpriria seu papel de mãe-esposa-dona-de-casa e o homem protegeria e proveria a família. Segundo, porque, acreditando na durabilidade do casamento, configurava-se um tipo de família, a “família feliz”, composta pelo casal e seus filhos, dentro do qual a dependência financeira da mulher em relação ao seu marido e a desigualdade de poder entre eles não era um problema. Nessa concepção, era o casal que fundava a família: os planos de constituir uma família iniciavam-se, geralmente, com planos de casamento.

Nos discursos dos entrevistados desta geração, verificou-se também o impacto da experiência do divórcio nesse contexto em que se previa a durabilidade dos casamentos, tendo como modelo a “família feliz”. O advento do divórcio foi um importante marcador de rupturas com aquele padrão de trajetórias

de vida e de família até então instituídos. Ele colocou em questão a forma como se distinguiam os papéis masculinos e femininos na sociedade, identificando mulher como “rainha do lar” e homem como “provedor da família”; colocou em questão também a forma como se distribuía o poder na família, deixando a mulher em posição de dependência econômica do marido; e levou à necessidade de que homens e mulheres buscassem sua autonomia e independência financeira.

Isso abriu caminhos para que as mulheres produzissem uma nova representação de si, podendo ser independentes do marido e realizadas na vida profissional, o que se desdobrou, em um segundo momento, na produção de uma nova representação de si para os homens, mais sensível, afetivo e presente na vida familiar. Vivia-se, assim, o processo de abertura das relações familiares ao igualitarismo.

Todas essas mudanças foram desdobramentos do movimento de contestação dos padrões sociais e de abertura de caminhos para a individualização da sociedade, vivido pelas pessoas desta geração. Colocar sob questionamento a “naturalidade” com que se correspondia aos padrões de trajetória de vida e de família sinalizava um afastamento das instituições e o maior atravessamento de valores individualistas na sociedade. Assim, introduziu-se para esta geração, ainda que discretamente, a reflexividade na decisão de se casar, indicando o começo de uma abertura a escolhas e a diferentes possibilidades de vida aos indivíduos. Nesse contexto, estava em jogo também uma mudança no laço social, o qual, a partir de então, haveria de propiciar aos indivíduos pertencimento à sociedade, mas com possibilidades de que fossem livres para manobrar seus destinos e para serem “eles mesmos”.

Nos discursos das pessoas da geração mais jovem entrevistadas, que têm entre 27 e 34 anos, estão marcadas repercussões de todas essas transformações vividas pelas pessoas da geração anterior. Uma dessas repercussões é a maior semelhança dos discursos de homens e mulheres desta geração, com uma maior proximidade entre as preocupações e os desejos de homens e mulheres.

Verificou-se, por meio da análise dos discursos, que, hoje, homens e mulheres são igualmente preocupados com sua independência financeira e realização profissional. A família não ocupa mais o centro de suas trajetórias de vida imaginadas. Nos seus planos, ter filhos e constituir família vêm depois de se alcançar a estabilidade profissional e financeira, tanto para homens como para

mulheres, o que é bastante diferente dos discursos das pessoas da geração mais velha, cujas trajetórias de vida eram moldadas tendo como finalidade a constituição de uma família.

A diminuição das assimetrias de gênero, com a maior proximidade entre os universos do homem e da mulher, observada nos discursos das pessoas da geração mais jovem entrevistadas, talvez se explique por outra mudança: a mudança na expectativa de longa duração dos casamentos. Os jovens-adultos entrevistados acreditam que o fim dos relacionamentos amorosos é uma realidade bastante provável. A experiência de ver, em suas famílias ou em outros grupos sociais, tantas pessoas casadas se separando provocou uma descrença geral nos casamentos eternos de antigamente, os quais ocupavam o centro da concepção de família. Isso interferiu em suas formas de conceber família. Afinal, como imaginar uma família sem acreditar na estabilidade do casal? É possível pensar em uma família conjugal “instável”? Qual será a importância do casal na constituição de uma família?

Num contexto marcado pela diversificação cultural, diminuição do peso das instituições, encontrou-se nos discursos dos entrevistados desta geração a palavra “liberdade” muitas vezes repetida como algo muito valorizado e necessário em suas vidas. “Liberdade”, na contemporaneidade, pode ser a palavra que neutraliza o peso que as normas, os padrões, as obrigações da complementaridade de papéis e dos vínculos eternos de antigamente colocam sobre os indivíduos. Para os entrevistados desta geração, num relacionamento amoroso é preciso que se compreenda e respeite o direito à liberdade de todo ser.

A liberdade na vida das pessoas significa individualização das trajetórias de vida, rompimento com obrigações de corresponder a um modelo socialmente imposto. Na contemporaneidade, instituem-se trajetórias de vida despadronizadas, ou pelo menos formadas por padrões pouco rígidos. Essa despadronização faz com que os papéis familiares não ocupem necessariamente o centro das identidades dos indivíduos, e que haja diferentes formas de cada um se realizar pessoalmente.

Filhos são muito desejados por esta geração. Quando perguntados sobre o desejo de terem uma família, os entrevistados frequentemente responderam: “ah, filhos eu quero ter”. Contudo, esta pesquisa indicou que as mudanças referentes à vida do casal, desde as últimas décadas, alteraram fortemente o contexto dentro do

qual o nascimento dos filhos era imaginado. Diferentemente das pessoas da outra geração, que esperavam filhos para depois do casamento, a maioria dos entrevistados desta geração diz desejar filhos como um projeto individual e não necessariamente atrelado à pré-existência de uma vida conjugal estável – embora a presença do parceiro seja certamente desejável, apesar de bastante difícil. Foi recorrente a idéia de ter filhos como busca de uma experiência pessoal. A presença do parceiro foi imaginada como alguém com quem se poderia dividir os cuidados e responsabilidades com a criança, o que seria certamente o mais desejado, porém o mais difícil de ser realizado.

A idéia de ter filhos pode ter o sentido de ter uma família, mesmo que nela não haja um casal estável como centro. Parece estar ocorrendo, no cenário atual, uma mudança nos padrões e concepções de família, uma vez que as instabilidades da vida conjugal dificultam a que o casal “estável” continue sendo o núcleo fundador da família. Se os relacionamentos amorosos não se sustentam por muito tempo e não dão mais suporte a uma concepção de família, ou seja, estando abalada a estrutura de uma família baseada na estabilidade do casamento, então surge uma outra concepção de família na qual os filhos ocupam um lugar muito importante.

A análise dos discursos apontou, por fim, que “família”, não importa sua configuração, continua sendo importante para as pessoas da geração mais jovem, como era para as pessoas da geração mais velha entrevistadas. As relações estabelecidas com pessoas da família, seja com seus pais, irmãos, filhos, tios, primos, avós, etc., continuam sendo importantes para que os indivíduos se sintam amparados e reconhecidos ao longo de suas trajetórias de vida, ainda que o processo de individualização venha pressionando para que as relações familiares deixem de ocupar o centro no desenrolar da vida das pessoas.

A reafirmação da importância das relações familiares para os indivíduos da contemporaneidade talvez esteja relacionada à posição de vulnerabilidade que eles experimentam em um cenário de aprofundamento das relações individualistas. Em um contexto marcado pelo afrouxamento dos laços sociais e por maiores possibilidades de manobra dos indivíduos sobre suas vidas, as relações familiares se constituem em uma importante rede de suporte e uma garantia de segurança para os indivíduos.

A articulação inviolável entre padrões de trajetória de vida e de família faz com que antigas concepções de família mostrem-se, hoje, também vulneráveis, por terem suas bases estremecidas em função das transformações dos valores da sociedade e das instabilidades que recaem sobre os indivíduos. Afinal, as configurações de família, os discursos que atravessam a família e as funções socialmente atribuídas à rede familiar não são fixas nas sociedades, mas sim constituídas histórica e socialmente. Portanto, o universo das relações familiares também sofre os efeitos da vulnerabilidade que atinge os indivíduos no processo de transformação dos laços sociais contemporâneos.

É importante ressaltar, por fim, que, embora esta pesquisa aponte a ocorrência de transformações significativas nos padrões de trajetórias de vida e nos planos de constituir família para as duas gerações, é importante assinalar que não é o caso de se conceber de modo dicotômico as realidades de hoje e de algumas décadas atrás, como se houvesse um “antes” e um “depois” inteiramente superados e separados. Observou-se que o processo de mudança social é permeado de “permanências”, de ambivalências, de contradições, marcado por avanços e retrocessos concomitantes. Isso ficou evidente nos discursos das pessoas das duas gerações. Algumas pessoas da geração mais velha eram muito influenciadas pelos valores da geração de seus pais, produzindo discursos muito voltados para os valores mais tradicionais daquela época. Também, certas pessoas da geração mais jovem entrevistada tinham um discurso fortemente marcado por referências tradicionais, que faziam parte da cultura de seus pais. Então, para ambas as gerações pesquisadas, mudanças e permanências de valores e padrões se apresentaram concomitantemente, assinalando contradições e complexidades no processo de mudança social.

Assim, disse Lígia (33 anos, solteira), *“Eu sempre quis ter filhos. (...) Filhos. Família. Marido, não. Assim, marido, se ele existir, pra mim é 100% melhor (...)”*. 100% melhor não é 10% melhor e nem 50% melhor. É de fato uma cifra significativa, que pode indicar que em seu discurso moderninho esconde uma valorização paradoxal de uma referência tradicional. Com isso, verifica-se que padrões de trajetórias de vida e de família não se transformam linearmente no tempo. Eles se transformam, antes, na medida em que vão incorporando novos valores e agregando-os às velhas referências.

Assim, conclui-se a discussão dos resultados desta pesquisa. Acreditamos que as reflexões tecidas ao longo deste estudo tenham contribuído para elucidar a profundidade das transformações do mundo contemporâneo. Consideramos que pesquisas sociais são enriquecedoras das práticas clínicas, seja a clínica individual ou a de família, pois propiciam uma atualização do universo de questões que se apresentam na vida das pessoas. Isso evita que a prática clínica acabe se tornando alheia à forma dinâmica com que as queixas, os problemas, os mal estares e as relações se constituem.

Este estudo aponta para a necessidade de realização de outras investigações, a fim de dar continuidade à avaliação das transformações nas trajetórias de vida e na família no cenário atual. Investigações que contemplem, por exemplo, discursos produzidos por pessoas que estejam engajadas em uma relação amorosa estável, para, assim, verificar até que ponto os resultados encontrados neste estudo, principalmente no que diz respeito à expectativa de fragilidade dos casamentos, não se referem apenas ao universo daquelas pessoas que não estão envolvidas em um processo de formalização da relação conjugal; estudos que investiguem estas questões em outras regiões do Brasil, onde as relações são atravessadas por valores individualistas de forma mais discreta; estudos que enfoquem também os mal estares e as dificuldades que possam estar sendo produzidas por tensões advindas da inserção do indivíduo em um contexto marcado pela intensa transformação de padrões sociais.

8.

Referências Bibliográficas

ABREU FILHO, Ovídeo de. O parentesco como sistema de representações: um estudo de caso. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo A. (coord.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1981.

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia UFF**. Niterói (Rio de Janeiro), volume 19, número 2, p.411-422, jul./dez, 2007. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 18 de agosto de 2010.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luis. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: Novais, F. A. & Schwarcz, L. M. **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo (Brasil): Companhia das Letras, 2010.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2a edição. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

_____. A família e a cidade. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. In: VELHO, Gilberto; FIGUEIRA, Sérvulo A. (coord.). **Família, psicologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1981.

_____. O amor no casamento. In : ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (orgs.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André (orgs.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. **Les solidarités entre générations: vieillesse, familles, état**. Paris: Nathan, 1995.

ATTIAS-DONFUT, Claudine; LAPIERRE, Nicole; SEGALIN, Martine. **Le nouvel esprit de famille**. Paris, Éditions Odile Jacob, 2002.

ATTIAS-DONFUT, Claudine ; SEGALIN, Martine. **Grands-parents: la famille à travers les générations**. Paris : Odile Jacob, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. Metodologia das ciências humanas. In: BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável.** São Carlos (SP): Pedro & João Editores, 2010.

BARDIN, L. **L'analyse du contenu.** Paris : PUF, 1980.

BARROS, Mirian Lins de. **Autoridade e afeto: filhos e netos na família brasileira.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

_____. Três gerações femininas de camadas médias. In: VELHO, Gilberto & DUARTE, Luiz Fernando Dias (orgs). **Gerações, família, sexualidade.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **Modernidade e ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento.** Petrópolis: Vozes, 1974.

BERGER, Peter & KELLNER, Hansfried. Le mariage et la construction de la réalité. In : **(Re)Découverte**, número 150, dezembro, 2007.

BERQUÓ, Elsa. A família no século XXI: um enfoque demográfico. **Revista Brasileira de Estudos de População.** São Paulo, volume 6, número 2, p.1-16, jul./dez, 1989. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br Acesso em: 14 de agosto de 2010.

BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A. Casamento em tempos de crise. **Revista Brasileira de Estudos de População.** Campinas (São Paulo), volume 9, número 2, 1992. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br Acesso em: 14 de agosto de 2010.

BORGES, Carolina de Campos. Recriando vínculos familiares: jovens e relações intergeracionais na família. **Dissertação de Mestrado.** Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Instituto de Psicologia, UFRJ, 2006.

BORGES, Carolina de Campos; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Família e relações intergeracionais no Brasil hoje: novas configurações, crises, conflitos e ambigüidades. In: GOMES, Isabel Cristina. **Família: diagnóstico e abordagens terapêuticas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

BORGES, Carolina de Campos; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Transição para a vida adulta: autonomia e dependência na família. **Psico**, volume 40, número 1, p.42-49, jan./mar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009a.

BORGES, Carolina de Campos. Origem familiar e origem de si mesmo: arranjos possíveis. **Psicologia Clínica**. Rio de Janeiro. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Centro de Teologia e Ciências Humanas. Departamento de Psicologia. volume 21.1, p.217-221, 2009b. Resenha

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**. Porto Alegre (Brasil), ano 3, número5, jan/jul, p.240-265, 2001. Disponível em: www.scielo.br
Acesso em: 21 de julho de 2010.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

_____. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Elos/Ed. Perspectiva, 1979.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Acontecimento: categoria biográfica individual, familiar, social e histórica. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

CARTER, Betty & MCGOLDRICK, Monica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 7ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CAVALLI, Stefano. Le parcours de vie: entre institutionnalisation et individualisation. In : **L'avenir : attentes, projets, (dés)illusions, ouvertures**. Lausanne (Suíça), Editions Réalités Sociales, 2003. Disponível em:
http://cig.unige.ch/institution/team/cavalli/staff_sc_avenir_05042003.pdf
Acesso em: 29 de julho de 2010.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper et al. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Sem fraude nem favor: estudo sobre o amor romântico**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, Guita Grin. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Myriam Lins de Barros (org.). **Velhice ou terceira idade?** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

DENEFFLE, Sylvette. De la vie privée au monde du travail : changements de regard sur les femmes dans le dernier tiers. In : GUILLOU, Anne & PENNEC, Simone (orgs.). **Les parcours de vie des femmes : travail, familles et représentations publiques**. Paris : L'Harmattan, 1999.

DIEHL, Artur. O homem e a nova mulher: novos padrões sexuais de conjugalidade. In: WAGNER, Adriana (coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

DINIZ, Gláucia; COELHO, Vera. A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

DINIZ, Gláucia. O casamento contemporâneo em revista. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

DUARTE, Luís Fernando Dias. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I.; RIBEIRO, A. C. T. (orgs.). **Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira**. São Paulo: Loyola, 1995.

DUMONT, Louis. **Essais sur l'individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne**. Paris: Éditions du Seuil, 1983.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2001.

FALCKE, Denise; DIEHL, José Artur; WAGNER, Adriana. Satisfação conjugal na atualidade. In: WAGNER, Adriana (coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. Porto Alegre: volume 11, número 2, 1998. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 25 de novembro de 2010.

_____. Prefácio. In: WAGNER, Adriana (Coord.). **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2002.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como instrumento de legitimação do “eu”. **Estados gerais da psicanálise: Segundo encontro mundial**. Rio de Janeiro: 2003.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Conjugalidade dos pais e projetos dos filhos frente ao laço conjugal. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha, SEIXAS, Andrea, ZIVIANI, Cílio. Conyugalidad de los padres y proyectos de vida de los hijos frente al patrimonio. **Cultura y Educación**. Volume 18, número 1, p. 95-108, março de 2006.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, Cílio. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

FIGUEIRA, Sérvulo A. O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Sérvulo A. **Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

FIGUEIREDO, Luis Cláudio. **Modos de subjetivação no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

FLANDRIN, Jean-Louis. A vida sexual dos casados na sociedade antiga: da doutrina da Igreja à realidade dos comportamentos. In: ARIËS, Philippe; BÉJIN, André (orgs). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 35ª edição. Rio de Janeiro, Record, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S. A. 1989.

_____. **O saber local – novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.

GIDDENS, Antony. **Transformação da intimidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

_____. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLDANI, Ana Maria. Família, trajetórias individuais e mudanças demográficas. **Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais**. Caxambu (MG), volume 1, p.55-98, 1990.

_____. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, A. A. (org.) **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-113, 2004.

GOMES, Agnaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília: volume 20, número 2, p.119-125, 2004. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 18 de agosto de 2010.

GUERREIRO, Maria das Dores. Pessoas sós: múltiplas realidades. In: **Sociologia, Problemas e Práticas**. volume 43, p. 31-49, 2003.

GUERREIRO, Maria das Dores; ABRANTES, Pedro. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: volume 20, número 58, junho, p.157-175, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris, Albin Michel, 1994.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HEILBORN, Maria Luíza. **Dois é par - gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

HENRIQUES, Célia Regina. Entre o aconchego e os detalhes do cotidiano: a relação pais e filhos adultos. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: **Banco de dados**. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_xls/palavra_chave/populacao/registro_civil.shtm Acesso em: 15 de junho de 2010.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: **Banco de dados**. Disponível em: www.ipea.gov.br Acesso em: 14 de novembro de 2010.

JABLONSKI, Bernardo. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

_____. Afinal, o que quer um casal? Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

_____. Atitudes e expectativas de jovens solteiros frente à família e ao casamento: duas décadas de estudos. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Casal e família: permanências e rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

_____. A divisão de tarefas domésticas entre homens e mulheres no cotidiano do casamento. **Psicologia: ciência e profissão/Conselho Federal de Psicologia**. número 2, ano 30. Brasília (DF): CFP, p.262-275, 2010.

KAUFMANN, Jean-Claude. **L'invention de soi: une théorie de l'identité**. Paris : Armand Colin, 2004.

_____. **Sociologie du couple**. 4ª edição. Paris: PUF, 2007a.

_____. **L'entretien compréhensif**. Paris, Armand Colin, 2007b.

LALIVE D'EPINAY, Christian; BICKEL, Jean-François; CAVALLI, Stephano; SPINI, Dario. Le parcours de vie : émergence d'un paradigme interdisciplinaire. In : GUILLAUME, Jean-François. **Parcours de vie : regards croisés sur la construction des biographies contemporaines**. Liège (Bélgica), Les éditions de l'université de Liège, 2005.

LARDELLIER, Pascal. **Les célibataires**. Paris: Le Cavalier Bleu, 2006.

LASH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração. A família: santuário ou instituição sitiada?** Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1991.

LOSADA, Beatriz Lucas ; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Redefinindo o significado da atividade profissional para as mulheres: o caso das pequenas empresárias. **Psicologia em Estudo**. Maringá (PR), volume 12,

número 3, p.493-502, set./dez., 2007. Disponível em: www.scielo.br
Acesso em: 18 de agosto de 2010.

MAFFESOLLI, Michel. **O tempo das tribos - o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

MANCIBO, Deise; MAIA, Ana Augusta Ravasco Moreira . Juventude, trabalho e projetos de vida. **Psicologia: Ciência e Profissão**. volume 30, p. 376-389, 2010.

MALUF, Marina ; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Novais, F. A. & Sevcenko, N. (orgs). **História da vida privada no Brasil 3 – república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

MANNHEIM, K. A questão das gerações. In: Marialice Mencarini Foracchi (Org.), **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTUCELLI, Danilo & SINGLY, François. **Les sociologies de l'individu**. Paris: Armand Colin, 2009.

MELCHIOR-BONNET, Sabine; SALLES, Catherine. **Histoire du Mariage**. Paris : Éditions de la Martinière, 2001.

MELLO, João Manuel Cardoso de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: Novais, F. A. & Schwarcz, L. M. **História da vida privada no Brasil 4: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo (Brasil): Companhia das Letras, 2010.

MICHELI, Raphaël. Contexte et contextualisation en analyse du discours : regard sur les travaux de T. Van Dijk. **Semen**, 21, Catégories pour l'analyse du discours politique, 2006, (disponível na internet desde 28 de abril de 2007).
URL: <http://semen.revues.org/document1971.html> Acesso em: 18 de fevereiro de 2010.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, número 17, jan/jun, p.240-264, 2007.
Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 21 de julho de 2010.

ORLANDI, Eni Pulcineli. **O que é lingüística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

PAUGAM, Serge. **Le lien social**. 2ª edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2009.

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, número 2, 2007, pág 4 a 23.

PETITCLERC, Adèle. Introduction aux notions de contexte et d'acteurs sociaux en Critical Discourse Analysis. **Semen**, n. 27, Critical Discourse Analysis I. Les notions de contexte et d'acteurs sociaux, maio de 2009.

PICHON-RIVIÈRE, PICHON-RIVIÈRE, E. **Teoria do vínculo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso – introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs). **Histoire de la vie privée: de la première guerre mondiale à nos jours**. Paris: Éditions du Seuil, 1999.

RAMOS, Elsa. **L'invention des origines: sociologia de l'ancrage identitaire**. Paris: Armand Colin, 2006a.

_____. As negociações no espaço doméstico: construir a “boa distância” entre pais e jovens adultos “cohabitantes”. In: BARROS, Myriam Lins de. **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

RAVASCO, Ana Augusta Moreira Maia & MANCEBO, Deise. Juventude, trabalho e projetos de vida: ninguém pode ficar parado. **Psicologia: Ciência e Profissão/Conselho Federal de Psicologia**. Brasília (DF): CFP, volume 2, ano 30, p.376-389, 2010.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. A análise do discurso em psicologia: algumas questões, problemas e limites. In L. Souza, M. F. Quintal de Freitas, & M. M. P. Rodrigues (Orgs.), **Psicologia: reflexões (im)pertinentes**. São Paulo:Casa do Psicólogo.Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio/Loyola, 2003.

_____. O papel de homens e mulheres na família: podemos falar em reestruturação? **Psicologia Clínica**, volume 15, número 2, p.93-108, 2005a.

_____. Variações sobre um antigo tema: a maternidade para mulheres com uma carreira profissional bem sucedida. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (org.). **Família e casal: efeitos da contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005b.

_____. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In: BARROS, Myriam Lins de (org.). **Família e gerações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Família e emprego: conflitos e expectativas de mulheres executivas e de mulheres com um trabalho. In: Feres-Carneiro, Terezinha (org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

_____. Dos contos de fadas aos superheróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. Rio de Janeiro, **Psicologia Clínica**, volume 12, número 2, 2000. Disponível em: www.psi.puc-rio.br/download/pdf/maria%20lucia%20rocha-coutinho.pdf
Acesso em: 18 de agosto de 2010.

ROMANELLI, Geraldo. Autoridade e poder na família. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 2ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2003.

SALIBA, Elias Thomé. A dimensão cômica da vida privada na república. In: Novais, F. A. & Sevcenko, N. (orgs). **História da vida privada no Brasil 3 – república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. 4ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, SP, 26 (91), 2005, pág 361-378.

SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A família contemporânea em debate**. 2ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 1995.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - comunicação, saúde, educação**. Botucatu (SP), volume 5, número 8, fevereiro: 2001. Disponível em: www.scielo.br
Acesso em: 14 de agosto de 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1987.

SEGALEN, Martine. **Sociologie de la famille**. 6ª edição. Paris: Armand Colin, 2008.

SEVCENKO, Nicolau (org.) **História da vida privada no Brasil 3 – república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Introdução – o prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: Novais, F. A. & Sevcenko, N. (orgs). **História da vida privada no Brasil 3 – república: da belle époque à era do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SILVEIRA, Simone Conceição. Família é para todos? – a perspectiva de meninos institucionalizados. In: WAGNER, A. (coord.) **Família em cena: tramas, dramas e transformações**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

SIMMEL, George. **Philosophie de la modernité: la femme, la ville, l'individualisme**. Saint-Amand-Montrond: Éditions Payot, 1989.

SINGLY, François de. **Libres ensemble: l'individualisme dans la vie commune**. Paris : Nathan, 2000.

_____. **Le soi, le couple et la famille**. Paris : Armand Colin, 2005.

_____. **L'individualisme est un humanisme**. Paris: éditions de l'Aube, 2007.

_____. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro, FGV, 2007.

SOCCI, Vera. Atitudes em relação ao sexo, amor e casamento: raízes históricas. In: SOCCI, Vera. **Elaboração e validação de uma escala de atitude em relação ao sexo. Tese de doutorado**, USP, 1983. Disponível em: www.bernardojablonski.com Acesso em: 10 de setembro de 2010.

TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psico**. Porto Alegre, PUCRS, volume 38, número 3, p.262-268, set./dez. 2007. Disponível em: www.revistaseletronicas.pucrs.br Acesso em: 18 de agosto de 2010.

TORRES, Anália. Individualização no feminino, o casamento e o amor. In: Peixoto, Clarice Ehlers; Singly, François; Cicchelli, Vincenzo. (orgs.). **Família e individualização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

VAITSMAN, Jeni. **Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Subjetividade e sociedade – uma experiência de geração**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. Família e parentesco no Brasil contemporâneo: individualismo e projetos no universo das camadas médias. **Interseções – revista de estudos interdisciplinares**. Rio de Janeiro: UERJ, ano 3, número 2, p.45-52, julho./dez. 2001.

_____. Sujeito, subjetividade e projeto. In: VELHO, Gilberto & DUARTE, Luiz Fernando Dias (orgs.) **Gerações, família e sexualidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

VITALE, Maria Amália Faller. Socialização e família: uma análise intergeracional. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant. **A família contemporânea em debate**. 2ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez, 1997.

WIDMER, Eric; LEVY, René; GAUTHIER, Jacques-Antoine. Entre contraintes institutionnelle et domestique : les parcours de vie masculins et féminins en Suisse. In : **Canadien Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de Sociologie**. volume 31, número 4, p.461 a 462, 2006. Disponível em: www.britannica.com Acesso em: 02 de agosto de 2010.

ANEXOS

ANEXO 1.

Modelo do Termo de Consentimento que foi assinado pelos sujeitos da pesquisa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A psicóloga Carolina de Campos Borges, aluna do curso de Doutorado em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, está realizando um estudo sobre projeto de vida e família. Você está sendo convidado a participar deste estudo.

A pesquisa será realizada através da análise de algumas entrevistas que serão realizadas individualmente com pessoas de diferentes gerações, seguindo um roteiro previamente elaborado de acordo com os interesses da pesquisa.

Todas as entrevistas serão gravadas, posteriormente, transcritas na sua íntegra de forma absolutamente sigilosa. Os nomes dos participantes não serão revelados em hipótese alguma e em nenhuma circunstância.

Sua participação consistirá em ser entrevistado (a), autorizando a utilização das informações para os fins deste estudo e sua divulgação em artigos científicos e trabalhos acadêmicos, sempre mantendo em sigilo suas informações pessoais.

Caso concorde em colaborar com este estudo será preciso que assine este termo de consentimento. Coloco-me à disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Se estiver de acordo em participar desta pesquisa, por favor, assine logo abaixo:

Nome do participante

_____, _____ de _____ de _____.

Local e Data

ANEXO 2.

Roteiro das Entrevistas

1. Como é a fase de vida em que vc está agora?
2. Quais são seus planos de vida?
3. Quais foram seus planos de vida?
4. E a família, como fica nos seus projetos? (Faz parte, influencia, ajuda, atrapalha?)
5. Qual é a importância da família na sua vida?
6. O que vc entende por família?